

Universidade Federal Fluminense (UFF) Centro de Estudos Gerais (CEG)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (ICFH) Programa de Pós
Graduação em História Social (PPGH-UFF) Área de Concentração: História
Social

O Intelectual e o desmonte do Estado no Brasil.

*Luiz Carlos Bresser Pereira e o MARE (Ministério
Extraordinário da Administração e Reforma do
Estado)*

LEONARDO LEONIDAS DE BRITO

Março de 2016

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Kocher

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Social da
Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção
do título de Doutor

FICHA CATALOGRÁFICA

B862 Brito, Leonardo Leonidas de.

O intelectual e o desmonte do Estado no Brasil: Luiz Carlos Bresser-Pereira e o MARE (Ministério da Administração e Reforma do Estado / Leonardo Leonidas de Brito. – 2016.

496 f. ; il.

Orientador: Bernardo Kocher.

Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2016.

Bibliografia: f. 495.

1. Reforma do Estado. 2. Neoliberalismo. 3. Intelectual. I. Kocher, Bernardo. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Bernardo Kocher PPGH/UFF
(orientador)

Prof. Dr. Cezar Honorato PPGH/UFF

Prof. Dr. Pedro Henrique Campos DHRI/UFRRJ

Prof. Dr. Wallace Moraes PPGHC/UFRJ

Prof. Dr. Rafael Vaz Brandão PPGHS/UERJ -FFP
(suplente)

Prof Dr^a Maria Letícia Correa (PPGHS/UERJ-FFP)

Prof^a Dr^a. Tatiana Poggi de Figueiredo (Departamento de História/UFF)
(Suplente)

Prof. Dr^o João Braga Arêas (Departamento de História/Colégio Pedro II)
(Suplente)

ÍNDICE:

Resumo.....	6
Lista de Siglas.....	7
Agradecimentos.....	9
Introdução.....	12

1º Capítulo – O problema dos *intelectuais* e o intelectual Bresser-Pereira.

1- Bresser-Pereira: O intelectual e o método.....	30
1.1- Bresser-Pereira: “economista ou sociólogo do desenvolvimento”? Ecletismo teórico e o itinerário de sua formação.....	33
1.2- Bresser-Pereira e a influências das ideias de Norberto Bobbio: a síntese do impossível – o <i>socialismo liberal</i> e o problema do <i>intelectual</i>	41
1.3- O intelectual orgânico de Antônio Gramsci.....	54
1.4- Sobre a <i>responsabilidade dos intelectuais</i> e a (pretensa) <i>objetividade</i> do pensamento liberal.....	63
1.4.1- O Intelectual como comissário:.....	65
1.5- O <i>realismo pragmático</i> de Bresser-Pereira.....	72
1.6- O “Giddens” brasileiro? Bresser-Pereira e suas reflexões sobre a <i>Terceira Via</i>	79

2º Capítulo: O Intelectual e o Diagnóstico da Crise

2- Bresser-Pereira: a construção de sua trajetória intelectual e o contexto das primeiras formulações sobre <i>crise e reforma</i> do Estado no Brasil (1987-1994)	95
2.1- O <i>campo</i> científico e a trajetória acadêmica do economista Bresser-Pereira	96
2.2- Bresser-Pereira no <i>campo</i> empresarial.....	110
2.3- A teorização sobre a conjuntura de crise (crise do Estado): da “Mudança no Padrão de Financiamento Público do Investimento Brasileiro” à “Reforma da Gestão Pública”.....	117
2.3.1- “Mudanças no Padrão de Financiamento do Investimento Público no Brasil” (1987).....	121
2.3.2- “O Caráter Cíclico da Intervenção Estatal” (1988).....	123
2.3.3- “A Crise da América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal” (1991).....	127
2.3.4- A “abordagem social democrata”.....	132
ANEXO- TABELAS – (cap. 2) – A circulação intelectual de Bresser-Pereira no <i>campo</i> científico.....	140

3ª Capítulo- A dimensão institucional da Reforma do Estado Brasileiro

3- Bresser-Pereira: o <i>Policy maker</i> da reforma <i>gerencial</i> do Estado no Brasil	156
3.1- A Economia Política do Neoliberalismo.....	161
3.2- A dimensão institucional da Reforma.....	173

3.2.1- O Conselho da Reforma do Estado (CRE).....	175
3.2.2- O Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado.....	180
3.2.3-A <i>Exposição de Motivos para a Reforma da Administração Pública Federal</i>	224

4º Capítulo – Bresser-Pereira arrematando a *opinião pública*.

4- Os <i>Cadernos do MARE</i>	232
4.1- A <i>Reforma Gerencial</i> na Imprensa Brasileira.....	246
4.2- O Seminário sobre a <i>Reforma do Estado na América Latina e Caribe</i> (1996)	269
4.2.1- O <i>Centro Latino Americano de Administração para o Desenvolvimento</i> (CLAD).....	285

A propósito de um epílogo – Do neoliberalismo de terceira via ao novodesenvolvimentismo: o “réquiem” social liberal revisitado.....290

Considerações Finais.....325

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 329

ANEXOS:

1-Plano Diretor do Aparelho de Reforma do Estado. 1995;

2- *Cadernos do MARE*. Nº1- ago/1997.

3- *Exposição de Motivos para a Emenda Constitucional da Reforma do Estado*.

4- Emenda Constitucional 19, 04-jun-1998.

5 – Lei 9637 – 15-maio-1998 (Das Organizações Sociais e Terceiro Setor)

Resumo:

Esta tese se apresenta como uma tentativa de análise histórica da atuação do economista Luiz Carlos Bresser-Pereira à frente do Ministério da Reforma do Estado Brasileiro, entre janeiro de 1995 e dezembro de 1998, período que compreende em sua totalidade o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. O convite feito a Bresser-Pereira para a recém-criada pasta buscava atender o intelectual orgânico que há anos se debruçava sobre esta temática, cara a sua produção na área da teoria política, na sociologia e na macroeconomia do desenvolvimento. Bresser era o *spectateur engagé* que forneceu as interpretações liberais conservadoras que, naquele contexto, possuíam como escopo a reformulação e redução do papel do Estado na sua relação com a sociedade civil em geral e no aparelho de Estado, em particular.

Abstract:

This thesis is presented as an attempt to historical analysis of the economist's role Luiz Carlos Bresser-Pereira ahead of the Brazilian Ministry of State Reform, between January 1995 and December 1998, a period that includes in its entirety the first government of Fernando Henrique Cardoso. The invitation to Bresser-Pereira for the newly created folder sought meet the organic intellectual who for years was leaning on the subject, face to its production in the field of political theory, sociology and macroeconomics of development. Bresser was the *engagé spectateur* that provided the conservative liberal interpretations that, in that context, had scoped the redesign and reduce the state's role in its relationship with civil society and the state apparatus in particular.

Palavras- Chave:

Reforma do Estado, Neoliberalismo, intelectuais.

LISTA DE SIGLAS:

ABBC: Associação Brasileira de Bancos

ANPEC: Associação Nacional dos Centros de Pós Graduação em Economia

ACSP: Associação Comercial do Estado de São Paulo.

AEA: American Economic Association

APSA: American Political Science Association

ASE: Association for Social Economics

BANESPA: Banco do Estado de São Paulo.

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CEBRAP: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CCJ – Câmara dos Deputados: Comissão de Constituição e Justiça.

Cf: Constituição Federal.

CLAD: Conselho Latinoamericano de Administración para el Desarrollo.

CLT: Consolidação das Leis Trabalhistas

CRE: Conselho da Reforma do Estado.

DAS: Direção e Assessoramento Superiores

DASP: Departamento Administrativo do Serviço Público

FEBRABAN: Federação Brasileira de Bancos.

EACH/USP: Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP

EAEPE: European Association for Evolutionary Political Economy

EAESP-FGV/SP: Escola de Economia e Administração da Fundação Getúlio Vargas – São Paulo.

EBAPE/FGV-RJ: Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas – Fundação Getúlio Vargas- Rio de Janeiro

EESP-FGV/SP: Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas – São Paulo.

EHES: École d'Hautes Etudes em Sciences Sociales.

ENAP: Escola Nacional de Administração Pública.

FEA/USP: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade- USP

FEBRABAN: Federação Brasileira de Bancos.

FIESP: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FGV-SP: Fundação Getúlio Vargas – São Paulo.

FMI: Fundo Monetário Internacional

IEA/SP: Instituto de Economia Agrícola de São Paulo.

IESP/UERJ: Instituto de Estudos Sociais e Políticos/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

INEP: Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INSS: Instituto Nacional de Seguridade Social

ISEB: Instituto Superior de Estudos Brasileiros

IS-SP: Instituto de Saúde de São Paulo.

IUPERJ: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

LRF: Lei de Responsabilidade Fiscal.

MARE: Ministério Extraordinário da Administração e Reforma do Estado.

MDB: Movimento Democrático Brasileiro.

MIT: Massachusetts Institut of Technology.

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento

PDC: Partido Democrata Cristão

PDRE/ MARE: Plano Diretor do Aparelho de Reforma do Estado – MARE

PrND: Programa Nacional de Desburocratização

PEC: Proposta de Emenda Constitucional.

PFL: Partido da Frente Liberal.

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira.

PT: Partido dos Trabalhadores.

RGPS: Regime Geral da Previdência Social

RJU: Regime Jurídico Único

USP: Universidade de São Paulo.

Agradecimentos

Escrever uma tese de doutorado é algo que, invariavelmente, coloca ao postulante ao título uma série de dificuldades, amenizadas na maioria das vezes por amigos, professores e familiares. Em 2011 (ano em que decidi transformar uma série de escritos assistemáticos em projeto de pesquisa no conceituado programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense) teria início uma epopeia que duraria quatro anos envolvendo uma longa pesquisa documental e uma densa busca bibliográfica acerca da produção intelectual e da trajetória de vida de uma controversa, mas importante figura do cenário político e acadêmico no Brasil: o cientista social e ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira.

Neste percurso há de se grifar a importância de pessoas que passam e que, às vezes numa conversa informal, numa observação despreziosa de seu texto ou num simples momento de escuta, contribui de alguma forma com as ideias que começam a ganhar corpo no papel. Assim, como não lembrar de colegas que, em anos de profícua convivência no Colégio Pedro II, contribuiriam para que tal itinerário fosse menos tortuoso: neste lugar privilegiado coloco meus colegas e amigos do departamento de História desta tradicional instituição de ensino do Rio Janeiro, em especial os professores Vera Borges (hoje, ocupando um merecido lugar nas fileiras da Escola de Turismo da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – sem esquecer do meu querido e eterno *tijucano* Paulo Cavalcante) e o ilustre Wagner Torres. Amigos de longa data que, desde o início de minha trajetória profissional, sempre guardaram palavras generosas a um jovem e angustiado professor recém-ingresso nas fileiras do departamento de História do CPII. A mesma deferência presto aos demais colegas do campus Engenho Novo II, com destaque aos integrantes do Núcleo Transdisciplinar de Humanidades (NUTH) que muito se dispõem a relacionar ensino/pesquisa e extensão, promovendo desta forma, um ambiente acadêmico e pedagógico extremamente agradável e inspirador. A todos vocês o meu muito obrigado. Sinto-me, sem dúvida, um privilegiado por conviver com vocês e atuar profissionalmente numa instituição que concedeu três semestres de afastamento das minhas atividades cotidianas para que pudesse concluir a redação desta tese.

Na Universidade Federal Fluminense, no PPGH, alguns também merecem o devido destaque e agradecimento. Meu orientador, Professor Doutor Bernardo Kocher, que me

acolheu desde o início e me deu plena autonomia intelectual para desenvolver esta pesquisa. Compartilho com ele muitos dos méritos deste trabalho e excluo, obviamente, dos eventuais deméritos que podem estar presentes neste texto.

Os amigos João Paulo de Oliveira, Janaína e Andre Guiot pelas longas conversas e discussões de textos convergentes às nossas pesquisas. Também não posso esquecê-los! Vocês de uma forma ou de outras estão presentes na redação desta tese de doutorado.

Deferência e respeito também aos professores doutores Wallace Moraes e Cezar Honorato pelas importantes análises e críticas feitas a esta pesquisa na ocasião do Exame de Qualificação, realizado em março de 2015. Aos professores integrantes da banca de defesa desta tese pelo aceite para participar desta arguição.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por me conceder um bolsa de estudos para conclusão da pesquisa.

À minha companheira de vida “mais seis meses”, Marta Dile e ao meu filho Francisco Dile, dedico não só esta tese, mas a vida em comum. Obrigado por se constituírem, de fato, na inversão do polo das minhas angústias. Agradeço também aos sempre presentes amigos Jane Miranda e Marco Antônio por me proporcionarem um ambiente familiar tão acolhedor.

Agradecimento especial também a toda competente equipe de médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, fonoaudiólogos e fisioterapeutas da oitava enfermaria do Hospital Universitário Gafree e Guinle (HUGG). As últimas páginas desta tese foram escritas sob a luz tímida da mesa de prontuários dos médicos, nas madrugadas “frias” do ameno inverno carioca. Os médicos Luiz Motta e Fernando Ferry podem ter a certeza que administram uma grande equipe neste hospital de referência. A minha estada forçada no HUGG foi certamente amenizada pelo carinho e amizade de vocês. Sou um utópico e um otimista inveterado por ter o desejo de que toda a saúde pública no Brasil funcione com o nível de excelência do hospital escola da UNIRIO!

Rio de Janeiro, Julho de 2015.

Para Francisco e Marta, pela dedicação e compreensão de uma vida inteira...

Introdução:

“Estimulamos vivamente nossos instrutores a criarem e manterem um quadro de pensadores, escritores, professores e comunicadores capazes de desenvolver conceitos, argumentos e imagens que resultem, nos planos intelectual, moral, econômico e populacional. Esses intelectuais deverão, muda mesma forma, elaborar e difundir uma ética inovadora e pragmática para o século XXI”.

Susan George em *O Relatório Lugano: sobre a manutenção do capitalismo no século XXI*.¹

A cientista política franco-americana Susan George foi extremamente feliz ao imaginar uma conferência secreta envolvendo representantes e executivos de grandes corporações transacionais que, reunidos na pacata cidade suíça de Lugano, esboçavam uma acurada e insidiosa análise sobre as condições necessárias para a reprodução da globalização financeira e do capitalismo liberal na virada dos séculos XX e XXI. No limiar entre a ficção e a realidade da conjuntura global em fins do século passado, expoentes da elite mundial buscavam formas - um diagnóstico e um receituário - que evitassem o colapso das relações capitalistas estabelecidas no pós Segunda Guerra Mundial. "Susan George percebeu o caráter genocida implícito na estratégia global do neoliberalismo quando, constatando que o sistema atual é uma máquina universal de destruição do ambiente e de produção de perdedores, procurou colocar-se na posição daqueles que mais lucram com ela e descobriu que eles estavam inquietos porque, na perspectiva destes, ficava cada vez mais óbvio que o capitalismo é excludente, isto é, que não se pode ao mesmo tempo promover o capitalismo no século XXI e tolerar a reprodução de bilhões de seres humanos supérfluos para o sistema".²

¹ O original em francês é de 1999. A edição brasileira foi lançada pela boitempo simultaneamente à 1ª edição do Fórum Social Mundial na cidade de Porto Alegre em 2001.

² SANTOS, Laymert Garcia. "O relatório a inteligibilidade dos novos tempos", na apresentação da edição brasileira do livro de Susan George.

Dotado de uma corrosiva ironia a obra de George nos conduz a pensar as formas de controle e exercício do poder e da hegemonia tentados por frações de classe que, de fato, dão às regras do jogo político internacional. Seja através de instrumentos de coerção direta, propaganda, manipulação, fabricação de consensos necessários ou adesão das elites dos países em desenvolvimento ao projeto de poder dos países do *Core* do capitalismo mundial. Neste sentido, mas não apenas, os intelectuais possuiriam um papel chave para a construção de ideias, visões de mundo ou consciências necessárias que justifiquem e legitimem uma dada dominação. Os pilares dos "grupos de instrução e trabalho" que alimentam a narrativa ficcional de Susan George perpassam necessariamente as dimensões ideológicas, éticas, econômicas, políticas e psicológicas de uma população global que alcançava a cifra de bilhões de seres humanos, a maior parte deles, segundo as conclusões do *Relatório, supérflua* ao sistema, nociva às liberdades e à felicidade tais quais entendidas pelos apologetas do livre mercado e do individualismo exacerbado característico da conjuntura histórica do fim do século passado. Daí a necessidade de eliminá-los buscando formas de convencê-los que eles mesmos seriam culpados por suas próprias mazelas. Essa seria a estratégia mais sofisticada de genocídio a ser proposto como controle demográfico pelo *Relatório Lugano*.

Pilares ocultos, mas sustentáculos da parte visível desse edifício estratégico. Eles "se reforçam uns aos outros, precisamente como na arquitetura". De fato, porque a construção dessa consciência (ou falsa consciência) seria tão importante no exercício da dominação? "Simplesmente porque são as ideias e as crenças que governam o mundo; mas ideias e crenças não são imutáveis, elas surgem em função das necessidades dos tempos".³

O problema colocado por Susan George, a despeito de toda a liberdade ficcional e das metáforas as quais a autora utiliza, é a complexa questão intelectuais / ideologia/ dominação que percorre toda a nossa tese de doutorado,

³ Idem. P.96.

desde as suas primeiras formulações há alguns anos atrás.⁴ O cientista social Luiz Carlos Bresser Pereira se situa exatamente na descrição do intelectual pragmático, executivo familiarizado com a velocidade e dinamismo do mundo dos negócios. Ao mesmo tempo, acadêmico, professor universitário com mais de cinquenta anos de uma profícua trajetória docente. Detentor de diversas "marcas de distinção" científicas e referência formadora de toda uma rede de intelectuais, técnicos, especialistas em administração pública, macroeconomia e teoria social. Rede esta, tributária do "sociólogo do desenvolvimento", originado da tradição do pensamento isebiano, conforme ressalta Bresser-Pereira em sua própria autobiografia.

Militante de segunda linha do antigo Movimento Democrático Brasileiro (futuro PMDB) Bresser começaria a ganhar destaque na vida política partidária ao participar da fundação da dissidência que daria origem em fins dos anos oitenta ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Organizador do partido no sentido estrito e no sentido *lato*, Bresser foi por excelência um (re)produtor de uma ideologia de livre mercado (travestida de social liberal) e que fora capaz de legitimar e consolidar ao longo das duas últimas décadas do século XX um modelo societário que se tornaria hegemônico naquela conjuntura. Lançando mão da sua imbricada rede de relações construída na universidade (especialmente na Escola de Administração de Empresas e no Departamento de Economia da FGV/SP), no mundo empresarial e no aparelho de Estado propriamente dito, Bresser se constituiu num persuasor permanente no sentido gramsciano da expressão. Encaixar-se-ia, ademais, na descrição narcísica *laschiana*, de homem moderno. Pragmatismo e eficientismo tecnocrático seriam a tônica de sua atuação como intelectual e *policy maker* nas não raras vezes que assumiu postos importantes no aparelho de Estado.

⁴ Minha eterna gratidão à Prof. Dr. Sonia Regina de Mendonça que durante um curso de especialização em História do Brasil Republica, ministrado há mais de dez anos, me apresentou o artigo do sociólogo marxista Francisco de Oliveira, *Quem tem medo da governabilidade?* Foi naquele texto que, numa provocação a Bresser-Pereira, o professor aposentado da USP classificou o então titular do MARE como "intelectual neutro", analista simbólico da realidade, nos termos oferecidos por Christopher Lasch em *A Cultura do Narcisismo*. Ver bibliografia.

Mais especificamente, as interpretações *bressianas* acerca da realidade brasileira ganhariam contornos de explicações dignas de nota, no cenário intelectual do país, em meados dos anos 1980 (não obstante, sua produção intelectual de maior fôlego datasse desde os anos setenta ao circular por programas de pós-graduação em economia como o da Faculdade de Administração e Economia da USP, onde obteve os títulos de doutor e livre docente - contando sempre quando possível com a generosa atenção do já destacado economista e também *policy maker* Antonio Delfim Netto⁵) quando passou a ocupar destacados postos nos governos peemedebistas de André Franco Montoro e de Orestes Quercia no Estado de São Paulo. Na esteira dessa atuação política no governo paulista, após o fracasso do Plano Cruzado, fora convidado por intermédio de Ulysses Guimarães para ocupar em 1987 o Ministério da Fazenda, sucedendo o empresário Dilson Funaro, naquela que, sem dúvida, era a mais importante agência do Estado Brasileiro. Certamente a que mais visibilidade possuía em função da crônica e ascendente dívida externa brasileira e ao quadro de inflação em alta observado na economia do país a partir de meados daquela década.

O diagnóstico de crise do Estado (da crise fiscal do Estado) ganhou desde então contornos muito sistemáticos na obra de Bresser-Pereira. A primeira de suas formulações ocorreu inclusive meses antes de ocupar a Pasta da Fazenda no governo Sarney. *Mudança no Padrão de Financiamento Público do investimento no Brasil*⁶, segundo o ex-ministro, teria sido a sua primeira formulação no sentido de apontar para a crise de natureza fiscal e diminuição da poupança interna do Estado Brasileiro. A crise da dívida externa e o ambiente macroeconômico marcado por uma inflação em alta teriam tido efeitos deletérios sobre a capacidade de investimento do Estado, bem como das condições

⁵ BRESSER-PEREIRA, L. C. "Autobiografia intelectual" In FURQUIM, L; NAKANO, Y. & REGO, J. M (orgs) *Em Busca do Novo: O Brasil na Obra de Luiz Carlos Bresser-Pererira*. Rio de Janeiro. FGV/Editora. 2004. Bresser comenta em seguidas oportunidades que a atuação de Delfim Netto seria preponderante para a sua inserção nos quadros do corpo discente do programa de pós-graduação em economia da FEA- USP.

⁶ Artigo publicado em português na *Revista de Economia e Política*, v.7. nº4, p. 5-21. Out-Dez/1987.

necessárias para o investimento do setor privado. Prendendo-se a um diagnóstico excessivamente conjuntural e economicista da crise do Estado, Bresser aderiu a viés interpretativo que apontou a crise do Estado como uma crise fiscal e, a partir disso, as medidas apontariam para uma reformulação da atuação do setor produtivo estatal, enxugamento do aparelho deste mesmo Estado e a consonância com medidas que apontassem para um cenário de austeridade nas "contas públicas".

O problema é que o diagnóstico *bressiano* entendeu que a crise fiscal do Estado nos anos oitenta era produto direto do esgotamento de um modelo de acumulação capitalista que teve este mesmo Estado como *vetor de proa* de uma estratégia de industrialização, mas não apenas: de sustentação de um regime de acumulação capitalista que garantiu o poder das mesmas frações dominantes da burguesia brasileira que, numa conjuntura de crise, apontavam como responsável por *aquela crise* este mesmo Estado. Na sequência, outras formulações apontariam para a abordagem fiscal ou *social democrática* aferida por Bresser-Pereira e seus interlocutores, no intuito de buscar algum distanciamento crítico (ainda que muito tímido e quase inexistente) ao corolário do *consenso de Washington* elaborado em fins daquela década.

Crise e conjuntura são expressões fundamentais para explicar o caminhar na direção de um corolário liberal privatista que se tornou predominante no Brasil da década de 1990. Intelectuais do porte de Bresser Pereira possuíram um papel chave na elaboração dos termos de um modelo societário que, a despeito de chegar com relativo atraso ao Brasil, foi visto como a saída inevitável para "superação" do modelo de Estado desenvolvimentista erigido no país desde os anos 30 e que era agora um estado interventor em situação de esgotamento. Produto das próprias contradições do modelo econômico formulado pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), elaborado nos últimos anos da ditadura empresarial militar brasileira.⁷

⁷ Esta conclusão está presente na análise do economista Antônio Barros de Castro: *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1985. Também em FIORI, José Luiz. *O Voo da Coruja*. Rio de Janeiro. Eduerj. 1995.

Uma das questões teóricas enfrentadas por essa tese de doutorado é o problema da ideologia tal qual ele se apresenta na abordagem do nosso objeto de pesquisa. Neste sentido, recortar não a noção de ideologia para Bresser, mas como sua construção intelectual e sua atuação política na sociedade civil e no aparelho de Estado propriamente dito servem como construtores de uma ideologia a sustentar o exercício da dominação de classes. Bresser-Pereira fala de um *lugar*. Sua condição de classe e posição de classe expressam necessariamente um lugar social. A filiação de um intelectual, "técnico", economista, dotado de um saber pretensamente não ideológico e capaz de responder *pragmaticamente* aos desafios de uma conjuntura histórica de transformação. Se ao mesmo tempo, se edificavam as frágeis instituições democráticas no Brasil, no que tange ao ambiente estritamente econômico, formulavam-se as diretrizes de um modelo de inserção dependente e associada do país à economia mundializada. "O Brasil no compasso do mundo" ⁸ afirmava com razoável entusiasmo o então presidente sociólogo, Fernando Henrique Cardoso, uma espécie de *condottiere* das frações empresariais rentistas da sociedade brasileira, filiadas ao globalismo neoliberal característico daquele contexto.

No que tange ao problema teórico da ideologia, o filósofo Michel Lowy nos apresenta uma pertinente explanação sobre como essa categoria é percebida por diferentes expoentes do pensamento político ocidental. De Marx a Mannheinn, passando por Hegel, neo hegelianos e materialistas vulgares. Numa sucinta historicização sobre o conceito de ideologia, Lowy nos diz:

“O conceito de ideologia não vem de Marx: ele simplesmente o retomou. Ele foi literalmente inventado (no pleno sentido da palavra: inventar, tirar da cabeça, do nada) por um filósofo francês pouco conhecido, Destutt de Tracy, discípulo de terceira categoria dos enciclopedistas, que publicou em 1801 um livro chamado *Elements d' Ideologie*. É um vasto tratado que hoje em dia,

⁸ CARDOSO, F. H. “Relações Norte e Sul no Contexto Atual: Uma nova Dependência?” In BAUMANN, Renato. (Org). *O Brasil e a Economia Global*. Rio de Janeiro. Campus Editora. 1996.

ninguém tem paciência de ler. Para se ter uma ideia do pouco interesse que representa esse livro, basta dizer que, para ele, ideologia é um subcapítulo da zoologia. A ideologia, segundo Destutt de Tracy, é o estudo científico das ideias e as ideias são o resultado da interação entre o organismo vivo e a natureza, o meio ambiente." ⁹

Marx teria, a propósito de sua não originalidade em relação ao conceito, retomado a questão, lançando mão dessa análise nas *Teses sobre Feuerbach* e na *Ideologia Alemã*, ambas publicadas postumamente. Ressalta Lowy: "Para Marx ideologia é um conceito pejorativo, um conceito crítico que implica ilusão, ou se refere à consciência deformada da realidade que se dá através da ideologia dominante: as ideias das classes dominantes são as ideologias dominantes da sociedade." ¹⁰

Também no campo do marxismo, Lenin teria formulado considerações acerca desse problema teórico, ganhando contornos diferenciados em relação a teorização de Marx. Para o russo, ideologia deveria ser entendida como "qualquer concepção da realidade social ou política, vinculada às interesses das classes sociais".¹¹ Lenin elabora a clássica contradição entre *ideologia burguesa* versus *ideologia proletária*. Par e passu, as análises do teórico russo apontariam para a formação de uma vanguarda do proletariado detentora de uma consciência de classe e que teria um papel chave na construção do processo revolucionário de libertação da classe trabalhadora. Não entrando no mérito desse debate (que foge ao escopo de nossa tese) Lenin dá contornos mais sistematizados a uma concepção de organização de classe *ontologicamente* autoritária, na qual consciência revolucionária, transformação da realidade social e dominação (bem como a superação da dominação) seriam expressões da ação política de restritos setores capazes de organizar as classes ou frações de classe subalternizados.

⁹ LOWY, M. *Ideologia e Ciências Sociais*. P. 11. Série de conferências ministradas na PUC de São Paulo pelo teórico franco-brasileiro e publicada em 1985. Vide Bibliografia.

¹⁰ Idem. P. 12.

¹¹ Idem *ibidem*.

Partindo de premissa distinta, mas não antagônica Karl Mannheinn fez no século XX uma tentativa bem sucedida de aclarar esse debate teórico. Em *Ideologia e Utopia* o sociólogo alemão procurou distinguir os conceitos de "ideologia" e "utopia". Em sua abordagem sobre o problema entendeu que ideologia seria "o conjunto de concepções, ideias, representações, teorias, que se orientariam para a estabilização, ou legitimação, ou reprodução da ordem estabelecida".¹² De forma mais pormenorizada seriam, "todas aquelas doutrinas que têm certo caráter conservador no sentido amplo da palavra, isto é, consciente ou inconscientemente, voluntária ou involuntariamente, servem à manutenção da ordem estabelecida."¹³ Enquanto *utopia* teria por si só uma função subversiva, um caráter de negação da ordem existente. Utopia e ideologia seriam dimensões distintas do mesmo fenômeno: "a existência de um conjunto estrutural e orgânico de ideias, de representações, teorias e doutrinas, que são expressões de interesses sociais vinculados às posições sociais de grupos ou classes, podendo ser, segundo o caso, ideológico ou utópico".¹⁴ Mannheinn lança mão dessa teorização para colocar luz sobre o problema da relação entre *ideologia* e *conhecimento*.

Retornando ao campo das análises marxistas, o teórico político sardo, Antônio Gramsci trouxe fundamentais contribuições para a compreensão da relação intelectuais/ideologia. É desse ponto que partimos para estruturar teoricamente nossa pesquisa. Entendemos Bresser-Pereira como um intelectual organizador da *dominação* (ou pelo menos da *dominação* das frações de classe que se tornam hegemônicas no Brasil) no corolário e vaticínio acerca do padrão de financiamento público erigido no Brasil na segunda metade do século XX. Bresser é um intelectual pleno, formatador de uma dada "visão social de mundo", capaz de tentar criar uma síntese artificial e, no limite, idealista entre economia de mercado regulada pelo Estado e um espectro de "social democracia" que, como espectro, se distanciava muito da social democracia

¹² Idem. P. 13.

¹³ Idem *ibidem*.

¹⁴ Idem *ibidem*.

clássica consolidada em boa medida na maior parte dos países da Europa Ocidental. Organizar um partido, ocupar aparelhos privados de hegemonia do empresariado industrial e financeiro paulista e, ao mesmo tempo, atuar no campo científico foram dimensões imbricadas de um mesmo processo de construção de uma trajetória bem sucedida de intelectual *stricto sensu* e *policy maker* que atua fundamentalmente na edificação de um projeto de dominação, privatista, conservador e coadunado ao neoliberalismo *versão dos trópicos*, aplicado à realidade de um país periférico como o Brasil.

A estrutura teórica de nossa tese se propõe a um diálogo entre algumas categorias analíticas formuladas por Gramsci, por um lado e pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, por outro. Não obstante partirem de premissas e contextos históricos absolutamente distintos, são passíveis de interface como muito bem nos mostra o sociólogo inglês Michel Burawoy¹⁵. Conceitos como hegemonia e violência simbólica atravessam o nosso texto e a despeito das diferenças a serem grifadas, há um evidente paralelo entre as duas. Para Gramsci, necessariamente, a hegemonia está fundamentada no consentimento, ou seja, na produção de consensos necessários que legitimem uma dada dominação. Por outro lado, paralelamente, a *violência simbólica* “estaria fundada no recalque da dominação”.¹⁶ De forma muito apropriada nos coloca Michael Burawoy: “[Para Gramsci] a hegemonia é explícita e desabrida, portanto, pode ser subvertida pelo intelectual orgânico [das classes subalternas]; já a violência simbólica é sorrateira e inconsciente, sendo apenas acessível aos sociólogos como intelectuais tradicionais.”¹⁷

A imaginação sociológica do teórico inglês radicado em Berkeley nos presenteia com um excelente diálogo ficcional entre o teórico político sardo e o sociólogo docente do *Collège de France*. Deste debate imaginário nos interessa aqui destacar a conexão encontrada entre estas que estão entre as duas das mais

¹⁵ BURAWOY, M. *O Marxismo encontra Bourdieu*. Campinas. Editora Unicamp. 2009.

¹⁶ BURAWOY, M. *Op. Cit.* P. 65.

¹⁷ *Idem ibidem*.

importantes premissas teóricas dessas duas figuras proeminentes para o pensamento social no Ocidente. Se por um lado, Bourdieu rejeitou ao longo de sua produção intelectual as concepções marxistas de ideologia e de falsa consciência, por outro avançou no que diz respeito à compreensão da dominação e dos mecanismos existentes nos *agentes sociais* no tocante à subjetivação das formas de dominação. Para o sociólogo francês a submissão à dominação não seria uma questão de consciência (tal qual formulada por Gramsci, na esteira do que fora produzido por Marx e Lenin), seria antes de tudo uma questão de crença, de *habitus* – disposições e apreciações profundamente inculcadas e inacessíveis à consciência:

“Desse modo, segundo Gramsci, a hegemonia não teria um fundamento inconsciente. Ela se distingue da ditadura, que é uma forma específica de dominação que combina coerção e consentimento, sem que o uso da força desapareça totalmente. Aqui a força é objeto de consentimento, de concordância. A hegemonia é o consentimento protegido pela armadura da coerção, da força. O que é decisivamente original quanto à formulação gramsciana no contexto do marxismo é sua mobilização da hegemonia para explicar a expansão da sociedade civil, como ocorrida no final só século XIX – com sua densa vida associativa entre Estado e Mercado, composta por mídia de massa, por igrejas, partidos, entidades sindicais, pela universalização do ensino básico e por uma infinidade de associações voluntárias (...)”.¹⁸

Ao passo que para Bourdieu, noutra contexto e partindo de pressupostos diversos dos apresentados por Antônio Gramsci, a dominação, entendida na sua dimensão de *violência simbólica* “estaria baseada no *encaixamento*, na congruência entre estrutura social e o *habitus* inculcado por ela mesma”. Se ideologia e hegemonia seriam fenômenos que estariam na superfície dos processos sociais, a *violência simbólica* teria “inscrições mais profundas” nas estruturas sociais dos corpos dos agentes, à medida que os indivíduos ou agentes sociais sequer reconheceriam tal dimensão da dominação de tal forma

¹⁸ Idem. P. 67.

naturalizada. O aspecto central da divergência entre Gramsci e Bourdieu, não obstante o paralelo possível compreendido por nós, estaria no que Burawoy aponta: “Gramsci e Bourdieu lidam com problemas semelhantes – a durabilidade da dominação -, mas suas diferenças de abordagem são profundas. Em primeiro lugar, a hegemonia se fundamenta no consentimento, enquanto a violência simbólica se fundamenta no desconhecimento”.¹⁹

Objetivamente, entendemos que *hegemonia* e *violência simbólica* são dimensões de um mesmo fenômeno que para efeito de compreensão do nosso objeto de pesquisa, são categorias teóricas com profundos nexos com o intelectual, sua atuação, em especial àquele ligado às frações de classe no exercício do poder do Estado ou, pelo menos, com proeminência notória na sociedade civil (essa sim, tanto para Gramsci, como para Bourdieu) o espaço por excelência dos conflitos. *Violência simbólica* e *hegemonia* não podem jamais serem entendidas como conceitos antagônicos, mas antes complementares. Mais que isso, Bourdieu, em nosso entendimento avança em aspectos muito importantes na reflexão sobre o problema da dominação, seus mecanismos estruturantes e sua durabilidade. Podemos dizer que o sociólogo francês aprofunda, numa abordagem sociológica de fôlego, o problema inicialmente proposto por Gramsci no início do século XX: a construção e consolidação da proeminência de determinadas frações de classe sobre outras. A pretensão à universalização que toda fração de classe dominante possui e isso se coaduna de forma absoluta como a questão colocada pela nossa pesquisa: o papel social exercido por esse intelectual na estruturação de um dado projeto de dominação²⁰.

¹⁹ Idem. P. 73.

²⁰ Importante destacarmos que Bourdieu e Gramsci possuem leituras absolutamente antagônicas no que diz respeito ao problema do intelectual. Para o primeiro o *intelectual orgânico* tal qual pensado pelo italiano tratar-se-ia de uma mistificação. Uma falsa identificação entre o intelectual e o “homem massa”. Bourdieu vê no senso comum das classes subalternas o “mau senso”. Para ele o intelectual é aquele necessariamente que busca a verdade científica na universidade ou nos institutos de pesquisa. A produção da verdade científica [para Bourdieu] era um processo escolástico cuja condição necessária era a *skholé* e seu restrito e protegido ambiente. O grande paradoxo entre vida e obra teórica do sociólogo francês é que este termina sua trajetória muito mais como um intelectual engajado do que àquele “tipo ideal” preso à torre de marfim, as regras e distinções do campo científico. Exemplo disso é a crítica que Bourdieu faz ao neoliberalismo em *Contrafogos: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Vide bibliografia.

Pretensão à *hegemonia* e legitimação da *violência simbólica* seja no campo científico em particular, ou na sociedade civil, no geral.

Em nosso entendimento, o fato de Bresser-Pereira ser proeminentemente um intelectual acadêmico, de longa e sólida trajetória científica não o exime da condição de intelectual orgânico. Pelo contrário, essa exitosa trajetória nos bancos universitários (no léxico *bourdieiano*, no campo científico) serve necessariamente, e com muito propriedade, como indelével *marca de distinção* capaz de construir os requisitos a serem preenchidos pelo “sociólogo do (sub)desenvolvimento” no exercício de suas análises e elaborações acerca da crise do Estado e da realidade social brasileira, em geral. A universidade como espaço da sociedade civil que funciona como “ponta de lança”, *think tank* na construção de uma dada visão de mundo que se associa à um viés “pragmático” e liberal da conjuntura de crise da economia e do Estado brasileiro. Sem dúvida, fora o paroxismo da atuação de um intelectual que soube como ninguém lançar mão dos espaços ocupados na sociedade civil para se projetar como *policy maker* da “reforma do Estado” num ministério que se constituiu como um verdadeiro aparelho ideológico estatal para tal fim.

Desta forma, fez-se necessário percorrer ao longo da tese, além da trajetória do intelectual/executivo/acadêmico Bresser-Pereira, o seu método, a sua compreensão acerca dos problemas epistemológicos na construção de disciplinas como macroeconomia e teoria social. Façamos jus, Bresser é daqueles intelectuais que entendem a economia como ciência social e não como um mero exercício hipotético dedutivo que, na maioria das vezes matematizados ao extremo pela ortodoxia neoclássica, transforma esse campo de conhecimento num mero exercício econométrico ou na melhor das hipóteses um campo profícuo para a elaboração de modelos teóricos da realidade que, quando se mostram problemáticos, a realidade é vista como o problema e não a teoria.

Assim colocado, o primeiro capítulo desta tese é uma digressão sobre a problemática do intelectual. De que forma devemos entendê-lo, bem como a função social destes *mens of ideas*. Para esse debate seguimos algumas das trilhas da reflexão oferecida pelo teórico liberal italiano Norberto Bobbio. A

despeito de discordamos de muitos dos pontos de vista apresentados pelo intelectual italiano, ele oferece alguns caminhos importantes para quem se debruça sobre o problema, fazendo ao longo de vários textos um amplo panorama sobre teorizações acerca da intelectualidade e da relação entre intelectualidade/poder político. Da *traição dos intelectuais* de Julien Benda ao intelectual engajado na prática política de Karl Mannheinn. Do intelectual orgânico de Antônio Gramsci aos *novos mandarins* do anarquista Noam Chomsky, na sua crítica demolidora ao papel da *intelligentsia* dos EUA e seu apoio interessado ao envolvimento daquele país na Guerra do Vietnã. Diferentes abordagens que, via de regra, apontam para o mesmo ponto: “Não há conhecimento desinteressado”.

A postura ideológica servil da intelectualidade dos EUA às estruturas de poder daquele país evidencia a *Responsabilidade dos intelectuais*²¹ tal qual Chomsky se debruça. Da mesma forma, a pretensa neutralidade axiológica do pensamento liberal é desnudada pela crítica do linguista e ativista político do MIT. Tal vaticínio (assim como à *organicidade* junto à frações de classe e instituições universitárias como a FGV) se coaduna à figura de Bresser-Pereira que, apesar de se apresentar como um “técnico”, detentor de um método histórico “inovador” (nada de novo, na verdade) e de uma postura pretensamente desinteressada e *pragmática*, se interpõe ao longo de toda a sua trajetória profissional como um intelectual interlocutor de determinadas frações de classe no Brasil: o empresariado industrial paulista.

O capítulo se encerra com apontamentos necessários acerca das aproximações entre Bresser-Pereira e Anthony Giddens, “guru” da *Third Way* (social liberal – muito mais liberal que social) característica do novo trabalhismo britânico da década de 1990. Há uma analogia muito evidente entre a relação de Giddens com o governo Tony Blair no Reino Unido e o governo Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 2002. No primeiro mandato a atuação de

²¹ “A Responsabilidade dos Intelectuais” (1968). Elabora originalmente para uma conferência proferida pelo linguista do MIT na Universidade de Harvard em 1966. Publicado no Brasil apenas em 2002 na coletânea *O Poder Americano e os Novos Mandarins*. Ver bibliografia.

Bresser se destaca pela titularidade à frente do Ministério Extraordinário da Administração e Reforma do Estado – MARE- e, no segundo, além de ocupar por um exíguo tempo o Ministério da Ciência e Tecnologia, Bresser se torna uma espécie de assessor especial da Presidência da República para assuntos relacionados à Terceira Via.²²

O segundo capítulo faz um percurso sobre a trajetória acadêmica *stricto sensu* de Luiz Carlos Bresser-Pereira. Aqui nos apropriamos de forma mais efetiva das categorias teóricas bourdieianas para situar o *homo academicus* Bresser. Detentor de uma sólida carreira acadêmica preenche espaços de destaque em associações de economia no Brasil e mundo afora. Obtém todas as *marcas de distinção* necessárias para um professor universitário bem sucedido e constrói uma rede sólida de interlocutores, auxiliares, professores assistentes, e orientandos de cursos de pós-graduação em administração de empresas e economia na FGV/SP. A Escola de Administração de Empresas e o Departamento de Economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, teriam nos últimos quarenta anos a marca indelével do *mestre* Bresser, como se refere a extensa gama de ex-alunos, ex-assessores e colegas de instituição. Da mesma forma, recortamos as posições que Bresser ocupou em *aparelhos privados de hegemonia* (curiosamente qualificados por ele como “entidades públicas não estatais”). Membro de importantes conselhos “técnicos” como o da Associação Comercial do Estado de São Paulo, da Federação de Indústrias do Estado de São Paulo (Conselho Superior de Economia, presidido nos dias atuais por Delfim Netto) e da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), Bresser não por acaso transita livremente por esses espaços de formulação e organizações de frações de peso da burguesia brasileira. Sua condição de executivo nº 2 do outrora grupo varejista de alimentos *Pão de Açúcar* lhe deu a legitimidade necessária para ocupar tais espaços.

²² Embora não faça parte do corte cronológico da nossa tese, o segundo governo Cardoso evidencia a condição de formulador político de Bresser. Saía de cena o *policy maker*, mas permanecia o intelectual formulador da chamada “alternativa social democrática” brasileira (neoliberal, na prática).

Também no segundo capítulo recortamos as principais publicações do então ex-ministro da Fazenda, que naquele contexto (1988-1994), voltava-se quase que integralmente para a vida acadêmica. Foi naquele intervalo de tempo que Bresser formulou as suas principais interpretações (no campo da macroeconomia e da teoria política) acerca das dificuldades do Estado desenvolvimentista em crise. Além do já citado paper *Mudanças no Padrão do Investimento Público no Brasil*, devemos destacar como importantes publicações sobre esta temática os artigos; *O Caráter Cíclico da Intervenção Estatal* (1989); *Crise da América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal* (1991) e *Reformas econômicas em Democracias recentes* de 1993. Este último trabalho, publicado como resultado de pesquisa comparativa realizada nos EUA em parceria com o cientista político Adam Przeworski e com o sociólogo espanhol, ex-ministro da Educação e Ciência do governo Felipe González, José Maria Maravall. O que evidenciava o bom trânsito fora do Brasil do intelectual Bresser-Pereira.

Desta forma e lançando mão de categorias teóricas da sociologia *bourdiesiana* (particularmente, as noções de *campo científico*, *habitus e capital simbólico*) procuramos refazer o itinerário da produção e da circulação acadêmica de Bresser a partir das posições de destaque que passou a ocupar dentro e fora da FGV/SP. Associações de economia, fóruns acadêmicos, departamentos, programas de pós-graduação (inclusive com a atenção ao conjunto de ex-orientandos do ex-ministro em dissertações de mestrado e teses de doutorado). Assim como sua participação em bancas de defesas de teses acadêmicas e concursos públicos na universidade, o que mostrou o livre trânsito de Bresser nos meios universitários, bem como seu papel de *intelectual classificador*, tal como aponta Pierre Bourdieu em sua *sociologia clínica do campo científico*.²³

O terceiro e quarto capítulo da tese perfazem a atuação de Bresser-Pereira agora como *policy maker* da Reforma do Estado. Ou seja, no exercício de sua

²³ BOURDIEU. P. *Os Usos Sociais das Ciências – Por uma Sociologia Clínica do Campo Científico*. 1997. (vide bibliografia)

gestão no Ministério Extraordinário da Administração e Reforma do Estado (MARE). Agência do aparelho do Estado criada no início do 1º governo Cardoso exatamente para esta tarefa política. De suma importância, diga-se de passagem, e absolutamente inter-relacionada com o modelo macroeconômico que sustentou os primeiros anos do *Plano Real*. A *Reforma Bresser* prezava pelo enxugamento da *máquina burocrática* do Estado e pela absoluta revisão da relação Estado/sociedade civil no que tange às políticas públicas da área social. Uma *responsabilização* da sociedade civil e o soerguimento do chamado *terceiro setor* numa espécie de atuação para estatal. A reforma *social liberal* ou *gerencial* tal qual era alcunhada por Bresser na segunda metade dos anos 1990, foi obra perfeita e acabada da adoção de todo um corolário coadunado às *reformas estruturais* propugnadas pelas instituições de Washington (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) para as economias *emergentes* em crise naquela conjuntura.

No terceiro capítulo encetamos uma análise detalhada do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRE/MARE), elaborado pela câmara da Reforma do Estado em 1995. Este documento foi a *pedra angular* de todo o esforço reformista *social liberal* do 1º governo Cardoso. A partir, dele, como pouquíssimas modificações, seria elaborada a Proposta de Emenda Constitucional nº 173 (PEC), apelidada de *PEC da Reforma do Estado* e que tramitou três anos no Congresso Nacional até ser aprovada em agosto de 1998 como *Emenda Constitucional 19* e que estabeleceu no Brasil os parâmetros da *administração pública gerencial*. De forma correlata a este debate sobre a reforma do Estado, ocorria também naquele contexto a discussão acerca da *Lei de Responsabilidade Fiscal* e a revisão dos processos de contratação e compras por parte de Estados, unidades da federação e municípios. Esta última tinha o claro propósito de *dinamizar* a administração pública, diminuindo os *excessivos controles burocráticos* previstos na legislação brasileira e vistos pela equipe do MARE (mas não apenas) como óbices para um maior dinamismo e racionalidade para a *administração pública*. O contexto, o propósito e os efeitos “colaterais” deste debate e da aprovação destas medidas são analisados ao longo do 3º capítulo.

Ainda neste capítulo, recortamos o importante seminário sobre *Reforma do Estado na América Latina e Caribe*. Evidência da excelente interlocução do então ministro Bresser com especialistas de vários países, há tempos debruçados na temática. Este seminário, realizado em 1996 nas dependências do MARE, contou com assessores do governo trabalhista britânico Tony Blair e da ex-ministra das Finanças da Nova Zelândia, Ruth Richardson. Representantes destes dois países tiveram destaque no referido seminário, pois as duas experiências de reforma são vistas como exemplos de êxito da elaboração dos parâmetros de uma *reforma gerencial*. De um *serviço público* que combinasse *eficiência ao cidadão cliente* e racionalidade fiscal, segundo o léxico predominante entre estes especialistas. Também exemplo da circulação destacada de Bresser entre especialistas internacionais em *Reforma e Gestão Pública* está observado na sua filiação ao *Centro Latino Americano de Administrações e Desenvolvimento* (CLAD). Uma espécie de *think tank* plurinacional capaz de reunir especialistas e *gestores públicos* debruçados sobre a relação *Administração Pública e Desenvolvimento* na América Latina. A filiação não se resumia a uma participação marginal de Bresser nesta “usina de pensamento” sobre reforma de Estado: fora alçado à condição de presidente do conselho científico do CLAD, que se responsabilizava em assessorar tecnicamente o conselho diretivo daquela entidade. O conselho científico que reunia, além de Bresser, outras figuras de destaque como o já citado Adam Przeworski, Leonardo Garnier Rimolo, Oscar Oszlak²⁴ e Nuria Cunill Grau (esta última, cientista política chilena e que teve importantes obras traduzidas no Brasil sobre *Terceiro Setor*).

O quarto capítulo, de forma mais específica, consiste num esforço de análise do papel de Bresser e sua equipe ministerial na arregimentação da *opinião pública* para a construção do consenso necessário em torno da *necessidade* da reforma preconizada. Fizemos um detalhado levantamento acerca dos quase cinquenta artigos publicados nos maiores jornais do país (*O*

²⁴ Rímolo é economista e foi diretor da Secretaria Técnica da Reforma do Estado da Costa Rica. Oszlak é cientista político e foi Secretário de *Investigación Y Reforma Administrativa* do governo argentino entre 1983 e 1989.

Globo, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e o extinto *Jornal do Brasil*). Especificamente quarenta e oito artigos publicados e republicados num intervalo de quatro anos. Assiduidade esta que constata o bom trânsito de Bresser-Pereira e das propostas *gerencialistas* do MARE na grande imprensa brasileira. Isso sem mencionar a contribuição de jornalistas com destaque em grandes veículos como o paulista Luis Nassiff. Amigo pessoal do ex-ministro, Nassiff foi um interlocutor privilegiado de Bresser nos tempos áureos do *tucanato* no aparelho de Estado.

Por fim, entendendo que é a relação presente/passado/presente que produz significados socialmente relevantes para a pesquisa histórica, elaboramos um epílogo que versa sobre a produção intelectual dos dias de hoje do ex-ministro da Reforma do Estado e *ex-tucano* Bresser-Pereira. De *social liberal, pragmático, gerencialista*, adepto de uma via alternativa entre neoliberalismo e socialismo estatista (uma *Third Way*) à macroeconomia do *novo desenvolvimentismo*. Dimensões semelhantes de um intelectual que se subordina a uma interpretação conservadora acerca do (sub)desenvolvimento brasileiro. Um intelectual orgânico capaz de construir em diversos campos da sociedade civil e no aparelho de Estado uma dada visão de mundo, ideológica necessariamente e convergente com o projeto de dominação de importantes frações de classe do empresariado industrial e financeiro do capitalismo liberal periférico brasileiro.

1ª capítulo: O problema dos “intelectuais” e o intelectual Bresser-Pereira.

1. BRESSER-PEREIRA: O intelectual e o método.

“Falam demais [os intelectuais], são grilos falantes, prontos a responder todas as perguntas de modo a fazer aparecer seus nomes nos jornais, ou pior, a serem chamados para participar de um debate televisivo”

(BOBBIO, Norberto. *Os Intelectuais e Poder- dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. P. 10)

“Os intelectuais são um grupo autônomo e independente, ou cada grupo social tem sua própria categoria especializada de intelectuais? O problema é complexo por causa das várias formas que assumiu até agora o processo histórico real de formação das diversas categorias intelectuais.”

(GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol 2: *os intelectuais, o princípio educativo e o jornalismo*. P.15)

“Minha formação é eclética, mas estou convencido de que esta é a melhor forma de compreender um mundo tão complexo e contraditório como este em que vivemos. Minha visão das coisas admite a concomitância de vários pontos de vista. Permite sínteses, mas não uma única síntese... sempre quis aliar a teoria à prática republicana, dediquei-me à ação política, mas por uma questão de vocação, a atividade acadêmica e de intelectual público sempre foi para mim a principal”.

(BRESSER-PEREIRA, L.C. *Economista ou sociólogo do desenvolvimento*. Pp. 509 e 520).

As epígrafes acima apontam, em boa medida, o que se pretende neste capítulo inicial. Uma tentativa de reflexão teórica sobre o problema do “intelectual”, sua atuação ideológica e política *stricto sensu* na sociedade civil (espaço por excelência da construção de projetos hegemônicos e contra hegemônicos) bem como seu *lugar* nesta sociedade civil. Ou seja, o lugar de sua “fala” e as relações estabelecidas nos meios que transita. Sua condição de classe e sua posição de classe.

Como situar o economista e cientista social Luiz Carlos Bresser-Pereira no bojo da *intelligentsia* brasileira. Intelectual orgânico? Ideólogo e artífice de um projeto conservador na sociedade brasileira, ou apenas um professor universitário, detentor de uma sólida carreira acadêmica e que se debruçou sobre uma miríade de temas da realidade social. Da macroeconomia à “sociologia do desenvolvimento” e à teoria política. Situar o intelectual Bresser Pereira faz-se mister devido não apenas a sua profícua produção como na condição de “intelectual”, “*homo academicus*” ou intérprete privilegiado da realidade brasileira. Mas também em função da imbricada rede de relações que este estabelece em distintos espaços da sociedade civil. Suas influências e sua destacada atuação intelectual e política (orgânica) nos meios empresariais, característica marcante de sua “posição de classe”. Bem como a forma como isso marca invariavelmente suas ideias e perspectivas de análise acerca das questões da realidade brasileira.

Alguns problemas se colocam aqui: a necessidade de nos municiarmos de um arcabouço teórico - conceitual para analisar o intelectual Bresser. Suas interpretações sobre o Brasil, o itinerário percorrido de sua bem sucedida trajetória acadêmica e as relações entre a sua produção e sua atuação política na ossatura material do Estado Brasileiro. Em grande medida observar a elaboração na sociedade civil (em seus diversos espaços) de ideias que num dado momento se materializam em políticas coadunadas a um modelo societário de corte liberal e privatista construído por frações das burguesias brasileiras. As relações entre os intelectuais, frações e segmentos de classe nos quais estão vinculados tornam-se uma questão mais que central neste debate.

Para balizar nossa análise devemos recortar o ecletismo, tanto da formação, quanto da atuação de Luiz Carlos Bresser-Pereira para apreender sua inserção nos meios acadêmicos universitários, e seu fácil trânsito em setores do empresariado paulista. Este caráter híbrido de sua atuação se deve, em boa medida, a capacidade que Bresser teve (e ainda tem) de conjugar suas formulações teóricas (desta forma se apresenta como um intelectual dotado de uma consolidada formação acadêmica) ao seu papel de mediador de interesses materiais e políticos específicos de determinados segmentos da burguesia

brasileira. Daí a singularidade, a nosso ver, da atuação do ex-ministro. Essa elasticidade de sua atuação profissional (e porque não política), na universidade, no meio empresarial e propriamente em agências do Estado brasileiro foi algo que nos impeliu a esta reflexão. De certa maneira, esta tese se propõe também a perfazer a rede de sociabilidade intelectual construída por Bresser-Pereira, sobretudo nos meios acadêmicos universitários. A fim de cumprir a difícil tarefa de reconstituir as estruturas elementares de sociabilidade que permeiam a atuação do intelectual Bresser (bem como sua atuação na condição de *policy maker* no Estado Brasileiro – sendo ministro de Estado em três ocasiões-) o trabalho prosopográfico e do itinerário intelectual se imporá da primeira parte desta tese de doutoramento.

Muito embora, não se constitua propósito central neste estudo fazer uma biografia propriamente dita do economista e ex-ministro, elencar elementos de sua trajetória pessoal é imprescindível para a compreensão das redes de sociabilidade e itinerários profissionais percorridos por Bresser-Pereira. Cientes da “ilusão biográfica”, tal qual proposta pela crítica de Pierre Bourdieu, sabemos que “o relato biográfico ancora-se no pressuposto de que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como de uma intenção subjetiva e objetiva de um projeto”²⁵. Ademais, tratando especificamente da autobiografia (a autobiografia escrita por Bresser-Pereira em 2004 é uma das fontes mais importantes da nossa pesquisa), a sociologia *bourdiesiana* supõe que “o relato autobiográfico baseia-se sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável de extrair a lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário”.²⁶ O paroxismo e a evidência desta hipótese aventada por Bourdieu para análise do problema do “gênero biográfico”, para

²⁵ AVELAR, Alexandre. “A Biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões”. *Dimensões: Revista de História da UFES*. V. 14. 2010. Pp. 157-172.

²⁶ BOURDIEU, P. “A Ilusão Biográfica” In *Usos e Abusos da História Oral*. P. 184.

nosso estudo, certamente é a coletânea publicada em 2004, em homenagem a Bresser, *Em Busca do Novo: O Brasil e o Desenvolvimento na obra de Bresser-Pereira*. A publicação por si só teve a pretensão de atribuir à obra do homenageado uma perspectiva totalizante, de intérprete dos problemas brasileiros. Bresser-Pereira alçado à condição de expoente da intelectualidade brasileira, pelo conjunto da obra e pelo seu “compromisso até a medula com o futuro do país”²⁷, nas palavras entusiasmadas de Luiz Nassiff, jornalista e interlocutor privilegiado do intelectual Bresser.

Outras duas questões de natureza teórica precedem toda esta discussão: Em que definição de intelectual Bresser Pereira se insere e qual a noção de ideologia exarada em sua produção intelectual? Pretenderemos responder isso, no geral, ao longo da tese e, em particular neste primeiro capítulo.

1.1. Bresser-Pereira: “economista ou sociólogo do desenvolvimento”? **Eclétismo teórico- o itinerário de sua formação:**

Antes de adentrarmos efetivamente ao problema proposto por esta tese de doutoramento (atuação de Bresser como *policy maker* a frente do MARE), faz-se necessário, como já mencionamos, um breve itinerário biográfico do economista Luiz Carlos Bresser-Pereira. A forma como se inseriu em espaços da sociedade civil e que permitiu a trajetória do intelectual que melhor sistematizou os termos do corolário *social liberal / gerencial* da Reforma do Estado no Brasil da década de 1990.

Bresser sempre fora um intelectual eclético. De acadêmico *stricto sensu* a executivo em grande grupo de comércio varejista de alimentos. Atuante em entidades de classe ligadas ao empresariado paulista. Associações classistas de frações da burguesia brasileira como a Associação Comercial de São Paulo (1967-68), Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), entre 1983 e 1985, e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), nas décadas de

²⁷ NASSIFF, L. No texto de apresentação da coletânea *Em Busca do Novo: O Brasil e o desenvolvimento na obra de Bresser-Pereira*. 2004.

1980 e 1990. Como passara a ocupar estes espaços? De que forma acumulou capital simbólico para construir uma carreira exitosa na FGV-SP, no meio empresarial, se organizar partidariamente e ocupar cargos estratégicos em agências do Estado Brasileiro? Observar a trajetória biográfica de Bresser talvez contribua para a compreensão da sua variada e destacada atuação na sociedade civil, bem como suas interpretações acerca da realidade brasileira.

Nascido em 1934 e originário de uma família paulistana de classe média, Bresser é egresso de um ambiente familiar intelectualizado. Seu pai, Sylvio Pereira (jornalista, advogado, político e escritor) e Alexandre Barbosa Lima Sobrinho (seu tio) foram importantes influências para formação de seu pensamento e compreensão da realidade, já nos primeiros anos da juventude: “Até os 16 anos, combinava as influências trabalhistas ou social democratas de meu pai e as nacionalistas de meu tio Barbosa Lima Sobrinho- ambos admiradores de Getúlio Vargas- com a influência católica tradicional que recebia de minha mãe e dos padres jesuítas.”²⁸ Bresser fora na juventude associado a grupos de juventude da *Ação Católica* em São Paulo . Na mesma época chegara a atuar durante algum tempo no jornal *O Tempo*, recebendo neste periódico, a influência marxista do secretário de redação, o jornalista trotskista Hermínio Sachetta.²⁹ “Através dele e da leitura de Plekhanov, comecei a travar

²⁸ Bresser-Pereira, L. C. *Economista ou sociólogo do desenvolvimento*. P.512. Barbosa Lima Sobrinho, jornalista, destacou-se pela sua atuação nacionalista a frente da Associação Brasileira de Imprensa. Foi nos anos 1950 e 1960 colaborador assíduo de importantes periódicos nacionalistas como *O Semanário* de Osvaldo Costa. Ver: BRITO, Leonardo. *A Imprensa Nacionalista no Brasil: O periódico “O Semanário”* (1956-1964). Jundiaí. Paco Editorial. 2010.

²⁹ Hermínio Sacchetta (1909-1982) nasceu em São Paulo e iniciou sua carreira na imprensa como revisor do *Correio Paulistano*. Engajou-se na luta revolucionária através do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1932. Foi um dos principais editores do jornal *A Classe Operária* até 1937, quando foi expulso da organização sob alegação de dissidência trotskista. Preso político durante o Estado Novo, após sua libertação, em novembro de 1939, participou da fundação do Partido Socialista Revolucionário, vinculado à IV^a Internacional. Atuou na Liga Socialista Independente, de tendência luxemburguista e, nos anos 1960, no Movimento Comunista Internacionalista. Além de *O Tempo* atuou também em periódicos de grande circulação como a *Folha da Manhã* e *Diários Associados*, ambos em SP.

conhecimento com Marx.”³⁰ Como jornalista chegou a atuar também no diário nacionalista *Ultima Hora*, entre 1956 e 1957. Bresser possuía, desde esses tempos, uma notável influência de intelectuais católicos e nacionalistas. O curso de direito realizado na década de 1950 fora dividido com o interesse sobre os problemas sociais brasileiros e as questões da agenda nacionalista em pauta naquele contexto. De acordo com o próprio Bresser, então aluno da prestigiosa faculdade de direito do Largo de São Francisco (USP), sua “guinada” dar-se-ia em 1955, quando abandonara o desejo de ser juiz de direito e passou a alimentar a vontade de se tornar estudioso do desenvolvimento brasileiro. Sem exagero, chega a falar numa opção deliberada em se tornar “sociólogo do desenvolvimento”- expressão que atravessa todo o relato autobiográfico:

“A mudança de objetivos ocorrera em janeiro de 1955, quando iniciava o terceiro ano da Faculdade de Direito. Até então, incluía-me entre os jovens intelectuais católicos preocupados em encontrar, em nível internacional, uma terceira via entre o capitalismo e o comunismo. Eu fazia parte, com meu grupo de companheiros da *Ação Católica*, do PDC (Partido Democrata Cristão) e minha visão do Brasil era convencional. Em janeiro de 1955, entretanto, encontrei sobre uma mesa da colônia de férias da *Ação Católica*, em Itanhaém, a revista *Cadernos do Nosso Tempo* e li o artigo de Hélio Jaguaribe, ‘A sucessão presidencial’. Esse artigo me ofereceu uma visão nova do Brasil, que em grande parte coincidia com o que ouvia na minha casa, de meu pai, e que mudou a minha vida. Através desse artigo, tomei conhecimento do pensamento do Grupo de Itatiaia, que logo em seguida, naquele mesmo ano, se transformaria no grupo do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (...). Pela primeira vez eu me deparava com um modelo histórico político do Brasil que fazia sentido para mim.”³¹

³⁰ BRESSER, L. C. *Op. Cit.* P. 512-513.

³¹ Idem. pp.513-514. A Revista *Cadernos do nosso Tempo* circulou no Brasil entre 1953 e 1956 e foi ligada ao IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política), embrião do que viria a se tornar nos “Anos JK”, o ISEB. Hélio Jaguaribe foi um dos principais expoentes do pensamento *isebiano* nos anos 1950. Dotado de um nacionalismo moderado ou “pragmático”, o artigo em questão tratava das eleições presidenciais vencidas por JK em 1955. Detalhes deste debate público promovido pelo ISEB podem ser visto nas páginas do jornal nacionalista *O Semanário*, que possuiu grande circulação entre 1956 e 1964.

De forma paralela às influências *isebianas*, a ideia de desenvolvimento produzida pelos economistas da CEPAL também possuiu repercussão na formação intelectual de Bresser-Pereira. O binômio industrialização/desenvolvimento atraía o outrora membro do PDC para o espectro ideológico do nacionalismo de esquerda que marcara a contexto político brasileiro no interregno liberal democrático de 1946/1964. As contribuições de Celso Furtado, Raul Prebisch e Ignacio Rangel na reflexão acerca do problema do subdesenvolvimento brasileiro, especificamente, e latino americano no geral serviram de pano de fundo para a construção de sua visão “integrada” e “projetual” sobre o Brasil. Da mesma forma, ganhavam fôlego no modo de pensar *bressiano*, as ideias keynesianas aplicadas à macroeconomia:

“Com as ideias do ISEB e da CEPAL, eu passava a ter uma visão integrada do Brasil e de sua situação no mundo, porém me faltava uma teoria mais geral. Até aquele momento, procurava combinar precariamente conceitos católicos com marxistas e keynesianos. Comecei a adquirir uma visão mais geral da economia e das empresas, da sociedade e do Estado, a partir do concurso para instrutor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, em 1959. Foi o caminho que encontrei para me transformar em economista ou sociólogo do desenvolvimento”.³²

Sua trajetória acadêmica começa a ganhar contornos mais nítidos no início dos anos sessenta, após a conclusão de curso de mestrado em Administração de Empresas na Michigan State University (EUA). Na oportunidade, período de dois anos integralmente dedicado aos estudos e financiado pela FGV-SP, Bresser passa a ter contato mais aprofundado com a teoria econômica e a sociologia. Quanto a esta última, Max Weber e sua teoria da burocracia, Wright Mills e sua teoria das novas classes médias e das elites, bem como a sociologia funcionalista americana Lloyd Warner, foram influências decisivas na formatação de seus métodos de pesquisa sociológica e na

³² Idem. P. 516.

elaboração das ideias sobre burocracia privada e revolução gerencial.³³ Em seu retorno, passara a assumir efetivamente turmas no curso de graduação em Administração da FGV/SP, além de desenvolver duas pesquisas acadêmicas específicas- a primeira sobre as origens étnicas e sociais dos empresários paulistas (publicada em 1964) e a segunda sobre a mobilidade e carreira dos dirigentes das empresas de São Paulo, transformada uma década mais tarde em tese de doutorado defendida na FEA/USP.³⁴ Sua atuação como docente em cursos de pós-graduação tem início entre 1963 e 1965, quando coordenara diversos cursos e foi um dos criadores do Mestrado em Administração de empresas da FGV-SP.

Com o capital simbólico científico conquistado após o término de seu curso de doutoramento, Bresser, entre 1974 e 1983, daria passos importantes para consolidação de expoente do pensamento nos debates acerca do que passaria a chamar de classe média profissional ou tecnoburocracia. “A Emergência da Tecnoburocracia” fora um controverso ensaio (escrito originalmente em 1972) e apresentado por Bresser-Pereira, no início dos anos 1980, em seminário oferecido no CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). Na oportunidade, vale mencionar a polêmica erigida com o sociólogo marxista Francisco de Oliveira sobre a compreensão de tecnoburocracia como classe. Oliveira cobrou assertivamente de Bresser Pereira um maior rigor teórico quanto ao uso do conceito de classe social. “Se você fala em nova classe, precisa falar em um novo modo de produção”³⁵, resgata Bresser as palavras de Chico de Oliveira neste debate. Bresser reconheceria com algum

³³ Bresser cursou entre 1960 e 1961 o *Master of Business Administration* que, época, não possuía exigência de elaboração de dissertação. Na oportunidade fora bolsista da United State Agency For International Development (USAID). Informações disponibilizadas em buscatextual.cnpq.br. Bresser Pereira/ currículo lattes.

³⁴ É válido mencionar a contribuição do economista Antônio Delfim Netto para aprovação de Bresser-Pereira no curso de doutorado em Ciências Econômicas da FEA/USP. Delfim Netto o orientou, segundo o próprio Bresser, até 1964 para em seguida ocupar o cargo de Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo.

³⁵ BRESSER-PEREIRA. *Op. Cit.* P. 518. “A emergência da Tecnoburocracia” foi publicada posteriormente como ensaio inicial do livro *A sociedade Estatal e a Tecnoburocracia* (1981).

atraso, anos mais tarde, seu estrondoso equívoco ao tratar tecnoburocracia como classe social.

Pelo menos até meados da década de 1980 Bresser lançou mão de um hibridismo profissional e de sua ímpar capacidade em atuar em diferentes “arenas” da sociedade civil (no meio empresarial, na universidade e no aparelho de Estado). Em meados de 1999, na abertura da *Jornada de Reflexion sobre el Pensamiento Economico Brasileiro – Três geraciones*, realizada na Universidade de Buenos Aires, Bresser faz uma proverbial constatação sobre sua múltipla e “otimista” atuação na sociedade civil:

“Sempre aliei a atividade acadêmica, que para mim é a principal, com uma atividade prática, seja no plano empresarial, seja no político. E ainda que aos intelectuais seja prudente ser pessimista, sempre fui otimista a respeito da efetividade da intervenção humana para transformar o mundo em que vivemos em sociedades predizíveis, mais justas, mais livres e mais prósperas. Estas duas opções custaram-me caro junto à academia, que se sente mais segura com um pessimismo desencantado e tem dificuldades em aceitar membros que usam ‘dois chapéus’. E tiveram um custo para mim, ao exigirem disciplina pessoal e trabalho redobrado.”³⁶

Professor universitário com profícua produção acadêmica e interpretações sobre os problemas da conjuntura brasileira e executivo/gestor do grupo empresarial Pão de Açúcar. Como se não bastasse, Bresser retomaria sua atuação política partidária no contexto da vitória do peemedebista André Franco Montoro ao governo do Estado de São Paulo em 1982. O acesso a Montoro era antigo, o conhecia desde os tempos de PDC nos anos 1950. A vitória do PMDB naquela eleição regional proporcionou a Bresser suas primeiras experiências como ocupante de cargos na máquina do Estado. Fora entre 1983 e 1985 presidente do BANESPA (Banco do Estado de São Paulo) e devido à função

³⁶ Bresser-Pereira citado por ARAÚJO, Fabio Anderaos. “Distribuição de Renda e Modelo clássico” In *Em Busca do Novo: O Brasil e o Desenvolvimento na obra de Bresser-Pereira. Op. Cit.* 201.

teve assento no conselho de orientação superior da Federação Brasileira de Bancos (um aparelho privado de dominação que Bresser qualifica como entidade do “Setor Público Não Estatal”). Em maio de 1985 chegaria à condição de titular da Secretaria Estadual de Governo.

O engajamento na vitoriosa candidatura de Orestes Quércia em 1986, ao governo do estado de São Paulo, lhe rendeu continuidade do 1º escalão da administração peemedebista. Durante apenas dois meses (de março a maio de 1987) ocupou a pasta de Ciência e Tecnologia do governo Quércia. Fora neste momento que, graças às articulações lideradas pelo “dr. Ulysses” (Ulysses Guimarães) no Congresso Nacional e junto ao governo Sarney³⁷, recebeu a indicação e anuência do partido para ocupar aquele que seria até o momento o espaço político institucional mais importante de sua trajetória: o Ministério da Fazenda. Bresser era conduzido a esta agência do Estado brasileiro com a árdua tarefa de superar os efeitos políticos e econômicos do fracasso do *Plano Cruzado*, executado na gestão do ministro Dilson Funaro. Apesar de curta, a passagem pelo Ministério da Fazenda permitiu a elaboração de um plano de estabilização macroeconômica (o *Plano Bresser*) que, segundo o economista Francisco Lopes (um dos colaboradores mais assíduos do plano, ao lado de Nakano e Fernão Bracher), “não fora um fracasso como alguns colonistas de economia repetem até hoje, esta ideia parece-me um completo equívoco. O plano tinha objetivos limitados e o cumpriu integralmente. Fez a taxa de inflação despencar de 26% ao mês em junho para taxas de um dígito nos primeiros cinco meses. Isso deu à economia condições para sair da grave recessão em que se encontrava e tirou o sistema financeiro de uma situação seríssima de inadimplência generalizada”.³⁸

³⁷ Essa informação acerca dos meandros da articulação política que levou Bresser à Esplanada dos Ministérios é dada por Marcio Moreira Alves, no breve ensaio “Testemunho de um amigo”, também publicado em 2004 na coletânea organizada por José Marcio Rego e Yoshiaki Nakano. Dilson Funaro permaneceu à frente da Fazenda entre agosto de 1985 e abril de 1987.

³⁸ LOPES, F. “Plano Bresser: a versão de otênização”. In *Em busca do Novo...* p. 242. Lopes faz um interessante relato sobre os bastidores do plano Bresser. Uma versão mais detalhada e diferente do que foi publicado em 16 de junho de 1987 foi abandonada às vésperas o lançamento do plano. Tratava-se de uma estratégia gradualista de controle de preços através do instrumento indexador “OTN”. A versão decretada naquele inverno de 1987 se propôs, na prática, a fazer o

Após a brevíssima passagem pela Fazenda, Bresser retoma suas atividades na FGV- SP e à frente das operações empresariais do grupo Pão de Açúcar. É exatamente neste contexto, entre 1988 e 1994, que Bresser lança mão de suas principais formulações acerca do problema da crise do Estado, bem como a elaboração do corolário que posteriormente seria aplicado durante sua gestão no Ministério Extraordinário da Administração e Reforma do Estado (MARE). No ano de 1993 publica em parceria com o cientista político polonês radicado nos EUA, Adam Przeworski, seu trabalho mais importante acerca desta temática *Economic Reforms in New Democracies*. Bresser, em definitivo, consolidava sua posição de interlocutor internacional acerca das reformas econômicas (de corte liberal, nunca é demais reiterar) para países de democracia recente, como o Brasil.³⁹ Também neste contexto, Bresser expõe, no campo da teoria política, seu apreço pela obra do pensador liberal italiano Norberto Bobbio: “Através de Bobbio, passei a buscar a integração, por muitos considerada impossível, entre socialismo democrático e liberalismo”, ressalta de forma efusiva Bresser-Pereira.⁴⁰

Não demoraria muito para que um dos intelectuais brasileiros mais dedicados ao problema da crise do Estado –diagnosticada como crise fiscal- logo assumisse uma posição preponderante no aparato estatal, e com o claro objetivo de colocar em prática a teorização desenvolvida nos anos anteriores. A circulação político-partidária de Bresser também foi decisiva para que o acadêmico voltasse a ser o *policy maker*, agora não mais da estabilidade macroeconômica alcançada pelo *Plano Real* (estabilidade assentada sobre a continuidade da abertura da economia brasileira, da desindustrialização

congelamento de preços, acabar com o subsídio público a determinados produtos o que provocou um “realinhamento de preços” de combustíveis, de produtos siderúrgicos e da energia elétrica. O “realismo tarifário” do Plano Bresser contribuiu para minar mais ainda desgastada imagem do Governo Sarney. O Brasil entre planos heterodoxos executados via decretos-lei caminhava a passos largos em direção à hiperinflação.

³⁹ O foco de Przeworski é especificamente o receituário e os efeitos destas reformas econômicas para os países do leste europeu na conjuntura imediatamente após o fim da URSS. Bresser ao lado de Przeworski e José M. Maravall desenvolvem longa pesquisa sobre tal tema. Uma análise mais adensada dos resultados deste trabalho estão no 2º capítulo de nossa tese de doutoramento.

⁴⁰ *Em Busca do Novo. Op. Cit.* P. 519.

provocada pelo mecanismo da âncora cambial e das elevadíssimas taxas de juros realizadas no Brasil). O rentismo tão evidente na economia brasileira desde os anos 1990 levava, certa vez, o finado e prestigioso cepalino Celso Furtado a afirmar a condição do país de “guichê pagador de juros da dívida pública”.⁴¹ O caminho para a Reforma *gerencial* do Estado estava pavimentado, com a eleição da coalização liberal conservadora – capitaneada pelo PSDB e pelo então PFL, no pleito presidencial de 1994.

1.2- Bresser Pereira e a influência das ideias de Norberto Bobbio: a síntese do impossível - o “socialismo liberal” e a problemática do intelectual:

Um bom apanhado sobre o problema dos intelectuais e sua relação com o poder é apresentado pela coletânea, já clássica, organizada no início dos anos 1990 pelo pensador político italiano Norberto Bobbio.⁴² Evidenciando suas inclinações claramente liberais e weberianas, Bobbio oferece ao leitor uma interessante reflexão sobre a forma como o debate entre os intelectuais e a respeito dos intelectuais foi feito por uma diversidade de pensadores no século XX. A escolha dos textos do filósofo político italiano não se deu por acaso. Bobbio é um dos intelectuais frequentemente citados por Bresser como aquele que foi capaz de fazer a síntese das grandes ideologias antípodas nascidas no advento da contemporaneidade ocidental: O Liberalismo e o Socialismo, ou melhor, entre socialismo e democracia. Um elástico e pitoresco exercício teórico que fora celebrado pelo ex-ministro Bresser-Pereira nos primeiros anos após o fim do “socialismo real”. Numa entrevista ocorrida no início dos anos 1990, Bresser foi recebido pessoalmente por Norberto Bobbio em Turim e na oportunidade, o então octagenário filósofo italiano, concedeu uma longa entrevista ao ex-ministro brasileiro.

⁴¹ Celso Furtado em *O Longo Amanhecer*. Entrevista concedida ao documentarista Jose Mariani em julho de 2004.

⁴² Os três textos que lançamos mão para este debate foram: *Intelectuais e classe política*, publicado originalmente em 1954; *Intelectuais e poder*, proferido no Seminário sobre os partidos e a cultura na Itália organizado pelo Partido Socialista Italiano (no qual Bobbio foi militante orgânico) e o verbete *Intelectuais* da *Enciclopédia del Novecento* (sem data).

Numa lapidar análise desta entrevista, no pouco conhecido, mas importante ensaio do cientista político Paulo Vannuchi intitulado *Os Socialismos de Bobbio e Bresser-Pereira*, podemos verificar pertinentes considerações que sintetizam as inequívocas aproximações entre algumas percepções do teórico político liberal italiano e o *social democrata* “pragmático” (expressão muito encontrada na literatura *bressiana* para autodenominá-lo, na época) Bresser-Pereira. A reflexão de Vannuchi teve como ponto de partida a mencionada entrevista cedida ao ex-ministro mais ou menos um ano antes deste último assumir o Ministério Extraordinário da Administração e Reforma do Estado, no 1º governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998).⁴³

A primeira grande similitude entre os dois intelectuais, apontada por Vannuchi, é a compreensão, muito própria que os dois possuem, de se observarem como “intelectuais mediadores”. Ou seja, ecléticos e dotados de certo “sincretismo teórico”. Nesta entrevista, destaca Vannuchi: “a isenção jornalística – pretendida pelo entrevistador sucumbiu diante da invariável atração intelectual que Bresser reconheceu desde que entrou em contato, pela primeira vez, com o pensamento do intelectual piemontês, ainda nos anos 1970”.⁴⁴

Logo no introito à matéria, observamos essa exortação aos leitores do economista “tucano”, que expressa a concepção reinante na cabeça de intelectuais liberais como Bresser e Bobbio. Observe o esforço, empreendido por ambos, para a “convergência” entre esses dois paradigmas teóricos antagônicos da Contemporaneidade advinda nos oitocentos. Ademais, expressa também a peculiar definição de socialismo de Bresser-Pereira:

⁴³ BRESSER-PEREIRA, L. C. “Bobbio defende o ‘compromisso’ entre liberalismo e democracia”. *Folha de São Paulo*, 5 dez. 1993. “Caderno Mais!” Disponível em www.bresserpereira.org.br. Acessado em 22/08/2013. A análise integral desta entrevista pode ser conferida em VANNUCHI, P. *Os socialismos de Bobbio e Bresser-Pereira*. In NAKANO, Y; REGO, José M & FURQUIM, L. (Org) *Em Busca do Novo. O Brasil e o Desenvolvimento na obra de Bresser-Pereira*. São Paulo. FGV. 2004. PP. 423- 441.

⁴⁴ VANNUCHI. *Op. Cit.* P. 424.

“(...) Bobbio sempre norteou seu pensamento para a busca de uma síntese – ou de um compromisso, como ele prefere- entre as duas visões [liberalismo e socialismo]. Este compromisso é o liberal socialismo ou socialismo liberal, que conforme ele nos diz nesta entrevista, não se distingue essencialmente da social democracia, e se caracteriza pelo compromisso entre liberalismo político e o socialismo econômico. Para Bobbio, o socialismo democrático do século XIX não era a antítese do liberalismo, mas um desenvolvimento deste. O liberalismo garantia a propriedade e os direitos individuais à burguesia, o socialismo passava a garantir os direitos sociais e o sufrágio universal para os trabalhadores”.⁴⁵

Bresser consegue obter nesta entrevista uma rara afirmação de Bobbio no que tange a uma pretensa equivalência teórica, programática e ideológica entre o social liberalismo *bobbiano* e a variante de *social democracia* que, naquele contexto, vinha sendo formulada e sistematizada pelo próprio economista brasileiro, no bojo de sua orgânica militância no partido da social democracia brasileira (PSDB). Fica evidente na entrevista, o objetivo das perguntas dirigidas ao interlocutor italiano na busca por nexos entre liberalismo e socialismo. Bobbio apresenta para Bresser, nesta ocasião, o seu esforço de estabelecer uma noção de “compromisso” entre os dois campos teóricos absolutamente antagônicos e divergentes. Na prática, o que se estabelece na teorização de Bobbio e nas ilações de Bresser é um esforço de síntese, presente em intelectuais que, de forma arrogante, buscam conciliar (à luz do resgate histórico do social liberalismo italiano - de expoentes como Carlo Rosselli e do movimento liberal socialista da Escola Norma de Superior de Pisa expresso nas formulações Guido Calógero e Aldo Capitini), paradigmas filosóficos e concepções ideológicas diametralmente distintas e, no limite, excludentes entre si.⁴⁶

⁴⁵ BRESSER-PEREIRA. *Op. cit.* 1993. (Grifo nosso).

⁴⁶ Carlo Rosselli (1899-1937), intelectual florentino que se destacou na resistência anti-fascista italiana. Teve como obra máxima o livro *Socialismo Liberale* escrito no final da década de 1920. Foi, ao lado de Benedetto Croce (1866-1952), Piero Gobetti (1901-1926), Guido Calógero (1904-1986) e Aldo Capitini (1899-1968), uma das maiores influências intelectuais liberais para Norberto Bobbio. Tal livro foi prefaciado e apresentado por Bresser-Pereira numa edição brasileira de 1997 patrocinada pelo Instituto Teotônio Vilela, “*Think tank*” da intelectualidade do PSDB. A referência à Calógero e Capitini é feita sem maiores remissões bibliográficas por VANNUCHI. *Op. cit.* pp. 423-441.

A península itálica era nas primeiras décadas dos noventa um “buquê de híbridos”, tomando de empréstimo a expressão utilizada pelo historiador marxista Perry Anderson⁴⁷ e resgatada por Paulo Vannuchi. Refletia um espectro político notadamente marcado pelos debates e dissensões entre os comunistas do Partido Comunista Italiano (PCI), socialistas liberais e liberais como os mencionados Rosselli e Piero Gobetti. Este último organizaria anos antes de sua morte em 1926, o importante periódico *Rivoluzione Liberale*, onde conseguiu reunir colaboradores de diferentes matizes ideológicos e teóricos: Antônio Gramsci por um lado (numa época em que já tocava paralelamente seu jornal *L'Ordine Nuovo* e, por outro, expoentes de relevo do “elitismo italiano” ou “escola italiana das elites” como Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca. É nesta conjuntura muito peculiar marcada pela repressão *mussoliana* que Bobbio se insere, em 1935, como militante nas fileiras do liberal socialismo e do socialismo liberal italiano. Sua vinculação primeira fora como simpatizante do grupo socialista liberal *Giustizia e Libertà*. Grupo esse que, ao ser desbaratado pelas forças de repressão do Estado totalitário fascista, permitiria a Bobbio sua primeira experiência no cárcere. Neste mesmo ano, depois do breve período em que esteve preso, iniciou sua atuação como acadêmico na Universidade de Camerino e se aproximaria de forma inequívoca, em 1937, do liberal socialismo produzido a partir da já mencionada Escola Nacional Normal de Pisa.

Na década de 1940, anos antes do fim da Segunda Guerra Mundial, já na condição de docente na Universidade de Pádua, ocorrera seu ingresso no *Partido da Ação*, organização de orientação liberal resultado da fusão entre as ideias *liberais socialistas* de Calógero e Capitini e *socialistas liberais* alinhados como as elaborações de Rosselli.⁴⁸ A anteposição ou posposição dos termos (além da

⁴⁷ ANDERSON, Perry. *Zona de Compromisso*. São Paulo. Unesp. 1996.

⁴⁸ Mais do que um mero jogo de palavras as duas correntes *liberais socialistas e socialistas liberais* apresentavam nuances entre seus programas políticos. Foge, no entanto, do escopo do nosso texto salientar tais diferenças. A ideia é estabelecer um paralelo no que tange à postura intelectual entre Bobbio e Bresser. O primeiro sempre evocado como exemplo de influência intelectual para o segundo. Ambos, intelectuais liberais, tentados ao longo da vida a fazer a “síntese do impossível”. Para uma reflexão mais adensada sobre estas duas correntes: REGO, Walquíria G. *Paixões Cívicas e Intelectuais Empenhadas*. (Tese de Livre docência). IFCH. Unicamp. 1999.

evidente crítica ao socialismo marxista do PCI de Gramsci e Palmiro Togliatti) buscava se expressar, segundo a socióloga Walkíria Rego, no plano terminológico, da seguinte forma:

“Preferíamos falar de liberal socialismo a socialismo liberal, para sublinhar também nos termos o fato de que a nova síntese representava o reconhecimento da complementaridade indissolúvel de dois aspectos da mesma ideia. Nem ‘os liberais’ era substantivo, nem o socialismo era adjetivo, mas num substantivo único, designando assim um conceito”.⁴⁹

Destaca também Vannuchi que, a despeito do esforço de síntese entre os dois paradigmas teóricos, buscada pelos liberais socialistas italianos, a mesma não havia sido alcançada. A fragilidade deste social liberalismo estaria justamente grifada na impossibilidade de aglutinar estas duas construções conceituais e antagônicas, a primeira (o liberalismo) como produto histórico da luta de uma burguesia revolucionária antifeudal e a segunda (o socialismo) como resultado de um programa político oitocentista de uma classe operária *ontologicamente* antagônica, antípoda da primeira e em luta classista com uma burguesia já conservadora.⁵⁰ Além das impossibilidades teóricas de realização desta síntese do impossível entre liberalismo e socialismo, do ponto de vista prático e da experiência histórica objetiva, as hostes liberais do *Partido da Ação* se viram, no pós-guerra, espremidas entre o avanço dos comunistas, à esquerda do espectro ideológico e à democracia cristã, à direita. Notadamente, seu definir eleitoral levaria à desagregação. Pequenos grupos liberais se agregariam às fileiras do PCI enquanto a maioria (Bobbio, inclusive) engrossaria a militância do Partido Socialista Italiano (PSI).

⁴⁹ REGO, W. *Op cit.* 1999. P. 61. *Apud* VANNUCHI. *Op. cit.* 2004. P. 431.

⁵⁰ *Idem.*

Diante um impasse de ordem teórica, estrategicamente, Bobbio buscou operar uma construção teórica valorativa à democracia. Ou seja, atribuiu valorização superior à democracia (entendida em seu sentido estritamente institucional), compreendendo-a como um dos “vértices” de um triângulo metafórico formado por liberalismo e pelo socialismo. A institucionalidade democrática como produto de uma convicção ética e política (bem a modo weberiano) de crença nos valores da democracia liberal, materializado historicamente nas democracias liberais do mundo ocidental (grifa-se mundo anglo-saxão). Operar-se-ia, a partir de agora (dada a impossibilidade da síntese entre socialismo e liberalismo), a análise da relação entre socialismo e democracia. O que deveras não se constitui na mesma coisa. Bobbio passaria, a partir dos anos 1950, a buscar resposta para o problema que os partidários do social-liberalismo notadamente não conseguiram formular uma resposta efetiva: democracia sem socialismo ou socialismo sem democracia? Bobbio chegara a reconhecer em sua autobiografia publicada em 1977 o equívoco político e o fracasso teórico dos *socialistas liberais* e *liberais socialistas* na sua busca pela sua síntese histórica de natureza idealista. Reconhece, ainda que tardiamente, à ausência de materialidade social na formulação teórica relativa a tal síntese:

“Tanto o socialismo-liberal, quanto o liberal-socialismo foram construções doutrinárias e artificiais feitas no papel, mais verbais que reais (...) afirmar teoricamente que liberalismo e socialismo não são incompatíveis nada acrescenta sobre as formas e os modos de sua possível síntese. Mais liberalismo ou socialismo? Liberalismo em que medida? Socialismo em que medida?”⁵¹

⁵¹ Agradeço o comentário do Prof. Dr. Bernardo Kocher que, ao revisar este texto, fez acertadamente menção ao fato de que Bresser nos anos 1990 e os “tucanos” (desde sempre) antes de serem “sociais democratas liberais”, alcançaram o livre mercado pelo caminho da esquerda reformista europeia. Os sociais democratas liberais na Europa tiveram o mérito, pelo menos, de se tornar o que são a partir da evolução crítica ao longo do século XX. Evidência empírica disso na social democracia alemã, por exemplo, é a revisão feita no “Programa de Godesberg” (1959) que significou a negação definitiva do marxismo no programa do partido. A revisão programática no seio da social democracia europeia se deu ao longo do pós segunda Guerra Mundial, mas os tucanos já nasceram com a situação “deteriorada” e procuraram replicar uma política conservadora com o intuito de fazer valer a estabilidade macroeconômica ao invés da

Esta longa digressão acerca da trajetória intelectual e política *stricto sensu* percorrida por Norberto Bobbio nas hostes do liberalismo italiano deve servir para explicar como Bresser-Pereira recorreu, ao longo dos anos 1990, à expediente semelhante ao buscar a síntese impossível e *artificialista* entre socialismo e liberalismo. De evidente inspiração *bobbiana* tal esforço estaria circunscrito aos territórios das análises “social democratas” elaboradas pelo “intelectual mediador” (para nós orgânico!) Bresser, no cerne de suas reflexões teóricas e das necessidades programáticas de sua militância partidária no PSDB. Em artigo publicado em 1997,⁵² caracterizado pelo esforço em qualificar o PSDB como um partido representante da “esquerda moderna” (enquanto outros segmentos – como o PT à época - seriam enquadrados pejorativamente como “esquerda tradicional ou arcaica”), Bresser se apresenta como teórico e militante da social democracia aos termos gerais do social-liberalismo de Rosselli e Bobbio. A terceira via tal qual identificada e proposta por Bresser buscava se legitimar, no plano teórico, nas formulações do social liberalismo italiano, invariavelmente originados das contribuições de Rosselli, Piero Gobetti e Bobbio. No mesmo ano, no prefácio à edição brasileira do livro *Socialismo Liberal* de Carlo Rosselli⁵³, publicada pela Fundação Teotônio Vilela, Bresser atingiria o paroxismo de sua elasticidade teórica e reflexiva ao afirmar a “não oposição, mas complementaridade entre socialismo, democracia e liberalismo”. O *etapismo* evolutivo e a ausência da dialética em sua análise ficam por si só evidentes:

justiça social. O PSDB como pastiche ou replicante desqualificado da social democracia europeia?

⁵² BRESSER-PEREIRA. *Por um partido democrático, de esquerda e contemporâneo*. Revista *Lua Nova*, nº 39, 1997.

⁵³ ROSSELLI, Carlo. *Socialismo Liberal*. Brasília/ Rio de Janeiro: Instituto Teotônio Vilela/ Zahar, 1997. Prefácio de autoria de Bresser-Pereira. Além dessa aproximação com o *socialismo liberal* italiano outra referência muito presente nas teorizações de Bresser sobre *social democracia* e *terceira via* é a obra do sociólogo britânico e figura de proa do “novo trabalhismo inglês” Anthony Giddens. O debate Bresser-Pereira/Giddens é objeto de análise também neste capítulo.

“O socialismo marxista se opôs ao liberalismo burguês e propôs não apenas a revolução armada, mas a estatização dos meios de produção. Nada podia ser mais antiliberal. Entretanto, no momento em que vemos, seguindo a teorização (liberal) de T.H. Marshall [sobre a evolução histórica dos direitos da cidadania], os direitos civis sendo definidos pelos liberais no século dezoito, os direitos políticos pelos democratas, no século dezenove, e os direitos sociais pelos socialistas, no século vinte, torna-se claro que não há oposição, mas complementaridade entre liberalismo, democracia e socialismo. Liberdade, participação política e igualdade podem em certos momentos entrar em contradição, exigirem compromissos, *trade-offs*, mas a lógica que une essas ideias é antes complementar do que conflitante”.⁵⁴

Apreende-se no esforço do economista Bresser sua inegável e fracassada tentativa de fazer uma síntese desprovida de qualquer perspectiva dialética entre categorias tão distintas, derivadas dos dois grandes paradigmas teórico-políticos da Modernidade Ocidental (liberalismo e socialismo). Sua tese consubstanciada na não oposição entre liberalismo e socialismo apresenta, na prática, a tentativa de desqualificação de qualquer alternativa teórica, política e ideológica aos ditames do capital. E, se a realidade e a experiência estão dadas teleologicamente, caberia à *nova esquerda* “social democrata” / “social liberal” / “republicana”, segundo o ex-ministro, governar de forma mais competente e justa do que fazem os *conservadores* (para Bresser, leia-se os “neoliberais ortodoxos”). O Estado “Social Liberal” de suas formulações emergiria justamente deste esforço de gerenciar o capitalismo em crise. Uma crise que teria como cerne, segundo Bresser (e aí está a sua convergência maior com a interpretação economicista neoclássica predominante na América Latina no alvorecer da década de 1990), a crise fiscal do Estado.

Da mesma forma, sua leitura nos anos 2000, sobre o que seria a *nova esquerda*, expressaria sua peculiar noção de socialismo:

⁵⁴ BRESSER-PEREIRA In ROSSELLI. 1997: X-XI (prefácio à edição brasileira).

“A *Nova Esquerda* mudou ao longo dos anos. Agora a *nova esquerda* que emergiu da crise do Estado e do colapso da União Soviética de 1989 (sic), e que ganhou as eleições, ainda visa o socialismo, mas frequentemente evita a palavra dado a sua conotação estatista. O socialismo democrático segue sendo o objetivo, mas o socialismo é definido em novos termos, enfatizando o seu caráter radicalmente democrático. O socialismo será consistente com um sistema econômico de mercado coordenado, onde prevalece um sistema democrático, uma vez que, somente através da igualdade política será possível alcançar ampla igualdade de oportunidade e proteção aos incapazes de competir no mercado – as duas características que distinguem o socialismo. É por isso que, seguindo Carlo Rosselli e Bobbio, tenho identificado a *nova esquerda* e a *nova* social democracia como liberal socialismo ou o social liberalismo. A *nova esquerda* parte do pressuposto de que a economia de mercado não será, necessariamente, uma economia capitalista. O capitalismo já mudou imensamente e continuará a mudar. Assim, de alguma forma o socialismo democrático poderá materializar-se no futuro”.

55

Bresser-Pereira e Bobbio, dotados de um inequívoco idealismo parecem “esquecer” a materialidade e o substrato social das ideologias mencionadas por ambos. Da mesma forma, é também obliterado na análise, o nítido corte de classe que permeia o surgimento destas duas ideologias. Ao omitir tal constatação histórica os dois intelectuais operam um debate político em grande medida desvinculado do materialismo histórico e da lógica de antítese, de contradição de classes, que permeou o enfrentamento entre as duas ideologias a partir do século XIX. Um típico exercício liberal e idealista que alcança seu zênite quando Bresser (ao teorizar sobre *social democracia* e *terceira via*, na América Latina, no contexto específico do início dos anos 1990) chega a afirmar que a social democracia, como maior ênfase no mercado e na disciplina fiscal, seria uma “síntese possível”.

A partir do que se apresenta acima nos cabe indagar: Serão os ares de desagregação do *socialismo real* no alvorecer dos anos 1990 tão desnordeadores

⁵⁵ BRESSER-PEREIRA. *Uma Nova Esquerda a partir do Sul*. *Revista de Filosofia Política*. Nova Série, v. 6. 2000. Citado também por VANNUCHI. 2004. P. 439.

assim? Ou será essa tentativa de síntese, deveras impossível, buscada por Bobbio e Bresser – cada um a seu tempo - produto da ação de intelectuais flagrados num evidente ato de contrição? Feita esta reflexão, lancemos luz sobre o debate acerca da problemática do intelectual tal qual apresentado por Bobbio em diversos textos e contextos de sua trajetória acadêmica. Apesar de discordarmos das opções de natureza teórica apresentadas pelo filósofo italiano para debater tal questão, ela aponta caminhos importantes que podem ser percorridos para pensarmos o próprio Bresser-Pereira na condição de intelectual.

A despeito de Bobbio (e em grande medida também Bresser-Pereira) ser o intelectual da *síntese idealista*, sua reflexão acerca da “problemática intelectual e poder” possui algum valor, à medida que o autor expõe com matizes a variedade que este debate, realizado por diversos pensadores, percorreu ao longo do século passado. Das reflexões do filósofo Julien Benda sobre *a traição dos clérigos*, passando pela sociologia do conhecimento de Karl Mannheim; pelo pensamento político de Ortega y Gasset ao *intelectual orgânico* do teórico político marxista sardo Antônio Gramsci. Perpassando também a questão da *responsabilidade dos intelectuais*, tal qual apresentada em fins dos anos 1960 pelo linguista libertário Noam Chomsky. Bobbio se propõe a fazer uma reflexão acerca da relação entre *intelectuais e classe política*. Entendendo como elementos preliminares para esta reflexão duas condições: a ideia de “que os intelectuais constituam ou creiam constituir, em um determinado país, uma *categoria* a parte”. E “que esta categoria de pessoas tenha ou creia ter uma função política própria, que se distingue da função de todas as outras categorias ou classes componentes daquela determinada sociedade”.⁵⁶

O próprio autor entende a dificuldade em se debruçar sobre temática tão diversa e que pode ser observada a partir dos mais diferentes prismas teóricos e ideológicos. Ainda assim, Bobbio, neste texto publicado em 1953, que se constituía numa tentativa de introdução para uma investigação acerca da relação

⁵⁶ BOBBIO, N. *Intelectuais e Classe Política*. In *Intelectuais e o Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Op. cit. P.31. Também no artigo *Intelectuais e Classe Política*, Bobbio evoca em vários momentos sua herança liberal *croceana*. Benedetto Croce faz dos intelectuais “homens de alta cultura”.

entre “intelectual e política”, tem o mérito de apresentar ao estudioso do assunto um panorama amplo, delineando os caminhos percorridos pelos autores apresentados. O filósofo francês Julien Benda e sua famosa obra *La trahison des clercs*, de 1927, é evocada pelo autor de modo a constatar o exemplo de intelectual que entendia a necessidade dos intelectuais se apresentarem de forma “neutra” em relação à vida política e na relação entre cultura e vida política. O neutralismo intelectual (ou o pretenso) característico de visão de Benda sobre os *homens da alta cultura* fica evidente na afirmação de que a estes “clérigos” caberia “a missão de defender e promover os valores supremos da civilização, que são desinteressados e racionais; na medida em que subordinam sua atividade aos interesses contingentes, às paixões irracionais da política, traem sua missão”.⁵⁷

Karl Mannheim é apresentado por Bobbio como aquele que propõe ao intelectual uma tarefa não apenas teórica, mas prática. A da síntese entre as diversas ideologias conflitivas que expressariam cada uma a sua maneira um ponto de vista da realidade social que é necessariamente parcial. “Se não deseja que estas ideologias contrastem entre si sem trégua, deve se tentar a síntese, isto é, deve se tentar obter uma visão compreensiva dos vários pontos de vista em conflito. Uma síntese que só poderia ser obtida, segundo Mannheim, por obra de uma categoria que, diferentemente de todos os demais agrupamentos que produzem ideologias sociais, não tem uma composição de classe e está desancorada da sociedade”.⁵⁸ A obra em questão, sob a lupa do liberal piemontês, é *Ideologia e Utopia* publicada por Mannheim em 1929, uma espécie de obra inaugural e sistematizada da “sociologia do conhecimento” tal qual entendida pelo sociólogo húngaro. De forma sumária, para Mannheim caberia ao

⁵⁷ BOBBIO, *Op cit.* P.32. A melhor resposta à “traição dos clérigos de Benda”, segundo Bobbio viria de um membro do Partido Comunista Francês em 1932: Paul Nizan. Em *Os Cães de Guarda* Nizan repreendia os “filósofos puros” dotados de “um espiritualismo insosso”. Benda é um “desertor” dos propósitos intelectuais, nas palavras de Nizan: “O senhor Benda não pode renunciar a uma certa hipocrisia. Mais esperto do que seus co-irmãos intelectuais, não nega, como eles fazem, ter-se desinteressado pelos homens, mas ensina que o melhor modo de servi-los é precisamente o de ‘desertá-los’”. NIZAN, P. *I cani da guardia* citado por Bobbio. *Op. cit.* P.77.

⁵⁸ BOBBIO, N. *Idem.*

homem da “intelligentsia” a capacidade de *mediatizar* a política e a teoria: “Sintetizar várias ideologias tornaria possível dar passagem a novas orientações políticas”.⁵⁹

O problema do “intelectual” na obra do filósofo espanhol Ortega y Gasset é apresentado por Bobbio como fundado na distinção entre “elites intelectuais” (às quais caberia a direção da sociedade) e massas, cujo destino é deixar-se conduzir por uma minoria de espíritos clarividentes. “O primeiro objetivo do intelectual seria o de promover a organização de uma minoria encarregada da educação política das massas.”⁶⁰ Há na obra de Ortega y Gasset a premissa do intelectual entendido como “casta”. Isto é, aquele capaz de se entender como parte de um grupo dirigente, “minorias intelectuais”, “espíritos superiores” capazes de plasmar nas massas a direção a ser impressa no que tange à compreensão da realidade social. Para Norberto Bobbio:

“Talvez não tenha existido autor, na Europa, que tenha expressado, mais do que Ortega, o espírito de casta do intelectual e tenha contraposto, com mais desdenhosa e orgulhosa confiança, a obra iluminadora dos intelectuais às paixões do homem gregário”.⁶¹

⁵⁹ BOBBIO, N. *Op cit.* P. 34. A noção de ideologia para Mannheim está associada ao conjunto de ideias que objetivam manter a ordem existente. *Ideologia* é uma das dimensões da dominação e por outro lado, a *utopia* seria a ideia que fundamenta as ações de transformação desta dada ordem. Esta definição de ideologia está muito próxima dos postulados e da atuação de Bresser-Pereira ao longo de sua trajetória política no Estado e na sociedade civil. MANNHEIM, K. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. PP.66-67. Uma boa análise dos conceitos de ideologia e utopia em Mannheim está em SILVA, A. Ozaí. *Ideologia e Utopia*. *Revista Espaço acadêmico*, nº 96 – Maio de 2009. Disponível em www.espacoacademico.com.br.

⁶⁰ ORTEGA Y GASSET, J. *Vieja e Nueva política*. Conferência ministrada pelo intelectual espanhol em 1914. Citada por Bobbio. *Op. cit.* Pp.33.

⁶¹ Idem. Os textos de Ortega y Gasset que lastreiam a análise bobbiana são *España invertebrada* de 1922 e *La Rebelion das de las masas* de 1930.

Há também um paralelo evidente entre a percepção de “intelectual” de Ortega y Gasset e a apresentada pelo filósofo liberal italiano, Benedetto Croce.⁶² Para este o intelectual deve ser pensado como aquele irremediavelmente defensor dos “valores de cultura” (entendida como alta cultura e associada aos valores liberais advindos nos setecentos). Croce foi, no decorrer da desagregação das instituições liberais italianas – em decorrência do avanço fascista- capaz de consolidar sua convicção de que cabia aos intelectuais uma função política própria e de afirmar o valor da liberdade entendido como valor moral da humanidade. A *utopia* liberal burguesa de Croce, realizada historicamente na luta contra o *Ancien Regime* (sim, há uma historicidade e corte de classe que é obliterada na análise de todos os intelectuais mencionados acima!), se tomarmos de empréstimo a noção de *utopia* de Mannheim, consiste na liberdade como “valor universal”, *a-histórico*. Da mesma forma, para Croce (bem como para Bobbio e em boa medida também para Bresser-Pereira), o “intelectual” deve ser entendido como aquele que faz a política, mas não a ordinária, a de “cultura” (alta cultura). Universalismo e neutralismo axiológico são também categorias presentes nesta dada visão de “intelectual”. “Um certo neutralismo hodierno deriva precisamente de uma exagerada consciência da própria posição não classista e da própria função conciliatória” [dos intelectuais], reconhece, ainda que timidamente, Norberto Bobbio.⁶³

Qual o problema desta percepção de “intelectual” (expressa nos pensadores acima)? A *autonomização* da condição do intelectual. Este entendido absolutamente clivado de sua condição de classe (origem e posição). Os intelectuais desenraizados da sociedade em que vivem e pairando acima das classes e dos conflitos de classe. Há de alguma forma o reconhecimento, por parte de Bobbio, deste problema. No entanto, a leitura restrita à “compreensão” do fenômeno (muito cara a intelectuais de matriz liberal weberiana como Bobbio) oblitera capacidade de explicação do fenômeno. O esforço *politológico*

⁶² O texto de Croce que serve de base para a argumentação de Bobbio é o *Storia d'Europa nel secolo decimono*, de 1932.

⁶³ BOBBIO. *Op cit.* P. 35.

tal qual realizado pelo filósofo piemontês não consegue apreender a dinâmica das relações de classe, bem como complexidade da totalidade histórica. No que tange ao problema do “intelectual”, como ideólogo e político, certamente foi Antônio Gramsci que melhor teorizou sobre isso. O conceito *gramsciano* do intelectual orgânico é, sem dúvida, a resposta crítica à tese do intelectual independente. Toda classe é possuidora de seus intelectuais orgânicos, capaz de ordenar e universalizar uma dada visão de mundo que é parcial. Desta forma, as formulações acerca do “intelectual orgânico” do teórico marxista sardo nos têm muito a dizer.

1.3- O intelectual orgânico de Antônio Gramsci.

No campo do marxismo a temática “intelectual/ intelectuais” ganhou contornos notáveis na produção do teórico político italiano Antônio Gramsci.⁶⁴ Nos *Cadernos do Cárcere: intelectuais e principio educativo* Gramsci desenvolveu suas duas categorias centrais para compreensão do problema: “intelectuais orgânicos” e “intelectuais tradicionais”. O pensador italiano foi o principal teórico marxista que tratou a fundo essa questão, como afirma o teórico austríaco, também marxista, Franz Marek.⁶⁵ Para Antônio Gramsci o problema do intelectual está associado invariavelmente à temática da cultura e a questão da organização do partido. Uma reflexão que para ele nasce do movimento histórico concreto e não apenas advinda do plano estrito da teorização. Teoria e práxis são elementos que se cruzam fundamentalmente na obra de Gramsci, em especial no que tange às temáticas intelectuais e sua função na organização da

⁶⁴ Agradeço o comentário do Prof. Dr. César Honorato que, durante o exame de qualificação, ressaltou também as contribuições de Lenin para compreensão do problema do intelectual, no arco teórico de matriz marxista.

⁶⁵ MAREK, F. *Gramsci e il movimento operaio dell' Europa occidentale*. “Crítica Marxista”. Roma, nº 3, 1967. Citado por SIMIONATTO, I. *Gramsci: Sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. São Paulo. Cortez Editora. 2010. P. 56. Lenin também é outro expoente do marxismo, no século XX, a tratar do problema do intelectual. Ver LENIN, V. *O que Fazer?* Tese apresentada no Congresso da Social Democracia Revolucionária Russa em 1902. Disponível em: <http://pcb.org.br/portal/docs/quefazer.pdf>.

classe e do partido. De alguma forma, podemos dizer que toda a teoria de Gramsci acerca dos intelectuais tem seu ponto de partida nas transformações ocorridas na Europa, em geral, e na Itália, em particular, entre 1919 e 1926. “Sua reflexão sobre esta temática é uma tentativa de elaborar a teoria da revolução proletária após a Revolução de Outubro, tendo em vista a derrota do movimento operário no continente europeu e a reorganização geral do capitalismo”.⁶⁶

Para Gramsci todo homem é dotado de capacidade intelectual, no entanto apenas um grupo exerceria socialmente a “função de intelectuais”. Este é seu ponto de partida. Pensar, no bojo do desenvolvimento capitalista, o surgimento de uma nova camada de intelectuais ligada à classe dominante fundamental. Desta forma, Gramsci afirma:

“Todo grupo social nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da sua própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político”.⁶⁷

Há uma espécie de “alargamento das fronteiras” do que é e das funções do intelectual numa dada realidade social. O surgimento desta nova camada de intelectuais (ocorrido no âmbito da “superestrutura”) está associado fundamentalmente ao movimento histórico ocorrido no plano da “estrutura”. Não há uma relação direta e mecânica entre os níveis da estrutura e superestrutura, no entanto há de se observar a interação dialética e dinâmica entre estas duas categorias ao se observar a concretude histórica. “A análise de Gramsci sobre os intelectuais se coloca na trilha da clássica relação indicada por

⁶⁶ SIMIONATTO, I. *Op cit.* P. 56. Considerada uma das maiores especialistas em Gramsci no Brasil, tomamos como base para esta reflexão, sobre o problema dos intelectuais em Gramsci, a tese de doutorado, já publicada em 4ª edição, de Ivete Simionatto, além do texto do próprio autor, *Cadernos do Cárcere 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo.* Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2000.

⁶⁷ GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere 2.* P.15.

Marx entre ‘estrutura’ ‘superestrutura’, ou seja, as classes sociais nascem e se constituem no terreno da produção material e dão origem a grupos de intelectuais que se vinculam desde a economia até outros aspectos da vida social e estatal”.⁶⁸

A estes novos intelectuais, que se diferenciam dos anteriores (intelectuais tradicionais), Gramsci denomina-os de intelectuais orgânicos. Os intelectuais tradicionais são aqueles de alguma forma sobreviveram ao desaparecimento do modo de produção anterior e que não se acham vinculados organicamente a nenhuma das novas classes dominantes fundamentais. Historicamente, para o teórico italiano, o alvo é o clero católico, visto por ele como um exemplo de camada de intelectuais que sobreviveu ao desenvolvimento histórico observado na Europa do século XIX (a referência aqui é ao anticlericalismo de setores que emergem ao poder na Itália deste contexto). O avanço dos postulados liberais na Itália, na segunda metade do século XIX, por exemplo, fez com que a burguesia italiana assumisse o controle da sociedade civil paralelamente ao declínio do poder do Papa e do clero católico em geral em todos os aspectos da vida social. Nesta perspectiva, muito cara ao marxismo, estrutura social e processo histórico estão invariavelmente associados, permitindo discutir o conceito de intelectual a partir de dois critérios fundamentais: pelo lugar e função que este intelectual exerce na estrutura social e pelo lugar e função que este mesmo intelectual desempenha em determinado processo social. Dessa reflexão derivam as duas categorias de intelectuais descritas pelo pensador sardo: o “intelectual orgânico” e o “intelectual tradicional”.⁶⁹

Pode-se apreender uma noção de movimento quando se analisa a relação entre “intelectuais tradicionais” e seus congêneres “orgânicos” nos escritos de Gramsci. O intelectual tradicional é por assim dizer, para o teórico italiano, um conceito que deve ser utilizado a partir de uma perspectiva histórica. Ou seja, como os intelectuais se apresentam nas diferentes configurações sociais ou blocos históricos. Neste sentido, “o termo tradicional serve para designar as

⁶⁸ SIMIONATTO. I. *Op. cit.* P.57.

⁶⁹ SIMIONATTO. I. *Op. cit.* P.58.

camadas intelectuais que a classe historicamente progressista deve assimilar para exercer a hegemonia sobre o conjunto das classes sociais constitutivas da sociedade como um todo”.⁷⁰ Apreende-se na definição gramsciana de “intelectual tradicional” a ideia (sem dúvida, um vaticínio) de que se trata de uma camada de intelectuais que gozaria (ou que se vê desta forma) de uma posição autônoma em relação à sociedade civil, em especial às classes sociais fundamentais. Concebem-se como categoria autônoma porque, segundo Gramsci, “estas várias categorias de intelectuais [tradicionais] sentem como ‘espírito de grupo’ sua ininterrupta continuidade histórica. Formam uma casta. Eles se consideram a si mesmos como sendo autônomos e independentes do grupo social dominante [...]revestidos de características próprias”.⁷¹

Como explicar e definir os termos desta autonomia? Para Gramsci isso se vincularia ao fato de que na formação de um novo bloco histórico essa intelectualidade tradicional haveria perdido a base social à qual estavam organicamente vinculados. Esta autonomia reclamada pelos intelectuais tradicionais afirma-se ideológica e politicamente através do projeto idealista. Gramsci, segundo a argumentação de Simionatto, “supõe mesmo que a filosofia idealista pode ser facilmente relacionada com a posição assumida por esse tipo de intelectual e ser definida como expressão dessa utopia social que os leva a se acreditarem como independentes, autônomos, revestidas de características próprias”.⁷² Benedetto Croce é o alvo desta “digressão” gramsciana acerca da relação entre o idealismo (liberal) e os “intelectuais tradicionais”. No caso específico da Itália, Croce, de um lado, e a Igreja, de outro, desempenharam o papel do intelectual que produz a argamassa que articula o bloco histórico e favorece a circulação de intelectuais oriundos do meio agrário para a esfera do poder. A esta tentativa de Gramsci de compreender intelectuais do *Mezzogiorno*,

⁷⁰ IDEM. P.60.

⁷¹ IDEM pp. 58-60. Gramsci, A. *Quaderni del carcere*. 2ª Ed. Edição crítica de Valentino Gerratana. Turim. Einaudi, 1977. 4.v *apud* SIMIONATTO.

⁷² Idem, P. 58

devemos a longa reflexão do pensador italiano sobre a obra e a filosofia de Benedetto Croce.⁷³

A interpretação de Carlos Nelson Coutinho sobre as categorias de intelectuais tais quais oferecidas por Gramsci contribui para definir com mais clareza o lugar e o papel social destes dois grupos de intelectuais. Haveria, segundo Coutinho, “uma tendência em conceber o ‘intelectual orgânico’ como o intelectual proletário revolucionário e o intelectual tradicional como igual ao conservador. Para Gramsci o ‘intelectual orgânico’ é elaborado pela classe em seu desenvolvimento, e pode tanto ser burguês quanto proletário, produtor de um discurso hegemônico ou contra hegemônico. Já os intelectuais ligados a instituições não classistas *stricto sensu* como universidades e a Igreja são os tradicionais”.⁷⁴ Estes são precisamente, segundo Coutinho, os termos de Gramsci para as duas categorias mencionadas. Um administrador de empresas, um economista, um especialista técnico de uma dada empresa seriam intelectuais orgânicos da burguesia na medida em que a burguesia precisa de administradores e técnicos para desempenhar seu respectivo papel da sociedade civil. Em contrapartida, o dirigente sindical é um intelectual orgânico da classe operária, na medida em que atua como persuasor permanente, organizador de uma dada intervenção política da classe a qual está vinculado.

Outra questão se coloca na reflexão gramsciana e que pode ser apreendida nos escritos do autor: o momento em que os intelectuais tradicionais podem se transformar em orgânicos das classes dominantes que ascendem ao poder numa dada realidade histórico-social. O exercício da dominação de classe, a burguesa em especial, exigiu, historicamente, a capacidade dos novos grupos dominantes de incorporar intelectuais das classes que outrora eram hegemônicas, mas, sobretudo, da assimilação dos intelectuais das classes subalternas. “Uma classe dominante é tanto mais forte e mais sólida em sua dominação quanto mais

⁷³ Apresentada na edição brasileira dos Cadernos do Cárcere, organizada por Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira, no volume 1. Publicada em 1999.

⁷⁴ COUTINHO, C. N. *Gramsci e as Ciências Sociais*. “Serviço Social & Sociedade”. São Paulo. CORTEZ, v. 9, n° 34, dez-1990. *Apud* Simionatto. P. 58

é capaz de assimilar os intelectuais mais importantes das classes subalternas”. Neste sentido, o exercício da dominação burguesa exigiria, em larga medida, a capacidade de absorver os intelectuais oriundos dessas classes. Em termos mais específicos, para o pensador italiano:

“Uma das características principais de todo grupo que tende à dominação reside em sua luta pela assimilação e pela conquista ideológica dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista tanto mais rápidas e eficazes quanto o grupo tenha, simultaneamente, produzido seus próprios intelectuais orgânicos.”
75

Concebe-se, a partir da teorização de Gramsci, a condição de tradicional do intelectual até o momento em que este é assimilado pelos novos grupos sociais hegemônicos, quando então tornar-se-ia orgânico, construtor/ elaborador da hegemonia dessas novas classes no exercício da dominação. Reitera Simionatto que é justamente nos momentos de crise de hegemonia da classe que se encontra no poder, que se abrem as possibilidades para esse processo de assimilação dos intelectuais tradicionais transmutando-os em orgânicos, processo este que possui relação e depende, de um lado, do caráter progressista da classe ou frações de classe em ascensão e, por outro, da fragilidade organizativa dos intelectuais tradicionais.⁷⁶ Fica, no entanto, em aberto na reflexão do teórico italiano a seguinte questão: não seriam os intelectuais tradicionais conservadores, orgânicos, na medida em que preservam a sua condição social privilegiada de “homens da alta cultura”, ao consentirem ativa ou passivamente à dominação dos novos grupos no poder? A questão se coloca em aberto nos escritos de Gramsci, o que evidentemente não é um demérito na obra do teórico italiano, no momento em que se compreende a vastidão dos escritos do autor e o fato de que a íntegra dos cadernos foi redigida em condições precárias no cárcere da Itália fascista.

⁷⁵ GRAMSCI, A. Gramsci, A. *Quaderni del carcere*. 2ª Ed. Edição crítica de Valentino Gerratana. Turim. Einaudi, 1977. 4.v *apud* SIMIONATTO. P. 59.

⁷⁶ SIMIONATTO. P.60.

A grande inovação teórica trazida pelo pensador sardo, certamente, é reflexão acerca da organicidade dos homens que exercem funções intelectuais com o que qualifica de “grupos sociais fundamentais”. O intelectual orgânico de Antônio Gramsci traz como premissa fundamental a ideia de que tais grupos sociais fundamentais no exercício da construção da hegemonia (ou da contra hegemonia, no caso da classe operária industrial) elaboram para si homens que exercem funções de organização, no sentido mais amplo, seja no domínio da produção, da cultura ou da administração pública. Para Gramsci fica muito claro que o “intelectual” deve ser definido pela função que este ocupa no conjunto das relações sociais. Num sentido mais estrito, o “intelectual orgânico não é aquele que se justapõe a uma classe, a um grupo, ou a uma empresa; a empresa, o grupo, a classe é que criam seus próprios intelectuais”.⁷⁷ Intelectuais que produzem ideologias, mas também aqueles que se colocam como técnicos/especialistas no desenvolvimento das forças produtivas (ou exercendo ambas as funções como é o caso de Bresser-Pereira). Intelectuais que são elaborados por uma classe ou fração de classe no curso de seu desenvolvimento histórico. “O empresário capitalista cria para si o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc...”.⁷⁸ Por outro lado, as classes subalternas podem elaborar seus intelectuais no campo da atividade sindical, mas, sobretudo, no que tange à organização do partido político - para Gramsci- o “moderno príncipe” do proletariado.

A relação de organicidade destes intelectuais com seus respectivos grupos sociais, segundo Gramsci, se dá pela função e pelo lugar que ocupado por esses nas organizações de classe na sociedade civil e no Estado (no léxico gramsciano entendido como sociedade política). Em especial, na sociedade civil, no que se refere aos espaços ocupados por estes intelectuais nos chamados aparelhos privados de hegemonia, que podem ser sintetizados como “organismos

⁷⁷ SIMIONATTO. P.62

⁷⁸ GRAMSCI. A. *Cadernos do Cárcere*. Edição brasileira. Vol. 2. P15. Citado também por SIMIONATTO. P.62

sociais ‘privados’, autônomos em face do Estado no sentido estrito”.⁷⁹ Essa organicidade, como já vimos, pode dar-se tanto em relação à burguesia, quanto ao proletariado e independe da condição de classe destes intelectuais. Historicamente, intelectuais originários de estratos pequeno burgueses, se vincularam ao proletariado. Colocaram-se, de fato, na condição de “vanguarda” organizativa da classe ao qual se vincularam. Cabe observar que Gramsci não consegue romper, em sua teorização, com a ideia de ‘vanguarda’, noção cara à concepção leninista de organização das classes subalternas. No que tange a esse debate, sem a pretensão de aprofundá-lo aqui, é de bom tom a pergunta: a consciência de classe vem de fora da classe?

Organizadores numa dimensão econômica *stricto sensu*, mas não apenas. Os intelectuais das camadas dominantes são portadores e artífices da hegemonia pretendida ou já materializada destas classes ou frações de classe no exercício da dominação. Hegemonia esta que pode ser construída em diversos espaços na sociedade civil, através de diferentes organizações culturais: a escola em especial. Gramsci dedica várias páginas do caderno 12 observando o papel da escola e dos diversos níveis de instrução escolar na produção e reprodução destes intelectuais. “A escola é o instrumento para a elaboração dos intelectuais em diversos níveis”.⁸⁰ Da mesma forma, os intelectuais orgânicos dos grupos socialmente dominantes se colocam como prepostos destes grupos “no exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político”, nos aponta textualmente o pensador italiano. Funções subalternas essas que podem ser listadas: “[construção] do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce historicamente do prestígio obtido pelo grupo dominante em função de sua posição e de sua função no mundo da produção, assim como das funções no aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não consentem, nem ativa, nem

⁷⁹ COUNTINHO, C.N. *Marxismo e política*. São Paulo. Cortez. 1994. P. 54-5 citado por FONSECA, F. *Imprensa e Agenda ultraliberal no Brasil*. Gramsci e o Brasil. Acessado em 05/12/2013.

⁸⁰ GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Caderno 12. P. 19.

passivamente”.⁸¹ “Prepostos”, “comissários” ou “mandarins” (tomando de empréstimo a expressão consagrada pelo linguista libertário norte-americano Noam Chomsky sobre a responsabilidade da intelectualidade liberal nos EUA dos anos 1960) os intelectuais orgânicos exercem primordiais funções para o exercício da dominação de classe de um lado e, de outro, podem se colocar na condição de agentes organizativos das classes subalternizadas na construção de uma ambiência cultural e política contra-hegemônica.

No que se refere à atuação política *stricto sensu* destes intelectuais organizadores, segundo Gramsci, o espaço *par excellence* da disputa política e organização de classe é o partido político. Entendido por ele como o “moderno príncipe”, propagandista e organizador de uma reforma intelectual e moral, que cria condições [para o proletariado] para o desenvolvimento da vontade coletiva nacional popular.⁸²

No caso específico do Brasil e do intelectual que figura nesta tese como objeto de estudo, seu papel é lapidar na construção de uma agremiação político partidária, que se notabilizou por ser também uma espécie de “moderno príncipe da burguesia brasileira”: o PSDB. Bresser foi figura de destaque da dissidência peemedebista que dá origem, em São Paulo, ao partido da “social democracia” brasileira. Intelectual engajado (orgânico, nos termos oferecidos por Gramsci) na construção daquilo que qualificou como um “partido democrático, de esquerda e contemporâneo”, mas que desde seu nascedouro se investia de uma agenda conservadora, coadunada com o modelo societário neoliberal então defendido por agências internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. O PSDB, desta forma, se apresentou como um arregimentador por excelência de importantes frações de classe da burguesia brasileira que assumem em definitivo a pauta política anti-popular e liberalizante que ganha contornos

⁸¹ IDEM. P. 21.

⁸² A noção de “Moderno príncipe” para Gramsci, advinda de suas análises sobre Maquiavel, pode também ser utilizada para compreensão da atuação do Partido Nacional Fascista, no poder na Itália desde março de 1922. GRAMSCI. A. *Cadernos do Cárcere*. V. 3 *Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política*. Caderno 13. *Breves Notas sobre a política de Maquiavel*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2000.

hegemônicos no alvorecer dos anos 1990. Faremos uma análise de fundo da relação Bresser-Pereira/PSDB na última seção deste 1º capítulo, quando observaremos as aproximações entre as reflexões do ex-ministro ministro e o sociólogo britânico, “guru” do novo trabalhismo britânico, Anthony Giddens. Identificado com o que Giddens qualificava como “Terceira Via”, o PSDB foi capaz de plasmar no plano político eleitoral os interesses de parte expressiva do empresariado brasileiro que se alinhou a tal agenda “modernizadora”.⁸³

1.4- Sobre a *responsabilidade dos intelectuais* e a (pretensa) *objetividade do pensamento liberal*.

Pertinente também nesta reflexão sobre o papel e a função social dos intelectuais são as análises do linguista e do ativista político libertário norte-americano Avram Noam Chomsky⁸⁴ acerca da “responsabilidade dos intelectuais”. Mais especificamente sobre a relação entre intelectuais e poder político, o que é, de fato, o eixo da nossa reflexão no 1º capítulo desta tese de doutoramento. Numa exegese da ampla obra do linguista norte-americano há de se destacar a série de textos que o mesmo publicara em fins dos anos 1960, numa tentativa de compreensão e crítica da função social, da intervenção pública dos intelectuais na realidade social. Situada historicamente num contexto marcado pelo recrudescimento da Guerra Fria e pela intervenção militar dos

⁸³ Há de se fazer referência há uma importante dissertação de mestrado, defendida no PPGH-UFF em 2006, de autoria de André Pereira Guiot, *Um Moderno Príncipe da Burguesia Brasileira: o PSDB (1988-2002)*. Neste destacado trabalho o autor, com muitos méritos, faz uma detalhada sociogênese do Partido da Social Democracia Brasileira, seu corte de classe, bem como sua proposta de modelo societário baseado no “neoliberalismo de terceira via” e no livre mercado.

⁸⁴ Noam Chomsky (1928), norte-americano de origem judaica, é considerado um dos maiores intelectuais vivos. Professor titular do MIT desde os 32 anos fora alçado à imortalidade pelas suas contribuições teóricas no campo da Linguística ao publicar o estudo *Aspectos da Teoria da Sintaxe*, que se popularizou através do conceito de “gramática gerativa” baseada na ideia de que a linguagem humana existe a partir de uma estrutura inata e que se desenvolve à posteriori a partir das condições culturais as quais esse indivíduo está inserido. Além disso, Chomsky é ativista político, descrevendo-se como socialista libertário. É autor de setenta livros e mais de mil artigos que perpassam temas relativos à mídia, movimentos sociais, política, intelectuais e economia global. Para detalhes: BRITO, Leonardo. *Notas de um dissidente sobre a responsabilidade dos intelectuais*. 2013.

EUA no conflito do Vietnã (1965-1973), os escritos de Noam Chomsky sobre o papel e a “responsabilidade” dos “homens de letras”, sobre a (pretensa) e objetividade do pensamento liberal e acerca da relação entre intelectuais e as escolas evidenciam o teor da crítica à maciça adesão de boa parte da *intelligentsia* norte americana ao corolário legitimador do envolvimento militar daquele país no conflito do sudeste asiático. Mais precisamente, os escritos que situamos aqui são *Objetividade e Pensamento Liberal*, *A Responsabilidade dos Intelectuais* e *Algumas considerações sobre os intelectuais e as escolas*⁸⁵ que descrevem com precisão a crítica de corte anarquista que Chomsky faz à parte da intelectualidade dos EUA, qualificada por ele como os “novos mandarins”. Para muito além de análises mais precisas acerca do papel da política externa dos EUA nos governos Lyndon Johnson (1963-69) e Richard Nixon (1969-74), a questão de fundo para Chomsky é a compreensão (e denúncia) do papel dos intelectuais acadêmicos (em especial os do Massachusetts Institute of Technology – MIT-, mas não exclusivamente) como legitimadores da ação do poder imperial norte-americano naquele contexto. O central para o linguista do MIT é responder a seguinte questão: Por que os intelectuais (acadêmicos) via de regra se inclinam ao poder instituído? Refere-se mais especificamente à intelectualidade liberal dos EUA e a pretensa objetividade do conhecimento exarado por esta mesma intelectualidade liberal.

⁸⁵ Escritos produzidos entre 1966 e 1968. *Objetividade e Pensamento Liberal* (1968) – escrito originalmente como conferência na Universidade de Nova York. *Algumas Considerações sobre os Intelectuais e as Escolas* (1966), publicado originalmente na *Harvard Education Review*. Pp. 484-49. *A Responsabilidade dos Intelectuais* (1968), originalmente escrito para conferência na Universidade de Harvard (1966). Reproduzido no *New York Review of Books* em 1967 e republicado em ROSZACK, T. (org). *The Dissenting Academy*. Nova York. Pantheon Books, 1968. Publicados em português em CHOMSKY, N. *O Poder americano e os Novos Mandarins*. Rio de Janeiro/ São Paulo. Record. Editora. 2006.

1.4.1 – O intelectual como comissário:

Noam Chomsky como intelectual e ativista político libertário sempre se recusou ao papel de oráculo, muito comum a intelectuais de diversas matrizes ideológicas (Bresser-Pereira insere-se nisso). Por outro lado, sempre se negou também a exercer um papel comumente aceito pelos intelectuais mundo a fora de se restringir aos já reduzidos círculos especializados acadêmicos. Ademais, no início dos anos 1960, época em que já ocupava papel de destaque no departamento de linguística do MIT, Chomsky procurou denunciar aquilo que qualificou como “cultura de comissários” muito típica de professores universitários de renomadas instituições como o Instituto de Tecnologia de Massachusetts. “Questões concernentes ao papel do acadêmico e à relação entre a academia e o contexto social mais amplo começaram a ganhar importância para ele”, mencionaria certa vez seu biógrafo em meados da década de 1990.⁸⁶

No contexto da intervenção americana no conflito indochinês, a partir de 1965, Chomsky começara a tratar de forma insistente acerca dos horrores, das graves violações aos direitos humanos e do genocídio de populações rurais civis perpetrados pelas operações militares dos EUA no sudeste asiático. Dado o lugar que o MIT ocupa (até hoje) no mundo universitário norte-americano e suas inegáveis relações com o complexo industrial dos EUA em plena Guerra Fria, a crítica *chomskiana* começaria a ganhar maior vulto, constituindo-se num *sui generis* “enclave crítico e de contornos libertários” em pleno MIT. Antes mesmo do arrebatador artigo *A Responsabilidade dos Intelectuais* (publicado originalmente entre 1967 e 1968) e, fora do departamento de Linguística, Chomsky chegara a oferecer aos seus alunos duas disciplinas em cursos de graduação do programa de humanidades do MIT: Uma delas, “Intelectuais e a Mudança Social” foi, segundo descreve ironicamente o próprio Chomsky, “uma tentativa de se fazer, ainda que parcialmente, uma História e uma sociologia dos

⁸⁶ BARSKY, Robert. *A Vida de um dissidente: Noam Chomsky*. São Paulo. Conrad Editora. 2004. Livro de 1996, mas publicado em português apenas em 2004.

intelectuais... a outra parte do curso foi sobre vidas alternativas de alguma outra forma que não a carreira acadêmica”.⁸⁷

Salta aos olhos, nos escritos e comentários em geral de Chomsky sobre o papel dos intelectuais, um certo desdém sobre a atividade específica destes profissionais. Mais precisamente acerca daquele que se apresenta como “especialista”. Apesar de estar situado no que podemos qualificar como campo acadêmico profissional – Chomsky apresenta-se claramente como um intelectual “livre pensador” no sentido sartreano- o linguista do MIT é demolidor nas suas considerações a respeito do intelectual “especializado” (ideológico, embora não se reconheça como tal), do intelectual universitário. Ao chamar a atenção para a lógica de controle social (e ideológico) que pressupõe o trabalho dos intelectuais, ele vaticina:

“Uma das coisas que os intelectuais fazem é justamente tornar estas questões [específicas do estudo da História, política internacional, ou da economia política internacional] inacessíveis, por várias razões, inclusive por razões de dominação e interesse pessoal. É muito natural para os intelectuais fazerem as coisas simples parecerem difíceis”.⁸⁸

A prosa simples e agradável é característica (como pôde ser observado na passagem acima) facilmente notável nos escritos de Chomsky. Certamente esta característica contribuiu para a compreensão e grande difusão de seus textos, nos anos 1960, acerca do problema dos intelectuais, em especial, sobre a função dos intelectuais acadêmicos. Ele dedicou diversos artigos nos anos 1960 e 1970 denunciando a postura comissária de boa parte de seus colegas, dentro e fora do MIT (os mais relevantes destes escritos estão na coletânea *American Power and the New Mandarins*, publicado com título homônimo em português, em 2002).

⁸⁷ Carta a Robert Barsky em 13 de fevereiro de 1996.

⁸⁸ CHOMSKY, N. *Anarquismo, Intelectuais e Estado*. Trecho de entrevista dada em 1996 a André Inoue e Pablo Ortellado (estudantes de História da USP à época) In *Notas sobre o Anarquismo*. São Paulo. Hedra. 2011. P. 100.

Ele foi rápido em perceber, logo em seus primeiros anos de vida universitária a inclinação ao poder muito cara à boa parte da comunidade acadêmica dos EUA nos anos sessenta (não somente!). “O grau de convivência entre intelectuais e normas políticas do Estado, mesmo quando elas são claramente opressoras, violentas ou ilegais”.⁸⁹ Para Chomsky a convicção que lastreia a atuação científica destes intelectuais está intimamente atrelada a uma cultura institucional que está relacionada a busca pelo poder, ao alto nível de doutrinação que estes intelectuais estão submetidos e que submetem as suas assistências. Sustenta que a maioria dos indivíduos que se ocupa em exercer uma função intelectual específica se debruça sobre as “complexidades” da vida contemporânea e que estão inacessíveis aos indivíduos que não compõem esta “elite intelectual”. Ao abominar esta postura dos intelectuais, Chomsky se alinha naquilo que pensadores como o anarquista russo Mikhail Bakunin e o marxista holandês Anton Pannekoek defendiam acerca do papel social dos intelectuais: “em uma boa sociedade estes trabalhadores estes deveriam ser trabalhadores cujas principais ferramentas seriam seus intelectos”⁹⁰ Neste sentido, ensaios como *Objetividade e Pensamento Liberal, A Responsabilidade dos Intelectuais e Algumas considerações sobre os Intelectuais e as Escolas* são escritos que falam “daquilo que é” e “daquilo que deveria ser”. Ou seja, na reflexão *chomskiana*, a análise da realidade objetiva jamais está dissociada da busca pela transformação desta mesma realidade social. Para o linguista estadunidense o vaticínio à “intelectocracia” daquele país deveria ser publicizado o mais amplamente possível. Tal postura cria constrangimento de toda monta para Noam Chomsky.

Objetividade e Pensamento Liberal é um longo ensaio apresentado originalmente, em 1968, em conferência na Universidade de Nova Iorque, onde o professor do MIT faz uma ampla análise do papel ideológico do intelectual liberal norte-americano acerca de diversas temáticas de interesse da ciência política, das relações internacionais e da historiografia produzida nos EUA. Interessa notar

⁸⁹ Barsky. R. *Op. Cit.* p. 201.

⁹⁰ Os escritos que mais precisamente podemos observar como referência direta e indireta para Noam Chomsky sobre o problema dos intelectuais e da ciência é *Worker Councils* (1950) de Pannekoek e *A Ciência e a Questão Vital da Revolução* (1870) de M. Bakunin.

que, embora o objetivo inicial do ensaio seja fazer um apanhado da postura subordinada de boa parte da intelectualidade daquele país diante do poder estabelecido (em especial no que tange à questão do Vietnã), o linguista do MIT vai muito além da simples crônica desse assunto. O escopo primacial do autor é lançar mão de uma pretensiosa análise sobre a relação entre a objetividade da reflexão acadêmica/científica e o pensamento liberal predominante nos meios universitários norte-americanos. Na verdade, o que Chomsky destaca é a ausência de objetividade nos estudos daqueles que ele qualifica como os “novos mandarins”. Por detrás da pretensa objetividade dos liberais esconder-se-ia uma inegável postura ideológica desta *intelectocracia* liberal, segundo ele (ironicamente), valorosa dos princípios da democracia *made in american* exportada para outros cantos do planeta, sob o pretexto de enfrentamento à ameaça comunista naquela conjuntura de Guerra Fria. Numa expressa referência ao inusitado discurso do então senador democrata James William Fulbright (1905-1995) proferido em 1967, Chomsky destaca a “incapacidade das universidades de oferecer um ‘contrapeso eficaz ao complexo militar industrial’ (...) ao invés disso, ela tem aderido ao monólito, aumentando consideravelmente seu poder e influência”.⁹¹ Ambos (O senador democrata e Chomsky) convergiam na conclusão que apontava que os cientistas sociais norte-americanos que deveriam se tornar críticos contundentes e “independentes das políticas governamentais, no entanto, tornaram-se agentes dessa política”.⁹² A causa fundamental para essa subordinada postura é evidente: o acesso a dinheiro e influência, não apenas nos meios acadêmicos, mas também fora deles.

O problema que apontado pelo linguista do MIT e que perpassa os três ensaios (*Objetividade e Pensamento Liberal, A Responsabilidade dos Intelectuais*

⁹¹ Referência ao discurso “War and Effects”, do senador democrata pelo estado do Arkansas (1945-75) James Fulbright, em 13 de dezembro de 1967. O uso do adjetivo “inusitado” surge a partir da leitura de todo o artigo de Chomsky onde se constata a relativa surpresa do linguista do MIT com a assertiva crítica do senador democrata à postura subordinada de boa parte dos círculos acadêmicos dos EUA ao complexo industrial militar daquele país. Fulbright atuou no Senado americano entre 1945 e 1975.

⁹² CHOMSKY, N. *Objetividade e Pensamento Liberal* In *O Poder Americano e os Novos Mandarins*. São Paulo/ Rio de Janeiro. Record Editora. 2006 p.42

e *Algumas considerações sobre os Intelectuais e a Escola*) é a clássica dicotomia entre os dois tipos de intelectuais: o “livre pensador” (*sartreano* ou *chomskyano*) e o profissional que define seus problemas com base na técnica que domina, evidenciando o seu desejo natural de aplicar suas capacitações [específicas]”.⁹³ A representação “ideal” deste tipo de profissional, especialista, técnico, seria o engenheiro “cultores de armas”, construtores de bombas e armas. Mas não somente! Inserem-se nesta categoria aqueles mesmos cientistas comportamentais, boa parte da ciência política, dos especialistas em relações internacionais, dos economistas e historiadores que se propõem a colocar suas produções a serviço do poder instituído, mais especificamente nas experiências de controle populacional, provento de recursos e na legitimidade buscada para justificar intervenções como a ilustrada no conflito indochinês. Chomsky refere-se às áreas de conhecimento que melhor servem aos detentores do poder, “observando esses riscos, é com preocupação que lemos as alegações de certos cientistas sociais de que sua disciplina é essencial para a formação daqueles a que se referem como os ‘mandarins do futuro’”.⁹⁴ Na prática, aponta Chomsky, a “Guerra do Vietnã foi, em considerável medida, concebida e executada por esses novos mandarins, dando testemunho do conceito de humanidade e civilização que poderão aplicar no exercício do poder”.⁹⁵ Apreende-se a hipótese central de Chomsky nos três ensaios acerca do papel dos intelectuais: Não há conhecimento desinteressado. A “universidade não é um lugar onde o conhecimento teórico será buscado, testado e codificado sem pretensões ao poder”.⁹⁶

Os textos mencionados apresentam uma característica bastante evidente na reflexão do linguista e ativista libertário norte-americano: a não linearidade que

⁹³ IDEM. P 43.

⁹⁴ Chomsky faz referência aqui ao artigo *The Necessity for Social Scientists Doing Research for Governments* do analista Ithiel de Sola Pool. Exemplo clássico de cientista social que faz apologia irrestrita para a contribuição de estudiosos das ciências sociais em geral para o desenvolvimento tecnológico e para as políticas de governo dos EUA dos anos 1960 e 1970.

⁹⁵ CHOMSKY, N. *Objetividade e Pensamento Liberal*. P. 44.

⁹⁶ IDEM. P. 45. Discussão também apresentada em *Algumas Considerações sobre os intelectuais e as escolas*. pp. 357-370.

confere aos seus escritos e análises políticas. Em *A Responsabilidade dos Intelectuais*, artigo de maior impacto dentro e fora dos meios acadêmicos, Chomsky assevera sua crítica ao chamado “culto ao especialista”, de interesse próprio desta intelectualidade que serve ao poder instituído, mas que se apresenta como fraudulento, um engodo. A dualidade *especialista técnico X ideólogo* atravessa as páginas deste ensaio. O contexto, como já dissemos, é o da intervenção do aparato militar dos EUA na questão do Vietnã, na segunda metade dos anos 1960, mas a reflexão do linguista do MIT nos parece perene e necessária para o nosso objeto de estudo: “especialistas responsáveis e (pretensamente) não ideológicos fornecem aconselhamento sobre questões táticas; já os ‘indivíduos ideológicos’ e irresponsáveis destilam sua ‘lengalenga’ sobre princípios e se preocupam com questões morais e de direitos humanos (...) naturalmente estes indivíduos emocionais e ideológicos são irracionais”, ironiza Chomsky.

A crítica ao especialista pretensamente “não ideológico” tão pertinente nas reflexões do ativista libertário norte-americano coincidiu, três décadas mais tarde, com o vaticínio que o sociólogo marxista Francisco de Oliveira fez a respeito do intelectual- empresário- alto executivo Luiz Carlos Bresser-Pereira: “intelectual neutro, analista simbólico da realidade que somente verbaliza em torno do interesse público” são algumas das adjetivações que o autor do clássico *Crítica à Razão Dualista* (1972) dispõe a respeito do então ministro da Administração e Reforma do Estado, em 1995. O alvo é, inegavelmente, a pretensa objetividade “não ideológica” que Bresser atribui às suas análises acerca do neoliberalismo como modelo econômico e societário para países periféricos como o Brasil.⁹⁷

Intelectuais são, invariavelmente, (re)produtores de ideologia. Ou melhor ocupam papel de relevo na criação e na análise de ideologias. Esse mote, muito caro à crítica de Chomsky à pretensa neutralidade dos especialistas técnicos, orienta em boa medida o ensaio *A Responsabilidade dos Intelectuais*. De forma mais precisa, essa é a resposta de Noam Chomsky ao sociólogo Daniel Bell e seu

⁹⁷ OLIVEIRA, F. *Quem tem medo da governabilidade*. Revista *Novos Estudos*. CEBRAP. Nº 41. 1995. P. 68. Especificamente, a remissão feita por Chico de Oliveira à expressão “analista simbólico” é uma referência ao historiador Christopher Lasch, autor de *A Cultura do Narcisismo* (1979).

influyente ensaio *O Fim da Ideologia*, de 1960. Neste, o sociólogo liberal norte-americano expõe e discute a definição marxista de ideologia, a entendendo como “fachada” para os interesses de classe, “citando em particular o conhecido comentário de Marx sobre a crença da burguesia ‘de que as condições *especiais* de sua emancipação são as condições *gerais* que só elas permitirão que a sociedade moderna seja salva e que seja evitada a luta de classes”.⁹⁸ A partir disso, Bell conclui acerca do fim da era das ideologias, a medida que, no Ocidente, haveria se disseminado uma generalizada convicção “de que cada questão deveria ser resolvida em seus próprios termos, no contexto de um Estado de bem estar social no qual, presumivelmente os especialistas no encaminhamento das questões públicas desempenharão papel proeminente”⁹⁹. Bell resume a noção de ideologia à vaga noção de ideologia como “transformação de ideias em alavanca social”. Para ele, os intelectuais ocidentais teriam perdido o interesse na conversão de ideias em alavancas sociais para a radical transformação da sociedade. Pairaria entre todos - os intelectuais do ocidente - um notável consenso em torno do Estado do Bem Estar Social como construção zênite em função da pluralidade e do padrão de vida material alcançado pelas sociedades destes Estados. Daniel Bell, segundo Chomsky, é daqueles “inveterados intelectuais otimistas” por acreditar na universidade como um espaço de produção de conhecimento técnico e científico desinteressado.

Convém notar que quase trinta anos depois (em 1989) o também norte-americano Francis Fukuyama ganharia notoriedade mundial com o livro *O Fim da História e o último Homem* no qual atestava a vitória do liberalismo político e econômico sobre o socialismo ou quaisquer outras alternativas aos ditames do capital. Embora Luiz Carlos Bresser-Pereira nunca tenha mostrado concordância *ipsis literis* com os termos apresentados por Fukuyama, o economista e cientista social pode ser situado como um “utopista liberal”¹⁰⁰ ao se alinhar à

⁹⁸ CHOMSKY, N. *A Responsabilidade dos intelectuais*. 1968. In CHOMSKY, N. *OP. cit.* 2006. p.393.

⁹⁹ IDEM. 393-394.

¹⁰⁰ FIORI, José Luiz. “O Perigo da Utopia. BRESSER-PEREIRA: Um Utopista Liberal”. *Valor Econômico*. 12/08/2009. Disponível em bresserpereira.org.br. Acessado em 17/02/2014.

racionalidade e equilíbrio do livre mercado, ao esfacelamento da atuação do setor estatal e se identificar como um expoente da “nova esquerda pragmática”. Esta capaz de desqualificar teórica e politicamente as esquerdas socialistas e submetendo países periféricos como o Brasil a uma posição, invariavelmente, de servilismo internacional. O *pragmatismo* como método e como convicção para a análise da realidade é um elemento ideológico de monta para a compreensão do papel do intelectual Bresser-Pereira como artífice de um dado projeto de hegemonia.

1.5 – O *realismo pragmático* de Bresser-Pereira.

Há alguns anos numa homenagem atribuída ao finado economista brasileiro Celso Furtado, fazendo alusão ao caráter heterodoxo do pensamento econômico daquele que fora o maior expoente do estruturalismo da Comissão econômica da América Latina e Caribe (CEPAL), Bresser-Pereira esboçou uma interessante e peculiar definição de heterodoxia: “Ser heterodoxo é desenvolver teorias novas, muitas vezes a partir da identificação de fatos históricos novos que modificam um determinado quadro econômico e social, os quais tornam as teorias pré-existentes inadequadas”.¹⁰¹ O ex-ministro da Reforma do Estado, sem dúvida, acertava ao situar o pensamento *furtadiano* no espectro de analistas que pensaram o desenvolvimento histórico da realidade latino americana, em geral, e a brasileira, em particular, nos quadros da macroeconomia e da teoria do desenvolvimento da CEPAL. No entanto, Bresser-Pereira ia além; fazia intencionalmente um paralelo entre ele mesmo e Furtado, no que diz respeito à metodologia de análise optada por ambos para compreensão dos problemas econômicos brasileiros. Bresser falava muito mais de si mesmo, do que do objeto a que se propunha analisar. As identificações entre os dois economistas

¹⁰¹ BRESSER-PEREIRA, L. C. *Celso Furtado: o Desenvolvimento como Missão*. In SABOIA, J. & CARVALHO, F. J. Cardim. *Celso Furtado e o Século XXI*. (org.) Rio de Janeiro. Minha Editora – Manole.2007.

saltam aos olhos ao longo da leitura do ensaio. Um tentação intelectual que Bresser não resiste e que, invariavelmente, o situa na esteira daqueles que algum dia foram seguidores ou, pelo menos, se autoproclamam adeptos das análises de Furtado.

Ao falar do método de Celso Furtado em teoria econômica e macroeconomia, Bresser pôde retornar a um conjunto de reflexões presentes em sua própria obra, desde os anos 1980, em seus cursos de epistemologia para economistas na Escola de Administração de Empresas e na Escola de Economia da FGV-SP. Uma tentativa que, em nosso entendimento, possui mais deméritos do que méritos, pois a trajetória de ambos os intelectuais é de difícil (se não impossível comparação). Furtado, de forma paralela a sua monumental e inovadora contribuição para a análise do problema do subdesenvolvimento brasileiro, manteve uma notável coerência política e ideológica. Sofreu constrangimentos de natureza política em função das posições que ocupara no Estado antes do golpe civil militar de 1964, e nunca se esquivou em conjugar a análise *stricto sensu* econômica com as questões políticas do cenário o qual se debruçava. Bresser, ao contrário, como economista e como cientista social sempre reivindicou para si uma pretensa neutralidade axiológica (nos moldes weberianos). Realismo, pragmatismo e ecletismo são elementos metodológicos que atravessam a produção teórica de Bresser-Pereira, não apenas em teoria econômica e em macroeconomia como assinala o próprio. Tal opção metodológica perpassa a obra *bressiana* em outras temáticas, incluindo as interpretações acerca da crise e da Reforma do Estado no Brasil a partir dos anos 1980. Realismo, pragmatismo e ecletismo em que termos? Até que ponto tal postura intelectual ambígua e pretensamente desinteressada (em termos ideológicos) não contribuiu para o caráter camaleônico de seus posicionamentos políticos e para as dubiedades nas suas formulações teóricas, propriamente ditas?

Num curto, mas elucidativo ensaio acerca das reflexões de Bresser-Pereira sobre epistemologia da ciência para economistas, a também economista

Alexandra Strommer de Godoi¹⁰² faz um bom apanhado sobre as análises desse sobre método em teoria econômica e macroeconomia. O artigo em tom proclamatório (afinal era a aluna prestando reverência ao seu mestre) delinea em linhas muito evidentes o tom das discussões propostas acerca das relações entre teoria e metodologia. O debate é profícuo e a autora tem como ponto de partida o seminal artigo de Bresser sobre o tema *Os dois métodos em teoria econômica*, ensaio que foi produto de mais de uma década de reflexão ao lado do também economista e administrador José Marcio Rêgo¹⁰³, sobre metodologia científica para economistas.

Qual o papel do método histórico na teoria econômica? A pergunta da autora, profundamente inspirada no artigo de seu professor, dá início à análise que claramente, em termos teóricos e metodológicos, situa Bresser no campo dos economistas heterodoxos, ou seja, aqueles que em teoria econômica se colocam como antípodas às interpretações liberais clássicas e neoclássicas (baseada nos pressupostos apresentados por Adam Smith e Ricardo) dos fenômenos econômicos. Entretanto, a despeito de não se reconhecer como um ortodoxo –ou liberal- em economia reconhece claramente a importância e a necessidade de dois métodos em teoria econômica, o “hipotético-dedutivo” (caro à ortodoxia liberal) e o “histórico indutivo e dedutivo” (utilizado por economistas de orientação keynesiana). As diferenças entre ambos os métodos são pormenorizadamente explicitadas por Godoi e por Bresser em seus artigos

¹⁰² GODOI, A. S. *Método do Fato Histórico Novo* In : NAKANO, Y. REGO, J. M. & FURQUIM, L. *Em Busca do novo- O Brasil e o desenvolvimento na obra de Bresser-Pereira*. São Paulo. FGV. 2004. (pp.113-128). Godoi foi, entre 2002 e 2006, orientada em seu curso de doutorado na Escola de Economia da FGV-SP (EESP-FGV), por Luiz Carlos Bresser-Pereira. Foi também assessora do economista Yoshiaki Nakano na FGV e hoje (desde 2011) figura no quadro docente desta instituição como Professora Titular de microeconomia. Fez incursões também pelo mundo financeiro empresarial, sendo analista senior, no Brasil, do Banco JP Morgan, obtendo diversos prêmios e distinções por instituições do Mercado financeiro. Fonte: <http://www.fgv.br/eaesp> (currículo docentes) e <http://buscatextual.cnpq.br/> (currículo Lattes).

¹⁰³ José Márcio Rêgo, Doutor em Economia de Empresas - FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS - EAESP – 1998. Orientado também, em seu doutoramento, por Bresser-Pereira. Foi ao lado de Yoshiaki Nakano organizador da coletânea publicada em 2004 para homenagear os setenta anos do ex-ministro da Reforma do Estado: NAKANO, Y. REGO, J. M. & FURQUIM, L. *Em Busca do novo- O Brasil e o desenvolvimento na obra de Bresser-Pereira*. Op. cit. Fonte: <http://www.fgv.br/eaesp> (currículo docentes) e <http://buscatextual.cnpq.br/>.

sobre o tema. A preocupação de Bresser-Pereira com a existência de dois métodos em teoria econômica se origina, segundo Godoi, de sua visão de *verdade*. “A verdade é concreta, alcançável e não subjetiva como prega o relativismo”, reconhece a autora, numa referência direta às teorizações *bressianas* sobre *verdade* em seu curso de “Metodologia Científica para Economistas”. O realista Bresser-Pereira tece considerações que merecem destaque e que mostra sua aversão ao que qualifica como “relativismo científico”:

“Eu, por exemplo, embora cientista social, me considero um realista em relação às verdades sociais. Mas não tenho dúvida que meu realismo deve ser mais modesto do que o realismo que encararia as ciências naturais se tivesse competência para pesquisá-las.”¹⁰⁴

O *realismo modesto* exarado por Bresser-Pereira permitiria a ele compreender que ambos os métodos o “hipotético- dedutivo” e o “histórico indutivo”, são passíveis de serem utilizados e legítimos, já que em teoria econômica (não apenas) há de se reconhecer a complexidade da realidade. “O sistema econômico está interligado a diversos outros sistemas, como a política, a história, a sociologia, etc”.¹⁰⁵ Tal premissa teórica o permitira defender a existência dos dois métodos na análise econômica. O método hipotético dedutivo, *a-histórico*, utilizado pela microeconomia, ou mais especificamente, pela teoria do equilíbrio geral. Enquanto, o “método histórico indutivo – e também dedutivo- lança mão da história para análise do fenômeno econômico. As noções de “desenvolvimento” e “processo” estariam bastante presentes nas análises dos economistas que se filiam a tal método. Intrínseca a esta dualidade metodológica e para explicar melhor a postura analítica de ambas as metodologias, Bresser lança mão de uma didática exemplificação metafórica que

¹⁰⁴ BRESSER-PEREIRA, L.C. *Teorias sobre a verdade* (2004). Texto para discussão na disciplina Metodologia para Economistas na EESP-FGV. Citado por GODOI. *Op. cit.* P. 114.

¹⁰⁵ GODOI. *Op cit.* p.114.

elucida a diferença entre as duas metodologias: O método hipotético-dedutivo, essencialmente apriorístico e *a-histórico*, típico dos microeconomistas, “para pensar sua teoria maior- a do equilíbrio geral- o microeconomista senta-se em sua poltrona, pressupõe que o agente econômico busca maximizar seus interesses econômicos e a partir desse pressuposto simples ele deduz lógica e matematicamente todo o seu modelo (...) como ele trabalha com um alto nível de abstração, os resultados que alcança são interessantes: logram desenvolver uma teoria com capacidade de previsão de um comportamento econômico também muito abstrato e geral”.¹⁰⁶ Via de regra para essa análises a realidade deve se enquadrar à teoria e quando isso não ocorre o equívoco é da realidade e não da teoria. Esse apriorismo teórico típico dos liberais em análise econômica é rejeitado por Bresser, embora com seu “realismo modesto” reconheça as contribuições do método hipotético dedutivo para a microeconomia e para os exercícios econométricos de boa parte dos estudiosos que adotam tal recurso metodológico.

Por outro lado, o método histórico-indutivo/dedutivo, “ou simplesmente método histórico, na sua definição, requer que o problema econômico que se pretende estudar seja situado na história”.¹⁰⁷ Noutras palavras o método requerido por Bresser e tão propalado como “método do fato histórico novo” é nada mais do que compreender a dimensão econômica associada a outras dimensões (ou esferas, no sentido weberiano – a concepção de sociedade civil, capitalismo e Estado de Bresser é claramente de corte weberiano) da vida social. Num exercício de compreensão da complexidade e dinamismo da realidade social a ser analisada, bem como a dialeticidade dos processos que compõem as estruturas sociais. A realidade vista como um todo, ou como ele mesmo diz, de forma holista (?) – totalidade histórica tal qual proposta por Marx e pelos marxistas?

¹⁰⁶ BRESSER-PEREIRA. *Os dois Métodos em teoria econômica*. 2003. P.6.

¹⁰⁷ GODOI. *Op. Cit.* p.115.

O pragmatismo¹⁰⁸ proposto por Bresser-Pereira na análise do fenômeno macroeconômico em particular e da realidade social em geral perpassa pelo que ele chama especificamente de método do “fato histórico novo”. A metodologia tal qual apresentada parte da “observação das regularidades para generalização, e holista, que supõe que o todo não é a soma das partes e que entre os elementos de um todo se estabelecem relações, sinergias, externalidades positivas e negativas que dão aos fenômenos sociais especificidade”.¹⁰⁹ “O fato histórico novo”, segundo Bresser-Pereira, pode ser de diferentes naturezas. Inovações tecnológicas, institucionais, ou revoluções políticas. São elementos novos que podem – e geralmente conferem mudanças numa dada realidade histórico social. A teorização *bressiana* acerca do “fato histórico novo”, a despeito de fazer alusão à Keynes e à teoria macroeconômica keynesiana, é vaga e permeada por afirmações ambíguas que pouco tem a dizer sobre a especificidade histórica do conhecimento produzido por Keynes e sua “revolução teórica” inaugurada na *Teoria Geral do Juro, do Emprego e da Moeda* de 1936. Segundo Bresser, numa referência ao também economista Alessandro Vercelli, “o modelo heurístico [macroeconômico] desenvolvido por Keynes na *Teoria Geral* parte do enorme reconhecimento da enorme complexidade e não homegeneidade de uma economia monetária moderna, e leva ao desenvolvimento de modelos que se caracterizam por uma indeterminação básica e por uma instabilidade estrutural”¹¹⁰, algo que os modelos hipotéticos dedutivos típicos da ortodoxia liberal (ou convencional, tal qualificada por Bresser) são incapazes de prever. A

¹⁰⁸ Bresser flerta com a escola filosófica pragmática norte-americana, que possui expoentes como Charles Peirce e William James. A aproximação de Bresser com essa escola filosófica-*Metaphysical club*- parece mais clara quando este se debruça sobre o problema do raciocínio lógico-indutivo nos exercício filosófico: “A objeção cética de que toda inferência indutiva não é justificada – o célebre ‘problema da indução’ de Hume – embora interessante não pode ser aceita. Não apenas porque ela vai contra o bom senso que nos diz também que boa parte do conhecimento é resultado de inferências indutivas”. BRESSER-PEREIRA. *Os Dois Métodos em Teoria Econômica*. 2003 citado por FURQUIM, L & GALA, P. *O Método Pragmático* In NAKANO, Y. REGO, J. M. & FURQUIM, L. *Em Busca do novo- O Brasil e o desenvolvimento na obra de Bresser-Pereira*. *Op. cit.* p. 109.

¹⁰⁹ BRESSER-PEREIRA.L. C. *Op. cit.* 2003. P. 11

¹¹⁰ BRESSER-PEREIRA. 2003. P. 12. Na passagem citada, o ex-ministro faz referência ao trabalho de VERCELLI, A. *Methodological Foundations of Macroeconomics: Keynes & Lucas* (1991) Cambridge: Cambridge University Press.

premissa teórica, também aplicada por Keynes, é utilizada por Bresser para grifar seu entendimento que “o macroeconomista não trabalha com certezas e o *policy maker* macroeconômico não se limita a aplicar modelos prontos, tomando decisões num quadro marcado pela incerteza”. Em termos conceituais, uma boa síntese do que se pode definir como o método do fato histórico novo, tal qual defendida por Bresser, é apresentada por Godoi:

“Esse método, que não é um método de verificação, mas de descoberta da verdade, propõe que se identifiquem fatos históricos novos que mudaram a realidade anterior. Seu pressuposto é o de que a realidade econômica até aquele momento estava razoavelmente bem estudada e analisada, mas os fatos novos exigem uma análise, que será mais tão *inovadora*, quanto maior for a mudança econômica e social causada pelo fato”¹¹¹

Em linhas gerais, toda esta argumentação de Bresser-Pereira acerca da postura analítica e metodológica dirigida originalmente ao macroeconomista em formação, não se restringe (e esta é nossa hipótese) à teoria econômica. Na prática, se revela uma postura do intelectual Bresser-Pereira em relação a outros aspectos da realidade social analisada por ele. No exercício teórico político, na observação dos fenômenos sociais e, sobretudo, nas interpretações sobre a crise do Estado, que, embora não possuíssem um caráter estritamente econômico, possuíam –como fundamento para a crise- a análise macroeconômica. Para o cientista social Bresser-Pereira, a crise do Estado tem sua origem e determinação primordial a “crise fiscal” deste Estado. A natureza e as respostas “eccléticas” e baseadas no “fato histórico novo” tal qual apresentadas terão como fundamento uma específica análise macroeconômica da realidade brasileira. *Os dois Métodos em teoria econômica*, mais do que uma simples reflexão epistemológica para economistas em formação, aponta a exímia habilidade de Bresser-Pereira em justificar (ou tentar) teoricamente seu *hibridismo* político e ambiguidade ideológica latente. O “fato histórico novo” é um exercício historicista que

¹¹¹ GODOI. *Op. cit.* p.115.

compreende de forma pouco crítica o próprio fato histórico como elemento socialmente constituído de uma dada realidade. Não se compreende os fatos sem suas devidas relações com as estruturas. E mesmo a compreensão dos fatos é também, ao contrário do que aponta Bresser, um exercício de verificação da verdade. Esta parcial, particular e necessariamente ideológica. Bresser-Pereira é daqueles intelectuais que, se por si só não produzem ideologias, reproduzem-na.

Nos meios universitários (ou se adentrarmos a noção de campo científico amplamente utilizado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu¹¹²), o cientista social Luiz Carlos Bresser Pereira atua com marcas de distinção, produzindo interpretações e articulando campos de pesquisa nas áreas de administração (pública e privada/empresarial), macroeconomia e teoria econômica que balizaram um determinado projeto de hegemonia, de interpretação acerca da crise do Estado. Interpretações estas que se traduziram, na sociedade civil, em projetos específicos de frações da burguesia (empresarial- financeira) no Brasil. A reforma “gerencial” do Estado brasileiro coadunada com a ideia de *Terceira Via* tão proclamada por intelectuais como o britânico Anthony Giddens. As identidades são evidentes! Bresser se tornara ao longo dos anos 1990 um privilegiado interlocutor de Giddens no que tange aos debates sobre *Terceira Via* e (sub)desenvolvimento.

1.6 - O “Giddens” brasileiro? Bresser Pereira e suas reflexões sobre a “Terceira Via”

No plano político, ideológico e teórico o cientista social Luiz Carlos Bresser-Pereira muito se identificou, ao longo dos anos 1990, com os postulados da chamada *Terceira Via*, tão bem representados pelo programa desenvolvido pelo chamado *Novo trabalhismo* britânico, em voga naquela década. Sem dúvida, a melhor representação desta *Terceira Via* no plano político (estatal) estrito senso, no Reino Unido, fora o ex-primeiro ministro trabalhista Tony Blair

¹¹² A categoria *campo científico* tal qual pensada por Bourdieu é analisada por nós, mais detalhadamente, no capítulo 2.

(1997-2007). O “menino de futuro”, como certa vez mencionara Margareth Thatcher, foi a tradução da “reforma” da plataforma política do trabalhismo inglês, outrora identificado com o Welfare State erigido na Europa após a grande crise econômica da década de 1930 e consolidado no pós 2ª Guerra Mundial. Blair fora a exímia tradução da metamorfose observada na social democracia britânica no fim do século passado. O esforço se colocava na direção da construção de uma agenda ou “alternativa” ao estatismo burocrático encarnado e fracassado devido ao ocaso da URSS em fins da década anterior e o “capitalismo sem luvas” proposto pelas hostes do neoliberalismo. A “transformação” do *Labour Party* em *New Labour* contou, no plano teórico, com a fundamental contribuição do sociólogo britânico Anthony Giddens (assessor especial de Tony Blair quando 1º ministro). Intelectual de renome nos quadros do liberalismo reformado britânico, Giddens fora uma espécie de “guru” dos defensores da chamada *nova esquerda* que se construiu na Europa (mas não lá somente) após a desagregação do chamado “socialismo real”. De fato, há de se reconhecer que a chamada *Terceira Via* nada tem de terceira, à medida que, historicamente, se constitui como uma variante do modelo neoliberal¹¹³. Uma estratégia política que se apresentou com o objetivo de dar alguma garantia consensual aos postulados do livre-mercado e da Reforma do Estado que formulados e implementados, na década de 1980 no mundo anglo-saxão (EUA e Reino Unido), por governos conservadores e liberais como R. Reagan (1980-88) e Margareth Thatcher (1979-1988), respectivamente.

Novo progressivismo, esquerda modernizadora, social-democracia modernizadora, governança progressiva, centro radical foram algumas das expressões que ganharam vulto nos textos de Anthony Giddens (e de Bresser-Pereira, no Brasil) e que serviram para situa-lo no espectro político e ideológico britânico. A essência da programática neoliberal (desregulamentação, privatização e abertura comercial) era mantida, no entanto. As mudanças superficiais proposta por ideólogos da *Terceira Via* (ou do que chamaremos aqui

¹¹³ Nos termos oferecidos pelo sociólogo Ricardo Antunes. Ver ANTUNES, R.. “A Terceira Via de “Tory” Blair: A outra face do neoliberalismo inglês”. Revista *Outubro*. São Paulo. Nº3. 1999.

de neoliberalismo de terceira via¹¹⁴) não alteravam a lógica implícita ao modelo político e societário neoliberal, que prevê a sobredeterminação do capital financeiro transnacional sobre o capital industrial, agrário e comercial. Lógica esta coadunada à “globalização conduzida”, cuja função é colocar em funcionamento o fluxo quase ilimitado de capitais transnacionais. A acumulação capitalista em escala global é, de fato, conduzida pela preponderância da dinâmica imposta pela mundialização financeira.¹¹⁵

Giddens entende a *Terceira Via* como sendo uma “estrutura de pensamento e de prática política que visa adaptar a social democracia a um mundo que se transformou fundamentalmente ao longo das duas ou três últimas décadas”.¹¹⁶ Para o sociólogo britânico, nem socialismo estatista, nem a social democracia clássica assentada sobre o Estado do Bem Estar Social. A globalização teria imposto, segundo ele, graves restrições ao modelo “dirigista” construído na União Soviética e predominante no leste europeu até os anos 1980 e solapado as bases do modelo keynesiano adotado pelos países capitalistas centrais no pós Segunda Guerra Mundial. “As novas *reflexividades* na vida econômica e social” advindas da globalização ensejariam a construção teórica e política de um modelo alternativo às duas possibilidades históricas existentes. Neste sentido, Giddens afirmava que:

“Uma economia moderna pode tolerar uma boa dose de planejamento central, e até mesmo prosperar com isso, mas apenas se existirem determinadas condições: que essa economia seja primordialmente nacional; que a vida social seja segmentarizada e não penetrada extensivamente por influências globalizadoras; e que o grau de *reflexividade* institucional não seja alto. À medida que

¹¹⁴ IDEM.

¹¹⁵ KOCHER, Bernardo. *A Construção de um objeto histórico: a economia política da globalização*. Rio de Janeiro. Mimeo. 2000. Citado também por GUIOT, A. *Op. cit.* p.54-56.

¹¹⁶ GIDDENS, A. *A Terceira Via – reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social democracia*. Rio de Janeiro: Record. 2001, p. 36. Citada também por GUIOT, A. *Op. cit.* p. 57.

essas circunstâncias se alteram, o keynesianismo recua e as economias de tipo soviético entram em estagnação.¹¹⁷

Por outro lado, o desprezo da *Third Way*, tal qual pensada por Giddens, à “velha” social democracia tem relação com a busca pela justiça social almejada por esta última. O sistema de welfare construído pelos Estados europeus após a segunda Grande Guerra, baseados em elevados “gastos públicos” e relativos déficits fiscais para garantir serviços públicos essenciais e sustentar demanda agregada de suas economias, levaria ao surgimento de “indivíduos passivos” e “irresponsavelmente dependentes” dos gastos sociais do Estado. Condena-se o Bem Estar Social, pois este motiva os indivíduos à indolência e à baixa procura por empregos. O direito social universalizado deve se transformar em assistência direta aos “mais pobres”. Reduz-se esse direito social universal a um problema ético, de responsabilidade individual. Insere-se a esta lógica a noção de uma política social emergencial “aos mais vulneráveis”, bem como a *filantropização* de serviços sociais básicos, outrora entendidos como direitos e oferecidos predominantemente pelo Estado. “É neste sentido que surge o terceiro setor [tão aclamado por Bresser-Pereira quando ministro da Reforma do Estado], cujo papel seria a substituição do welfare comandado pelo Estado em direção à constituição de uma ‘sociedade do welfare’, isto é, a concepção de que organizações da sociedade civil teriam um papel central no fornecimento de serviços sociais”.¹¹⁸ Uma espécie de “liberalismo cívico” que, ao Estado *stricto sensu*, garantiria um papel de “gerenciador das demandas e conflitos da sociedade civil”. Aliás, a lógica reformista do Estado gerencial tal qual apresentada por Bresser-Pereira, senta suas bases justamente aí. Um

¹¹⁷ GIDDENS, A. *Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical*. São Paulo: Unesp, 1996. P. 81. Citado também por GUIOT, A. *Op. cit.* p. 57. O conceito de “reflexividade institucional” aparece na obra de Giddens a partir dos textos *As Consequências da Modernidade* (1990) e *A Transformação da Intimidade* (1992), possui relação com a ideia de que as mudanças nas instituições e nas formas de sociabilidade então predominantes numa dada formação social provocam alterações ou reflexos em diversas dimensões da vida social (?). A noção nos parece muito vaga e nos remete a um comentário proferido certa vez pelo linguista norte americano Noam Chomsky acerca dos intelectuais em geral: “É muito natural para os intelectuais fazerem as coisas simples parecerem difíceis” (vide nota 46 deste capítulo).

¹¹⁸ GUIOT, A. *Op. cit.* p.62.

“Estado social liberal” capaz de se adequar aos tempos de globalização e abertura comercial/ financeira, livre dos entraves burocráticos do Estado desenvolvimentista em crise desde o início dos anos 1980 e capaz de gerir as necessidades do mercado e da “sociedade do welfare” tal proposta pelos ideólogos, no Reino Unido e no Brasil, do “neoliberalismo de terceira via”: Giddens e Bresser-Pereira, respectivamente.

Quanto ao papel do Estado, a *Terceira Via* de Giddens e Bresser-Pereira propõe um papel de natureza “gerencial” (e porque não pedagógico!) bastante específico, de forma a “impulsionar uma nova cultura cívica por meio de uma renovação organizativa da sociedade civil, visando a consolidar a coesão social, o empreendedorismo social e ação voluntária dos indivíduos: “*O Estado não deveria remar, mas assumir o leme: não apenas controlar, mas desafiar*”.¹¹⁹ O que se proporia é que “a capacidade racional de planejar esteja a serviço da eficiência, do envolvimento das organizações na solução de seus próprios problemas em parceria com o aparelho de Estado e do desenvolvimento da iniciativa privada como forma de incentivar a livre concorrência”.¹²⁰ Nesta perspectiva, mercados de produto, capital e trabalho devem ser flexíveis para que uma economia seja competitiva.¹²¹

O binômio competitividade /eficiência aproxima de forma orgânica os teóricos [liberais] da Terceira Via e liberais de tempos anteriores (mas não menos importantes) como o austríaco Friedrich Hayek. Há, a despeito das diferenças pontuais, uma convergência de princípios entre as “duas” correntes. A concorrência e livre iniciativa presente nos paradigmas liberais também aparecem nos postulados dos teóricos da Terceira Via, embora estes últimos

¹¹⁹ LIMA e MARTINS. *Pressupostos, Princípios e Estratégias* In NEVES, L. (org). *A Nova Pedagogia da Hegemonia: Estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo. Xamã. 2005. De evidente corte teórico gramsciano, a coletânea organizada por Lucia Neves traz um bom balanço sobre o que ela chama de “pedagogia da hegemonia” neoliberal no Brasil. A expressão em itálico é de Giddens (2001).

¹²⁰ LIMA e MARTINS. *Pressupostos, Princípios e Estratégias* In NEVES, L. *Op. cit.* p. 56 -57.

¹²¹ GIDDENS, A. *A Terceira Via e seus Críticos*. Rio de Janeiro. Record. 2000. p. 80, *apud* por LIMA e MARTINS. P. 57.

reconheçam e defendam sob vários aspectos a atuação gerencial do aparelho do Estado na gestão e produção das chamadas “políticas gerativas”. As similitudes são evidentes se observarmos a teorização de Hayek ainda nos anos 1940, em sua obra clássica *O Caminho da Servidão*:

“A doutrina liberal é a favor do emprego mais efetivo das forças da concorrência como meio de coordenar os esforços humanos, e não deixar as coisas como estão. Baseia-se na convicção de que, onde exista a concorrência efetiva, ela sempre se revelará a melhor maneira de orientar os esforços individuais. Essa doutrina não nega, mas até enfatiza que, para a concorrência funcionar de forma benéfica, será necessária a criação de uma estrutura legal cuidadosamente elaborada, e que nem as normas legais existentes, nem as do passado estão isentas de graves falhas [...] Considera a concorrência um método superior, não somente por constituir, na maioria das circunstâncias, o melhor método que se conhece, mas sobretudo por ser o único método pelo qual nossas atividades podem ajustar-se umas às outras sem a intervenção coercitiva ou arbitrária da autoridade. Com efeito, uma das principais justificativas da concorrência é que ela dispensa a necessidade de um ‘controle social consciente’ e oferece aos indivíduos a oportunidade de decidir se as perspectivas de determinada ocupação são suficientes para compensar as desvantagens e riscos que acompanham. O bom uso da concorrência como princípio de organização social exclui certos tipos de intervenção coercitiva na vida econômica, mas admite outros que, às vezes, podem auxiliar consideravelmente seu funcionamento, e mesmo exigem formas de ação governamental.”¹²²

Nosso propósito é analisar a forma como esse ideário da *Terceira Via* encontra eco na produção de Luiz Carlos Bresser-Pereira e como este, ao longo dos anos 1990 (e mesmo após sua estada no MARE), se torna um interlocutor privilegiado de Giddens e do corolário daquilo que ambos qualificavam como “nova esquerda”. Há dois textos que são centrais para esse debate e apontam a

¹²² HAYEK, F. (1944). Nota-se que mesmo expoentes da escola econômica austríaca, formuladores do ideário neoliberal, não prescindem da atuação do Estado e da ação governamental, ainda que estritamente garantidores dos contratos e da propriedade privada. Aliás, isso nos remete a John Locke, para qual o Estado como construção idealizada e deduzida a partir dos conflitos da sociedade civil existe para garantir a propriedade: LOCKE, J. *Segundo Tratado sobre o Governo Civil* (1680).

evidente identificação do ex-ministro com o corolário da *Third Way*, tal qual pensada por Giddens: *Social democracia e esquerda no final do século*, de 1997 e *A Nova Esquerda: uma visão a partir do sul*.¹²³ Ambos expressam, não apenas a solidez teórica de Bresser, mas também seu papel como artífice político e ideológico daquilo que Guiot¹²⁴ qualificou, nos termos de Gramsci, como “O Moderno Príncipe da burguesia brasileira”, o PSDB. Bresser-Pereira na condição de homem de partido, organizador *stricto sensu* de segmentos do empresariado brasileiro em torno do PSDB e da agenda liberal conservadora predominante na década de 1990 (não apenas!).

Social democracia e esquerda no final do século é um texto de didatismo ímpar, que tem como propósito situar e justificar teórica e ideologicamente o PSDB. A despeito do partido e sua ampla coalizão conservadora governarem o Brasil a partir dos resultados do pleito de 1994 (que garantiu uma acachapante vitória do então candidato Fernando Henrique Cardoso), havia a necessidade de ratificar as pretensões *democráticas* e de *centro-esquerda* do Partido da Social Democracia Brasileira. Para Bresser, o fim do século XX é uma conjuntura histórica de crise dos “velhos” valores da esquerda: “social-democrática nos países desenvolvidos, desenvolvimentista nos países emergentes e estatista nos países comunistas.”¹²⁵ Neste sentido, urge a necessidade de situar, no espectro ideológico, o PSDB:

Como defini-lo [o PSDB] neste fim de século, em um momento de crise dos velhos valores e de mudança tecnológica mais acelerada do que nunca (...) Para definir o que é o PSDB sem repetir simplesmente que é um partido social-democrático, poderíamos dizer que é um partido democrático, de esquerda e contemporâneo. Se pensarmos no significado destas três palavras, teremos um

¹²³ BRESSER-PEREIRA. *Social democracia e esquerda no final do século. Ideias de debates*. nº1 . Brasília. Instituto Teotônio Vilela. 1996. Texto produzido originalmente para a conferência na convenção extraordinária do PSDB, abril-1996. *A Nova Esquerda: Uma visão a partir do sul*. Revista *Filosofia Política, nova série*, v. 6. 2000. P. 144-178.

¹²⁴ GUIOT, A. *Op. cit.* 2006 (dissertação de Mestrado).

¹²⁵ BRESSER-PEREIRA. 1996. P.1

caminho para analisarmos a natureza deste partido que surgiu no final dos anos 80 identificado com uma proposta ética e anti-populista de modernização de centro-esquerda (...). O PSDB, embora, como todo grande partido abrigue um amplo espectro ideológico, é essencialmente um partido de centro-esquerda.¹²⁶

A retórica *bressiana* é uma reação, digamos, intempestiva aos críticos oriundos do que ele mesmo chama de esquerda “populista e arcaica” que, segundo o então ministro da Reforma do Estado, “teimavam” em qualificar o PSDB e o governo FHC como expoentes do neoliberalismo.¹²⁷ É peremptório ao ponto de argumentar que o PSDB tem como proposta uma “alternativa social-democrática contemporânea”. “A crise fundamental” tal qual apontada por Bresser, nos anos noventa, é a crise do Estado. Nem a alternativa neoliberal, do Estado mínimo, situada num extremo, nem a alternativa “populista”, intervencionista, sublinha ele. A primeira seria extremista, pois prega a redução da atuação estatal a patamares mínimos, regulação de contratos entre os entes privados e do contrato social fundamental¹²⁸ e entrega de toda a regulação da atividade econômica ao mercado. Afirmaria Bresser, na ocasião, “na verdade os neoliberais fizeram uma crítica inteligente e aguda do Estado, mas sua proposta é *mera ideologia dogmática*.”¹²⁹ O pragmatismo e pretensão neutralismo ideológico de Bresser encontram sua expressão maior no modelo “alternativo” proposto. A alternativa social-democrática contemporânea tem seu fundamento teórico no diagnóstico de um Estado em crise fiscal e que precisa ser reformado.

¹²⁶ *Idem*. pp.1-2. O que Bresser qualifica de populista é a esquerda marxista em geral e no plano partidário eleitoral o Partido dos Trabalhadores, este último avesso (à época) à agenda neoliberal e privatista. A saída de Bresser-Pereira, em 2011, do PSDB e sua subsequente aproximação ideológica e programática com o governo Dilma (2011-2014) revelam a adesão do atual bloco no poder ao neoliberalismo de terceira via que, com nuances, é amplamente qualificado de “novo desenvolvimentismo”. Bresser é um dos principais ideólogos deste “novo desenvolvimentismo”. A mesma agenda privatista e antipopular, ressignificada. Para detalhes do “arrependimento” de Bresser à sua adesão à agenda neoliberal ver: *Bresser Pereira deixa o PSDB*. Luis Nassif on line: <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/bresser-pereira-deixa-o-psdb>. (abril-2011).

¹²⁷ *Idem*. p. 9.

¹²⁸ Há de se grifar que a concepção teórica de Estado de Bresser-Pereira é liberal, contratualista, weberiana.

¹²⁹ *Idem*, P. 8 Grifo nosso.

Os termos da reforma gerencial do aparelho do Estado, tal qual capitaneada por Bresser, surgem justamente deste diagnóstico. Em outras palavras, se o déficit público é o problema que acomete a capacidade de decisória do Estado e o funcionamento da burocracia estatal (capturada, segundo Bresser, por interesses privados patrimonialistas – *rent seeking*-), reforme-se este Estado. Reforma entendida sob a égide da eficiência administrativa e sob o prisma gerencial de princípios extraídos da lógica da iniciativa privada. Mesmo sem mencionar explicitamente as contribuições de Giddens e da *Terceira Via* britânica, os postulados se assemelham. Prognóstico e diagnóstico da crise entre liberais e neoliberais de terceira via, como já mencionado, convergem. Para Bresser-Pereira:

Na verdade existe uma segunda circunstância [a primeira é o Estado fiscalmente forte] em que os neoliberais tem razão: quando falta governabilidade ao Estado. As falhas do Estado nestas circunstâncias tenderam a ser maiores do que as falhas do mercado. Esta é também a segunda condição para a reconstrução do Estado: dotá-lo de governabilidade, seja através da definição de objetivos para sua intervenção consistentes com suas possibilidades financeiras e técnicas, seja através de instituições políticas que garantam legitimidade a seu governo (...).¹³⁰

O *método do fato histórico novo*, tão proclamado por Bresser-Pereira é utilizado para justificar seu fatalismo histórico diante da globalização, entendida como o fato histórico novo a ser encarado. O “desafio a ser enfrentado”, segundo o então ministro. Apresenta-se aos Estados como uma relativa ameaça, à medida que “diminuiu a autonomia do Estado de fazer políticas, se há crise fiscal do Estado, se houver aumento de sua capacidade administrativa, se sua missão é definida de acordo com os tempos em que vivemos, e se assegura

¹³⁰ *Id. Ibidem.* P. 9.

legitimidade para seus governantes, o Estado será mais forte e terá condições de contrabalançar os efeitos desestabilizadores e distorcivos da globalização”.¹³¹

Noutro texto, *A Nova Esquerda: Uma visão a partir do sul*, esse sim com uma expressa referência a Giddens¹³² (Bresser o menciona como um dos revisores do artigo), o ex-ministro expressa sem constrangimentos todo o seu esforço abstrato e politológico para tentar definir (ainda que de forma muito confusa) o que ele entenderia por “Velha Esquerda”, “Nova Esquerda”, “Velha Direita” e “Nova Direita” (conceitos, segundo o autor, relacionados a um centro político). Bresser é honesto ao afirmar ao leitor, logo no início do texto que seu objetivo seria “essencialmente discutir ideias, não governos ou administrações.”

¹³³ Ideias, posição de classe, condição de classe e consciência de classe *não são* questões de fundo teórico utilizadas para sustentar a análise proposta por Bresser. Neste sentido, o “abstracionismo” de sua reflexão é evidente, quando não absolutamente inútil, para compreensão objetiva da realidade, na medida em que se torna um mero exercício intelectual e pretensamente semântico no que diz respeito à tentativa de identificar e classificar elementos do espectro político que, na prática, não possuem correspondentes na realidade social objetiva. Classificar governos como o de Felipe González, na Espanha, de Tony Blair, no Reino Unido, Bill Clinton nos EUA e de Fernando Henrique Cardoso, no Brasil como governos de “centro-esquerda”, de “nova esquerda” ou social democrata sem a devida observância à correlação de forças nestes respectivos países e à adesão orgânica destes governos à programática liberal privatista, é muito mais um esforço propagandista do que uma observação política/teórica em bases objetivas. Exatamente isso, Bresser-Pereira, em seus textos acerca da *Terceira Via* e da “Nova Esquerda” porta-se essencialmente como o ideólogo que precisa, a partir de todos os expedientes, justificar seus posicionamentos e do governo ou

¹³¹ *Idem.* p. 11.

¹³² Reflexão produzida quando Bresser era professor adjunto do *Centre of Brazilian Studies* e do *Nuffield College* na Universidade de Oxford – Grã-Bretanha- entre setembro de 1999 e março de 2001. Neste mesmo período figurava como Assessor Especial da presidência da República para Assuntos da Terceira Via.

¹³³ BRESSER-PEREIRA. *Op cit.* p.89.

bloco no poder o qual está inserido. Não por acaso, de forma concomitante às suas atividades intelectuais no *Nuffield College* e no *Centre of Brazilian Studies*, ambos em Oxford, Bresser figurava na virada da década de 1990 para os anos 2000 como assessor especial da Presidência da República para Assuntos da Terceira Via. O *Giddens* brasileiro ocupava posição análoga à do Giddens original, uma espécie de *intelectocrata*, intelectual organizador da agenda da “Nova Esquerda” no Brasil.¹³⁴

Vamos, no entanto, à análise mais pormenorizada do artigo de Bresser. Logo de início o autor aponta para a sua premissa básica situada em torno da ideia de que “os conceitos do que é esquerda e direita, do que é novo e do que é velho, mudam histórica e geograficamente.”¹³⁵ Difeririam de um país para o outro, de “acordo com as experiências nacionais e estágios de crescimento econômico.”¹³⁶ Segundo este raciocínio, Bresser remonta à tese de Bobbio, que de acordo com o primeiro, “procuraria examinar os conceitos de esquerda e direita em termos históricos”, levando, outrossim, em consideração o que os também liberais Norberto Bobbio e Alain Touraine¹³⁷ entenderiam como “valores” ou “princípios fundamentais” para as duas posições do espectro político. A igualdade, ou busca dela, seria “um valor privilegiado pela esquerda e não pela direita” (Bobbio). Ou que, historicamente a direita estaria aliada às forças econômicas, enquanto as esquerdas estariam aliadas às forças sociais (?) (Touraine). Dada a impossibilidade de clivar a dimensão econômica da dimensão social, Bresser recorre à estratégia de compreender que (ou definir, de acordo com as próprias palavras) que “a ordem e a justiça social são sempre os objetivos relevantes que distinguem direita e esquerda: enquanto a esquerda está

¹³⁴ Grifemos o argumento de Bresser, em 2011, ao deixar o PSDB: afirmava que o partido havia abandonado quaisquer perspectivas nacionalistas (ou de esquerda). Para o relato completo: <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/bresser-pereira-deixa-o-psdb>. (abril-2011).

¹³⁵ *Idem*. P.148.

¹³⁶ *Id ibidem*.

¹³⁷ Os textos de Bobbio e Touraine mencionados pelo autor são: *Destra e Sinistra*. Roma: Donzelle Editore. 1994 e *Comment Sortir Du Libéralisme?* Paris: Fayard. 1999, respectivamente.

pronta a arriscar a ordem em nome da justiça, aquela é sempre a primeira prioridade para a direita”.¹³⁸

O escopo primacial de *A Nova Esquerda: Uma visão a partir do sul* é o de aferir uma identidade ideológica para este “novo” espectro político que Bresser apontava, contando inclusive, com o generoso apoio de intelectuais (não menos weberianos e não menos politólogos) como Wanderley Guilherme dos Santos. Este, ao comentar a versão primeira do texto de Bresser-Pereira chegara a contribuir com o que entendia também como similaridades programáticas [pois ambas disputariam o “centro político”] entre a “Nova Esquerda” e a “Nova Direita” (esta última, Bresser define em textos mais recentes como a “ortodoxia neoclássica”). Afirmaria Santos que, “ocasionalmente, diagnóstico e terapia pontuais podem ser as mesmas, tanto para a ‘Nova’ e ‘Velha esquerda’, quanto para a centro-esquerda e até mesmo para os mais esclarecidos membros do conservadorismo”.¹³⁹ Em seguida, acerca do papel gerencial do Estado para a “nova esquerda” social liberal, Bresser-Pereira emendaria:

“Existe uma quantidade muito grande de políticas públicas que não se distinguem por ser de direita ou de esquerda, mas por ser adequadas e competentes ou inadequadas e incompetentes. Por outro lado, ainda que o pêndulo político tenha mudado de direção, a precedência dos mercados sobre o Estado na alocação dos recursos será duradoura. O centro pode já ter começado a mover-se em direção a maior igualdade e a alguma política industrial, mas não retomará o planejamento estatal da economia. Os governos planejarão seus próprios gastos. O novo Estado gerencial que está surgindo, além de passar a contar com agências executivas com mais autonomia para regulamentar mercados oligopolistas, terá também um papel capacitador (enabling) de empresas nacionais

¹³⁸ Interessante notar que no texto original há um equívoco do autor quanto à definição do que é prioritário para esquerda e direita, “historicamente”, segundo Bresser-Pereira. Leia-se no original: “a ordem e a justiça social são sempre os objetivos relevantes que distinguem direita e esquerda: enquanto a direita (sic) está pronta a arriscar a ordem em nome da justiça, aquela é sempre a primeira prioridade para a direita.” A confusão ideológica do ex-ministro acabou por se revelar na escrita do texto como um ato falho no sentido psicanalítico da expressão? *Idem*. P. 149.

¹³⁹ Segundo Bresser, esta teria sido uma contribuição à versão final do texto, feita por Santos por e-mail em 14 de junho de 2000. BRESSER-PEREIRA. *Op. cit.* p. 154.

que devem competir a nível internacional. Esses fatos fazem a pessoa dizer que a Nova Esquerda aprendeu com a Nova Direita e, agora no poder, está transformando o que aprendeu em seus próprios termos, enquanto o pêndulo de novo começa a se mover para a esquerda. Fenômeno semelhante ocorreu nos anos 1930, Então a crise era de mercado. A esquerda, ou as forças 'liberais' ou progressistas, tomou a liderança com Keynes e Roosevelt. A direita, para poder ganhar as eleições, foi compelida a aprender com a esquerda e adotou muitas das políticas que os partidos de esquerda originalmente implementaram quando estavam no governo".¹⁴⁰

É imperativo para a "Nova Esquerda", segundo Bresser, ser "moderna e orientada para a mudança tecnológica e a eficiência; para o uso racional dos recursos humanos e naturais na produção; para o respeito aos direitos humanos, inclusive sobre os direitos republicanos".¹⁴¹

É digno de nota também, mencionarmos, mais uma vez, o fatalismo histórico que intelectuais da "Nova esquerda", neoliberais constrangidos, possuem em relação à globalização e seus impactos sociais sobre os países em desenvolvimento. O paroxismo deste fatalismo histórico está na afirmação de Bresser de que a "globalização é um fenômeno da realidade histórica do século XX que é visto pela 'Nova Direita' como uma 'oportunidade', para a 'velha esquerda' como uma ameaça e para a 'Nova Esquerda' com um desafio".¹⁴² No que tange a este desafio para os países em desenvolvimento (grifa-se o Brasil), no exercício teórico proposto por Bresser, deveria se distinguir a "globalização como fenômeno real da globalização como ideologia", o que ele afirmaria ser a expressão do *globalismo* reinante na ortodoxia neoclássica e responsável pelo

¹⁴⁰ *Id. Ibidem.*

¹⁴¹ *Id. ibidem.* Bresser define "direitos republicanos" a partir da ideia de "Estado Republicano", um Estado "forte e capaz e dotado de legitimidade democrática e eficiência administrativa". Estado social liberal, Alternativa social democrática contemporânea, Estado Republicano e mais atualmente "novo desenvolvimentismo": Diferentes variações terminológicas da mesma "melodia" neoliberal e privatista. Ver Bresser-Pereira, L. C. *Construindo o Estado Republicano*. Rio de Janeiro. FGV Editora. 2009.

¹⁴² Bresser-Pereira. *Op. cit.* P. 163.

que ele também chama de “perda definitiva da autonomia do Estado”.¹⁴³ Para Bresser, seria possível separar ideologia do “fenômeno histórico real”, um exercício obtuso de compreensão da realidade que pouco contribui para o entendimento do fenômeno como expressão da dominação de setores transnacionalizados do capital, em especial o capital financeiro. O *rentismo* que se tornou “pedra de toque” da acumulação capitalista mundial desde meados dos anos 1970. Para Bresser-Pereira era evidente a percepção de que o *globalismo* e a *globalização*, associadas à crise fiscal do Estado brasileiro levaram ao esgotamento do modelo de financiamento público estatal erigido desde os anos 1930. Fazia-se, portanto, necessária a consolidação do Estado gerencial capaz de tornar competitiva a economia dos países em desenvolvimento frente às economias centrais.¹⁴⁴

De forma mais didática Bresser expressa as “distinções necessárias” entre o que ele define como “Velha” e “Nova Esquerda” e a “Nova Direita” em países em desenvolvimento. No quadro abaixo:¹⁴⁵

TABELA 1: Nova e Velha Esquerda e Nova Direita em países em desenvolvimento:

Crítérios	Velha Esquerda	Nova Esquerda	Nova Direita
Controle do Partido	Burocratas	Nova classe média e capitalistas.	Capitalistas
Papel do Estado	Central	Complementar.	Secundário
Reforma do Aparato Estatal	Permanece burocrático e grande	Muda para gerencial	Enxugamento

¹⁴³ *Idem.* p. 166.

¹⁴⁴ Esta discussão é retomada por Bresser-Pereira mais recentemente no livro *Globalização e Competição*, de 2011. A partir da abordagem teórica institucionalista Bresser desenvolve o seu conceito de “novo desenvolvimentismo”. A relação entre O Estado social liberal e o novo desenvolvimentismo *à la Bresser* será observada por nós no capítulo 04 desta tese.

¹⁴⁵ Elaborado por Bresser-Pereira. *Op. cit.* p. 168.

Execução dos Serviços Sociais Básicos	Diretamente pelo Estado	Por organizações públicas não estatais.	Por empresas de negócios privados.
Financiamento dos Serviços Sociais Básicos	Pelo Estado	Pelo Estado	Privado
Seguridade Social (Básica e Complementar)	Assegurada pelo Estado	Seguridade social básica assegurada pelo Estado	Assegurado pelo setor privado
Política Macro econômica	Populista	Keynesiana	Neoclássica
Globalização	Ameaça	Desafio	Benefício

Sob vários aspectos a teorização de Bresser-Pereira sobre a identidade da chamada “Nova Esquerda”, no mundo em geral e no Brasil, em particular, não encontra amparo na realidade. À título de exemplo, se observarmos a composição social do PSDB (seus membros da executiva do partido e intelectuais orgânicos) perceberemos que a “categoria” *capitalistas*, cunhada por Bresser no quadro acima em muito supera aquilo que ele qualifica como *nova classe média*. Segmentos do grande empresariado se fazem presentes na composição da “social democracia” *tucana*. Bem como a política, ou melhor, o modelo macroeconômico e societário consensuado (não também com uma boa dose de coerção) pelo alto estaria muito longe de ser considerada keynesiana, no sentido clássico. No que tange, à composição social da executiva do PSDB, partido que expressaria à “Nova esquerda a partir do Sul”, Guiot nos apresenta um quadro bastante pormenorizado acerca das relações orgânicas dos integrantes da executiva tucana com as frações empresariais e financeiras no Brasil.¹⁴⁶

¹⁴⁶ GUIOT. A. *Op. cit.* pp. 185 a 198. Quadro III- anexos. Disponível em www.historia.uff.br/stricto/.../Dissert_2006_GUIOT_Andre_Pereira-S.pdf.

O argumento de Bresser, dotado de inegável conteúdo ideológico –a despeito de afirmar sempre o contrário- foi capaz de realizar a síntese programática para setores da burguesia brasileira que flertavam desde fins da década de oitenta com a modernização liberal, conservadora e privatista adotada e organicamente articulada pelos tucanos a partir de 1994. Um dos escopos de nossa tese se propõe à análise da relação entre o ideólogo Bresser-Pereira e as frações de classe que moldam e são moldadas pelo intelectual objeto deste estudo de doutoramento. A politologia (liberal weberiana) na qual Bresser finca os pés para explicar a crise do Estado, bem como teorizar sobre a sociedade civil, não deve obliterar a compreensão da totalidade histórica e social que se pretende aqui. Por isso há de se identificar as relações orgânicas de Bresser-Pereira com segmentos do empresariado brasileiro, suas relações na universidade e no campo científico em geral. A forma como se torna interlocutor privilegiado na sociedade civil, no que tange a uma interpretação que se torna hegemônica, nos anos 1990, acerca da crise do Estado. Daí necessidade de se buscar as relações sujeito (intelectual) e a realidade social e histórica na qual se situa. Há uma intrínseca e inegável interação entre o Bresser-Pereira, intelectual acadêmico *stricto sensu*, e o intelectual agente organizativo de um partido político que reflete a *concertação* social de determinados segmentos de classe em torno de um projeto político/ ideológico. É exatamente isso que se pretende analisar no capítulo que se segue, bem como as primeiras formulações teóricas mais pormenorizadas acerca do diagnóstico-prognóstico *crise fiscal/ reforma gerencial* do Estado Brasileiro.

2ª Capítulo: O Intelectual e o Diagnóstico da crise.

Por que tamanha crise? Por que a renda por habitante da América Latina caiu entre 1980-1989? Por que a inflação, que, para a média dos países latino americanos era de 54,9 em 1980, subiu para 1.157% em 1989? Por que a taxa de investimento em relação ao PIB caiu de 24, para 16,2% no período? Estes dados são impressionantes. Exigem uma explicação mais geral. Esta explicação estará simplesmente no populismo dos políticos e no excesso de intervenção do Estado, como é comum ouvir? Ou adicional e alternativamente, é preciso reconhecer uma crise fiscal dos Estados latino-americanos? Por outro, o que fazer para superar esta crise? Basta estabilizar a economia que o crescimento será retomado automaticamente? Ou mais precisamente basta estabilizar e liberalizar? Ou será, além disso, necessário recuperar a capacidade de poupança do Estado?

(BRESSER-PEREIRA. *A Crise da América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal?* Aula Magna ANPEC. 04. Dez. 1990).

2- Bresser-Pereira: a construção de sua trajetória intelectual e o contexto das primeiras formulações sobre a Crise e a Reforma do Estado no Brasil (1987-1994).

As temáticas “crise” e “reforma” do Estado possuíram amplo destaque na cena pública da América Latina na passagem dos anos 1980 para a década de 1990, adquirindo na agenda política e intelectual da região contornos de pontos substanciais. Atingidos pela crise da “dívida externa” e pelo esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico e industrial *desenvolvimentista*, adotado desde os anos 1930, a temática invariavelmente se impôs para políticos e intelectuais inseridos no debate econômico. No Brasil, especificamente, o economista e cientista social Luiz Carlos Bresser-Pereira elaborava, em fins dos anos oitenta, suas primeiras formulações acerca da crise do Estado, ao buscar explicações para a desaceleração da acumulação capitalista nos países centrais e que colocava em xeque nestes países, o modelo de Estado de Bem Estar social adotado desde a Segunda Guerra Mundial. Bresser-Pereira, intelectual “acadêmico” e “orgânico” (no sentido gramsciano da expressão), prendendo-se a uma interpretação excessivamente conjuntural e economicista da crise,

desenvolveu a sua *teoria sobre a crise do Estado*, lhe atribuindo um caráter cíclico. Afirmava Bresser, naquele contexto, na universidade e fora dela, que “se o Estado havia sido um instrumento de ação coletiva que assegurou taxas elevadas de crescimento no pós Segunda Guerra, era agora a sua própria crise que levava à redução dessas taxas”.¹⁴⁷

Pretende-se fazer aqui um esboço de análise da produção intelectual, no campo acadêmico, de Luiz Carlos Bresser-Pereira no que tange à problemática crise e Reforma do Estado no Brasil. À luz do instrumental teórico *bourdieiano* optamos por algumas categorias centrais para empreender esta análise. Seguem-se: *campo científico*, *capital simbólico- científico* e *dominação simbólica*. Categorias teóricas que, a nosso ver, muito bem ilustram dois aspectos da trajetória intelectual e política de Bresser e que se constituem o escopo de nossa análise: a rede de sociabilidade intelectual (formada por economistas, teóricos da área de Administração e cientistas sociais) produzida e reproduzida por ele dentro do *campo científico* a partir das fileiras da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas / São Paulo (EAESP-FGV). E, da mesma forma, como a partir desta rede, Bresser se tornaria um dos principais teóricos (dotado de um considerável capital científico) de um modelo de reestruturação do Estado brasileiro, em vigor alguns anos mais tarde, a partir da chegada do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) à presidência da República em 1994.

2.1- O *Campo científico* e a trajetória acadêmica do economista Bresser-Pereira.

Dentro da vasta obra do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002), *campo* é um conceito que possui primazia incontestada, ocupa aquilo que

¹⁴⁷ BRESSER- PEREIRA. L.C. *Economista ou Sociólogo do Desenvolvimento*. In NAKANO, Y. REGO, J. M. & FURQUIM, L. *Op cit.* p. 534.

qualificamos como *estruturante* de sua produção sociológica.¹⁴⁸ Bourdieu produz sua observação do mundo social fragmentando-o em *dimensões* que gozam de relativa autonomia entre si. Espaços estes que são denominados *campos* e que são definidos por serem “espaços estruturados de posições, onde os agentes atuantes neste *campo* estão em constante concorrência entre si pelos troféus específicos, seguindo sempre regras específicas”.¹⁴⁹ Neste sentido, é aspecto essencial para entender as regras de funcionamento e interação deste campo – seja ele artístico, literário, científico, econômico ou propriamente o campo político (Estado)- é a disputa de poder intrínseca a ele. Segundo o sociólogo Patrice Bonnewitz, comentando definições teóricas de Bourdieu, campo é uma categoria que pode ser analisada pelo seguinte viés:

“(…)Em termos analíticos, um campo pode ser definido como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições. Essas posições são definidas objetivamente em sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação (*situs*) atual e potencial na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital) cuja posse comanda o acesso aos lucros específicos que estão em jogo no campo e, ao mesmo tempo, por suas relações objetivas com outras posições (dominação, subordinação, homologia etc.). Nas sociedades altamente diferenciadas, o cosmos social é constituído do conjunto destes microcosmos sociais relativamente autônomos, espaços de relações objetivas que são o lugar de uma lógica e de uma necessidade específicas e irredutíveis às que regem os outros

¹⁴⁸ O mais importante sociólogo francês da 2ª metade do século XX, Pierre Bourdieu é dono de vasta obra no campo da sociologia política “pública” e “reflexiva”. Produziu os mais importantes referenciais metateóricos sobre o “campo científico” e as propriedades específicas deste “campo científico”. Em linhas muito gerais, as categorias centrais para compreensão da obra de Bourdieu são: *campo*, *capital* (não apenas capital econômico) e *habitus*.

¹⁴⁹ BONNEWITZ, P. *Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu*. Petrópolis: Vozes, 2005. P. 60. A vastidão, o caráter errático da apresentação dos conceitos e muitas vezes a prosa impenetrável da sociologia de Bourdieu (suas *marcas de distinção*) nos impelem, além da análise da obra do próprio, à remissão a alguns comentadores da obra do sociólogo francês. São eles aqui apresentados: Patrice Bonnewitz, Louis Pinto e Michel Burawoy. Vide Bibliografia.

campos. Por exemplo, o campo artístico, o campo religioso ou o campo econômico obedecem a lógicas diferentes.¹⁵⁰

No que tange à análise das disputas inerentes à lógica de funcionamento dos campos (especificamente, busquemos aplicar esta teorização ao campo científico) Bourdieu é ainda mais enfático ao afirmar que: “Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas a disputar o jogo, dotadas de *habitus*¹⁵¹ que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc.”. E, nesta disputa no *campo científico*, invariavelmente, o que se busca é o monopólio da violência simbólica legítima, traduzida na legitimidade da produção científica do pesquisador. Legitimidade esta que se materializa no reconhecimento das contribuições científicas desse mesmo pesquisador diante de seus pares na universidade. Prestígio adquirido através das inegáveis contribuições para o avanço científico, em especial no campo das ciências humanas (no qual podemos incluir Bresser-Pereira como um analista filiado à heterodoxia econômica que se contrapõe aos monetaristas neoclássicos) a elaboração de interpretações acerca da realidade social. Não obstante, deferência e legitimidade também obtidas através da ocupação de postos acadêmicos e obtenção de títulos que distinguem estes intelectuais de seus pares na universidade e o fazem acumular neste percurso, capital científico institucional. No caso de Luiz Carlos Bresser-Pereira, destaca-se sua trajetória bem sucedida, desde 1959, como professor universitário na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas–SP (EAESP-FGV). Percorrendo todos os degraus previstos, de auxiliar de ensino à condição de docente emérito. Ocupou

¹⁵⁰ Idem.

¹⁵¹ Categoria fundamental para a inteligibilidade da teoria sociológica política de Bourdieu: é definido como um sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funcione como um sistema de esquemas geradores para apreensão/compreensão/intervenção no mundo social por indivíduos ou por grupos sociais específicos. Bourdieu faz uma clara exposição do conceito em conferência ministrada na École Normale Supérieure para um grupo de filólogos e historiadores da arte, em novembro de 1976: *Algumas propriedades dos campos* In BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983. P. 89.

também outros espaços burocráticos de gestão institucional dentro da Escola de Administração de Empresas, chefiando departamentos, presente em comissões existentes no organograma administrativo da Escola e fundando na década de 1970 o renomado Departamento de Economia da EAESP-FGV, embrião do que se tornaria, décadas mais tarde, a Escola de Economia da referida instituição.¹⁵²

A “sociologia clínica” de Bourdieu acerca do *campo científico* produz uma relevante contribuição para a compreensão dos meandros da rede de sociabilidade produzida por intelectuais como Bresser-Pereira, em especial no que tange às propriedades específicas deste campo. Propriedades estas que evidenciariam a autonomia, ainda que relativa, deste campo em relação ao mundo social em geral. Quanto à disputa de poder no *campo científico*, Bourdieu é enfático ao constatar que: “A luta científica é uma luta armada entre os adversários que possuem armas tão potentes e eficazes quanto o capital científico acumulado no e pelo campo”.¹⁵³ Esta luta científica se circunscreve no tamanho da produção teórica e acadêmica propriamente dita, na organização de conferências, simpósios, e eventos na universidade – e alguns momentos fora dela – e, no limite, no impacto que tal produção intelectual/científica produz nesta comunidade acadêmica. Dessa forma, “todo conflito intelectual é um conflito de poder. Toda estratégia de um erudito comporta, ao mesmo tempo, uma dimensão política e uma dimensão científica”.¹⁵⁴ Coaduna-se, de fato, a esta interpretação sociológica do *campo científico* o itinerário de Bresser-Pereira na universidade. Uma trajetória que, em fins dos anos 1980, já se encontrava

¹⁵² Bresser fundou ao lado do economista Ary Bouzan, em 1970, o Departamento de Economia da FGV/SP, sendo o primeiro diretor desse departamento (1970-73). Em 2003 foi na criada na FGV a Escola de Economia de São Paulo, onde desde então Bresser oferece, ao lado do economista José Marcio Rego a disciplina “Interpretações do Brasil” cursos de graduação e pós-graduação em economia. Participou também em 1970 da fundação de outro importante centro de Estudos de ciências sociais em São Paulo, o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento).

¹⁵³ BOURDIEU, P. *Os usos sociais da Ciência – Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo. Editora Unesp. 1997. P. 32.

¹⁵⁴ Idem. p 41.

consolidada. Naquela altura, o já livre docente¹⁵⁵ em economia, Bresser-Pereira, retomava suas atividades cotidianas como professor e pesquisador no departamento de Economia da EAESP/FGV, após passagem em cargos de primeiro e segundo escalão do governo do Estado de São Paulo e no governo federal. Na administração pública foi, entre março de 1983 e maio de 1985, presidente do Banco do Estado de São Paulo (BANESPA) e no biênio 1985-1987, titular da Secretaria de Governo da gestão peemedebista Franco Montoro. Secretário de Ciência e Tecnologia do governo Orestes Quéricia (1987-1991), onde permaneceu por pouco mais de um mês e, finalmente, no plano federal, Ministro de Estado da Fazenda, de março a dezembro de 1987. Neste último ficaria marcado pelo fracasso do Plano de Estabilização Macroeconômica aplicado na época e alcunhado pela imprensa brasileira como *Plano Bresser*.

Vale observar que o capital simbólico científico de Bresser fora, sem dúvida alguma, potencializado por sua paralela e orgânica participação político-partidária. Após anos de militância nas fileiras peemedebistas, Bresser se empenhara ao lado de figuras como Mario Covas, Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Franco Montoro na dissidência que formaria em 1988 o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).¹⁵⁶ Teorizando e participando daquilo que sempre qualificara como *Terceira Via*, Bresser-Pereira exerceu não apenas um papel de formulador das orientações do novo partido, mas também de atuação como dirigente, sendo membro do diretório nacional entre 1988 e 1995. Ainda, par e passo a sua atuação acadêmica e partidária, Bresser ainda consolidaria uma profícua trajetória (que começara no início dos anos 1960) no meio empresarial, à frente da direção do Grupo Varejista Pão de Açúcar (Companhia Brasileira de Distribuição), à época de propriedade do empresário Abílio Diniz. Além desta atuação direta e efetiva na gestão do referido grupo empresarial, Bresser foi no decorrer de sua trajetória profissional consultor econômico em conselhos de

¹⁵⁵ Bresser obtém seu título de livre docente na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) em 1984 com a tese *Lucro, acumulação e crise*, publicado dois anos mais tarde com título homônimo.

¹⁵⁶ GUIOT, André. *Um Moderno Príncipe para Burguesia Brasileira: o PSDB (1988-2002)*. Dissertação de Mestrado, UFF. 2006. Op. cit.

importantes organizações do segmento industrial empresarial-financeiro do país, como a Associação Comercial do Estado de São Paulo, a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e a Federação de Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Esta trajetória profissional múltipla no Estado, na universidade e no meio empresarial *stricto sensu* contribuíra de forma inegável para a acumulação de capital intelectual/científico necessário para fazer valer o *poderio simbólico*¹⁵⁷ de suas formulações teóricas, bem como os diagnósticos acerca das novas relações entre Estado e sociedade civil no Brasil, propostas pelos termos da Reforma “gerencial” (neoliberal) que começavam a serem delineados naquele contexto.

A sociologia dos intelectuais *bourdieusiana* também nos oferece uma valorosa contribuição para reflexão acerca da dinâmica das relações de poder no campo científico (universitário, de forma mais precisa) no longo trabalho *Homo Academicus*, publicado em 1984.¹⁵⁸ Tal obra, especificamente, insere-se no conjunto de reflexões do sociólogo francês acerca da escola e do sistema de ensino naquele país. Ao lado de *Les héritiers*, de 1964, e de *A Reprodução*, de 1970 (no Brasil, publicada em 1975) e *La noblesse d’Etat, Homo academicus* dedica-se a compreensão das formas de reprodução do capital simbólico científico nas instituições universitárias francesas. “Se propõe a construir uma espécie de ‘topografia social e mental’ do mundo universitário, e procura demolir o *Homo academicus*, classificador entre classificadores”.¹⁵⁹ Bourdieu se apresenta como um investigador do intelectual que, segundo ele mesmo, se trata de um *indivíduo empírico* e um *indivíduo epistemológico*, ou seja, o intelectual como objeto de estudo e ao mesmo tempo produto de suas próprias análises. O primeiro capítulo, cujo título “Um livro para queimar”, instiga o leitor e é

¹⁵⁷ “Poder simbólico” é uma categoria *bourdieusiana* que pode ser definida como um “poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica (sentido imediato do mundo)” BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. 2003. P.9.

¹⁵⁸ Publicado em português apenas em 2011. BOURDIEU, P. *Homo academicus*. Florianópolis. Editora UFSC.

¹⁵⁹ VALLE, Ione Ribeiro. *Ler Homo academicus* (apresentação ao texto de Pierre Bourdieu). Editora UFSC. 2011.

especialmente provocador no sentido de buscar revelar o “segredo de sua tribo” (os intelectuais): “Sabe-se que os grupos não gostam muito dos que traem um segredo, sobretudo quando a transgressão ou a traição se protege sob os valores mais altos”.¹⁶⁰ Bourdieu e sua sociologia clínica revelam que os trabalhos de construção intelectual destes agentes que ocupam socialmente a função de intelectuais produzem efeitos, implicam em responsabilidades e reproduzem o capital simbólico daqueles que possuem lugares privilegiados no campo científico, que opera também necessariamente como dimensão de campo de poder. Analisar a “população” dos professores universitários mais “poderosos” e menos “poderosos” é um exercício descritivo que Bourdieu lança mão em *Homo academicus*.

Esse exercício epistemológico sobre o campo científico (no qual Bourdieu é parte integrante) produziu uma valiosa sociologia dos intelectuais. A forma como esses compõem redes de sociabilidade intelectual, ocupam espaços institucionais nas universidades mais prestigiosas, bancas, orientações de trabalhos acadêmicos, conselhos editoriais de Revistas científicas de destaque e espaços de gestão institucional nas universidades ou centro de pesquisas, que os permitem se constituírem classificadores em relação aos demais. Hierarquização que faz destes intelectuais, *homo academicus*, detentores de inegável capital simbólico científico no campo universitário. O objeto de estudo de Bourdieu, como já mencionado, é o sistema universitário francês, em especial uma das mais destacadas instituições a Sorbonne. No entanto, a reflexão proposta por ele nos fornece importantes ferramentas teóricas para compreender a trajetória de intelectuais no Brasil, como Bresser-Pereira, que se consolidam como intérpretes da realidade social. O itinerário e as *marcas de distinção* adquiridas por Bresser ao longo de sua carreira acadêmica são fundamentais para a formação do intelectual/ideólogo dos diagnósticos sobre crise e Reforma do Estado. Não apenas: são importantes para a legitimação do *policy maker* quando este ocupa o posto chave (O MARE) para aplicação do corolário acerca da reforma do aparelho de Estado.

¹⁶⁰ BOURDIEU. P. Op. cit. 2011. P. 25.

Além de todos os degraus possíveis ocupados por Bresser-Pereira no decorrer de sua trajetória acadêmica na FGV-SP, os dados mostram também os títulos acadêmicos honoríficos recebidos por ele (vide tabela 1-anexo cap. 2) fora da Fundação Getúlio Vargas. Entre 1962 e 1990 as posições de gestão institucional na FGV foram diversas (tabela 3- anexo cap. 2), algo que evidencia os espaços percorridos para construção de seu próprio itinerário e para a formação de uma rede de sociabilidade científica que teve Bresser-Pereira como o principal vértice. Corrobora para a construção deste *capital simbólico* científico sua participação desde o início dos anos 1960 em associações internacionais de macroeconomia keynesiana, fato que pode ser observado nas informações apresentadas na tabela 6 (anexo cap. 2).

Interessante observar a atuação de Bresser-Pereira nos Programas de Pós Graduação em Administração de Empresas da EAESP-FGV e no Programa de Pós Graduação em Economia da EESP desta mesma instituição. A rede de professores universitários e economistas com plena atuação no mercado financeiro que obteve sua *marca de distinção* acadêmica, científica, bem como o itinerário profissional construído em boa medida em função de suas aproximações com Bresser. Dos 36 orientandos de doutorado e de mestrado na FGV-SP (tanto em economia, quanto em Administração) a maior parte consolidou suas próprias carreiras acadêmicas (sete deles na própria FGV, na EAESP, na EESP ou em ambas).¹⁶¹

À luz da reflexão formulada pela sociologia bourdiesiana, e observando os itinerários construídos por Bresser-Pereira no campo científico, podemos afirmar que o ex-ministro é daqueles intelectuais possuidores das chamadas “duas espécies de capital científico”: “De um lado, um poder que se pode chamar de temporal (ou político), poder institucional e institucionalizado que

¹⁶¹ Alguns deles como Valquíria Silva (ex-orientanda no doutorado em Economia), Carmen Augusto Varela (idem) e Mariane Massuno (ex-orientanda de Mestrado em Administração Pública e Governo), como fora mostrado, ocuparam cargos em agências estatais em administrações do PSDB. Vide anexo cap. 2 – Tabela *Orientações de teses e dissertações na FGV/SP*.

está ligado à ocupação de posições importantes nas instituições científicas”¹⁶² – basta ver as universidades e centros de pesquisa frequentados por Bresser no país e fora-. Prossegue Bourdieu: “os lugares ocupados na direção de laboratórios ou departamentos, pertencimento a comissões, comitês de avaliação, etc., bem como o controle sobre os meios de produção (contratos, créditos, postos, etc.)”. A outra “modalidade” de *capital científico*, do qual Bresser também é possuidor, é o “prestígio” pessoal, mais ou menos independente de seu próprio capital científico institucional. Em outras palavras, o poder obtido pelo reconhecimento entre os pares eruditos. O reconhecimento de que este (Bresser) contribuía de alguma forma para a inovação científica, para o avanço do conhecimento econômico e das ciências sociais em geral. Façamos jus a ideia sempre defendida por Bresser de que a ciência econômica não se restringe à cálculos econométricos ou modelos hipotéticos tais quais pensados por microeconomistas e ortodoxos neoclássicos em geral. Tal noção se justifica na produção acadêmica de Bresser-Pereira, na medida em que ultrapassa em muito os debates restritos à macroeconomia.

Acerca destas duas espécies de *capital científico* o sociólogo francês faz uma pertinente análise sobre as formas de acumulação destes *capitais simbólicos*. Possuiriam “leis de acumulação diferentes: o capital científico ‘puro’ (as aspas são propositais para diferenciar o que Bourdieu chama de capital científico institucional) adquirir-se-ia principalmente pelas “contribuições reconhecidas ao progresso da ciência, as invenções ou descobertas – as publicações, especialmente nos órgãos mais seletivos e prestigiosos a conferir prestígio ao acadêmico que se faz presente em tais publicações.”¹⁶³ Bourdieu nos oferece uma valiosa ferramenta teórica para a compreensão das redes de sociabilidade intelectual erigidas por Bresser ao longo de sua vida acadêmica. Avançando nesta teorização, no entanto, entendemos que o capital científico “puro” adquirido pelo economista Bresser-Pereira não foi obtido sem a relação direta com os espaços de poder ocupados por ele na instituição universitária que

¹⁶² BOURDIEU, P. *Os Usos Sociais da Ciência*. Op. cit. p. 35.

¹⁶³ BOURDIEU, P. *Op. cit.* p. 36.

o abrigou profissionalmente por toda a vida. As estratégias políticas construídas por ele ao longo de sua trajetória (entenda-se tais estratégias como participação em bancas de teses, orientações, concursos, reuniões científicas, aulas magnas) foram absolutamente fundamentais para sua própria legitimação intelectual e perante os seus pares eruditos. A partir disso, se reconhece a acumulação de capital simbólico científico adquirido ao longo de sua vida universitária.

Os dados da tabela 7 (anexo capítulo 2), orientações de pesquisas de pós-graduação, ilustram a capacidade que Bresser teve de eleger aqueles que, de alguma forma se colocam (ou foram colocados) como “herdeiros” deste capital científico institucionalizado, do qual Bresser-Pereira é possuidor e estaria, em termos *bourdieianos*, no topo da hierarquia deste campo científico entre os economistas e administradores formados nas fileiras da EAESP e da EESP-FGV. Tal capital científico institucionalizado é em boa medida transmitido aos seus ex-alunos, em especial aqueles que conseguem construir e consolidar suas próprias trajetórias acadêmicas profissionais em programas de pós-graduação em economia e administração de diversas instituições públicas e privadas. É importante ressaltar que tais redes não se constroem apenas nos espaços universitários *stricto sensu*. No caso de Bresser-Pereira, alguns de seus alunos tornaram-se assessores diretos quando este assumira cargos do 1º escalão em agências estatais (em São Paulo e no governo federal).¹⁶⁴

Vale dizer ainda que estas redes de sociabilidade erigidas dentro do campo científico, necessariamente hierarquizadas, transmitem, além do capital científico institucional, o capital científico “puro”. O que dizer das homenagens acadêmicas, títulos honoríficos e insígnias recebidas por Bresser ao longo de sua trajetória na universidade. Seriam exemplos notórios de “servilismo interessado” originários daqueles que de, de alguma forma, suas carreiras dependem ou dependeram do homenageado? Ou o reconhecimento sincero das contribuições científicas de Bresser à economia e às ciências sociais no Brasil?

¹⁶⁴ Além dos casos citados, vale ressaltar também a trajetória profissional da administradora Cláudia Maria Costin que chegou a ser Secretária Executiva do Ministério Extraordinário da Reforma do Estado, entre 1995 e 1998.

Uma ou outra, o que é importante observar que o campo científico no qual necessariamente Bresser-Pereira faz parte é uma estrutura fortemente hierarquizada. Estabelece, de forma clara, aqueles que estão em condição de domínio e aqueles intelectuais que se situam numa condição subordinada. Os conflitos intelectuais, bem como todas as estratégias de inserção e consolidação dos agentes neste campo científico são também necessariamente conflitos de poder. A ferramenta teórica proporcionada por Bourdieu para a sociologia destes campos científicos joga luz ao axioma: toda estratégia de um intelectual – bem como daqueles que lhes são tributários- são estratégias de poder, de acúmulo de poder, ou simplesmente de legitimação de suas próprias posições neste dado campo social.¹⁶⁵

O paroxismo dessa relação de poder, no que tange ao itinerário acadêmico profissional de Bresser Pereira pode ser evidenciado pela homenagem ao economista e ex-ministro organizada por seus pares quando este completara setenta anos de vida em 2004 (no ano seguinte Bresser chegaria à condição de docente emérito na FGV-SP). *Em Busca do Novo: O Brasil e o Desenvolvimento na Obra de Bresser Pereira*, organizada pelos economistas Yoshiaki Nakano, José Marcio Rego e Lilian Furquim é um exemplo claro de reverência ao “mestre Bresser”.¹⁶⁶ A obra é uma extensa coletânea (com quase 700 páginas) e conta com uma miríade de colaboradores, todos, ex-alunos, colegas de EAESP-FGV, ex-assessores à época em que Bresser ocupara cargos no aparelho de Estado, empresários e banqueiros ilustres (amigos pessoais) do economista como Abílio Diniz (proprietário do Grupo Varejista Pão de Açúcar e

¹⁶⁵ Bourdieu trata de uma ambiguidade estrutural no campo científico: todo conflito intelectual é um conflito de poder. A dimensão política e científica está umbilicalmente interligada nas formas de sociabilidade intelectual construídas no campo científico. BOURDIEU. P. *Op. cit.* P. 41.

¹⁶⁶ Nakano é diretor da EESP-FGV, foi assessor de Bresser nas secretarias de Governo e Ciência e Tecnologia do Estado de SP nos anos 1980. Foi também assessor (secretário especial de assuntos econômicos) de Bresser quando este esteve à frente do Ministério da Fazenda (março-dez/1987) e um dos formuladores do *Plano Bresser*. José Marcio Rego fora aluno de Bresser na pós-graduação em economia da EAESP/ FGV-SP (vide tabela 6) e Lilian Furquim é coordenadora executiva da EESP desde 2003.

empregador de Bresser no meio empresarial) e Fernão Bracher¹⁶⁷ (ex-presidente do Banco Central, ex-diretor presidente do Conselho de Administração do Banco Itaú e assessor de Bresser na confecção do plano de estabilização macroeconômica de junho de 1986). Dividido em cinco partes o livro apresenta incursões sobre as diferentes temáticas abordadas por Bresser-Pereira ao longo de sua produção acadêmica. A sua “visão e método originais” (abordado por nós no 1º capítulo desta tese), segundo os economistas José Marcio Rego, Maria Rita Loureiro, Fernando Luiz Abrúcio, Liliam Furquim, Paulo Gala e Alexandra Strommer de Godoi.¹⁶⁸ A 2ª parte, dotada de maior “técnica econômica” buscar dar conta das contribuições do homenageado para interpretação do binômio crescimento econômico/crise no Brasil. Merece destaque o texto do economista José Antônio Rodrigues da Cunha sobre a tese de livre docência de Bresser, *Lucro Acumulação e crise*. Numa espécie de resenha crítica dezoito anos depois, Cunha resgata alguns elementos centrais da interpretação *bressiana* sobre o modelo clássico de desenvolvimento econômico, em especial o reexame da argumentação marxista sobre a tendência estrutural declinante da taxa de lucro nas economias capitalistas (objeto de análise de Bresser na 1ª parte de sua tese de livre docência) e no que tange aos estudos sobre “ciclos e crises” das economias capitalistas, feito pelo homenageado na 4ª e última parte de tese. Segundo Cunha, o que se busca em *Dezoito anos depois de Lucro, acumulação e crise* é “retomar alguns dos principais pontos da análise de Bresser sobre desenvolvimento econômico, progresso tecnológico e distribuição funcional da renda. Tanto os aspectos matemáticos/de teoria pura (sic), quanto os aspectos históricos daquela análise.”¹⁶⁹

¹⁶⁷ Bracher foi presidente do BC entre 1985 e 1987.

¹⁶⁸ Os artigos são *A Originalidade de um inovador científico e a recepção de suas teorias*; *Construtor de Instituições*; *O Método Pragmático* e *O Método do Fato Histórico Novo*, respectivamente na ordem de autores apresentada acima.

¹⁶⁹ CUNHA, J.A.R. *Op cit.* In NAKANO, Y *et al. Op. cit.* p. 173.

É digno de nota também, nesta 2ª parte da coletânea *Em Busca do Novo*, o relato do economista Francisco Lopes¹⁷⁰ acerca dos propósitos originais do *Plano Bresser* e que nunca chegaram a ser implementados. A analisar as contribuições teóricas para a compreensão do que ele mesmo e Bresser chamaram de inflação inercial, Lopes traça um paralelo entre os diagnósticos feitos pelos economistas “ortodoxos” e a “heterodoxia” na qual os dois estavam filiados. “Não nos convencia o diagnóstico monetarista simplista de que a inflação era apenas o resultado direto da criação excessiva de moeda em decorrência do déficit público (...)”.¹⁷¹ Havia, defendia Lopes e Bresser, um componente de memória inflacionária na economia brasileira que merecia ser enfrentado. A inflação crônica no Brasil daquela década tinha um caráter preponderantemente inercial, ou seja, a inflação passada era a principal causa da inflação presente, portanto o combate ao problema deveria ser aos mecanismos que geravam e sustentavam esta inércia inflacionária (mecanismos de indexação de salários, aluguéis, preços públicos, valores patrimoniais e ativos financeiros). “O que poucos sabiam, no entanto, é que até três dias antes do lançamento, o plano de estabilização em que estávamos trabalhando era um plano de *otenzização* bastante diferente do que fora adotado em junho de 1987.”¹⁷² Interessante perceber, e isso é grifado pelo próprio Chico Lopes ao final de seu artigo, é que há paralelos entre a versão de *otenzização* do *Plano Bresser* que nunca fora implementada e o *Plano Real* adotado em 1994. Pelo menos por um período de transição, uma outra unidade de valor seria adotada para referência de preços em geral (a Unidade Real de Valor - URV). No entanto, as diferenças cruciais entre os dois planos estariam na desindexação geral feita pela reforma

¹⁷⁰ Ex-presidente do Banco Central e um dos economistas brasileiros mais proeminentes à época dos chamados planos econômicos “heterodoxos”. Para um panorama das ideias que deram origem aos choques heterodoxos da segunda metade dos anos 1980, ver LOPES, F. *Inflação inercial, hiperinflação e desinflação: notas e conjecturas*. Revista da Anpec, Nov. 1984. Artigo reproduzido em 1986 na coletânea *Choque Heterodoxo: combate a inflação e reforma monetária*. Rio de Janeiro. Campus, 1986. Cap. 18.

¹⁷¹ LOPES, C. *Plano Bresser: a versão de otenzização* In NAKANO, Y *et al.* P. 215.

¹⁷² Idem. pp 216-218. O que Lopes chama de *otenzização* era a “organização da dinâmica de preços, salários, aluguéis e valores nominais, de modo a obter uma relativa estabilidade e valores e preços em unidades de OTN” (Obrigação do Tesouro Nacional). OTN’s seriam unidades de referência para preços e valores.

monetária (reforma esta não prevista no Plano Bresser) e pelo mecanismo de âncora cambial, “insustentável com as condições de dívida externa e balanço de pagamentos postas à economia brasileira em 1987”.¹⁷³

As terceira e quarta parte da coletânea em homenagem aos setenta anos de Bresser-Pereira buscaram versar sobre as suas contribuições no campo da sociologia, teoria social e da ciência política. Temas como *tecnoburocracia*, *Cultura política*, *Democracia de Opinião Pública*, *Republicanismo*, a convergência teóricas e ideológicas entre o homenageado e o pensador liberal italiano Norberto Bobbio, *Reforma da Gestão Pública* e no que tange à atuação do chamado *setor público não estatal* (ou terceiro setor)- este último retomado algumas vezes na elaboração da chamada reforma gerencial do Aparelho de Estado- são tocados nesta parte da coletânea.¹⁷⁴

Além de contar com uma longa autobiografia intelectual, *Economista ou sociólogo do desenvolvimento*, escrita especialmente para esta publicação e a pedido dos organizadores, fica evidente a ampliação da rede construída por Bresser-Pereira para além dos limites da universidade. Os depoimentos do ex-deputado e jornalista Marcio Moreira Alves, a entrevista com o banqueiro e ex-assessor, Fernão Bracher e, em especial, o depoimento de Abílio Diniz dão o tom dos itinerários percorridos pelo economista ao longo de sua trajetória profissional. Em especial nos meios empresariais. Nunca fora empresário, no sentido estrito da expressão, mas circulou com bastante fluidez no campo empresarial paulista por conta de seu papel como acadêmico *stricto sensu* e gestor/executivo de um dos maiores grupos de varejo do país: o Grupo Pão de

¹⁷³ Idem. P. 228. Grifa-se que Bresser, durante o período de consolidação do Plano Real (1994 - 1996) não fez parte da equipe econômica que elaborara o plano. Chegara a externalizar posteriormente críticas ao mecanismo de âncora cambial, adotado no país entre 1994 e 1999.

¹⁷⁴ Compõem esta parte da coletânea os textos de Gérard Lebrun, *O que é Tecnoburocracia*, de Olgária Mattos; *Revolução Estudantil nos anos 1960*; *Cultura Política*, de Livia Barbosa; *Sobre Desenvolvimento e Crise no Brasil* de Maria Cecília Spina Forjaz; *Democracia de Opinião Pública* de Helio Jaguaribe; *Relações internacionais* do ex-ministro Celso Lafer; *Republicanismo, Cidadania e (novos?) direitos* de Marcus André de Melo; *Capitalismo, desenvolvimento e democracia* de Adam Przeworski; *Capitalismo e Democracia* de Cícero Araújo; *Os socialismos de Bobbio e Bresser-Pereira* de Paulo Vannuchi; *Reforma da gestão pública de 1995-1998* e *o duplo papel do público não estatal na reforma do Estado* de Nuria Cunill Grau.

Açúcar/ Cia Brasileira de Distribuição. O relato do empresário Abílio Diniz é especialmente ilustrativo para compreender como Bresser conseguiu conjugar “ideias e ação”, ou seja, como um viés *pragmático* - leia-se organizador, intérprete e formulador de uma dada visão da realidade e produtor de uma *doxa*¹⁷⁵ - sempre foi parte inerente à vida e obra de Bresser-Pereira.

2.2 - Bresser-Pereira no campo empresarial:

Pari passu à sua atuação como intelectual acadêmico, Bresser forjou sua trajetória profissional nos meios empresariais paulistas. Especificamente no Grupo varejista de alimentos *Pão de Açúcar* onde, desde o início dos anos 1960, ocupou funções operacionais na condição de administrador de empresas ou cargos administrativos de direção do grupo empresarial de propriedade de Abílio Diniz. Sem dúvida, sua trajetória de executivo (coadunada com seu itinerário acadêmico e suas vinculações políticas partidárias) garantiu seu fácil transito entre setores do empresariado paulista. Bresser-Pereira sempre atuou como intelectual organizador se uma dada visão de mundo. Sempre buscou conjugar seus esforços teóricos, sua prática profissional como economista e administrador de empresas aos seus vínculos orgânicos com frações deste empresariado. Nesta rede de relações construídas ao longo da vida, laços de amizade, profissionais e compromissos políticos partidários se entremearam, permitindo acumular o capital simbólico necessário para legitimar os espaços que ocupou em associações (aparelhos privados de hegemonia, se quisermos lançar mão desta categoria de análise gramsciana) patronais. Sua produção acadêmica científica sempre fora lastreada por este lugar social ocupado por ele. Homem de confiança dos detentores do capital. Reforma “gerencial” do Estado, social liberalismo e a visão “pragmática” em relação aos problemas brasileiros formam a tônica de um sólido esforço intelectual que, a despeito de estratégias

¹⁷⁵ *Doxa* para Bourdieu, e numa tradução livre, seria uma “ortodoxia, uma visão dominante e que se impõe sobre outras visões concorrentes. A *doxa* é um ponto de vista particular, um ponto de vista dominante que se impõe como universal e (re)produz necessariamente a expressão da relação entre dominantes e dominados”. BOURDIEU, P. *Raisons pratiques: sur la théorie de l'action*, Paris: Seuil, 1994. P. 128-129.

discursivas de um pretensão *neutralismo científico*, sempre esteve alinhado com a ideologia destes detentores do capital. Paroxismo da relação entre ciência e ideologia: essa é a tônica da obra intelectual do economista e cientista político Bresser-Pereira. Analista simbólico da realidade ou utopista liberal ? ¹⁷⁶ Ambos. Como macroeconomista ou como teórico político Bresser produziu uma interpretação da realidade brasileira que balizou e orientou a atuação política e ideológica das frações dominantes da burguesia brasileira. Produtor de ciência, de ideologias e mediador na construção da dominação de classe. Bresser encarnou como poucos este papel de intelectual persuasor permanente e artífice de consensos em prol da dominação burguesa no Brasil.

Também na coletânea organizada para o septuagésimo aniversário do ex-ministro, os organizadores foram “brindados” com um lapidar relato do empresário Abílio Diniz sobre o homenageado. A despeito do tom laudatório do relato (trata-se de uma entrevista com um viés de exacerbação das contribuições de Bresser para o crescimento e consolidação do grupo empresarial *Pão de Açúcar*), o depoimento de Diniz nos fornece importantes informações sobre o itinerário profissional de Bresser, seu papel no conselho de Administração do *Pão de Açúcar* e a teia de relações pessoais e profissionais construídas pelo economista e que lhe permitiram percorrer os espaços ocupados por ele.

O convívio com Abílio Diniz se iniciou em 1963 na EAESP-FGV. Diniz era aluno do curso de Administração de Empresas da FGV-SP e amigo pessoal de Sylvio Luiz Bresser (irmão de Bresser-Pereira). “Luiz Carlos” como é chamado generosamente por Diniz, ao longo de todo o depoimento, retornava do curso de mestrado em Administração na Universidade de Michigan para ser

¹⁷⁶ OLIVEIRA, F *Quem tem medo da governabilidade?* e FIORI, J. L. *Bresser Pereira: um utopista liberal*. Ambos já citados. Grifo o vaticínio de Fiori à postura de intelectuais como Bresser: “(...)Todavia, os intelectuais têm a obrigação de transcender este mundo da retórica e dos números imediatos e também o mundo das fantasias utópicas, o que às vezes não acontece, e não se trata - evidentemente - de um problema de ignorância. (...) importante é que a utopia liberal também pode ter consequências nefastas, sobretudo para os países que não estão situados nos primeiros escalões da hierarquia de poder do sistema mundial. Se as utopias de esquerda levaram - em muitos casos - ao totalitarismo, a utopia liberal e sua permanente negação do papel poder e da preparação para a guerra, na história do capitalismo e das relações internacionais, leva, com frequência, os intelectuais e dirigentes destes países mais fracos à uma posição de servilismo internacional.”

professor da FGV. Paralelamente à atuação na FGV, Bresser iniciava sua carreira fora da universidade como assessor de propaganda de lojas do grupo *Pão de Açúcar*, mas rapidamente fora alçado pelo próprio Abílio Diniz para fazer parte da diretoria da empresa. Entre 1963 e 1982, Bresser possuía função direta de executivo, acompanhando cotidianamente as operações comerciais da empresa da família Diniz. Retira-se, no início dos anos oitenta, do dia a dia da empresa para ocupar a função de presidente do BANESPA na gestão peemedebista de Franco Montoro. Após sua fracassada passagem pelo Ministério Fazenda (março a dezembro de 1987), retorna, segundo Diniz, como um colaborador informal da direção da empresa, uma espécie de “*sparring*”, no qual Diniz, “testava suas ideias”: “Eu usava muito o Luiz Carlos como meu *sparring* para ‘bater bola’, como a gente diz, para colocar as ideias no lugar e ele censurá-las, ou até às vezes aplaudi-las”.¹⁷⁷ O relato de Diniz sobre Bresser é didático ao ilustrar “competência na gestão” empresarial do *Pão de Açúcar* com sua atividade política e de economista:

“Olha, o Luiz Carlos sempre foi um intelectual. Mesmo aqui nestes 20 anos em que trabalhou comigo, ele nunca deixou de escrever, nunca deixou de pesquisar, nunca deixou de estudar, nunca deixou de dar cursos, nunca deixou de dar aula (...). O Luiz Carlos sempre foi, e nós aqui percebíamos, um grande intelectual. Depois é que ficou conhecido nacionalmente. No começo, quando foi para o governo Montoro, ele foi como presidente do BANESPA. Foi o primeiro cargo que ele teve na administração pública. Nessa época eu tinha muito mais evidência do que ele na parte econômica e política do país (...) Eu tinha sido convidado, desde 1979, pelo Mario Henrique Simonsen ¹⁷⁸ para fazer parte do Conselho Monetário Nacional e nunca quis ter nada mais do que isso, ser mais nada do que isso no governo. Isso me deu a oportunidade de agir politicamente, de estudar ainda muito mais economia (...). Em 1987, quando o Luiz Carlos foi convidado e aceitou substituir o

¹⁷⁷ Depoimento de Abilio Diniz aos organizadores. NAKANO, Y *et al.* 2004. P. 495.

¹⁷⁸ SIMONSEN fora entre 1974 e 1979, ministro da Fazenda e em 1979 ocupou por alguns meses a Pasta do Planejamento, já no governo Figueiredo (1979-1985).

Dilson Funaro no Ministério da Fazenda, foi curioso, porque eu conhecia muito mais do ministério do que ele – as pessoas, as gavetas, os móveis, as salas, as coisas todas (risos). Foi um período curto (...) Acho que o Luiz Carlos sempre teve essa vocação, eu o considero mais do que um economista, ele também é um bom político, um bom articulador”.¹⁷⁹

Indagado sobre o fato de Bresser-Pereira ser um intelectual e como intelectual atrapalhar a dinâmica operacional da empresa, Diniz de forma até sarcástica (mas ao final elogiosa), expõe sua visão do intelectual Bresser Pereira e que explicita bem o pragmatismo do economista:

“Mas não foi o caso, porque eu acho que nós fazíamos uma boa dupla. O Luiz Carlos é um intelectual, mas o Luiz Carlos é muito inteligente (risos). O Luiz Carlos é astuto, ele coloca um pouco de pragmatismo também nas coisas que faz, tanto que teve sucesso depois também no governo, como ministro da Administração. Foi um belo ministro, enfim, desempenhou bem seu papel. O difícil seria se ele fosse um intelectual alienado do mundo, mas isso ele nunca foi, sempre foi ‘pé no chão’, sempre firme nas suas coisas, sempre olhando em volta, sempre olhando a realidade, e não uma pessoa alienada da vida real”.¹⁸⁰

Bresser-Pereira é um intelectual formulador, no sentido estrito, um agente na construção ideológica de uma dada visão de mundo, e o faz a partir do lugar social que ocupa. Quanto a isso, Diniz, ao final da entrevista, tratando do papel de Bresser no Conselho de Administração do conglomerado de empresas do grupo *Pão de Açúcar*, afirmou:

¹⁷⁹ Depoimento de Abílio Diniz aos organizadores. NAKANO, Y. *et al. Op. cit.* p.491.

¹⁸⁰ *Idem.* p. 494.

“O Luiz Carlos está no conselho da empresa desde que nós formalizamos o conselho. Desde que fizemos a abertura de capital, formamos o conselho, e o Luiz Carlos foi um dos primeiros conselheiros a serem nomeados pela empresa. Hoje [2004] o conselho já é maior, tem cinco economistas no conselho, e eles às vezes promovem debates acadêmicos no conselho em detrimento dos negócios da companhia (risos). Mas é sempre interessante a gente observar. Outro dia, o Luiz Carlos debateu muito com a Maria Silvia Bastos Marques¹⁸¹ e foi divertido. Mas enfim, temos um belo conselho e o Luiz Carlos sempre contribuiu com ele. E hoje, além do conselho, nós temos comitês. Com essa *governança* corporativa que nós implantamos, eu já não sou mais o presidente do conselho. Nós criamos comitês no conselho: temos um comitê de finanças, um comitê de marketing, um comitê de auditoria e um comitê executivo do conselho, que é um comitê mais voltado para o controle de contas. Assim, é o comitê executivo do conselho que praticamente controla toda a empresa no que diz respeito às contas operacionais. Ele se aprofunda nas contas da empresa e depois relata para os demais conselheiros, e o Luiz Carlos faz parte deste comitê executivo.”¹⁸²

Para além de “simples” membro da *governança* corporativa do Grupo *Pão de Açúcar*, desde os anos sessenta Bresser-Pereira teve assento também em associações ligadas ao empresariado paulista. Entidades estas que devem ser compreendidas precisamente como aparelhos privados de hegemonia (no sentido *gramsciano* da expressão) destas frações de classe. De forma mais específica, podemos definir aparelhos privados como “organismos sociais ‘privados’ relativamente autônomos ao Estado em sentido estrito [no contexto, portanto, de sua configuração ampliada – sociedade civil + sociedade política possível nas

¹⁸¹ Graduada em Administração Pública, com mestrado e doutorado em ciências econômicas pela FGV/RJ. Pesquisadora entre 1982 e 1990 do IBRE/FGV-RJ e da docente do departamento de economia da PUC-RJ. Foi presidente da Companhia Siderúrgica Nacional –CSN- na década de 1990. Secretária Municipal de Fazenda no Rio de Janeiro, entre 1993 e 1996. Em meados dos anos noventa foi também assessora especial para assuntos de desestatização do BNDES, atuando organicamente na privatização da LIGHT (empresa distribuidora de energia da cidade do Rio de Janeiro). Entre 2011 e 2014 foi presidente da Empresa Olímpica Municipal (RJ).

¹⁸² NAKANO *et al. Op. cit.* p.497. (Grifos nossos). Bresser é, desde 2005, membro do Conselho Consultivo do Pão de Açúcar.

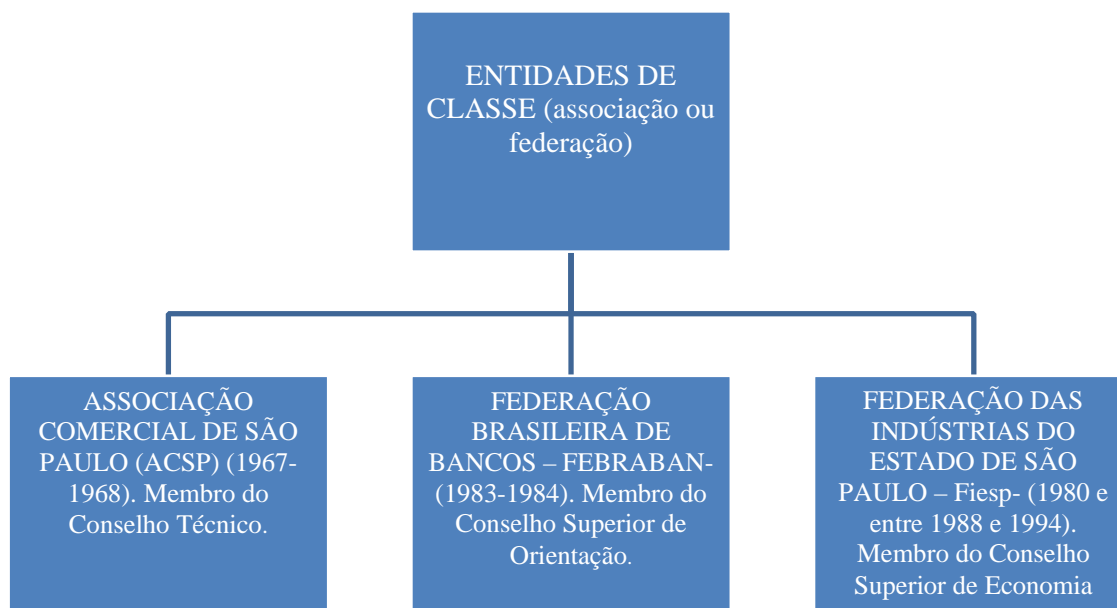
conformações do tipo ocidental]. Observa-se que o adjetivo privado, na categoria de análise gramsciana, é colocado entre aspas, querendo com isso significar que, apesar desse seu caráter voluntário ou *contratual*, eles (os aparelhos privados de hegemonia) têm uma indiscutível dimensão pública na medida em que são uma parte integrante das relações de poder numa dada sociedade”.¹⁸³

O esquema abaixo dispõe de forma detalhada as organizações da sociedade civil¹⁸⁴, ligadas ao “patronato empresarial financeiro” nas quais o economista participara¹⁸⁵:

¹⁸³ COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1994, p. 54-5, citado por FONSECA, F. *A imprensa e a agenda ultraliberal no Brasil*. In Revista *Virtual Gramsci e o Brasil*. Janeiro/2007. Disponível em <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=624>. Apesar do artigo de Fonseca tratar especificamente sobre o papel da imprensa na construção/universalização da agenda ultraliberal no Brasil dos anos 1990 e 2000, a primeira parte de seu texto faz um bom apanhado teórico sobre categorias analíticas do teórico político sardo. Grande imprensa e associações patronais podem sim, serem entendidas como aparelhos privados de hegemonia.

¹⁸⁴ Bresser, sintomaticamente, as qualifica como “entidades do setor público não estatal”. No terceiro capítulo desta tese analisaremos de forma mais detalhada o que o economista chama de “setor público não estatal” e suas atribuições na “reforma gerencial de Estado”.

¹⁸⁵ As atas das reuniões do Conselho da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, segundo o coordenador administrativo do Instituto Roberto Simonsen (ligado a FIESP) Paulo Ricardo Alves, não estão disponíveis para consulta, pois possuem caráter reservado. Bresser-Pereira também se apresenta como membro de conselhos de outras entidades do “setor público não estatal”, como: Conselho de Administração e Finanças da Fundação São Paulo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1973-1980); do Conselho de Administração da Mitra Arquidiocesana de São Paulo (1981-1994); Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta (Radio e Televisão Cultura) entre março 2000 a abril 2006 e presidente da Sociedade Amigos da Cinemateca Brasileira (1989 -1992). Em nossa pesquisa não tiveram maior destaque por não estar vinculados direta/organicamente às frações da burguesia empresarial-financeira paulista. Também não tivemos acesso às atas do conselho técnico da ACSP e da FEBRABAN, segundo ambas as entidades tais documentos seriam de caráter reservado e não disponibilizados para o público em geral.



O interregno entre 1988 e 1994, período em que exerceu suas atividades acadêmicas na FGV, fez parte do conselho de administração do grupo *Pão de Açúcar* e integrante efetivo do Conselho Superior de economia da poderosa FIESP, fora especialmente profícuo para Bresser no que tange às suas formulações teóricas sobre os diagnósticos da “crise fiscal” que assolava o Estado Brasileiro. A análise de sua produção acadêmica neste contexto é de extrema relevância para a compreensão das orientações políticas posteriormente implementadas pelo economista quando este assumira o Ministério Extraordinário da Reforma do Estado, no início de 1995. Faz-se na seção seguinte deste capítulo uma exegese das teorizações de maior destaque de Bresser-Pereira sobre o que ele passara chamar de “crise fiscal”, perda da poupança pública e da capacidade de investimento do Estado brasileiro. Tais análises são os pontos de partida para as propostas “social liberais”, “social democratas” ou *gerenciais* tais quais propostas por ele desde o início dos anos 1990. Na prática, um alinhamento ideológico e programático com o corolário conservador, liberal, privatista e austero da *via clássica* do pensamento neoliberal.

2.3- A teorização sobre a conjuntura de crise (crise do Estado): Da “Mudança no padrão de financiamento público do investimento brasileiro à reforma da gestão pública”.

A década de 1980 foi profícua para a produção acadêmica de Bresser-Pereira. Em maio de 1987 (dias antes de assumir a Pasta da Fazenda no governo Sarney) Bresser dava início a sua reflexão sobre a desaceleração do crescimento nas economias capitalistas. O quadro abaixo apresenta de forma sistematizada os primeiros ensaios e análises de Bresser abordando o diagnóstico em torno da “crise do Estado”. O diagnóstico fiscal apresentado pelo autor neste contexto é, invariavelmente, o ponto de partida para a elaboração dos termos do corolário acerca da reforma do Estado que deveria ser implementada:

TABELA 9: PRODUÇÃO ACADÊMICA DE BRESSER-PEREIRA SOBRE A TEMÁTICA CRISE E REFORMA DO ESTADO (1987-1993).¹⁸⁶

ANO	LIVROS	ARTIGOS, PAPERS E ENSAIOS.	SEMINÁRIOS, SIMPÓSIOS E CONFERÊNCIAS.
1987	-----	“Mudanças no Padrão de Financiamento Público do investimento no Brasil”. <i>Revista de Economia e Política</i> , v.7 n° 4, p.5-21. out. 1987. FGV.	-----

¹⁸⁶ Há diversos ensaios de Bresser sobre a temática publicados entre 1995 e 2001 não compilados neste quadro, por não se situarem em nosso corte cronológico (1988-1994). Para mais detalhes ver “Apêndice I” In NAKANO, Y. REGO, J. M. & FURQUIM, L. *Em Busca do novo- O Brasil e o desenvolvimento na obra de Bresser-Pereira*. São Paulo. FGV. 2004; conjunto de publicações também parcialmente citada no currículo Lattes e quase toda a sua obra disponível em www.bresserpereira.org.br.

1988

“O Caráter Cíclico da Intervenção Estatal”.

Julho/1988. Texto apresentado no Simpósio *Democratizing Economics*, USP e Wilson Center. Julho/1988.

“A Mudança do papel do Estado na economia brasileira”. In: *O Desenvolvimento Ameaçado: perspectivas e soluções*. São Paulo: (Unesp), 1989. Intervenção no Seminário Estado e Crescimento Econômico, São Paulo (Unesp), 14-Out-1988.

1989

“O Caráter Cíclico da Intervenção Estatal”. *Revista de Economia Política*, v. 9, n.3, jul-set. 1989. FGV.

“Da Crise Fiscal à redução da dívida”. Publicado em *Dívida externa: crise e soluções* (1989).

1990

“Crise e Renovação da
Esquerda na América Latina”.
*Lua Nova- Revista de Cultura
Política*, nº 21, out. 1990.

**“A Crise da América
Latina: Consenso de
Washington ou crise
fiscal?”. Aula magna
no 17º Congresso da
Associação Nacional
de Pós Graduação em
Economia. (Anpec),
Brasília, 4 dez. 1990.**

1991

“A Crise da América Latina:
Consenso de Washington ou
crise fiscal?” *Pesquisa e
Planejamento Econômico*, v.
21, n. 1, p.115-130., abril/1991.

“The U.S. elites and the Latin
American crisis”. In: BAER,
Werner; PETRY, Joseph;
SIMPSON, Murray (Eds). *Latin
American: the crisis of the
eighties and opportunities of the
nineties*. Urbana, Ill.: Bureau of
economics and Business, Board
of Trustees of the University of
Illinois, 1991.

1992

“A Crítica da Direita e da
Esquerda a um Estado em crise.
*Lua Nova- Revista de Cultura
Política*, n. 25, 1992.

“Economic Reforms and
Economic Growth: efficiency
and politics in Latin America”.
Revista de Economia Política,
v. 11, n. 4, out. 1992.

1993

A Crise do Estado.
São Paulo: Nobel,
1992. Reúne
ensaios sobre o
tema escritos entre
1987 e 1991.

“Economic Reforms and
Economic Growth: efficiency
and politics in Latin
America”. Publicado em
*Economic Reforms in New
Democracies* (1993, cap 1, p.
15-76). -----

*Economics
Reforms in New
Democracies.*
Cambridge:
Cambridge
University Press,
1993. Em
português:
*Reformas
econômicas em
Novas
Democracias.*
Nobel, 1996.
Edição brasileira
publicada quando
Bresser já era
titular do MARE.

“Economics Reforms in new
democracies: a social-
democratic approach”. In
SMITH, W.; ACUÑA, C;
GAMARRA, E (eds). *Latin
American political economy in
the age of neoliberal reform.*
New Brunswick: Transactions
Publishers, 1994. Com José
Maria Maravall e Adam
Przeworski. Em português:
“Reformas econômicas em
democracias recentes”.
Revista Dados, v. 36, nº 2,
1993.

“Uma interpretação para a
América Latina: a crise do
Estado”. *Novos Estudos
Cebrap*, nº 37, nov, 1993.

2.3.1 – “Mudanças no Padrão de financiamento do Investimento Público no Brasil” (1987).

Suas análises começariam sobre o caso brasileiro. “Pedra angular” em sua teorização sobre o assunto foi o artigo *Mudanças no Padrão de financiamento do investimento Público no Brasil*¹⁸⁷ apresentado em seminário na Universidade de Cambridge, na Inglaterra. Segundo o próprio Bresser, tal ensaio foi de extremo relevo por apontar, ainda que de forma incipiente, seu argumento primacial no que tange à natureza da crise que assolava o Estado brasileiro: tratava-se de uma crise fiscal. Uma crise do próprio Estado e do modelo de financiamento público para o investimento em geral erigido no país desde meados do século XX. Como o próprio título do artigo já aponta, Bresser analisa com minúcias as mudanças no padrão do financiamento do investimento brasileiro. Sua análise remonta à atuação do Estado, entre a 2ª metade dos anos 1970 e primeira dos anos 1980 para o esgotamento gradual da capacidade do Estado em manter um padrão de investimento que sustentasse o financiamento da atividade econômica. Apontava neste exame comparativo a redução nas taxas de poupança (interna e externa) brasileira, enfatizando, sobretudo, a drástica redução na poupança estatal, indicando a partir daí o elevado endividamento do setor público.¹⁸⁸ Paralelamente a tal redução da poupança estatal, deteriorava-se a capacidade de investimento do próprio Estado, que segundo os mesmos dados comparativos caía de 8,6% em 1976 para 7,1% do PIB brasileiro. Interessante notar que Bresser atribui tais resultados aos efeitos do II Plano Nacional de Desenvolvimento lançado em 1974, pelo governo Geisel, se alinhando também a outras análises econômicas que compreenderam que, a despeito da estratégia de endividamento adotada por tal plano econômico, fora fundamental para o

¹⁸⁷ Tal artigo foi publicado posteriormente na *Revista de Economia Política. Brazilian Journal of Political Economy*. V.7, nº4. Out-1987. Tal periódico fora fundado por Bresser-Pereira em 1981 e até hoje coordenado por ele. Consultei para este texto a versão digital disponível para assinantes no website: <http://www.rep.org.br>. Acessado em 10/07/2012.

¹⁸⁸ Os dados utilizados pelo ex-ministro em sua análise foram retirados do relatório “Contas Nacionais” da então Secretaria de Controle de Empresas Estatais (SEST) e do Banco Central (BRESSER, 1987:9).

crescimento industrial brasileiro, num momento de crise e recessão mundial.¹⁸⁹ Em linhas gerais, Bresser vaticinava que a forte deterioração da capacidade de poupar e investir do Estado Brasileiro, entre 1975 e meados da década de oitenta, estava relacionada com a perda da capacidade do Estado brasileiro em realizar poupança compulsória e subsidiar o setor privado. Tais fatores explicariam a referida deterioração: A diminuição da carga tributária (explicada pela aceleração da inflação)¹⁹⁰; e, finalmente ao elevado déficit público, tanto fiscal quanto financeiro (Bresser afirmava que desde 1982 o fluxo de financiamento externo líquido havia estancado e novos empréstimos realizados pelo Estado haviam sido feitos para pagar juros do serviço da dívida financeira).

As saídas para superação desse quadro de esgotamento da poupança pública e queda na capacidade de investimento estatal apontavam, para “o aumento da carga fiscal, o controle dos gastos de consumo (na prática, congelamento de preços e salários) e a “liberação” de tarifas de serviços oferecidos pelas empresas estatais”¹⁹¹, até então amplamente subsidiadas pelo Estado. Interessante grifar que Bresser, ao contrário do que teorizou nos anos 1990, não aponta como saída para a crise do Estado a privatização de serviços públicos. Reconhece a necessidade do financiamento público como condutor da expansão do setor privado, chegando a ressaltar que a retomada do crescimento da economia brasileira estaria associada fundamentalmente ao retorno do setor público com arremetedor de recursos para o financiamento do investimento em geral.¹⁹² Da mesma forma apontava como saída no que tange à política

¹⁸⁹ A referência é feita por Bresser às análises de Antonio Barros de Castro (1985) e Jorge Chame Batista (1987). *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*, Rio de Janeiro, Paz e Terra e *A Estratégia de Ajustamento Externo no Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico* in *Revista de Economia Política*. V7, nº 3, abril-jun/1987, respectivamente.

¹⁹⁰ O “imposto inflacionário seria menor do que a perda dos impostos devido à inflação do período entre o momento que o imposto é incorrido e o momento em que ele é pago”. O artifício da indexação existente no Brasil à época, segundo Bresser, não teria sido capaz de evitar esta perda financeira para o Estado. (BRESSER-PEREIRA,1987:12).

¹⁹¹ BRESSER-PEREIRA, 1987. P. 18.

¹⁹² RANGEL, I. “Pós-fácio” da 3ª edição de *A Inflação Brasileira*, São Paulo, Brasiliense. A polêmica inserida neste debate dá-se com Ignácio Rangel (1978) que, segundo Bresser, insistiria

monetária (para enfrentamento à dívida externa) a necessidade de redução na taxa de juros. Par e passo a esta redução nos juros, apontava também para premência na obtenção de grandes superávits comerciais, como uma consubstanciada estratégia orientada para a exportação de bens manufaturados.

O próprio Bresser-Pereira, em relato posterior, declararia que os apontamentos de política econômica explicitados em *Mudanças no Padrão de Financiamento do Investimento no Brasil* haviam sido a base de sua atuação à frente do Ministério da Fazenda, onde a despeito da curta permanência na pasta, produziu seu *Plano de Controle Macroeconômico (O Plano Bresser)*. O *Plano Bresser*, segundo seu criador, teria sido capaz de inserir no debate público suas ideias sobre a natureza da crise do Estado: uma crise provocada pelo gigantesco e crescente déficit público.¹⁹³ Malograda sua passagem no Ministério da Fazenda, Bresser-Pereira deu seqüência aos seus estudos sobre a crise do Estado e do padrão de financiamento público, ampliando agora suas análises para as economias centrais do capitalismo.

2.3.2- “O Caráter Cíclico da Intervenção Estatal” (1988).

Em 1988, outra publicação basilar sobre o papel do Estado como agente do desenvolvimento econômico: *O Caráter Cíclico da Intervenção Estatal*.¹⁹⁴ Neste artigo, o agora ex-ministro, retomava suas atividades de acadêmico e de executivo e sustentava sua argumentação na chamada “*teoria do caráter cíclico da intervenção estatal*”. Apresentado originalmente como *paper* no seminário *Democratizing Economics*, patrocinado pelo Instituto de Estudos Avançados da USP e pelo Woodrow Wilson Center (SP), o ensaio vai além das reflexões sobre a economia e o Estado brasileiro e expõe a teorização de Bresser acerca de um movimento cíclico de ora expansão, ora retração do intervencionismo estatal na

na privatização de serviços públicos, “estratégia irrealista” na opinião deste último. Citado também nesta análise de Bresser.

¹⁹³ Bresser-Pereira, *Economista ou sociólogo do desenvolvimento*. *Op. cit.* P.540-542.

¹⁹⁴ Artigo publicado no ano seguinte na *Revista de Economia Política*. V. 9, nº3. 1989.

atividade econômica. Fica evidente sua tentativa de buscar um meio termo entre o que ele qualifica de “estatismo” (entendido como demasiada intervenção do Estado na busca por uma estratégia *industrializante*, típico, por exemplo, em países como a URSS e a China) e a mínima atuação do Estado defendida por aqueles que, segundo ele, estariam no campo da “direita neoliberal” (os monetaristas, economistas neoclássicos e defensores do livre mercado). Há a necessidade de reconhecer o Estado como agente fundamental e indispensável para a acumulação capitalista, afirmaria Bresser, apontando o equívoco dos economistas neoclássicos em segmentar Estado e mercado, categorias ontologicamente inseparáveis até na visão dos economistas clássicos do século XVIII.

Numa breve teorização acerca do papel do Estado na viabilização da acumulação capitalista, citando a análise de Altvater, Bresser expõe:

“O Estado pode, assim, ser entendido nem como um mero instrumento político, nem como uma instituição social estabelecida pelo capital, mas antes como uma forma especial do cumprimento da existência social do capital e além da concorrência... Há essencialmente quatro áreas em que o Estado é primariamente ativo: 1- a criação das condições materiais da produção (‘infra-estrutura’); 2- a determinação e a salvaguarda do sistema legal geral (...); 3- a regulação do conflito entre salário e capital (...); 4- garantia e expansão do capital nacional total e do mercado capitalista mundial”.¹⁹⁵

Se não se pode negar o papel histórico do Estado como agente arregimentador da acumulação capitalista em geral, haveria de se pensar, segundo Bresser, uma via alternativa entre o excesso de regulamentação e controle proposto pela via estatista e a total desregulação e credo pelo livre

¹⁹⁵ ALTVATER, Elmar. *Notes on some problems of state intervention*. (artigo publicado originalmente em alemão). In *Kapitalistate*, nº1, 1973. *apud* BRESSER-PEREIRA. *O Caráter Cíclico da Intervenção Estatal*. *Economia Política*. V. 9, nº3. Jul-set/1989. P.116.

mercado apregoado pelos neoliberais em ascensão desde a crise que se iniciara em meados da década de 1970. Para isso, a teoria do caráter cíclico da intervenção estatal seria o elemento chave para compreensão, segundo Bresser, de que o grau de intervenção estatal na atividade econômica marcharia num movimento cíclico que ora seria marcado pela expansão dessa atuação intervencionista, ora redução (necessária, segundo Bresser, para corrigir as disfunções provocadas pelo demasiado crescimento da ação deste mesmo Estado). Embora Bresser afirme ao longo do ensaio que a “intervenção estatal em países atrasados é uma condição necessária para os estágios iniciais de industrialização”¹⁹⁶, a intervenção é mecanismo básico da acumulação primitiva, ele adverte que nestes mesmos países em desenvolvimento o caráter da intervenção estatal assumiria caráter diverso. Não obstante, coadunado ao movimento cíclico de expansão/retração da atuação do Estado, Bresser perceberia, em resposta à crise em voga, a necessidade de elaborar formas de reduzir esta participação do Estado na atividade econômica em geral. Afirmava que, em alguns momentos, quando a “intervenção estatal aumenta, seja em termos de participação direta do Estado e das empresas estatais no PIB, seja em termos de grau de regulação ao qual a economia é submetida, ela começaria a ficar disfuncional. O excesso de regulação ao invés de estimular e orientar a atividade econômica, os enormes déficits públicos no lugar da obtenção da poupança forçada, seriam sintomas de que o Estado se excedeu. É o momento de reverter o ciclo, de contrair o Estado, expandir o controle do mercado, é tempo de desregular, privatizar”.¹⁹⁷

Para Bresser sua teoria do “movimento cíclico da intervenção estatal” se apresentava como possibilidade de *reduzir o conteúdo ideológico* (como se isso fosse possível) do debate acerca do tema no campo da macroeconomia do desenvolvimento. Sua hipótese geral em resposta aos partidários do “estatismo” e do livre mercado, era a de apontar que “a relação ideal entre mercado e controle estatal necessariamente variaria no curso da História e de acordo com o

¹⁹⁶ Idem. p 119.

¹⁹⁷ Idem. p. 121.

caráter cíclico e em permanente transformação da intervenção do Estado na economia”.¹⁹⁸

Há duas insuficiências claras na teorização de Bresser. A primeira aponta para a negligência deliberada em produzir uma reflexão teórica propriamente dita sobre o conceito de Estado. O “ângulo cego” da teoria de Bresser está justamente em perceber o Estado como uma entidade esvaziada de conteúdo político e ideológico, expressão do conflito entre classes ou frações destas. Ente epistemológico neutro requerido numa dada estratégia de desenvolvimento e industrialização em conjunturas históricas específicas, onde a acumulação capitalista mais exigiu do que refugou o papel do Estado, tanto nos países centrais, quanto nos considerados periféricos. Sua análise, estritamente inserida no campo da macroeconomia aplicada, não explica que as estratégias de desenvolvimento, bem como as ações de política econômica são, inevitavelmente, produto de opções políticas de classes ou segmentos de classe que ocupam a ossatura material deste Estado e/ou ascendem diretamente sobre aqueles que formulam tais ações de política econômica. A segunda insuficiência da teoria *bressiana* do “caráter cíclico da intervenção estatal” é que a mesma constitui-se de uma evidente *a-historicidade* (a despeito de uma superficial análise histórica do desenvolvimento capitalista desde a Revolução Industrial Inglesa, apontada por Bresser ao longo do ensaio). O movimento apontado pelo autor é dotado de certa inevitabilidade histórica (muito típica de modelos rigorosamente aplicados para compreensão dos fenômenos macroeconômicos), *modus operandi* analítico muito comum entre economistas neoclássicos, mas que parece ter seduzido Bresser. Embora, há de se reconhecer a notória formação estruturalista/keynesiana/heterodoxa do ex-ministro.

As conclusões gerais de *O Caráter Cíclico da Intervenção Estatal* apontavam para a crise do padrão keynesiano (base econômica da construção do welfare state) e intervenção estatal. Crise esta, que segundo Bresser, estaria ao final da década de 1980 ainda não terminada. Uma crise que desde meados dos

¹⁹⁸ Idem. p. 122.

anos 1970 teria levado os países avançados, notadamente EUA e nações da Europa Ocidental, à redução do papel intervencionista/regulador do Estado, mas que muito provavelmente deixaria este mesmo Estado (de acordo com sua teoria do movimento cíclico e permanente) pronto “para uma nova fase histórica de expansão”.¹⁹⁹ Apesar de suas idiossincrasias semânticas e suposta crítica original aos postulados da *direita neoliberal*, Bresser acabaria, nos anos 1990, a aderir em definitivo a esta leitura conservadora da crise do Estado.

2.3.3 – “A Crise da América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal” (1991).

A Crise da América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal é, sem dúvida, o mais didático dos textos de Bresser sobre a temática crise econômica dos países latino-americanos. Apresentado originalmente como Aula Magna na Associação Nacional de Centros de Pós Graduação em Economia em dezembro de 1990, o texto é rico em estratégias retóricas e léxicas que buscam mostrar ao leitor um afastamento do autor em relação aos postulados do *Consenso de Washington*, então amplamente repercutidos entre as burocracias e analistas econômicos latino-americanos. Bresser-Pereira tenta ao longo do ensaio distinguir a chamada “abordagem de Washington” (proposta pelo referido consenso) e aquilo que ele mesmo qualifica como “abordagem da crise fiscal”. Uma excelente estratégia retórica que tinha como objetivo afastar sua análise das críticas já sofridas pelo corolário liberal adotado nos países da região ao longo dos anos 80 e confirmados pelas análises de John Williamson, que lançaram as bases do referido *Consenso*.

Em linhas muito gerais, a “abordagem de Washington”, solidificada ao longo dos anos 1980 teria se formado, no plano teórico, a partir da crise do consenso das interpretações keynesianas e da correspondente crise da teoria do desenvolvimento econômico elaborada nos anos 1940 e 1950. E, por outro lado,

¹⁹⁹ Idem. p. 128.

erigida a partir da destacada e crescente influência, a partir dos anos 1970, das contribuições econômicas da escola austríaca,²⁰⁰ dos economistas monetaristas,²⁰¹ dos novos clássicos relacionados com as expectativas racionais e da “escola da escolha racional” - ou teoria da escolha racional.²⁰² Visões teóricas que segundo Bresser, temperadas por elevado grau de pragmatismo, muito típico de analistas econômicos oriundos das grandes burocracias internacionais, e compartilhado pelas agências multilaterais em Washington, o Tesouro Americano, o FED (Federal Reserve) e o próprio departamento de Estado dos EUA.²⁰³ Segundo esta abordagem para a crise das economias latino-americanas as causas seriam basicamente duas: Por um lado, o excessivo crescimento do Estado, onde se lê protecionismo, modelo de industrialização por substituição de importações, excesso de regulação, empresas estatais ineficientes. E, por outro lado, o tão propalado *populismo econômico* vaticinado pelas burocracias financeiras internacionais e definido pela incapacidade de controlar o déficit público e conter as demandas salariais dos setores público e privado. Dado o diagnóstico, para a “abordagem de Washington” as reformas aplicadas aos países da região, no curto prazo, deveriam atacar o “populismo econômico” e buscar o equilíbrio fiscal e a estabilização macroeconômica. No médio prazo, de acordo em esta estratégia liberalizante, tratava-se da adoção de uma perspectiva de crescimento orientada para o mercado, assentada na redução do tamanho do Estado, na abertura comercial e ênfase nas exportações.

²⁰⁰ Frederich V. Hayek e Ludwig V. Mises, especificamente: HAYEK, F. *O Caminho da Servidão. O Caminho da Servidão* (1944) – Introdução. (disponível em: <http://www.institutoliberal.org.br/biblioteca/clássicos/o-caminho-da-servidao-f-hayek/>) e MISES, L. *Intervencionismo – uma Análise Econômica* (1940) Disponível em <http://www.mises.org.br/>

²⁰¹ FRIEDMAN, M. *Capitalismo e Liberdade*. (1962). Disponível em www.instituto liberal.org.br.

²⁰² “Escola” do pensamento liberal surgida no mundo anglosaxão em 1966 e que, em linhas muito gerais, é definida por Tullock como “a análise científica do comportamento do governo, e em particular, do comportamento dos indivíduos com o governo”. TULLOCK, G *et alii*. *Falhas de governo: uma introdução à teoria de escolha pública*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2005. Citado por LESSA, Isabelle. *Considerações acerca da Teoria da Escolha Pública e o Princípio da Supremacia do Interesse Público*. FGV/RJ, <http://academico.direito-rio.fgv>.

²⁰³ BRESSER-PEREIRA. L. C. *A Crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal? Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 21, n. 1, p.115-130, abril/1991 P. 5.

Divergências pontuais à parte, Bresser apresenta grande convergência com os postulados da “abordagem de Washington”. O diagnóstico de ambas as análises apresentam como pano de fundo a concordância de que a origem da crise econômica latino-americana origina-se na indisciplina fiscal (tema recorrente na produção teórica de Bresser desde *Mudanças no Padrão de Financiamento do Investimento no Brasil*). O chamado “populismo fiscal” e o estatismo (protecionismo nacionalista) se constituíam em alvos *par excellence* da crítica tanto do *Consenso de Washington*, quanto da análise “pragmática” e “alternativa” do ex-titular da Pasta da Fazenda no governo Sarney.

Bresser, segundo ele mesmo, tentava avançar nos diagnósticos apresentados pela “abordagem de Washington”. Não bastaria estabilizar a economia, liberalizá-la e privatizá-la, aguardando por si só a retomada dos investimentos do setor privado. Argumentaria Bresser que as formulações do *Consenso de Washington* foram insuficientes por não atentar para o problema do déficit público, característico dos Estados da região, e por não situar a intervenção estatal como uma variante histórica fundamental no desenvolvimento capitalista latino-americano. Insistia Bresser que a natureza da crise que tais Estados enfrentavam estava na perda de poupança pública e do déficit público crescente.²⁰⁴ Dessa forma, o Estado haveria perdido sua capacidade de investir e promover de políticas de longo prazo para estimular o desenvolvimento industrial, agrícola e tecnológico.

Situa-se aí a divergência entre a abordagem fiscal *bressiana* e o corolário do *Consenso de Washington*: o problema não estaria em reduzir o tamanho do Estado, mas em combater a sua crise fiscal.²⁰⁵ Bresser reconhece a

²⁰⁴ Poupança pública definida por receita corrente menos despesas correntes, na qual estariam incluídos os juros da dívida e excluídas as empresas estatais. Déficit público entendido como receita corrente do governo menos todos os seus gastos, inclusive os de investimento (BRESSER-PEREIRA.1991:10).

²⁰⁵ A pertinente resposta a esse diagnóstico ortodoxo da crise fiscal, está na análise da dívida pública mobiliária do país e seus efeitos sociais entre as décadas de 70 e 1980, como muito bem explicita Bernardo Kocheer em sua tese de doutorado: “Neste momento (compreendido entre 1978 e 1994) ocorreu uma crise econômica sem precedentes na História Econômica brasileira que contém uma paradigmática expressão dos agentes e beneficiários das diversas “fugas para frente” [o crescimento com endividamento financeiro como saída para atenuar os conflitos

necessidade do Estado como agente coordenador da acumulação capitalista e seu papel histórico para o desenvolvimento econômico na América Latina: “De acordo com a abordagem da crise fiscal, o Estado, particularmente no estágio de desenvolvimento em que a América Latina se encontra, tem um papel suplementar (em relação ao mercado), mas certamente estratégico, na coordenação da economia e na promoção do desenvolvimento. “Quando o Estado é imobilizado por uma crise fiscal, toda a economia é imobilizada.”²⁰⁶ Se por um lado, a abordagem de Washington centra seus esforços estritamente no caráter intervencionista do Estado nas economias da região, por outro a abordagem fiscal postulada por Bresser atenta, sobretudo, para o gasto público desse mesmo Estado. Trata-se, invariavelmente, de uma idiosincrasia semântica e de um jogo de categorias econômicas que a rigor apontavam para as mesmas soluções: Liberais, privatistas e dotadas de um quase “inexorável” poder simbólico capaz de construir uma dada visão da crise, visão esta que se torna universal e paradigmática da análise econômica e política dos países latino-americanos em fins dos anos 1980. Ganha contornos de inevitável resposta para as dificuldades que assolavam a região. Apontava Bresser, de forma muito sintomática que: “a ‘abordagem da crise fiscal’ aceita a redução do tamanho do Estado que cresceu de forma exorbitante, concorda que esse crescimento gerou distorções, na medida em que o Estado se tornou presa dos interesses especiais dos *rent-seekers*, mas salienta que a crise deve-se menos ao tamanho do Estado e mais ao fato de que sua forma de intervenção- a estratégia de substituição de importações- esgotou-se.”²⁰⁷ Com a ressalva de que crise do Estado não deve

distributivos referentes à inflação de preços] anteriores para explicar a crise: esta [a década de 80] seria a ‘década perdida’. Mas a caracterização do problema não poderia ser mais simplória, pois desta vez a classe trabalhadora transcendeu as imposições dos condicionantes políticos repressivos já não mais suportando sustentar o aprofundamento da industrialização a partir de mecanismos inflacionários, investiu contra as perdas impostas (...). Dada a consistência política e ideológica que a bandeira da “reposição salarial da inflação passada” continha, o que contribuía para colocar constantemente as demandas trabalhistas no centro do cenário político. A inflação dos preços inviabilizou-se enquanto uma política pública”. Estava dado o cerne do conflito indexador da década de 1980. “A pressão da sociedade civil pela indexação das rendas que encontra resistência por parte do Estado para realizar tal intento” KOCHER, B. *A Economia Política da Inflação de Preços*. PPGH/UFF. Tese de doutorado. 1997. Pp. 172- 173 e p. 202.

²⁰⁶ Idem. p.8.

²⁰⁷ Idem *ibidem*.

ser entendida como mera redução do Estado, como propunha, grosso modo, a “abordagem de Washington”, a “abordagem da crise fiscal” concorda basicamente com os termos do *Consenso de Washington* atestava, candidamente, Bresser-Pereira.

De fato, ganhara contornos de pontos substanciais, na interpretação de Bresser Pereira em *Crise da América Latina: Consenso de Washington ou Crise fiscal* a leitura de que a crise fiscal das economias da região fora o resultado de dois fatores: de um lado o excessivo endividamento externo dos anos 1970 e, de outro, o atraso em abandonar a estratégia de substituição de importações e a não adoção de uma política comercial voltada para as exportações. Tais fatores haviam conduzido a região a desequilíbrios externos e fiscais (induzidos pela crise da dívida da década de 80) crescentes e que, para suplantar essa situação se fariam “reformas necessárias” a curto e médio prazo a fim de recuperar a capacidade de investimento público destes Estados. Não bastaria apenas estabilizar e liberalizar, como preconizavam os defensores da “abordagem de Washington”. A atuação do Estado não seria nociva por natureza: “O Estado havia se tornado um obstáculo ao desenvolvimento econômico da América Latina depois de ter sido um promotor estratégico desse mesmo desenvolvimento, quando num processo cíclico, a estratégia de substituição de importações esgotou-se, quando as distorções provocadas pela intervenção [estatal] superaram seus objetivos corretores, quando a crise fiscal se desencadeou.”²⁰⁸ As ações de política econômica a serem adotadas fundamentalmente consistiriam em resolver a crise fiscal e em reduzir a dívida pública. Na prática e, naquele contexto, Bresser indicava *ipsis literis* o cancelamento da dívida que não poderia ser paga e um ajuste fiscal que contemplasse redução do gasto público e aumento de impostos. Desta forma, estaria aberto o caminho para recuperação da poupança pública e disciplina fiscal num Estado que haveria de ser reformado. Privatizações e liberalização econômica seriam elementos essenciais nesta reforma.

²⁰⁸ Idem. p.15.

Interessante notar que estas estratégias políticas sugeridas por Bresser para atacar a crise deveriam ser construídas num cenário político que apontasse para um consenso que permitisse adotar tais medidas. Um “consenso social mínimo”, nos dizeres de Bresser, sobre o que deveria ser feito. Fazendo jus a sua condição de economista político Bresser ostentava sua análise daquele cenário (marcado já pelo fracasso do *Plano Collor I*, onde se adotava paralelamente às medidas monetárias de caráter recessivo, o programa nacional de desestatização)²⁰⁹. Ao mesmo em que elogiava a disposição do governo Collor em enfrentar a crise fiscal, atentava para a inabilidade política da equipe econômica daquele governo em controlar a inflação, que àquela altura já despontava num cenário de estagnação da economia e grave recessão. Vaticinava contra a possibilidade de retorno ao “populismo econômico” traduzido nas concessões que poderiam ser feitas pelo governo dadas as pressões recebidas de diversos segmentos da sociedade, em função dos custos sociais provocados pelas drásticas medidas antiinflacionárias propostas pelo *Plano Collor I*: “sua incapacidade de estabilizar a economia, apesar dos sacrifícios que está impondo à sociedade, pode levá-lo em curto prazo a uma crise política grave.”²¹⁰

2.3.4 – A “abordagem social democrata”.

A “abordagem fiscal” oferecida originalmente por Bresser-Pereira como “alternativa” às propostas apresentadas pelo *Washington Consensus* retorna ao seu horizonte de análise em projeto dedicado sobre o que ele qualifica de *Transformações sistêmicas do Leste e do Sul*. Nesse projeto, financiado nos EUA pela fundação John D. e Catherine T. MacArthur e desenvolvido no início dos anos 1990, em parceria com os cientistas políticos Adam Przeworski e José

²⁰⁹ Implementado no Brasil em 15 de março de 1990, o Plano Collor teve como principal objetivo a estabilização da inflação de preços através da contenção violenta da demanda global da economia brasileira. Essa contenção foi realizada especialmente a partir do confisco de ativos monetários depositados em instituições bancárias.

²¹⁰ Idem. p. 20.

Maria Maravall, Bresser daria contornos politicamente mais sistemáticos aos seus diagnósticos e prescrições econômicas à crise do Estado. A publicação (resultado final do mencionado projeto) *Economic Reforms in New Democracies*²¹¹ trouxe uma sutil alteração terminológica. A “abordagem fiscal” tornara-se a “abordagem social” democrática. Tratava-se de uma mudança que tinha como escopo claro a busca pelo deslizamento da discussão de uma retórica excessivamente econômica para um debate de natureza política institucional. O fio condutor da argumentação dos autores busca dar conta de responder a seguinte questão: como conjugar estabilização e liberalização econômica com a consolidação das instituições democráticas em experiências latino-americanas e da Europa Oriental (em especial, a Polônia, alvo de análise de Przeworski). As conclusões gerais dos autores, muito mais assentadas em conjecturas do que em avaliações de experiências históricas objetivas, afirmava que “os governos de esquerda deveriam buscar um programa orientado para o mercado, uma abordagem pragmática, ‘social democrata’, na qual as reformas deveriam estar orientadas para o crescimento [econômico]”.²¹² Na visão dos autores (intelectual situado no campo da esquerda do espectro político-ideológico, segundo os próprios), o contraponto a ser feito neste debate é com a leitura e prescrição das análises neoclássicas potencializadas e reproduzidas pelo *Consenso de Washington*. Estabilização, desregulamentação e abertura comercial, tal qual proposto pela receita liberal clássica não garantiria “naturalmente” a retomada do crescimento nas economias que aplicassem tal receituário. Seria necessária a coordenação ativa do Estado no processo de alocação de recursos neste cenário de crise para retomada do desenvolvimento. A divergência pontual com o receituário liberal clássico, proposto *in totum* pelas burocracias financeiras internacionais, e a “abordagem social democrata” e “pragmática” de Bresser e seus colaboradores está na intervenção estatal. Enquanto estes propoem à lógica do “Estado mínimo” e as reformas orientadas estritamente para o

²¹¹ Traduzido para o português no mesmo ano e com suas conclusões gerais publicadas na *Dados- Revista de Ciências Sociais*, nº 36 (2), também no mesmo ano. Título em português da versão reduzida para artigo no periódico mencionado: *Reformas Econômicas em Democracias recentes: uma abordagem social-democrata*.

²¹² BRESSER-PEREIRA; MARAVALL, J; PRZEWORSKI, A. *Op. cit.* p. 172.

Mercado (capaz por si só de gerar um equilíbrio distributivo e promoção do bem estar coletivo), para esses últimos seria impossível prescindir do Estado. No entanto, tratar-se-ia de um Estado com uma “burocracia enxuta” e sob o signo da eficiência, segundo avaliação de Bresser.

Grosso modo, faz-se neste artigo uma avaliação pouco conclusiva, no que tange às experiências históricas reais²¹³, sobre a relação reformas econômicas e estabilidade democrática institucional. As conjecturas e ilações construídas de forma hipotética e indutivamente pelos autores afirmavam sobre a necessidade de uma ação política por parte dos governos nacionais que, ao implementarem estas reformas econômicas (controle inflacionário, reforma tributária, desregulamentação, elevação da taxa de juros, âncora cambial e abertura comercial) o fizessem de forma amplamente negociada com a sociedade civil.²¹⁴

No entanto, se as avaliações das experiências abordadas pelos autores (notadamente na América Latina: Peru, Bolívia, Brasil e Chile e no Leste Europeu – Polônia e Hungria) são pouco conclusivas e até mesmo contraditórias, quando comparadas pelos autores, o receituário prescritivo é enfático no que diz respeito às saídas para a crise. Em germe está a hipótese que compreende a reforma do Estado como “alternativa” necessária para superação do quadro de crise. A sutileza retórica de Bresser está em entender que não há possibilidade (e

²¹³ A teorização sobre modelos econômicos e políticos parece ser a tônica da análise de Bresser, Maravall e Przeworski neste estudo. Ao longo do artigo lê-se com frequência expressões do tipo “não há experiências históricas suficientes que permitam uma avaliação empírica da abordagem que defendemos” ou “não há evidências empíricas conclusivas”, ou ainda: “as evidências que dispomos são extremamente limitadas...”. Não é exagero afirmar que a conclusão e/ou abordagem “social democrata” proposta pelos autores é inconclusiva. Ou seja, não se sustentava até então em fatos históricos objetivos. Tratava-se de um modelo hipotético proposto.

²¹⁴ Nota-se que, que tal estratagema fora utilizado na negociação da equipe econômica do governo Itamar Franco com o Congresso Nacional à época da implementação do *Plano Real*. O relato é dado anos depois pelo economista Edmar Bacha. Afirmou certa vez em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo* que o maior legado do *Real* foi "o fato de ter sido uma reforma monetária amplamente pré-anunciada e integralmente negociada com o Congresso". Antes, diz ele, "a maneira que se fazia política econômica era por meio de planos preparados por tecnocratas na calada da noite e que eram enfiados goela abaixo do Congresso no dia seguinte". “Plano acabou em 1996, afirma Edmar Bacha”. *Folha de São Paulo*. 27/06/2004.

nem era percepção dos autores) de prescindir da intervenção do Estado no processo de acumulação capitalista, mas de reformá-lo com o intuito de fazer com que este Estado recuperasse a sua capacidade de investimento. Em termos muito práticos e, a despeito de Bresser e dos “pragmáticos” daquele contexto se esforçarem de todas as formas para dizer que não, há absoluta consonância da “abordagem social democrata” com as reformas neoliberais, que visavam a estabilização e principalmente a redução da crise fiscal. Bresser-Pereira, como já observamos em suas análises econômicas propriamente ditas, vai além: reitera que o problema macroeconômico apresentado não se circunscreve ao “déficit público” ou “excesso de endividamento público”, mas sim à crise fiscal (entendida como endividamento público mais a erosão da poupança pública, que faria o Estado perder a sua capacidade de financiar o investimento em geral ou qualquer estratégia de desenvolvimento)²¹⁵. Não obstante, tecendo a crítica aos neoliberais os autores afirmavam que as receitas do *Consenso de Washington*, em si, pecaram em três pontos fundamentais: “induzem à estagnação econômica (por serem ortodoxas e retraírem a atividade econômica em geral), implicariam em enormes e desnecessários custos sociais e enfraquecem as instituições políticas”.²¹⁶ Por essa razão, se oferecia uma “abordagem social democrata” ou “social liberal” que se mostrou tão recessiva e desastrosa quanto os postulados literais da ortodoxia neoclássica, privatista e liberalizante, adotadas em países como o Chile do período Pinochet (1973-1990) ou no Peru da “Era Fujimori” (1990-2000).

Variantes terminológicas e idiosincrasias à parte, apreende-se da “abordagem social-democrata” os mesmos elementos macroeconômicos e

²¹⁵ Para uma boa crítica acerca do diagnóstico liberal sobre a crise brasileira José Luis Fiori e Bernardo Kocher apresentam sólidas análises que dão uma dimensão aproximada da economia política da crise brasileira. O primeiro, em 1985, em sua tese de doutoramento, *Conjuntura e Ciclo na periferia: uma Reflexão em dois movimentos sobre a crise do Estado Brasileiro* (USP-1984). Publicada em 1995 como *O Voo da Coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado Brasileiro*. E Kocher faz uma acertada análise sobre a relações entre endividamento financeiro do Estado e a política de emissão de títulos públicos que orientou o modelo de desenvolvimento brasileiro entre 1964 e 1994, mas que produziu um quadro crônico de inflação de preços. KOCHER. B. *A Economia Política da Inflação de Preços (1964-1994)*. Tese de Doutorado PPGH/UFF. 1997.

²¹⁶ Idem. p.197.

políticos das propostas resumidas no *Washington Consensus*: o binômio estabilização/crise fiscal, bem como as postulações acerca do problema das economias sobre-reguladas, monopolistas e excessivamente protegidas por Estados que, nas palavras de Bresser-Pereira, se tornaram disfuncionais. Sem dúvida, a inovação proposta pelos “social-democratas” (“neoliberais de terceira via”, na prática) no Brasil daquele contexto, estava no plano estritamente político. O *politicismo* forma, em boa medida, a tônica das análises do ex-ministro. Fala mais alto em *Reformas Econômicas em Democracias Recentes*, um Bresser-Pereira analista político. Preocupado em atacar a postura autocrática de governos que aderiram ao receituário neoclássico e que pouco atentaram (certamente de forma deliberada e consciente) para o que ele chamara (utilizando um eufemismo economicista do vocabulário “*bressiano*”) de “custos transicionais” das medidas estabilizadoras recessivas adotadas. Recomendava a análise política liberal institucionalista de Bresser-Pereira, Maravall e Przeworski sobre a necessidade de que, “nesta ‘transição’ econômica provocada pelas medidas reformistas, os governos adotassem medidas que minimizassem os *custos sociais e que projetassem de todo modo a retomada do crescimento.*”²¹⁷ E, se por um lado as burocracias públicas deveriam ser “‘enxugadas’ onde se mostrassem excessiva, programas públicos deveriam ser eliminados ou reestruturados quando não forem eficientes”; por outro, haveria de se restaurar a capacidade do Estado de “mobilizar poupanças e implementar políticas orientadas para o desenvolvimento (através de reformas coordenadas pelo mercado). A intervenção estatal na alocação de recursos entre setores e atividades, prudente e conscienciosamente manejada é necessária para a retomada do crescimento econômico”.²¹⁸ De forma incipiente, mas já claramente esboçada está a proposta *gerencial* de reforma e intervenção estatal consubstanciada por Bresser ao assumir o Ministério Extraordinário da Reforma dos Estado, em 1995.

²¹⁷ *Id ibidem*. (Grifo nosso).

²¹⁸ *Idem*. p. 200.

* * *

É impossível não notar que, na produção acadêmica de Bresser-Pereira, a temática crise e reconstrução do Estado foi capaz de inseri-lo de forma definitiva nos debates públicos acerca das opções de desenvolvimento em tela naquele contexto. Apesar de sua atuação política e administrativa nos primeiros escalões do governo peemedebista de Franco Montoro, em São Paulo no início dos anos 1980, foi na 2ª metade daquela década que a convergência observada entre sua atuação política e acadêmica/científica propriamente dita permitiu que Bresser passasse a ser definitivamente reconhecido como economista notório, debruçado sobre os principais pontos da agenda econômica e política do país. Nos dizeres de Luis Nassif, ex-colunista da *Folha de São Paulo* e um dos principais interlocutores de Bresser na grande imprensa brasileira, “intelectual comprometido até a medula com o futuro do país”, “pertencente à estirpe dos grandes homens públicos deste país”.²¹⁹ Ufanismos e elogios rasgados à parte, é certo notar que Bresser consolidou seu prestígio acadêmico no “campo científico” (na acepção bourdieusiana) ao mesmo tempo em que transitou em relevantes espaços da sociedade civil organizada – especificamente em entidades do meio empresarial-financeiro. Coadunada a esta trajetória, percorria os degraus de uma carreira política em cargos nos primeiros escalões do aparelho do Estado. Há uma necessária simbiose entre essas diferentes trajetórias. Não há como dissociar o Bresser executivo de destaque no *Grupo Pão de Açúcar*, do economista, cientista social, teórico político do político organicamente vinculado a uma legenda partidária em plena sintonia com os ditames dos mais diversos segmentos do empresariado industrial paulista e das burguesias financeiras que

²¹⁹ NASSIF, L. In NAKANO, Y *et al.* *Em busca do Novo: O Brasil e o desenvolvimento na obra de Bresser-Pereira*. Op cit. Texto de apresentação. 2004.

atuaram, sobremaneira, como fiadores e beneficiários das suas interpretações “social-democratas” ou “fiscais” como tantas vezes repetidas por ele mesmo.

Bresser-Pereira conseguiu, de fato, “colocar seus conhecimentos na prática da vida pública, alcançando resultados notáveis, e conseguiu também incorporar a sua obra, como uma espécie de fertilização cruzada, sua experiência de homem público”, nos dizeres do economista e ex-aluno no mestrado em economia da FGV/SP, Wilson Suzigan.²²⁰ Bresser foi um dos principais artífices na universidade e fora dela de um corolário econômico-político que circunscreveu a crise econômica em voga nos anos oitenta, na América Latina em geral, e no Brasil em particular, como uma crise do Estado. O esgotamento inevitável da estratégia desenvolvimentista interventora construída historicamente no Brasil a partir da década de 1930. Crise esta que possuía como elemento central, segundo sua leitura, “o problema fiscal”. A construção simbólica semântica /interpretativa da leitura “social liberal” (neoliberal) de Bresser (e demais economistas e analistas do mesmo campo cognitivo e ideológico) situa-se no nexos crise econômica /crise do Estado /crise fiscal. Redução do gasto público, abertura comercial e estabilização monetária estavam na agenda do dia das ações de política econômica.²²¹ Ademais, o “Estado tecnoburocrático-capitalista” típico do subdesenvolvimento industrializado, nos dizeres de Bresser, serviu para produzir um tipo de “desenvolvimento que mantinha o subdesenvolvimento”. A profunda crise fiscal havia levado ao esgotamento da forma histórica de intervenção estatal construída no Brasil a partir de meados do século XX. O Estado perdeu poupança pública, capacidade de orientar o investimento e havia se tornado demasiado grande e disfuncional. O vaticínio invariavelmente conduzia à necessidade de se reformar esse Estado. O argumento da inevitabilidade histórica, típico dos partidários do pensamento

²²⁰ SUZIGAN, W. *Crise e Reconstrução do Estado* In NAKANO, Y *et al.* Op cit. p.269.

²²¹ Assinala Suzigan que, no âmbito econômico, a primeira medida efetivamente tomada por Bresser visando mudar a forma de intervenção do Estado foi quando sucedeu Dílson Funaro na Pasta da Fazenda em março de 1987. Adotou, naquele contexto de estabilização do *Plano Bresser*, “as primeiras medidas que visavam a abertura comercial por meio da redução da reforma da tarifa aduaneira, abrindo terreno para a redução das barreiras não tarifárias” SUZIGAN. Op. cit. p. 271.

único neoliberal permeia suas análises macroeconômicas: “o avanço da globalização da economia mundial naquele contexto (virada dos anos oitenta para os noventa) reduziu a autonomia dos Estados nacionais implementação de políticas intervencionistas”, assinala um dos comentadores dos diagnósticos e prescritivos de Bresser sobre a crise fiscal e reforma “social liberal” do Estado.²²² Do diagnóstico econômico às propostas de reforma propriamente ditas, o período de retorno à vida acadêmica no Brasil e em instituições do exterior (como mostrado na parceria com Maravall e Przerworski) foi especialmente produtivo no que tange às suas reflexões.

Suas proposições para a Reforma do Estado ocupariam a maior parte de sua produção intelectual ao longo dos anos 1990. Bresser-Pereira elaborou seu corolário a partir de uma hipótese funcionalista: de que a relação ideal entre mercado e controle estatal necessariamente variaria de acordo com um padrão cíclico e mutável de intervenção do Estado. Sendo assim, haveria ora ciclos de expansão, ora ciclos de retração da intervenção estatal. Surge, desta forma, o que Bresser qualificaria como necessidade de “reconstruir” o Estado sob o signo da “eficiência” da “gestão pública”. Reconstrução esta, compatível com as reformas econômicas *markets-oriented*. Ensejou, ao longo dos anos 1990, a combinação dos ajustes macroeconômicos (previstos a esta receita neoclássica e conservadora) às reformas fiscal/tributária e previdenciária; e à privatização de empresas estatais. Já na condição de ministro da Reforma de Estado Bresser mostrou especial denodo em sistematizar suas propostas para uma “Reforma gerencial da Administração Pública”, estabelecimento de novos marcos regulatórios para a relação Estado/mercado (acumulação capitalista, nos dizeres de Bresser, coordenadas pelo mercado e de forma complementar pelo Estado).

Bresser-Pereira foi, no Brasil das duas últimas décadas do século XX, um daqueles intelectuais acadêmicos e politicamente orgânicos que corroboraram para um diagnóstico excessivamente conjuntural e economicista da crise do Estado. Apressou-se em apontar a natureza fiscal das dificuldades apresentadas pelo Estado brasileiro, reduzindo-as, em boa parte, a um problema de gestão. Ao

²²² *Id ibidem*.

reduzir a crise do Estado a um problema meramente de gestão, Bresser abstraiu o elemento político concreto, histórico e de classe às disputas políticas que ocorrem dentro do Estado e da sociedade civil. A convergência de sua “abordagem social-democrata”, ou “neoliberalismo de terceira via”, com as teses econômicas neoclássicas previstas na agenda do *Washington Consensus* é inegável, a despeito de todas as suas estratégias terminológicas e idiosincrasias semânticas para negá-las. O poderio simbólico e estruturante (na acepção *bourdiesiana* do conceito) de suas elaborações teóricas, embora originárias dos meios científicos e acadêmicos, se construiu, sobretudo, em função dessa múltipla atuação de Bresser, na universidade, no Estado e na sociedade civil.

ANEXO –TABELAS- (cap. 2) – A Circulação intelectual de Bresser Pereira no campo científico.

As tabelas que compõem este anexo buscam descrever as redes de sociabilidade intelectual construídas por Bresser ao longo de sua trajetória na FGV-SP e fora dela, sua atuação em programas de pós-graduação orientando teses e dissertações, títulos honoríficos universitários recebidos, conselhos de instituições acadêmicas nos quais possui assento e conselho de revistas científicas. Recorremos a tais dados numa tentativa de construir e mensurar, nos termos *bourdiesianos*, os “indicadores” de capital de notoriedade intelectual do cientista social Luiz Carlos Bresser-Pereira.

Tabela 1 - Formação e Títulos Universitários.

Tabela 2 - Posições ocupadas na FGV/SP.

Tabela 3 - Atividades de Gestão Institucional na FGV-SP.

Tabela 4 - Posições e atividades acadêmicas fora da FGV.

Tabela 5 - Membro do corpo editorial de revistas especializadas em Economia e Ciências Sociais.

Tabela 6 - Participação em associações de economia.

Tabela 7 - Atuação em programas de pós-graduação (orientações de teses e dissertações – todas na FGV-SP).

Tabela 8 – Participação de Bresser Pereira em Bancas de Comissões Julgadoras e Concursos.

TABELA 1: Formação e Títulos Universitários:

Ano	Instituição	Título ou diploma
1957	Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP)	Bacharel em Direito
1961	Michigan State University (EUA)	<i>Master of Business Administration</i>
1972	FEA –USP	Doutor em Economia e Administração
1984	FEA- USP	Livre docente em Economia
1996	Universidade de Buenos Aires (ARG)	Professor Honorário após proferir a conferência “Um Novo Estado para um Novo capitalismo”
2005	FGV-SP	Professor Emérito.
2008	Associação de Economistas Keynesianos (Brasil)	Patrono
2010	Universidade de Buenos Aires (ARG)	Doutor Honoris Causa

TABELA 2: Posições ocupadas na FGV/SP.

Carreira: Auxiliar de Ensino (1959), Instrutor (1960), Assistente (1961), Professor Adjunto (1962/72); Professor Titular, desde 1972: Professor Emérito, desde 2005.

Ano	Unidades da FGV/SP que participou:
1959-1966	Departamento de Administração Geral e Relações Industriais (EAESP)
1966-1970	Departamento de Ciências Sociais (EAESP)
1970 aos dias atuais	Departamento de Economia (EAESP)
2003 aos dias atuais	Escola de Economia (EESP)
2005 aos dias atuais	Programa de Pós Graduação em Administração Pública e Governo.

TABELA 3: Atividades de Gestão Institucional na FGV-SP

Ano	Atividade Institucional:
1962/64	-Membro do Conselho Técnico Administrativo. -Presidente da Comissão de Biblioteca.
1964/72	Coordenador do Curso de Pós Graduação
1968/71	Vice-Chefe do departamento de Ciências Sociais
1970/74	Chefe do Departamento de Economia da EASP

1972/74 e 1991/1994	Membro da Comissão de Biblioteca
1975/1979	Membro da Comissão de Pós Graduação
1980	Membro do Conselho de Planejamento
1988/1990	Presidente da Comissão de Administração Pública.

TABELA 4: Posições e atividades acadêmicas fora da FGV.

Ano	Instituição	Função
1988	Universidade de São Paulo (USP)	Professor Visitante do Instituto de Estudos Avançados. (IEA)
1988-1989	Universidade de Paris I-Sorbonne, IEDES (Institut pour Le Developpement Economique et Social.)	Professor Visitante. Ministrou curso regular de Desenvolvimento Econômico no programa de Doutorado.
1990 (jan-fev)	École d'Hautes Etudes en Sciences Sociales (Paris)	Professor Visitante.
1993 (set-out)	École d'Hautes Etudes en Sciences Sociales (Paris)	Professor Vistante.
1999 (set-dez)	Oxford University	Visiting Fellow at the Nuffield College and the Centre for Brazilian Studies.
2001 (Jan-Mar)	Oxford University	Senior Associate Member of St. College e Visiting Research Associate at the Centre for Brazilian Studies.

2001-2002	USP	Professor Visitante de Teoria Política no Departamento de Ciência Política da USP.
2003 aos dias atuais	École d'Hautes Etudes en Sciences Sociales (Paris)	Professor Visitante

TABELA 5: Membro do corpo editorial de revistas especializadas em Economia e Ciências Sociais.

Periódico	Instituição/ Editora	Membro desde:
<i>Revista de Economia Política</i> (editor da Revista)	Editora 34 (SP)	1981
<i>Política Democrática: Revista de Política e Cultura.</i>	Fundação Astrojildo Pereira (Brasília-DF)	2009
<i>Revista de La Cepal</i>	CEPAL (Nações Unidas)	2009
<i>Dados (Revista de Ciências Sociais)</i>	IESP/UERJ. (RJ)	2011
<i>Análise Econômica</i>	UFRGS	2012
<i>Revista Gestão & Conexões</i>	Programa de Pós Graduação em Administração (Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas) UFES.	2012
<i>Forum for Social Economics</i>	Association for Social Economics.	2012

TABELA 6: Participação em associações de economia.

Período	Associação
De 1961 aos dias atuais.	American Economic Association (EUA)
De 1972 aos dias atuais.	Union for Radical Political Economics (EUA)
De 1982 aos dias atuais.	LASA (Latin American Studies Association)
De 1994 aos dias atuais.	EAEPE (European Association for Evolutionary Political Economy) (Grã-Bretanha)
De 1997 aos dias atuais.	APSA (American Political Science Association) (EUA)

TABELA 7: Atuação em programas de pós-graduação (orientações de teses e dissertações – todas na FGV-SP).

7.1- Doutorado em Economia

Nome	Título	Ano obtenção	Ocupação acadêmica atual
Vera Helena Thorstensen.	<i>O Setor de Bens de Capital, o Estado produtor: conflito ou cooperação? O processo de aquisição de Bens de Capital sob Encomenda de Empresas Estatais e a Estratégia de desenvolvimento do Setor: 1974-1979</i>	1980	Professora da Escola de Economia de São Paulo (EESP-FGV).
Domingo Zurrón Ócio	<i>A Remuneração do Trabalho na Economia Brasileira nas Décadas de Sessenta e Setenta</i>	1985	Professor do Departamento de Planejamento e Análises Econômicas Aplicadas à Administração (EAESP-FGV)
Neio Lucio Peres Gualda	<i>A Relação entre Estrutura de Mercado e Comércio Internacional: A Questão Teórica e um Estudo desta Relação na Argentina</i>	1995	Professor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Jairo Abud	<i>Dívida Externa, Estabilização Econômica, Abertura Comercial, Ingressos de Capitais externos e Baixo Crescimento Econômico: México (1988-1993)</i>	1995	Figurava até 2007 no quadro de docentes da EESP-FGV. Foi até 2008 professor da Faculdade de Economia e Administração da UNIPALMARES-

Antônio Carlos Alves dos Santos	<i>A Economia Política da Privatização</i>	1996	Professor e diretor do departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC)
Jouliana Nohara	Jordan <i>Crise Financeira: Conteúdo Latente na Crise Econômica</i>	1997	Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas da Universidade Nove de Julho- SP (UNINOVE)
Valquíria da Silva	<i>A Dinâmica da Intervenção do Estado nas Economias Capitalistas Desenvolvidas: as experiências do Reino Unido e da França</i>	1998	Não possui vínculo acadêmico institucional. Ocupa atualmente a diretoria técnica do Instituto de Economia Agrícola de São Paulo (IEA)
José Marcio Rego	<i>Duas Teorias Econômicas: “Consumo” e “Retórica” - Subsídios para o Estudo do Campo Científico da Economia no Brasil</i>	1998	Professor Extracurricular do Departamento de Planejamento e Análises Econômicas aplicadas da EAESP-FGV desde 1990.

Everton Pinheiro de Souza Gonçalves	<i>Âncora Cambial e Alta Inflação: Uma Perspectiva Histórica</i>	1999	Não possui vínculo acadêmico. Atuou até 2004 como analista de mercado/ <i>Risk Manager</i> e economista chefe do BNL (<i>Banca Nazionale del Lavoro</i>) no Brasil. Assessor econômico da ABBC (Associação Brasileira de Bancos)
Elton Eustáquio Casa Grande	<i>O Investimento e o Financiamento em Tempos Anormais: A decisão de Investir e Financiar no Brasil (1990-1994)</i>	2000	Professor Assistente Doutor do Departamento de Economia da UNESP (Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho). Atua também como membro do Comitê Assessor da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).
Cristina Helena Pinto de Mello	<i>Condicionantes de Preços dos Bens de Capital na Década de 80</i>	2000	Docente do Departamento de Economia da PUC-SP e da Escola Superior de Propaganda e Marketing. Atua também como avaliadora do MEC para cursos de graduação em Economia.

Carmen Augusta Varela	<i>Custos de Não Controle da Poluição do Ar na Cidade de São Paulo: 1990-1998</i>	2000	Assistente Acadêmica de Bresser-Pereira no Centro de Economia Política da FGV-SP, entre 2003 e 2009. Professora da graduação e do Programa de Mestrado e Doutorado em Administração do Centro Universitário da Faculdade de Engenharia Industrial de SP (FEI).
------------------------------	---	------	--

Nelson Marconi	<i>A Formação dos Salários nos Setores Público e Privado</i>	2001	Coordenador do curso de Economia da EESP-FGV, professor da EAESP-FGV (Graduação e Pós Graduação) e desde 2012 membro do Comitê Assessor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).
-----------------------	--	------	---

Paulo Sérgio de Oliveira Simões Gala	<i>Política cambial e macroeconomia do desenvolvimento</i>	2006	Docente da EAESP e EESP FGV. É coautor, ao lado de Bresser-Pereira, de diversos artigos de Macro economia e Teoria econômica publicados em periódicos especializados.
---	--	------	---

Alexandre de Zagottis	<i>A Globalização e as estratégias de Desenvolvimento do Estado Nação</i>	2007	Não Possui.
Lauro Emilio Gonzalez da Silva	<i>Crises Financeiras Recentes e Poupança Externa</i>	2007	Docente da EAESP-FGV desde 2004.
Mauricio Martinelli Silva Luperi	<i>Três ensaios críticos sobre o processo de matematização recente da economia no Brasil e no mundo</i>	2012	Foi docente contratado entre 2012 e 2014 da Universidade Federal de São Paulo.

7.2-Mestrado em Economia:

Nome	Título	Ano de obtenção	Ocupação Acadêmica atual
Domingo Zurrón Ócio	<i>Salários e Ordenados: Um Estudo de caso na Indústria de Transformação</i>	1977	Já mencionada
Geraldo José Gardenalli	<i>A Crise Econômica a partir de 1974 e o Problema da Energia</i>	1982	Não possui
Carlos Roberto Vieira Araújo	<i>Desenvolvimento Econômico: Um Problema Político.</i>	1982	Docente do departamento de Administração da FEI-SP.

Jason Tadeu Borba	<i>O Caráter Histórico do Dinheiro em Marx</i>	1982	Docente da Faculdade de Economia e Administração (FEA)- PUC/SP e professor colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes.
Evaldo Alves	<i>Planejamento e Programação Econômica e sua Articulação com as Entidades Descentralizadas</i>	1982	Diretor da FGV-Projetos/SP e professor as EESP-FGV.
Marisa de Fátima Santana Carvalho	<i>A Indústria na Crise: Uma comparação entre os Setores Competitivos e Oligopolizados</i>	1984	Não possui.
Evelyn Levy	<i>Planejamento Urbano do Populismo ao Autoritarismo: O Caso de São Paulo.</i>	1984	Foi entre 1980 e 1986 professora da EAESP-FGV e da Universidade Católica de Santos. Docente na ENAP (Escola Nacional de Administração Pública) e na Escola de Artes Ciências e Humanidades da USP (EACH)
Yone Moreira Fernandes	<i>A Cidade, A cultura e a Ideologia da Cultura.</i>	1985	Não possui.
Regina de Campos Balieiro Devescovi	<i>O Processo de Produção do Espaço Urbano e da Segregação Sócio Espacial: Um Estudo sobre a Cidade de São Carlos.</i>	1986	Não Possui.

Cláudia Maria Fuser	<i>A Economia dos Bispos: O pensamento Econômico na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB 1952/1982.</i>	1986	Não possui.
José Marcio Rego	<i>A Taxonomia Quádrupla da Inflação: Teoria, Retórica e Democracia.</i>	1990	Já mencionada.
Arthur Rothstein Barreto Parente	<i>A Dinâmica da Dívida e o Problema da Solvência</i>	1991	Docente do Insper-SP.
Everton Pinheiro de Souza Gonçalves	<i>Da Dívida à Beira da Hiper inflação.</i>	1991	Já mencionada.
Clóvis Aparecido Rolim Perez	<i>Déficit e Dívida Interna: Teoria e Evidência Empírica Brasileira nos anos 80.</i>	1993	Não identificada
Nelson Marconi	<i>O Comportamento dos Salários reais em uma conjuntura inflacionária</i>	1993	Já mencionada
Cristina Helena Pinto de Mello	<i>Elasticidade-Juros da Demanda de Investimento- Uma análise Histórico Comparativa</i>	1993	Já mencionada
Ricardo Luis Mendes Ribeiro	<i>Crescimento e Distribuição de Renda</i>	1994	Ex - docente do Departamento de Economia da FGV-SP.
Julieda Puig Pereira Paes	<i>Bancos Estaduais, Criação da Moeda e Ciclo Político.</i>	1996	Não possui.

Paulo Sérgio de Oliveira Simões Gala	<i>Teórica e Retórica em Douglas North: Subsídio para uma Análise de sua contribuição</i>	2001	Já mencionada.
Thiago Barros Ribeiro	<i>Os Efeitos da poupança pública sobre o crescimento econômico: uma análise para um painel de países.</i>	2007	Não possui.

7.3- Doutorado em Administração Pública e Governo:

Nome	Título	Ano de obtenção	Ocupação/Vínculo acadêmico atual.
Tânia Margarete Mezzomo Keinert	<i>Do Aparelho Estatal ao Interesse Público: Crise e Mudança de Paradigmas na Produção técnico-científica em Administração Pública no Brasil (1937-1997)</i>	1999	Pesquisadora científica III do Instituto de Saúde de São Paulo (IS- SP), órgão vinculado à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.
Maria Fernanda de Toledo Rodovalho	<i>Reforma do Estado após a Emenda Constitucional 45/04: a reforma do Poder Judiciário</i>	2012	Foi entre 1995 e 2006 professora da Faculdade de direito da Universidade São Judas Tadeu (SP). É magistrada da 12ª Vara de Fazenda Pública da capital (SP)

Roseane Barcellos Marques Souza	<i>Qualidade da democracia e trabalho escravo no Brasil contemporâneo.</i>	Orientação em andamento. (início em 2012)	Docente da Universidade Anhembí Morumbi (curso de Turismo e Hotelaria)
--	--	---	--

7.4 - Mestrado em Administração Pública e Governo:

Nome	Título	Ano de obtenção.	Ocupação/vínculo acadêmico atual.
Andréa Muniz Barreto Cury	<i>Reformas Econômicas no Leste Europeu: Análise dos Casos Húngaro e Polonês.</i>	1993	Não possui.
Mariane Nassuno	<i>Pressão Externa e Abertura Comercial no Brasil</i>	1995	Foi entre 1995 e 1998 gerente de projetos da Secretaria de Recursos Humanos do MARE e entre 1998 e 2000 gerente da Escola Nacional de Administração Pública.
Alessandra Sanchez	<i>Direitos Humanos e Políticas Públicas: O Tráfico internacional de Pessoas no Brasil</i>	2005	Não possui.
Pedro Henrique Giocondo Guerra	<i>O PAC e o setor de Ferrovias: do incrementalismo a proposta de um novo paradigma</i>	2014	Bolsista CAPES entre 2012 e 2014.

TABELA 8: PARTICIPAÇÃO DE BRESSER-PEREIRA EM BANCAS DE COMISSÕES JULGADORAS E CONCURSOS.

Nome	Título	Ano de Obtenção	Vinculo acadêmico atual.
Leda Maria Paulani	Concurso Público para professor titular	2007	Departamento de Economia FEA/USP, bolsista de produtividade Nível 2 do CNPQ, FAPESP e livre docente desde 2004.
Eduardo A. Haddad	Concurso Público para professor titular	2007	Dep. de Economia FEA/USP.
Helio Zylberstajn	Concurso Público para Professor Titular	2007.	Departamento de Economia FEA/USP.
Gisela Black Tascher	Concurso para Livre Docência	2007	Foi docente do Departamento de Sociologia da USP até 2008. Atualmente é Professora Titular da EAESP-FGV.
Ricardo Medeiros Carneiro	Concurso para livre docência.	2008	Professor Titular Universidade Estadual de Campinas.
André Singer	Livre Docência	2011	FFLCH/USP departamento de Ciência Política.
Aloizio Mercadante de Oliva	Tese de doutorado (arguidor)	2010	IE-UNICAMP

3ª capítulo:

A dimensão institucional da Reforma do Estado brasileiro:

“Nossa situação é ainda mais triste, porque temos que reconhecer que nossos technopols conseguem reunir a tolice dos professores de Harvard à irresponsabilidade dos moedeiros falsos de André Gide.”

(FIORI, José Luis. *Os Moedeiros Falsos*. Petrópolis. Vozes. 4ª edição. 1998. P. 21).

“...ele (David Osborne) não entende nada de Brasil, mas entende tudo de reforma do Estado.”
(Bresser-Pereira ao ser inquirido pela Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados após sugerir publicamente a contratação pelo governo brasileiro do consultor do governo Bill Clinton, David Osborne, para auxiliá-lo no projeto de Reforma e Reestruturação do Estado brasileiro elaborado pelo MARE – Março, 1995).

3-Bresser-Pereira: o *Policy Maker* da reforma “gerencial” do Estado no Brasil.

Neste terceiro capítulo pretendemos demonstrar a hipótese central que norteou e orientou a elaboração desta pesquisa de doutoramento. Desta forma, o escopo de análise é, estritamente, a atuação do cientista social Luiz Carlos Bresser-Pereira na condição de titular no Ministério Extraordinário da Reforma do Estado (MARE). Agência do Estado brasileiro criada em janeiro de 1995, no início do primeiro governo FHC (1995-1998), para traduzir no plano institucional o corolário desenvolvido na sociedade civil acerca da Reforma do Estado e da *Administração Pública*.²²³

²²³ Não concordamos conceitualmente com a expressão “Administração Pública”, característica da ciência política institucionalista de corte liberal, que parte da noção contratualista de Estado. Ao longo da tese procuraremos lançar mão da noção de Estado ampliado do intelectual sardo Antônio

Após apresentarmos o intelectual e o método, como fora feito no primeiro capítulo, e discorrermos acerca do itinerário acadêmico (e fora da universidade) do agora *policy maker* da reforma do Estado, recortemos para fins de comprovação da nossa hipótese o papel de Bresser-Pereira como não apenas o ideólogo, mas como o principal articulador dos termos da Reforma *social liberal* ou *gerencial* pretendida, dentro e fora do aparelho de Estado.

Foi, sem dúvida, no decorrer do primeiro governo Cardoso, que Bresser-Pereira alcançou o apogeu de sua trajetória como homem público ou como *intelectual público* (intelectual orgânico que mais uma vez assumia lugar de destaque no aparelho de Estado), como repetido muitas vezes nos diversos textos que compõem a coletânea biográfica organizada em 2004 por Yoshiaki Nakano, José Marcio Rego e Lilian Furquim.²²⁴

Vitoriosa a campanha do ex-senador e ex-ministro FHC, em 1994, se abriram as portas para a implementação do ambicioso plano de reestruturação do Estado brasileiro, plenamente inserido num modelo político econômico fadado ao aprofundamento da dimensão periférica do capitalismo brasileiro. Nos termos apresentados pelo economista Aloísio Teixeira em sua tese de doutorado,²²⁵ uma espécie de *ajustamento passivo e impossível* do país à mundialização

Gramsci. No entanto, para fins de inteligibilidade das formulações de Bresser-Pereira aqui apresentadas utilizaremos a expressão “administração pública”.

²²⁴ NAKANO, REGO & FURQUIM. (2004) Já citados nos capítulos 1 e 2.

²²⁵ TEIXEIRA, A. *O Ajuste impossível – Um estudo sobre a desestruturação da ordem econômica mundial e seus impactos sobre o Brasil*. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ, 1994 e também do mesmo autor *O Ajuste impossível seis anos depois- uma reapresentação*. Rio de Janeiro, IEI/UFRJ. 2000. Mimeo. (Originalmente apresentado como tese de doutorado no Instituto de Economia da Unicamp/SP). Ajuste impossível para o autor, “por duas razões fundamentais: a primeira diz respeito ao fato de que, dado o desmantelamento dos mecanismos de crescimento [econômico] não é possível restaurá-los, nem promover de volta ao modelo agrário exportador... e a segunda [razão] insiste no fato da crescente impotência das políticas econômicas [de corte desenvolvimentista adotadas desde os anos 60]”. Um padrão de financiamento que se esgota estruturalmente, endogenamente, mas que é vista por neoliberais “ortodoxos” e “heterodoxos”, como Bresser-Pereira, como uma crise do Estado, no sentido estrito, da expressão. (p. 130). Disponível no banco de teses e dissertações da Unicamp.

financeira²²⁶ iniciada ainda em meados da década de 1970 e levadas adiante em economia centrais do capitalismo, como EUA e Reino Unido, pelos governos Reagan (1980-88) e Thatcher (1978-1988), respectivamente. Modelo este que possuía como pressuposto fundamental a minimização da atuação da esfera de atuação do setor produtivo estatal (SPE) no que tange à sua participação em infraestrutura, indústrias de bens de capital e insumos de produção, bem como na elaboração e implementação de políticas sociais universalizantes. Bresser-Pereira possuiu um papel chave para sistematizar e executar os termos desta reestruturação *social liberal* ou, nos dizeres do próprio, *gerencial* do Estado brasileiro na segunda metade da década de 1990.

A natureza desta reforma *gerencial* do Estado, tal qual proposta por Bresser, buscava redefinir substancialmente os marcos da atuação política deste mesmo Estado. Orientada pela lógica de mercado, a partir dos pressupostos da *eficiência* e da suposta desburocratização da *administração pública* (essa é uma das dimensões da reforma, mas não a única, a despeito da retórica do ex-ministro neste sentido), tal reestruturação preconizava a “ideologia de gestão de resultados”.²²⁷ Tal reforma gerencial assentava-se, sobretudo, na redefinição das funções e do tamanho do Estado, através da criação de programas de privatizações, terceirizações e *publicização* de atividades estatais (esta última refere-se à transferência para o que a literatura sobre o tema convencionou chamar de *entidades públicas não estatais* - organizações do *Terceiro Setor*-). Bresser Pereira trará para o debate acerca de suas reflexões sobre o papel do *público estatal* e do *público não estatal*, a cientista política chilena Nuria Cunill Grau. A especialista do CLAD (Centro Latinoamericano de Administración para

²²⁶ Nos termos apresentados pelo francês François Chesnais em *A Mundialização do Capital*. São Paulo. Xamã, 1996.

²²⁷ Expressão consagrada no vocabulário político “social liberal” tucano pelo ministro do Planejamento no segundo governo Cardoso, Guilherme Dias, e, Seminário realizado em outubro de 2002 sobre o balanço da Reforma do Estado no Brasil. *Balanço da Reforma do Estado no Brasil*. Dezembro/2002. Este seminário contou com a proeminente participação de Bresser-Pereira ao tratar da “Resposta Estratégica aos desafios do Capitalismo Global e Democracia”. Eufemismos para aquilo que Aloisio Teixeira chamara quase dez anos antes de “ajuste passivo” ou “impossível” da economia brasileira frente ao capitalismo global.

el Desarrollo)²²⁸ foi coautora de importante artigo acerca desta temática, *Entre El estado y el mercado: lo público no-estatal*, artigo que compõe coletânea organizada por ambos, *Lo público no-estatal em la reforma de lo Estado*, publicada em 1998. Cunnil Grau, anos mais tarde e numa alusão elogiosa ao ex-ministro, chegara a afirmar que Bresser fora um “destruidor de inércias” no que diz respeito a trazer para o Brasil a noção e a sua tentativa de capilarização (penetração e difusão) social do conceito de *público não estatal*:

“A ‘noção de público não estatal’, embora não seja originalmente de Bresser-Pereira, encontrou nele um pai que a impulsionou na América Latina, e que lhe conferiu ricos conteúdos. Ela é provavelmente a melhor e mais acabada expressão do compromisso de Bresser-Pereira com a democracia. Por sua vez, a noção de ‘público não estatal’, tal como proposta por Bresser-Pereira, é também uma expressão dos custos que pode ter a coragem em seu impulso por destruir inércias”.²²⁹

É neste contexto que Bresser-Pereira possuiu uma atuação orgânica direta, formuladora e executora da reforma que vinha, naquele momento, como resposta à *ineficiência* e *inépcia* do Estado brasileiro. Obviamente, o então ministro não pregava sozinho, mas se inseria numa ampla aliança tecnoburocrática internacional, que pode ser comprovada se observarmos o esforço conjunto de mais de vinte países reunidos no *Centro Latino Americano de Administración e Desenvolvimento* (CLAD), entidade que elaborou em fins dos anos noventa um abrangente documento que estabelecia diretrizes gerais

²²⁸ Organismo de caráter intergovernamental sediado na Venezuela. Criado em 1972, a partir dos esforços dos governos do Peru, México e da própria Venezuela. Possui como objetivo geral promover o intercâmbio entre estudiosos e agentes governamentais envolvidos com a temática “Administração Pública” e Reforma do Estado. Desde 1998 conta com a proeminente participação de Bresser-Pereira, ainda a presidir o conselho científico deste organismo internacional.

²²⁹ GRAU, Nuria Cunnil. *O Duplo papel do público não estatal na reforma do Estado*. Como será demonstrado ao longo do capítulo aderimos à crítica à ideia e “público não estatal” que, na prática, em países como o Brasil, se traduziu no desmonte da atuação do Estado na garantia de direitos sociais básicos, além de transformar tais direitos em bens e serviços comercializáveis pelo mercado. Trata-se em suma da mera responsabilização da sociedade civil no que tange as políticas sociais.

para uma ampla reestruturação dos Estados latino-americanos.²³⁰ Também conhecido como *Declaração de Madrid*, o documento do CLAD seguia paradigmas, já formulados por agências multilaterais como o Banco Mundial, que orientavam e abriam inclusive possibilidades de financiamento para as altas burocracias estatais (latino-americanas, em especial) que elaborassem planos de reestruturação de seus respectivos Estados.²³¹

O convite para assumir uma agência criada no início de 1995 exclusivamente para tratar dos termos e por em prática a *reestruturação* do Estado brasileiro, o Ministério Extraordinário da Administração e Reforma do Estado (MARE),²³² foi um gesto para contemplar aquele intelectual que, naquela conjuntura, melhor se debruçou sobre as ideias em torno na Reforma do Estado. Nos dizeres de Bresser-Pereira: a *Reforma administrativa* do Estado. Foi o momento em que “*pôde aliar a prática à teoria (política) de forma quase ideal*”, nas palavras do próprio ex-ministro.²³³

²³⁰ *Uma Nova Gestão Pública para América Latina – documento do CLAD*. 14 de outubro de 1998. Documento elaborado pelo conselho científico do CLAD.

²³¹ Para maiores detalhes, o informe do Banco Mundial para o desenvolvimento econômico publicado em 1997 é o documento mais emblemático e que comprova a nossa afirmação. O documento em questão é muito claro quanto ao caráter da reforma a ser implementada: “Un Estado eficaz es imprescindible para poder contar con los bienes e servicios – y las normas e instituciones – que hacen posible que los mercados prosperen”. BANCO MUNDIAL. *Informe sobre el desarrollo mundial*. 1997.

²³² O MARE foi instituído pela Medida provisória nº 813 de 01 de janeiro de 1995, sendo extinto após o êxito da reestruturação planejada, pela Medida Provisória nº 1795 de 01-01-1999. Suas atribuições foram transferidas, por sugestão do próprio Bresser, para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em 1999.

²³³ BRESSER-PEREIRA, L. C. *Economista ou sociólogo do desenvolvimento*. In NAKANO *et ali*. P.519. Já citado nos capítulos anteriores. Consta, no entanto, na biografia recentemente lançada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, uma controvérsia quanto à preferência de Bresser em relação a qual ministério ocupar: Com a palavra o ex-presidente: “Ainda estávamos no segundo turno, na véspera da eleição do Mario Covas, quando fui a São Paulo e, no comitê do Covas, encontrei o Bresser. Ele me disse que tinha a expectativa de ser ministro das Relações Exteriores. Eu já sabia. Respondi: ‘Olha, Luiz Carlos, aí não! Nesta área disponho de gente, não preciso de você, talvez em outras áreas, vamos ver como a gente resolve isso mais adiante... [Dias depois] Ele insistiu muito no Ministério das Relações Exteriores”. Preterido como titular do Itamaraty, Bresser pareceu convencido a assumir o que seria “apenas” a secretaria de Reforma e Administração Pública, criada em janeiro de 1995 já com status de Ministério. CARDOSO, F. H. *Diários da Presidência*. São Paulo. Companhia das Letras. Volume 1. 2015. P. 43. “A formação do Ministério”. Registro feito em áudio no dia 25 de dezembro de 1994.

3.1- A Economia política do neoliberalismo:

Antes de adentrarmos à análise propriamente dita da dimensão institucional da Reforma do Estado proposta no Brasil, buscaremos fazer apontamentos necessários sobre o modelo neoliberal e acerca da economia política da mundialização do capital financeiro do final do século XX, tal qual apontada pelo economista político François Chesnais.

Para o autor é necessário perceber que os fundamentos da mundialização do capitalismo a partir das últimas décadas do século XX, são tanto políticos quanto econômicos. Neste sentido, seria apenas uma vulgata neoliberal que o Estado é exterior ao Mercado. É preciso recusar as representações que gostariam que a mundialização [neoliberal, sobredeterminada pelo capital financeiro] fosse um movimento natural. O triunfo do Mercado não poderia ser feito sem as intervenções políticas repetidas das instâncias políticas dos Estados mais poderosos, os Estados Unidos, assim como os outros países do G7. Graças às medidas cujo ponto de partida remonta à revolução conservadora de Thatcher e Reagan dos anos 1979-1981, “o capital conseguiu fazer soltar a maioria dos freios e anteparos que comprimiram e canalizaram sua atividade nos países industrializados. O lugar decisivo ocupado pela moeda no modo de produção capitalista deu à liberalização e à desregulamentação um caráter e consequências estratégicas”.²³⁴

Aspecto basilar na ordem neoliberal tal qual corretamente criticada por Chesnais é o predomínio do capital financeiro, ou no léxico marxista tal qual exposto pelo economista político francês, a variação *capital dinheiro* do regime de acumulação capitalista erigido após o fim de Bretton Woods, em 1971. Falemos de mundialização do capital. Expressão, no entender do autor, mais adequada que *mundialização da economia* ou *globalização*, termos amplamente

²³⁴ CHESNAIS, F. “Mundialização do capital financeiro no comando” *Revista Outubro*. nº 7, 2005. P. 4.

utilizados pelos próceres do globalitarismo financeiro²³⁵ das últimas quatro décadas. Vale destacar:

“Nada é mais seletivo que um investimento ou um investimento financeiro que procura rentabilidade máxima. É por isso que globalização não tem nada a ver com um processo de integração mundial que seria portador de uma repartição menos desigual das riquezas. Nascida da liberalização e da desregulamentação, a mundialização liberou, ao contrário, todas as tendências à polarização e à desigualdade que haviam sido contidas, com dificuldades, no decorrer da fase precedente”. Há uma “economia de arquipélago” da mundialização.²³⁶

No que tange aos Mercados e aos países emergentes, o lugar destes neste regime de acumulação é o de garantir a maximização dos ganhos do capital rentista, sob a égide da liberalização e da desregulamentação tocada pelos governos nacionais destes países periféricos do capitalismo. No Brasil, em especial, os processos de abertura comercial, desregulamentação e diminuição da participação do SPE se iniciam ainda no governo Collor de Mello (1990-1992)²³⁷. Entretanto, ganhariam contornos sistemáticos a partir de 1994. A ambiência social conservadora e os efeitos perversos do cenário de hiperinflação

²³⁵ Ao falar de *globalitarismo* remetemos ao conceito do geógrafo Milton Santos em *Por Uma Outra Globalização: do Pensamento Único à Consciência Universal*. Rio de Janeiro/São Paulo. Record. 2001.

²³⁶ CHESNAIS, F. *Op cit.* P. 6 e VELTS, Pierre. *L' economia d'archipel*, Paris. PUF, 1996 citado por Chesnais, P.5. Na análise elaborada por Chesnais, o argumento do autor assenta suas bases à teoria do imperialismo de Lenin. Tal reflexão, parece-nos acertada para a explicação do fenômeno contemporâneo da “mundialização do capital”, no entanto nos apresenta saídas relativamente vagas de como reagir a hegemonia da acumulação financeirizada. Vale ressaltar, no entanto, o acerto do autor ao apontar que as críticas mais contundentes aos projetos mais ambiciosos dos “atores” da mundialização, são exteriores ao movimento operário oficial. A crítica está focada no exemplo francês, mas no Brasil setores do movimento sindical sucumbem a este “sindicalismo de acompanhamento” (Ver. OLIVEIRA, F. *Quem tem medo da governabilidade*. Revista Novos Estudos do CEBRAP. 1995. Já citada)

²³⁷ Faço referência à acertada tese de doutorado da historiadora Monica Piccollo, defendida no PPGH-UFF sobre a “economia política das privatizações”. PICCOLLO, M. *As Reformas Neoliberais no Brasil: A Privatização nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. PPGH/UFF. Niterói. 2010.

que marcaram o Brasil nos anos 1980 e 1990 garantiram as bases do consenso construído a partir do plano de estabilização macroeconômica adotado na segunda metade daquela década. O Plano Real, neste sentido, adequava-se perfeitamente à lógica deste regime flexível e financeirizado de acumulação capitalista. Os fundamentos macroeconômicos, em suma, se realizam remunerando o *capital-dinheiro* sob os efeitos de taxas de juros superiores, e mesmo muito superiores à inflação e ao crescimento do PIB.²³⁸ Daí deriva o efeito “bola de neve” desta estratégia estabilizadora: o a inflação é controlada sob o alto custo social. Elevação exorbitante da dívida pública, pressões fiscais, austeridade monetária e paralisia das despesas públicas (sobretudo na área social). Soma-se a isso o caminho aberto para programas de privatização, flexibilização de direitos trabalhistas e precarização. O mote do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado situa-se nesta premissa. Entender o Estado, na sua dimensão institucional, como um *destravador* do investimento privado, segundo a interpretação *bressiana* e liberal. Não adiantemos, no entanto, este debate e voltemos à compreensão da mundialização capitalista do pós Bretton Woods.

Seguindo este mesmo raciocínio o historiador Bernardo Kocher nos apresenta uma importante contribuição para a compreensão da globalização como um objeto historicamente datado. O breve e didático artigo *A Construção de um objeto histórico: A Economia política da globalização*²³⁹ nos permite observar o fenômeno acima elencado como o da “globalização financeira conduzida”. A economia política nos serve como ponto de partida para tal reflexão. “A defesa do livre mercado, a desestatização da economia, a

²³⁸ Para dados sobre dívida pública financeira e fiscal no Brasil, taxas de juros e sobrevalorização cambial (ancoragem cambial adotada pelo “Plano Real”) consultamos SINGER, P. “A Raiz do desastre social: a política econômica de FHC” In LESBAUPIN, I. (org). *O Desmonte da Nação: O Balanço do governo FHC*. Petropolis. 3ª edição. Vozes. 2000.

²³⁹ KOCHER, Bernardo. *A Construção de um Objeto Histórico: a Economia Política da Globalização*.

permissividade na desregulamentação do mercado de trabalho”²⁴⁰ são elementos intrínsecos à lógica da globalização neoliberal conduzida a partir de 1979 com a retomada do poder imperial norte-americano. A repolitização do debate e do tema da globalização neoliberal é postulada pelo autor através da economia política. Esta entendida como campo de conhecimento fundamental para explicação do econômico e do político articulados numa espécie de “compressão histórica do fato econômico”. Assim, nos dizeres do autor:

“Em termos de importância para a compreensão da globalização [**neoliberal**] o campo de conhecimento definido como *economia política* é um saber crucial. Sua origem pode ser encontrada, em primeiro lugar, na consolidação material da economia mercantil capitalista²⁴¹ em fins do século XVIII, junto com o advento da Revolução Industrial. O funcionamento desta nova estrutura econômica trouxe a necessidade da busca do dimensionamento das trocas realizadas pelo mercado. Definir a economia política como uma espécie de ‘ciências das trocas’ ou das ‘equivalências entre as mercadorias que se realizam no mercado é uma primeira abordagem”.²⁴²

Numa segunda abordagem, destaca Kocher, que a “importância conceitual da economia política” está situada no fato desta estar inserida de forma plena na racionalidade científica erigida com as Luzes do século XVIII. O Iluminismo como a maior das revoluções intelectuais da era moderna haveria de produzir (e produziu) as condições de cognoscibilidade que superaram definitivamente a totalidade religiosa pré-definida, nos períodos históricos anteriores a esta ruptura. A construção do conhecimento dar-se-ia agora pela experimentação, pela comparação, elementos fundantes desta racionalidade

²⁴⁰ Idem. P.90. Embora não utilize *ipsis literis* a expressão “neoliberalismo”, está explícito na argumentação do autor a necessária, histórica e conduzida convergência entre globalização, neoliberalismo e sobredeterminação do capital financeiro sobre outras frações do capital.

²⁴¹ BELLUZZO, Luiz Gonzaga *apud* KOCHER. P.93

²⁴² *Idem Ibidem.*

moderna. Especificamente no que tange à economia política como campo/ produto destas transformações da consciência humana:

“(…) a historicidade alcançada foi um marco, pois toda a conceituação de valor será baseada nesta dimensão de observação dos fenômenos. Note-se ainda que podemos concluir que havia também uma rica concepção de *tempo* desenvolvida pelo Iluminismo: o tempo anterior ao século XVIII é seguido pelo advento das luzes (...) Passado, presente e futuro ficam, assim, ‘alinhados’ e ‘centrados’ no século XVIII.”²⁴³

A teoria econômica clássica é, certamente, produto desta racionalidade das Luzes do século XVIII. No entanto, para além da lógica que percebe o *mercado* como *locus* exclusivo de realização e interpretação da economia, a economia política da globalização (neoliberal) assenta suas raízes na atuação política dos Estados Nacionais, agentes fundamentais do processo de acumulação capitalista, desde sempre, mas em especial nas últimas décadas do século XX (a despeito de toda a retórica ao contrário). Importante notar que toda a gestão macroeconômica para enfrentar a crise do padrão de acumulação capitalista, baseado nas orientações e instituições criadas em Bretton Woods (1945) foi formatada, ou conduzida, por um discurso e por uma *práxis* que deslocou para o âmbito estritamente econômico as explicações para a crise do início dos anos 70. Coadunado ao vaticínio do Estado do Welfare State estava a *ideologia da globalização*, orientada por instituições financeiras multilaterais sob a égide do poder americano. A retomada do poder americano ou da “hegemonia americana”, nos termos apresentados pela economista Maria da Conceição Tavares²⁴⁴, constroem de forma bem acabada a panaceia globalista

²⁴³ KOCHER. *Op. Cit* pp. 95- 96. Para este debate teórico acerca da historicidade das novas condições de cognoscibilidade proporcionada pelas “Luzes” setecentistas o autor se remete à CASSIRER, E. *A Filosofia do Iluminismo*. São Paulo. Ed. Da Unicamp. 1992 e FALCON, F. *O Iluminismo*. São Paulo. Ática. 1986.

²⁴⁴ TAVARES, M. C. “A Retomada da Hegemonia Americana”. *Revista de Economia e Política*. V. 5, nº 2, abril-junho/1985. Disponível em <http://www.rep.org.br/pdf/18-1.pdf>.

tão visível na última década do século XX. De forma sumária, e em consonância com o que é esboçado por Chesnais, Kocher nos apresenta as definições que lastreiam essa economia política da globalização:

“1ª Definição: a economia política da globalização tem como função abordar o movimento de formação do MERCADO MUNDIAL a partir da construção do próprio capitalismo, e não da simples formação da economia globalizada! (...) 2ª definição: a economia política da globalização é um desdobramento das transformações do capital financeiro na crise de convergência macroeconômica ocorrida nos anos setenta e posterior adoção de políticas de ‘estabilização’ que restabeleceram a hegemonia norte-americana na ordem econômica internacional global (...) e numa terceira definição, a economia política da globalização é uma ‘temporalidade’ específica do funcionamento do modo de produção capitalista”.²⁴⁵

Nesta lógica, a sobredeterminação financeira do capital sobre outras frações teve a capacidade de desenvolver uma forma de operação do “ciclo produção-realização-investimento baseada na necessidade do capital produtivo relacionar-se com a taxa de juros. Assim, toda forma de investimento produtivo enfrenta a concorrência de uma taxa de juros que produz certa oposição entre taxas de lucro distintas para a remuneração do capital como um todo.”²⁴⁶

Em economias periféricas com as latino-americanas, especificamente o Brasil, estas reformas *estabilizadoras* começaram a ser cunhadas ao final da década de 1980, implementadas com todo vigor a partir do governo Collor de Mello e Itamar Franco (1990-1994), mas que ganharam contornos sistemáticos a partir de 1995, com a chegada da coalização conservadora liderada pelo Partido da Social Democracia Brasileira. A expressão *moedeiros falsos* utilizada ácida e ironicamente pelo economista político José Luis Fiori, parece-nos muito acertada para definir os *technopols* (economistas capazes de somar o perfeito manejo do *mainstream* neoclássico e ortodoxo à capacidade política de implementar nos seus países a mesma agenda do *consensus*), tal qual proposta

²⁴⁵ KOCHER. *Op. Cit.* pp.98 e 104.

²⁴⁶ *Idem.* P. 104

por John Williamson. O corolário de corte teórico que prescreve a ortodoxia *in totum* para resolução da crise das economias ditas “emergentes” (diga-se de passagem, não apenas no continente latino-americano, mas tendo este como espaço por excelência para a execução das experiências *estabilizadoras*). O documento intitulado *Search of a Manual for Technopols* elaborado como resultado dos debates do seminário “The Political Economy for Policy Reform”²⁴⁷ construiu, certamente, de forma sistematizada os termos, ou melhor, o receituário para uma agenda de reformas estabilizadoras e que possuíam como escopo central “o livre cambismo”. *Par e passu* ao *Washington Consensus*, o documento supracitado foi capaz de erigir a formação de uma estratégia consensuada entre os ditos *Technopols* artífices e participantes deste seminário. Como muito bem aponta Fiori:

“É difícil acreditar que o Plano Real, a despeito de sua originalidade operacional, não integre a grande família dos planos de estabilização discutidos na reunião de Washington onde o **Brasil esteve [ilustremente] representado pelo ex-ministro Bresser-Pereira**. Inscreve-se aí [o Plano Real] não apenas por haver sido formulado por um grupo de *Technopols*, mas por sua concepção estratégica de longo prazo, anunciada por seus autores, desde a primeira hora, como condição inseparável de seu sucesso de curto prazo: ajuste fiscal, reforma monetária, reformas liberalizantes, desestatizações, etc., para que só depois de restaurada a economia aberta de mercado possa dar-se então a retomada do crescimento”²⁴⁸.

Vale um parêntese nesta reflexão acerca da economia política do neoliberalismo no Brasil. Fiori, neste bom artigo publicado a priori no “Caderno Mais!” do diário *Folha de São Paulo*, em 1994, lança mão de uma interessante

²⁴⁷ Seminário realizado entre 14 e 16 de janeiro de 1993 pelo Institute for International Economics em Washington (EUA). Destacado lócus de pensamento e análise de economia política internacional e que tem a frente Fred Bergstein. FIORI, J. L. *Os Moedeiros Falsos*. Petrópolis. Vozes. 1998. “Moedeiros falsos” alusão feita por Fiori ao romance homônimo do escritor francês, Andre Gide (1869-1951).

²⁴⁸ FIORI. *Op. cit.* P. 14. (Grifo nosso).

análise entre “os nexos científicos” das interpretações produzidas por FHC (ao lado de Enzo Falletto) em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, clássico de 1969, e suas estratégias concretas na condução de um modelo macroeconômico de bases liberais e anti-estatistas, mas politicamente construída com as mesmas frações de poder que contribuíram para a estratégia desenvolvimentista anterior, em crise desde a década de 1980. FHC, nas palavras de Fiori, se tornara uma espécie de *condottiere* de importantes frações da burguesia brasileira, mas que se contentariam com um papel secundário (dependente) e associado (mais do que na estratégia anterior) no desenvolvimento desigual do capitalismo brasileiro. Neste sentido, FHC, o sociólogo, fora coerente com suas formulações de décadas anteriores, ao assumir o poder no Brasil em meados dos anos 1990. Nas palavras precisas do autor, em meados de 1994, portanto no calor do contexto pré-eleitoral:

“Não é tão difícil estender e atualizar a análise de FHC à nova ‘situação estrutural’ definida por uma internacionalização mais avançada do capitalismo, associada ao aumento de nossa ‘sensibilidade’ interna às mudanças da economia mundial. Sobretudo porque a nova realidade ultrapassa, mas não invalida o que de essencial FHC escreveu nos anos 60 e 70. E a sua inteligência lhe impede de repetir bobagens e lhe permite saber que o que interessa para o Brasil, no contexto do mundo globalizado, não tem nada a ver com a queda do muro de Berlim nem tampouco com o esgotamento do modelo de substituição de importações que já ocorrera nos anos 60/70 (...) O que a nova aliança de FHC se propõe [nos anos 1990], na verdade é algo mais sério e definitivo: remontar à tradicional coalizão em que sustentou o poder conservador no Brasil. Este é o verdadeiro significado direitista de sua decisão que, aliás, não é de hoje, data de maio de 1991, quando apoiou a reorganização do governo Collor e a aliança com o próprio PFL de ACM e Bornhausen (...) desde então costurou de forma brilhante e eficiente a adesão de quase toda a grande imprensa e do empresariado, mas, sobretudo, os apoios internacionais que faltaram a Collor...”²⁴⁹

²⁴⁹ “FHC optou por sustentar a estratégia do *Consenso de Washington* valendo-se da mesma coalizão de poder que construiu e destruiu o Estado desenvolvimentista de forma igualmente excludente e autoritária”. FIORI. *Op. Cit.* pp. 16 a 18.

Na crítica, Fiori parece ter compreendido bem o *Zeitgeist* ou “o espírito da época”, que permitiu a coalizão conservadora chegar ao poder no Brasil dentro dos limites da democracia institucional estabelecida no período pós-ditadura civil militar. O *Plano Real* como esboço e escopo do contrarreformismo (se lançarmos mão do léxico da crítica marxista gramsciana) das frações dominantes da burguesia brasileira. O custo social desta opção fora, sem dúvida, desconsiderado tendo em vista a clara estratégia macroeconômica de valorizar o capital financeiro rentista, desde a desregulamentação dos mercados às elevadas taxas de juros realizadas no Brasil no período. A fatídica combinação elevadas taxas de juros, com ancoragem cambial e abertura comercial para garantir a competição e a *modernização* da economia brasileira apresentou resultados desastrosos para a estrutura industrial do país. Soma-se a isso, como bem lembra a historiadora Mônica Piccollo, as privatizações de empresas chave do Setor Produtivo Estatal do país. *Internacionalização, modernização conservadora e socialização dos prejuízos* do capital rentista (quando é o caso) são elementos que caminham juntos na economia política do neoliberalismo no Brasil (mas não apenas). As crises cambiais do México em 1994, da Ásia em 1997 e da Rússia em 1998 foram exemplos notórios do fracasso da cartilha *monetarista ortodoxa* dos *technopols*, de Washington à Chicago.

Em direção semelhante, o crítico libertário Noam Chomsky, na coletânea *O Lucro ou as pessoas: neoliberalismo e ordem global* aponta para uma pertinente reflexão sobre esse modelo de acumulação capitalista e sua relação com o poder americano na segunda metade do século XX. As relações entre neoliberalismo e o *Consenso de Washington* tal qual preconizado em 1989. O papel das grandes corporações e dos organismos financeiros internacionais na cooptação e adesão das elites nacionais de países periféricos do capitalismo global ao corolário liberal, desregulador e privatista prescrito neste modelo societário, bem como a produção do “consentimento sem consentimento” previsto pela arregimentação da opinião pública no países que aderem a tal receituário. O Brasil é um caso ímpar na América Latina. *A Paixão pelos Livres Mercados* e as democracias eleitorais como elementos presentes legitimadores do *manufacturing consent* construído como resposta à crise do Welfare State no

CORE do capitalismo global. Há quase vinte anos, no propósito de apresentar a poderosa descrição *chomskiana* sobre a definição de neoliberalismo, o crítico de mídia norte-americano Robert W. McChesney afirmava que:

“a mídia empresarial, a indústria das relações públicas, os ideólogos acadêmicos e a cultura intelectual em geral jogam o papel decisivo de fomentar ‘as ilusões necessárias’ para que essa situação intolerável [o neoliberalismo] pareça racional, positiva e necessária, quando não necessariamente desejável... a descrição *chomskiana* do controle neoliberal/empresarial da economia, da política, da imprensa e da cultura é tão poderosa e avassaladora que pode provocar em alguns leitores um sentimento de resignação”.²⁵⁰

As palavras de McChesney descrevem com precisão a capacidade do anarquista do MIT em transformar densas reflexões em crônicas muito bem acabadas do objeto científico que se pretende demonstrar. Neoliberalismo e poder global norte-americano são muito bem ilustrados na crítica chomskyana acerca do “inflexível individualismo *reaganista* e seu culto ao mercado”. O “evangelho” do livre mercado tal qual proposto por Reagan e Thatcher nos EUA e no Reino Unido fora abraçado por boa parte do mundo ocidental a partir da crise de convergência macroeconômica dos anos 1970. A ironia disso destaca Chomsky, remetendo-se a um artigo da importante revista *Foreign Affairs*:

(...) é que o presidente norte-americano do pós Guerra mais apaixonado pelo *laissez faire*, tenha presidido a maior guinada protecionista desde a década de 1930 – nenhuma ironia, apenas funcionamento normal da paixão pelo *laissez faire*: a disciplina do mercado para vocês e não para mim, a menos que o ‘campo de jogo’ esteja inclinado a favor dos meus interesses, geralmente como resultado da intervenção estatal em larga escala. É difícil

²⁵⁰ McCHESNEY, Robert W. “Introdução” In Chomsky, N. *O Lucro ou as Pessoas: Neoliberalismo e Ordem global*. São Paulo. Bertrand Brasil. Texto originalmente escrito em 1996, mas publicado em português em 1999.

encontrar um tema mais dominante nos últimos trezentos anos de história econômica”.²⁵¹

Chomsky, de forma didática, expõe o *paradoxo ortodoxo* do receituário apresentado pelos *technopols* das instituições financeiras multilaterais.

É neste contexto histórico e, com relativo atraso, que o receituário neoliberal primaz à acumulação financeirizada chega ao Brasil, no início da década de 1990. A economia política do neoliberalismo possui como um dos seus vetores essenciais a Reforma do Estado (entendido aqui como aparelho de Estado e como espaço de disputas entre frações de classe). À dimensão institucional da reforma deste Estado (não por acaso chamada de *Administração Pública*) atribui-se a Bresser-Pereira papel chave, numa ampla formulação teórica, na formação de uma “comunidade epistêmica transnacional”²⁵² (preferimos aqui, para fazer jus à coerência das nossas escolhas teóricas, o conceito de campo científico de Pierre Bourdieu, já esboçado no capítulo anterior). A expressão *Administração Pública*, bem como os pressupostos da reforma pretendida trazem os pressupostos da racionalidade da administração privada empresarial para o Setor Produtivo Estatal. É neste sentido que Bresser (e sua rede de sociabilidade científica formada em décadas na EAESP-FGV/SP) se destaca como elo necessário para as proposições apresentadas para a reforma não apenas da *Administração Pública*, como exaustivamente afirmava o então titular do MARE e a sua equipe, mas também as bases da relação entre o Setor Produtivo Estatal e a sociedade civil em geral. A lógica *gerencial* tal qual proposta pelo Plano Diretor do Aparelho da Reforma de Estado (PDRE-MARE) é inegavelmente privatista e parte do princípio da responsabilização da própria

²⁵¹ CHOMSKY, N. “A Paixão pelos livre-mercados” In *O Lucro ou as Pessoas*. *Op. cit.* p. 77. O artigo da Revista *Foreign Affairs* citado pelo analista do MIT é *Foreign Affairs, America and the World* de Shafiqul Islam, especialista em finanças da Comissão de Relações Exteriores do Congresso dos EUA nos anos 1980.

²⁵² Expressão bastante utilizada por expoentes da ciência política institucionalista como Peter Evans: *Embedded autonomy: States and Industrial Transformation*. Princeton: Princeton University. 1995. Agradeço esta referência à Prof. Dr. Eli Diniz do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento do IE-UFRJ.

sociedade civil no tange a atuação em áreas fundamentais, como saúde, educação, previdência social e infraestrutura. Está indissociavelmente ligada à *macroeconomia da estagnação*²⁵³ da segunda metade dos anos 1990, hoje tão criticada pelo economista Bresser-Pereira. Não reconhecer isso é fragmentar uma análise histórica que deve ser vista a partir da totalidade dos projetos hegemônicos e contra hegemônicos do período, das disputas intra-frações de classe da burguesia brasileira lançando mão do seu papel dependente e associado na acumulação capitalista global. Na Reforma tal qual proposta pela coalizão governista (proposta pelo executivo e chancelada amplamente pelo legislativo, onde o governo estabeleceu uma ampla maioria fisiológica) “ se deve distinguir a reforma do Estado, como um projeto político, econômico e social mais amplo, da reforma do aparelho de Estado, orientada para tornar a administração pública mais eficiente”.²⁵⁴ Nas palavras da assistente social Elaine Bhering, ainda em fins da década de noventa:

“No sentido amplo, propõe-se a redefinição do papel do Estado. Parte-se do pressuposto de que se ele continua sendo realocador de recursos, que garante a ordem interna e a segurança externa, tem os objetivos sociais de maior justiça e equidade, e os objetivos econômicos de estabilização de desenvolvimento (...) Hoje então a reforma pode transferir para o setor privado atividades que podem ser controladas pelo mercado, a exemplo das empresas estatais. Outra forma é a descentralização para o “setor público não estatal”, de serviços que não envolvam o exercício do poder de Estado”.²⁵⁵

²⁵³ Faço referência direta ao livro *Macroeconomia da Estagnação: crítica da ortodoxia no Brasil pós 1994* organizado por Bresser-Pereira em 2007. O livro é parte integrante da crítica pública e constrangida, exposta de forma mais sistematizada, ao modelo macroeconômico dos governos FHC. Apesar de pertencer ao primeiro escalão ministerial nos dois governos do PSDB Bresser recentemente faz questão de mencionar aos entrevistadores mais ousados que “não pertencia a equipe econômica, discordava de muitos pontos, principalmente da âncora cambial”. Ver *Bresser Pereira deixa o PSDB*. Luis Nassif on line: <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/bresser-pereira-deixa-o-psdb>. (abril-2011). (já citada).

²⁵⁴ BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em Contra-reforma: Desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo. Cortez Editora. 2ª edição. 2008. P. 178.

²⁵⁵ *Idem ibidem*.

Neste contexto, os termos da atuação de cientista social Luiz Carlos Bresser Pereira, no que diz respeito à proposta encampada de Reforma do Estado, só pode ser compreendida se inserida na lógica da reação burguesa realizada no Brasil dos anos pós-ditadura civil-militar.²⁵⁶ Opção e projeto, dimensões inequívocas e paroxismo da dominação de classe que vaticinara a crise daquela conjuntura como a crise do Estado. Provinha daí a necessidade de se “reformular” este Estado, ainda que a “reforma” tenha, desde o início dos anos noventa, ganho contornos de uma verdadeira contrarreforma, desestruturação do Estado, perda de direitos e restrição da cidadania para amplas parcelas da sociedade civil no Brasil.²⁵⁷

3.2- A dimensão institucional da Reforma:

Este terceiro capítulo, portanto, se apresenta como uma ampla análise da dimensão institucional da Reforma do Estado. No cerne da argumentação está a descrição dos mecanismos utilizados por Bresser-Pereira e sua equipe à frente do Ministério Extraordinário da Administração e da Reforma do Aparelho de Estado. A elaboração de um plano diretor, logo no primeiro semestre de 1995

²⁵⁶ A crise da dívida da década de 1980 e o quadro de inflação crescente observado na economia brasileira criou a ambiência política e social que permitiu o êxito das interpretações liberais acerca da crise do Estado. Mais que isso, endividamento, inflação e indexação são elementos chave para as “fugas para a frente” do desenvolvimento capitalista brasileiro. Vide: KOCHER, B. *A Economia Política da Inflação e dos Preços: Brasil 1964-1994*. Já citado.

²⁵⁷ As análises de corte teórico marxista/ gramsciano sobre reforma do Estado no Brasil, lançam mão da expressão “contrarreforma” para delinear os termos e sentidos do que aconteceu no Brasil dos anos 1990, período “áureo” da via clássica do modelo neoliberal implementado no país. Embora não utilizemos esta expressão, concordamos com o sentido dela aplicado por significar na prática a redução do papel Estado em setores estratégicos, em especial a área social, mas a ampliação do Estado na garantia e sustentação daquilo que a economista Leda M. Paulani chamou de “rentismo” ou “capitalismo rentista”. Estamos diante de um *paradoxo ortodoxo* ou nas palavras do marxista José Paulo Netto: “neoliberalismo, o Estado máximo para o capital”. Para esse debate teórico: PAULANI, L. M. *Capitalismo financeiro e estado de emergência econômico no Brasil: o abandono da perspectiva de desenvolvimento*. 2010; NETTO, José Paulo. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo. Cortez editora. 2012. Ou ainda a tese de doutorado da assistente social, professora do Departamento de Política Social da Faculdade de Serviço Social da UERJ, Elaine Behring. *Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. ESS/UFRJ. Tese. 2002 (publicada em 2008).

mostra o ímpeto da equipe ministerial liderada por Bresser em articular no seio do aparelho do Estado, junto à coalização governista e à sociedade civil em geral a necessidade e o ideário *gerencial* em torno da proposta apresentada.

Na tabela abaixo a equipe que compunha o MARE, segundo expediente do periódico oficial do ministério:

Tabela 1

EQUIPE QUE COMPUNHA O MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO E REFORMA DO ESTADO (1995-1998)

MINISTRO	LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA
CHEFE DE GABINETE	JOSÉ WALTER VAZQUEZ FILHO
SECRETARIA EXECUTIVA	CLAUDIA COSTIN
SECRETARIA DA REFORMA DO ESTADO	ANGELA SANTANA
SECRETARIO DE RECURSOS LOGÍSTICOS	RAINER WEIPRECHT
SECRETARIO DE RECURSOS HUMANOS	LUIZ CARLOS DE ALMEIDA CAPELLA
SECRETÁRIO DE LOGISTICA E PROJETOS ESPECIAIS	CARLOS CESAR PIMENTA
PRESIDENTE DA ENAP (Escola Nacional de Administração Pública)	REGINA SILVIA VIOTTO PACHECO

3.2.1 - O Conselho da Reforma do Estado. (CRE)

De forma a legitimar seu diálogo com setores da sociedade civil e, paralelo a elaboração do Plano Diretor da Reforma, o MARE empreendeu um importante esforço no sentido de construir um conselho que viesse a discutir os termos da reforma apresentados pelo governo FHC. Isso exemplifica, a despeito de em muitos momentos encontramos uma retórica tecnicista sobre administração pública e *gerencialismo*, o caráter político por excelência das propostas de Bresser e do MARE. Em 1995 o governo Cardoso empossa o chamado *Conselho da Reforma do Estado* (CRE), cuja atribuição era trazer para o debate figuras proeminentes (leia-se setores do empresariado nacional) do debate em curso. Instituído por meio do decreto nº 1738/1995, o CRE tinha por finalidade “proceder debates e oferecer sugestões a câmara da Reforma do Estado nos assuntos relativos à reforma do aparelho do Estado”.²⁵⁸ O Conselho era composto por doze membros designados pelo Presidente da República para um mandato único de três anos. Formado por “técnicos” da equipe ministerial – incluindo o próprio Bresser-Pereira- e algumas figuras de destaque no cenário político brasileiro, o CRE funcionaria como uma espécie de “órgão consultivo e de articulação entre governo e sociedade civil relativamente aos programas propostos pelo governo”.²⁵⁹

A composição do CRE indicava bem a pouca disposição do governo Cardoso em dialogar de fato com setores da sociedade civil refratários aos termos da Reforma. Não por acaso, nas remissões que Bresser faz ao período em que esteve à frente do ministério, praticamente não há referência à atuação do referido conselho. O CRE inspirava-se numa comissão de trabalho organizada no Japão da década de 1980, a chamada *comissão Rincho*, câmara “técnica” integrada “por setores da ‘sociedade civil’ e do setor privado, notadamente industriais, acadêmicos, orientados no sentido da formação de consensos com

²⁵⁸ Conselho da Reforma do Estado. In Cadernos do MARE. V. 8. 1997. P.7.

²⁵⁹ *Idem ibidem*

vistas à implementação da reforma administrativa japonesa.”²⁶⁰ Os membros integrantes da “comissão Rincho” brasileira evidenciavam o caráter de representação de classe identificado com o *social liberalismo* preconizado pelo governo Cardoso.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DA REFORMA DO ESTADO: (1995-1998). *

Integrante	Formação	Vínculo com frações do empresariado brasileiro ou instituição acadêmica.
Maílson da Nobrega (presidente do CRE).	Economista.	Consultor de empresas. (ex-ministro da Fazenda do governo Sarney)
Antônio Ermírio de Moraes.	Engenheiro.	Empresário. Presidente do Grupo Votorantim.
Antônio dos Santos Maciel Neto.	Engenheiro.	Empresário, presidente do Grupo Itamarati, ex-secretário executivo do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo.
Lourdes Sola	Cientista Política.	Professora da USP
Celina Vargas do Amaral Peixoto	Socióloga.	Diretora de desenvolvimento institucional da FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do RJ), ex-diretora da FGV.
Gerald Dinu Reiss	Administrador de empresas. (doutor em Administração de Empresas pela EAESP/FGV).	Consultor de empresas, sócio diretor da CONSEN – Serviços empresariais Ltda.
Hélio Mattar	Administrador de empresas.	Executivo do grupo DAKO.
João Geraldo Piquet Carneiro.	Advogado, consultor de empresas.	Ex-secretário executivo do Ministério da Desburocratização do ministro Hélio Beltrão. (1979-1986).

²⁶⁰ Idem. p. 8.

Joaquim de Arruda Falcão Neto.	Advogado.	Presidente da Fundação Roberto Marinho, membro do Conselho do <i>Comunidade Solidária</i> , ex-presidente do conselho consultivo do Meio Ambiente da Eletrobrás.
Jorge Wilhelm	Arquiteto.	Coordenador da Conferência da Habitação II, da ONU, ex-secretário de planejamento do Governo do Estado de São Paulo.
Luiz Carlos Mandelli.	Economista.	Consultor de empresas e presidente da Federação de Indústrias do Rio Grande do Sul.
Sergio Henrique Hudson Abranches	Sociólogo e cientista político	Consultor de empresas.

* (Constavam também como membros oficiais das reuniões ordinárias do CRE, Bresser-Pereira, Cláudia Costin (secretária executiva do MARE), Angela Santana (secretária da Reforma do Estado do MARE), Carlos Cesar Pimenta (secretário de Articulação Institucional do Ministério), Martus Tavares (secretário Executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento) e Silvano Gianni – subchefe executivo da Casa Civil/PR).

O CRE possuiu uma dinâmica de reuniões ordinárias mensais²⁶¹, entre janeiro de 1996 e setembro de 1997 (período catalogado pela edição nº 08 dos *Cadernos do MARE*). Nestes debates, com pauta diversa, porém sobre assuntos relacionados à reforma do Estado, o conselho decidiu acerca do aprofundamento dos temas específicos relativos à reforma administrativa em curso, elaborou recomendações a serem encaminhadas à Câmara da Reforma do Estado e a organização de estudos, produção de *papers* para publicação, organização de seminários e audiências públicas. Secretariada pela articulação institucional do MARE o conselho discutiu temas como a *Reforma Regulatória* preconizada naquele contexto pelo governo Cardoso: a revisão dos marcos regulatórios da relação Estado/ sociedade civil de forma, segundo o documento, a “afastar práticas clientelistas e corporativistas que caracterizam o controle

²⁶¹ Ao longo da pesquisa encontramos apenas duas atas de reuniões do CRE. A da 6ª reunião ordinária, realizada em 26/07/1996 e a da 20ª reunião ordinária, realizada em 24/10/1997.

burocrático”.²⁶² A “Crise e a Reforma do Poder Judiciário” onde, segundo o documento, teriam sido encontrados “distorções no poder Judiciário brasileiro”. “Agilizar e descongestionar a justiça brasileira” seriam os pontos chave da *Recomendação* de 20/09/1996 elaborada pelo CRE.²⁶³ O debate que versaria sobre a “desburocratização do Registro de comércio” no país também se inseriu na pauta do conselho. Especificamente neste ponto, fora abordada a “lentidão e o caráter burocrático do sistema fiscal do registro de comércio das empresas brasileiras”. Da mesma forma, os Fundos de Previdência Complementar das Empresas Estatais foram diagnosticados pelos conselheiros do CRE. O objetivo ali era *considerar a crise destes Fundos*, bem como elaborar sugestões para inserção destes na geração de poupança interna e investimentos a serem realizados na economia brasileira. A *Recomendação* de 21/07/1997 do CRE, neste sentido, observava:

“Os fundos fechados de previdência complementar das empresas estatais brasileiras apresentam uma insuficiência de capitalização estimada em mais de 20 bilhões de reais decorrente, entre outros fatores, da regulamentação e fiscalização deficientes de suas patrocinadoras, além das interferências indevidas na escolha da diretoria, o que muitas vezes leva a gestões pouco profissionais (...)”.

Considerando este diagnóstico, que constatava a má gestão dos fundos de pensão, a *recomendação* sugeria novas formas de cálculos atuariais para a gestão dos recursos, limites para o repasse das patrocinadoras e maior participação dos associados na gestão dos mesmos, em especial em caso de repartição dos prejuízos provocados por eventuais gestões malogradas dos fundos de pensão de

²⁶² “Temas abordados nas reuniões”. *Cadernos do MARE*. Volume 8. 1997. P.12. Percebe-se que “corrupção” e “clientelismo” eram dados quase que naturais do modelo burocrático de administração, tal qual entendido pelos próceres da Reforma.

²⁶³ Idem. As recomendações sobre as temáticas debatidas pelo CRE foram publicadas na íntegra nesta mesma edição dos *Cadernos do MARE*.

empresas estatais. Sintomático da responsabilização dos associados por eventuais equívocos, prejuízos e maior regulação da União acerca da previdência complementar dos funcionários das empresas estatais estão as sugestões:

“ (...) que a contribuição das patrocinadoras, não seja superior a dos associados; seja providenciada a divulgação imediata da situação econômica e financeira dos fundos de previdência complementar das estatais, e daí em diante estabelecer um sistema mensal de ampla divulgação; que a Secretaria de Previdência Complementar seja aparelhada e transformada em entidade em personalidade jurídica e agência executiva; e que seja elaborado projeto alterando a Lei nº 6435, visando especificamente:

- que o Estado seja responsável somente pela regulação e fiscalização dos fundos de previdência complementar das estatais e não pela sua gestão;
- que as patrocinadoras não sejam responsáveis em caso de quebra do fundo de previdência complementar, mas seus associados.
- que as competências dos órgãos ou entidades fiscalizadoras dos fundos de previdência complementar sejam mais bem definidas.”²⁶⁴

Além das temáticas acima mencionadas, pontos da agenda política brasileira como reforma política, reforma tributária, federalismo fiscal, ética no

²⁶⁴ A lei nº 6435/77 foi aprovada num contexto de fomento ao mercado de capitais pelo poder público. Seu objetivo era disciplinar os fundos de pensão enquanto entidades captadoras de poupança popular, estimulando seu crescimento de modo que pudessem canalizar investimentos para aplicação em Bolsas de Valores. A proposta do CRE indicava para a retirada das responsabilidades do Estado e das empresas patrocinadoras dos Fundos de pensão sobre eventuais quebras e prejuízos e subordinava-os às “fortunas” e “desfortunas” das próprias gestões destes fundos. Na prática, as direções destes fundos sofriam forte influência do Poder Executivo e no processo de privatização foram amplamente usados como garantidores dos Consórcios privados que adquiriram parcelas do Setor Produtivo Estatal. Lembremos da privatização das Teles em 1998. Para um bom apanhado da história da previdência complementar no Brasil ver: PAIXÃO, Leonardo A. *A previdência complementar fechada: uma visão geral*. Disponível em www.previdencia.gov.br.

serviço público, mudanças na lei de licitações (8666/93), direitos humanos e segurança pública também ganharam as sessões do CRE sem, no entanto, apresentarem documentos mais consistentes em relação ao posicionamento do Conselho.

3.2.2- Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (PDRE):

Publicado em novembro de 1995, este fora o principal documento produzido pela equipe técnica do MARE com o aval político da Câmara da Reforma do Estado (fórum institucional formado pelo titular do MARE, pelo titulares da Casa Civil, do Ministério do Trabalho, Planejamento e Orçamento, Fazenda e do Estado Maior das Forças Armadas²⁶⁵). O documento se constituía numa abrangente apresentação dos propósitos da reforma do Estado tal qual preconizada. “As Três formas de Administração Pública”, “Um breve histórico” das reformas administrativas realizadas no Brasil desde os anos 1930, o diagnóstico sobre a crise fiscal, o “inchaço” da máquina pública estatal, os “elevados” gastos com ativos e inativos e os desequilíbrios nas remunerações dos servidores são mostrados de forma didática para justificar o enxugamento da máquina pública.²⁶⁶ Os tipos de gestão, setores do Estado e formas de propriedade são descritos com minúcias de modo a justificar o caráter

²⁶⁵ À época da publicação do PDRE/MARE os titulares dos ministérios da Casa Civil, do Trabalho, da Fazenda, do Planejamento e do Estado Maior das Forças Armadas eram, respectivamente, Clóvis Carvalho, Paulo Paiva, Pedro Malan, José Serra e Gen. Benedito Onofre Bezerra Leonel. Tal câmara interministerial era parte integrante do Conselho Nacional de Desestatização formado no 1º semestre de 1995 e composto pelos ministros Pedro Malan (Fazenda), José Serra (Planejamento), Bresser-Pereira (Administração e Reforma do Estado) e por Edmar Bacha, então presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

²⁶⁶ Segundo dados do Ministério da Fazenda a relação entre despesas com funcionalismo e o PIB caiu de um patamar de 5,1% para 4,2%. Entre 1996 e 2002, no entanto, essa relação voltou a subir chegando, no último ano do 2º governo FHC, a 4,81% do Produto Interno Bruto. Ou seja, a tão propalada redução do gasto público com funcionalismo foi absolutamente tímida nos governos PSDB. Dados da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda. Ver: MELLO, Guilherme Santos. *Mitos Tucanos 4: Gastos com funcionalismo – uma comparação entre Lula e FHC*. s/d. Disponível em: <http://jornalggm.com.br/blog/luisnassif/mitos-tucanos-4-gastos-com-o-funcionalismo>.

“gerencial” e “social liberal” deste Estado “menor, mas eficiente”, nas palavras do ex-ministro titular do MARE. Como dissemos, o documento é amplo e versa sobre a dimensão institucional/legal da reforma, as emendas constitucionais necessárias para viabilizar o enxugamento e a reestruturação do Estado naqueles termos. Interessante notar que a Reforma da Previdência dos setores privado e público, a atuação de organizações sociais – entidades públicas não estatais-, a criação de indicadores de desempenho para o trabalho de servidores federais e a implementação de agências autônomas e de “um novo sistema de gestão pública (controle e informações gerenciais)”²⁶⁷ eram pontos centrais na proposta sistematizada pelo PDRE/MARE.

O aval político ao documento “técnico” apresentado é dado pelo próprio presidente da República – do alto de sua alta popularidade conquistada pelos efeitos da estabilização macroeconômica- logo na apresentação do PDRE. Afirmava FHC, “o grande desafio histórico que o País (sic) se dispõe a enfrentar é o de articular um novo modelo de desenvolvimento que possa trazer para o conjunto da sociedade brasileira a perspectiva de um futuro melhor. Um dos aspectos centrais desse esforço é o fortalecimento do Estado para que sejam eficazes sua ação reguladora, *no quadro de uma economia de mercado (...)*.”²⁶⁸

O PDRE/MARE é a expressão mais evidente (e institucional) do social liberalismo preconizado por Bresser-Pereira desde fins da década de 1980 (conforme apresentamos no primeiro capítulo desta tese). Diagnóstico e teorização se plasmavam agora na elaboração da política pública reformista (ou melhor, contrarreformista) sustentada por um viés privatista, *gerencialista* que, na prática, se traduziu, na restrição de direitos sociais e fortalecimento da lógica de regulação econômica via mercado. Na prática, a proposta *social liberal bressiana* não abria mão do Estado, mas entendia-o como elemento fundamental na coordenação de uma economia de mercado. Termos diversos para o modelo que entendemos como de *neoliberalismo de terceira via*.

²⁶⁷ PDRE- Câmara da Reforma do Estado. Novembro/1995. pp 3-67.

²⁶⁸ Fernando Henrique Cardoso. Apresentação PDRE. Novembro/1995. P.6.

Logo no parágrafo do texto que introduz o PRDE/MARE, Bresser apresenta de forma aparentemente paradoxal, mas explícita, sua concepção contratualista/ liberal de Estado. Ou seja, este último já visto como algo externo à sociedade civil e aos seus conflitos (a despeito de um suposto caráter indivisível entre Estado/sociedade):

“Estado e Sociedade formam, numa democracia, um todo indivisível: O Estado. Cujas competências e limites de atuação estão definidos precipuamente na Constituição, deriva seu poder de legislar e de tributar à população, da legitimidade que lhe outorga a cidadania, via processo eleitoral. A sociedade, por seu turno, manifesta seus anseios e demandas por canais formais ou informais de contacto (sic) com as autoridades constituídas. É pelo diálogo democrático entre Estado e a sociedade que se definem as prioridades a que o Governo deve se ater-se para a construção de um país mais próspero e justo.”²⁶⁹

Nunca é demais ressaltar que a concepção de democracia de Bresser, deita suas raízes na ideia de democracia estritamente institucional. Ou seja, procedimentos e uma práxis democrática garantida apenas no estrito plano das instituições: voto, plebiscitos, referendos, etc. Muito embora, não haja referências explícitas a plebiscitos e referendos como instrumentos políticos previstos no PRDE/MARE. A lógica é, sobretudo, gerencial. A expressão *Gestão Pública* atravessa boa parte das sessenta e sete páginas do documento. A retórica do ex-ministro é absolutamente despolitizadora em relação ao Estado e ao aparelho de Estado. Pairam os pressupostos básicos da administração empresarial privada deslocados agora para o seio do aparelho do Estado. No léxico do ex-ministro, para a *Administração Pública*.

Para tal, segundo Bresser Pereira, a *Administração pública* poderia ser tipificada em três formas: A *administração pública patrimonialista*, a *burocrática* e a *gerencial*, esta última, como já mencionado, postulada pelas

²⁶⁹ PRDE/MARE. 1995. P.9

formulações do então titular do MARE. Evidenciando claramente o seu viés de análise liberal e weberiano, para Bresser, no patrimonialismo:

“o aparelho de Estado funciona como uma extensão do poder do soberano... os cargos são considerados prebendas. A *res publica*, não é diferenciada da *res principis*. Em consequência, a corrupção e o nepotismo são inerentes a este tipo de administração. No momento em que o capitalismo e a democracia se tornam dominantes, o mercado e a sociedade civil passam a se distinguir do Estado. Neste novo momento histórico, a administração patrimonialista torna-se excrescência inaceitável”²⁷⁰.

Há uma evidente imprecisão do cientista social Bresser-Pereira quando se refere à *corrupção* na *Administração Pública Patrimonialista*. Diga-se de passagem, a própria noção de *público patrimonialista* na argumentação do ex-ministro é contraditória, no sentido que o exemplo resgatado pelo autor é pré-liberal. Faz referência às formas estatais da Europa Moderna que, no que tange a sua construção política institucional, não são regidas sob a égide do liberalismo. Portanto, não há também *corrupção* da forma como entendemos hoje. A separação entre público e privado não é, conceitualmente e por natureza no Estado Moderno, clara nesta forma de organização estatal. Anacronismo, sem dúvida, percebido por Bresser, mas justificado naquele documento (PRDE/MARE) por se tratar de um documento amplo e voltado para um público abrangente no debate acerca dos termos da (contra) reforma proposta pela equipe tucana do então ministro.

Na segunda tipificação weberiana do então ministro surge a chamada *Administração Pública Burocrática* atribuída ao Estado Liberal, desde seu surgimento no século XIX. Princípios orientadores desta racionalidade legal burocrática seriam, cita textualmente Bresser: “a profissionalização [dos servidores do Estado], a ideia de carreira, hierarquia funcional, impessoalidade e formalismo”.²⁷¹ Nesta lógica de Estado/ dominação burocrática legal, de acordo com o então ministro, haveria uma distorção de suas funções na medida em que

²⁷⁰ Idem. P. 15.

²⁷¹ Idem. 1995. P. 15.

“a garantia do poder do Estado se transformaria na própria razão de ser do funcionário [público]. Em consequência, o Estado volta-se para si mesmo, perdendo a sua noção de missão básica, que é servir a sociedade”.²⁷²

Subjaz a esta lógica a ideia de sociedade civil/cidadão/ cliente do Estado. Este a partir disso é obrigado a prestar *serviços essenciais* à sociedade civil. Nota-se que direitos são transformados em serviços. A retórica *bressiana* expressa mais do que uma simples necessidade de se “reformular” ou “modernizar” as estruturas administrativas do aparelho do Estado. Uma determinada visão despolitizada de Estado sustenta teórica e ideologicamente a reforma do MARE. Situa-se aí, o mote para a construção da lógica *gerencialista* que orienta o PDRE/MARE e toda a formulação anterior do ministro Bresser-Pereira. *Social liberalismo, institucionalismo* e pressupostos da administração empresarial se atrelam para construir o receituário (contra) reformador, minimizador da atuação do “Setor Público Estatal”. Emerge deste argumento a *Administração Pública Gerencial* que, segundo Bresser, a partir de meados do século XX, surgiria como “resposta, de um lado, à expansão das funções econômicas e sociais do Estado e, de outro, do desenvolvimento tecnológico e à globalização da economia mundial, uma vez que ambos deixaram à mostra os problemas associados ao modelo anterior”.²⁷³ A visão fatalista, típica de intelectuais que aderiram à modernidade neoliberal da última década do século XX, vem à tona, bem como o *paradoxo ortodoxo* dos monetaristas que pregam minimização do Estado no que tange a garantia de direitos básicos à população. A despeito de não ser um monetarista, Bresser plasma seu discurso e sua prática política à ambiência liberal conservadora que forja o modelo econômico do período Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). A proposta de modernização *gerencial* do Estado não pode ser vista de forma fragmentada, ou seja, desvincilhada do modelo societário proposto pelos ideólogos do globalitarismo financeiro rentista, tônica da economia política do neoliberalismo como vimos anteriormente.

²⁷² Idem *ibidem*.

²⁷³ Idem. P.16

Neste sentido, para Bresser-Pereira:

“A administração pública gerencial constitui um avanço e até certo ponto um rompimento com a administração pública burocrática. Isto não significa, entretanto, que negue todos os seus princípios. Pelo contrário, a administração pública gerencial está apoiada na anterior, da qual conserva, embora flexibilizando, alguns de seus princípios fundamentais, como a admissão segundo rígidos critérios de **mérito**, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático. A diferença fundamental está na forma de controle, que deixa de se basear nos processos **para concentrar-se nos resultados**, e não na rigorosa profissionalização da administração pública, que continua um princípio fundamental”.²⁷⁴

Meritocracia e “ideologia de gestão de resultados”²⁷⁵ fazem parte necessariamente do eixo dorsal da proposta gerencialista do PSDB. Mais adiante, no texto do PDRE/MARE, Bresser-Pereira é didático no que tange às estratégias adotadas pela *Administração Pública Gerencial*, que, segundo ele mesmo, inspira-se na administração de empresas, mas não pode ser confundida com esta última (?):

“Na administração pública gerencial a estratégia volta-se (1) para a definição precisa dos objetivos que o administrador público deverá atingir em sua unidade, (2) para garantia de autonomia do administrador na gestão de recursos humanos, materiais e financeiros que lhe forem colocados à disposição para que possa atingir os objetivos **contratados** e, (3) para controle e cobrança *a posteriori* dos resultados. Adicionalmente, pratica-se a competição administrada no interior do próprio Estado, quando há a possibilidade de estabelecer a concorrência entre as unidades

²⁷⁴ *Idem ibidem.* (grifo nosso)

²⁷⁵ A expressão “ideologia de gestão de resultados” foi utilizada, *à posteriori*, pelo então ministro do Planejamento Guilherme Dias no 2ª governo Cardoso em Seminário sobre o Balanço da Reforma do Estado no Brasil: A Nova Gestão Pública, realizado em Brasília – 06-08 de outubro de 2002. Ver *Balanço da Reforma do Estado no Brasil: A nova gestão pública*. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Dezembro de 2002. Neste Seminário Bresser Pereira o artigo “Uma Resposta Estratégica aos Desafios do Capitalismo Global e da Democracia”.

internas. No plano da estrutura organizacional, a descentralização e a redução dos níveis hierárquicos tornam-se essenciais. Em suma, afirma-se que a administração pública deve ser permeável à maior participação dos **agentes privados e/ou das organizações da sociedade civil** e deslocar a ênfase dos procedimentos (meios) para os resultados (fins)”²⁷⁶.

O paroxismo do *realismo administrativo burocrático gerencial* é o binômio cidadão/ cliente que se expressava nas palavras do então titular do MARE a partir do seguinte forma:

“O paradigma gerencial contemporâneo, fundamentado nos princípios da confiança e da descentralização da decisão, exige formas flexíveis de gestão, horizontalização de estruturas, descentralização de funções, incentivos à criatividade. Contrapõe-se à ideologia do formalismo e do rigor técnico da burocracia tradicional. À avaliação sistemática, à recompensa pelo desempenho, e à capacitação permanente, que já eram características da boa administração burocrática, acrescentam-se aos **princípios da orientação para o cidadão-cliente**, do controle por resultados e da competição administrada”²⁷⁷.

Além disso, na superficial historicização feita pelo ex-ministro nas primeiras páginas do PRDE/MARE se buscava um itinerário das reformas administrativas executadas no Brasil desde a década de 1930. Um histórico breve e bastante seletivo executado por Bresser no documento serviria como elemento justificador dos termos gerenciais em voga no plano diretor proposto. Retoma Bresser, o caráter “imperativo” da reforma do aparelho de Estado no Brasil:

“A reforma do aparelho de Estado tornou-se imperativa nos anos 90 por uma segunda razão [a primeira, na parte inicial do texto, o então ministro faz referência à incapacidade do Estado em implementar políticas públicas e ineficiência administrativa (sic)]. Não apenas ela se constituiu a uma crise generalizada do Estado,

²⁷⁶ PDRE/MARE. 1995. P. 16. (grifo nosso).

²⁷⁷ Idem. 1995. P. 17 (grifo nosso)

mas também sendo caracterizada como uma forma de defender o Estado enquanto *res publica*, enquanto a coisa pública, enquanto patrimônio que, sendo público, é de todos para todos”.²⁷⁸

Numa sumária historicização sobre as reformas administrativas implementadas no Brasil, ao longo do século XX, a primeira a ser mencionada no documento do MARE foi a reforma implementada pelo (DASP) Departamento Administrativo do Serviço Público²⁷⁹ do Estado Novo Vargasista (1937-1945). A reforma empreendida por Maurício Nabuco e Simões Lopes a frente daquele departamento tinha como objetivo promover um processo de racionalização da burocracia estatal. A reforma proposta, segundo a análise feita por Bresser-Pereira, “sofrera em seus primórdios influência direta da teoria da administração científica de Taylor, tendendo à racionalização mediante simplificação, padronização e aquisição racional de materiais, revisão de estruturas e aplicação de métodos na definição de procedimentos”.²⁸⁰ Embora reconheça muitos dos avanços promovidos pela reforma dirigida pelo DASP, em fins da década de 1930, Bresser reconhece limites nos resultados alcançados pela modernização burocrática: “No que diz respeito à administração dos recursos humanos, o DASP representou a tentativa de formação de uma burocracia nos moldes weberianos, baseada no mérito profissional. Entretanto embora tenha instituído o concurso público, não se chegou a adotar uma política consistente de recursos humanos que respondesse às necessidades do Estado. O patrimonialismo mantinha sua força no quadro político brasileiro. O coronelismo dava lugar ao clientelismo e ao fisiologismo”.²⁸¹

²⁷⁸ PDRE/MARE. 1995. P.14.

²⁷⁹ “Órgão previsto pela Constituição de 1937 e criado em 30 de julho de 1938, diretamente subordinado à Presidência da República, com o objetivo de aprofundar a reforma administrativa destinada a organizar e a racionalizar o serviço público no país, iniciada anos antes por Getúlio Vargas”. Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/DASP>. Consultado em 17/03/2015.

²⁸⁰ PDRE/MARE. 1995. P. 18

²⁸¹ Idem. P 19

A fragilidade analítica de *weberianos gerencialistas* como Bresser-Pereira parece esquecer o jogo de forças entre frações de classe na condução, ocupação ou coalização política dentro da ossatura material do Estado. Se a reforma política do Estado se resumisse ao problema de gestão da “máquina pública”, a tônica argumentativa da equipe do MARE se justificaria, na direção da construção daquilo o Plano Diretor da Reforma do Estado chamava de um Estado mais enxuto, mas eficiente.

Nos termos propostos por Bresser e por sua equipe, a história das reformas administrativas, ao longo da segunda metade do século XX, caminhariam em direção à desburocratização e à descentralização. A política, entendida como construção de consensos e dissensos é sempre vista como um entrave à racionalidade da burocracia do Estado. Modernização pelo alto e via decretos é a tônica de reformas como a proposta pelo governo Juscelino Kubitschek (1956-1960). A criação de comissões especiais no Governo JK, que tinham como objetivo a realização de estudos para simplificação dos processos administrativos e reformas ministeriais, buscariam agilizar a ação do poder Executivo orientado pelo amplo Plano de Metas proposto naquele contexto. Na prática, o que não é mencionado por Bresser, mas é digno de nota, é que a criação de comissões especiais nos anos 50 atendia ao processo de *tecnocratização* que atinge seu ponto alto na ambiência social e política autoritária promovida pela ditadura civil militar do pós 1964.

Neste sentido, é vital para se compreender esta desburocratização autoritária que, para Bresser, era vista como o caminho rumo à *Administração Gerencial* o Decreto Lei-200 implementado no país em 1967.²⁸² Para a equipe do MARE a reforma operada pelo referido decreto era “um marco na tentativa de superação da rigidez burocrática, podendo ser considerada como um primeiro

²⁸² O Decreto-Lei 200 é visto pela literatura especializada da área de administração pública como o instrumento normativo jurídico que estabelece a chamada “administração para o desenvolvimento”, lógica coadunada à ampla intervenção do Estado na economia prevista no 1º e 2º Plano Nacional de Desenvolvimento da Ditadura Militar. Para detalhes desse debate específico na área ver: MARCELINO, Gileno. O Estado no Brasil e as reformas administrativas planejadas. *Revista de Administração*. São Paulo 23 (4):9-15, outubro/ dezembro 1988. O autor citado era na data de publicação do artigo Secretário Geral da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República do Governo Sarney.

momento da administração gerencial no Brasil”.²⁸³ “Mediante o decreto-lei, realizou-se (sic) a transferência de atividades para autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de se obter maior dinamismo operacional por meio da descentralização funcional.”²⁸⁴ A remissão às reformas administrativas executadas por um regime discricionário e surgido após um golpe de Estado, que rompe a legalidade institucional do período entre 1946 e 1964, não parece constranger a equipe do então ministro, na formulação das bases e objetivos do que viria a ser a reforma social liberal modernizadora do 1º governo do PSDB.

Não há nada o que se esconder em relação às intenções e ao projeto *gerencialista/ social liberal* da equipe do MARE em relação ao desmonte efetivo do aparelho de Estado. A Constituição de 1988 é apontada como o documento que encetaria um *retocesso burocrático* dos *avanços gerenciais* promovidos pelo Decreto-Lei 200. A *transição democrática*, a despeito de ser vista como positiva, “tivera um de seus custos mais surpreendentes o loteamento dos cargos públicos da administração indireta e das delegacias dos ministérios nos Estados para os políticos dos partidos vitoriosos”, segundo o PDRE/MARE.²⁸⁵

Mais relevante do que a des/burocratização do Estado no pós-ditadura é notar a correlação de forças entre as frações de classe que se apoderam, no período, do Estado brasileiro e constroem as condições políticas que acabam por consolidar a frágil institucionalidade que emerge naquele contexto. Patrimonialismo e relações fisiológicas, ao contrário do que afirma a equipe do MARE no PDRE, não são problemas que surgem com o “aumento do tamanho do Estado” no imediato pós-ditadura, mas elementos presentes de forma contínua na realidade brasileira, como parte intrínseca da expressão da dominação de classe no Brasil. No plano estrito do jogo partidário o PMDB era majoritário no país e dava continuidade, ainda em fins da década de 1980, ao

²⁸³ PDRE/MARE. P. 19.

²⁸⁴ *Idem Ibidem.*

²⁸⁵ PDRE/MARE. P. 20. (grifo nosso)

Plano Nacional de Desburocratização (PrND) criado em 1979. Defendia-se ali um “processo de ‘reestruturação do setor público’ destinado a dinamizar e simplificar o funcionamento da Administração Pública Federal”.²⁸⁶ Os esforços do PrND seriam posteriormente incorporados ao Programa Nacional de Desestatização, iniciado na década de 1990, no governo Collor de Mello.

Na prática, para Bresser-Pereira e sua equipe, a Constituição de 1988 trouxe ao Brasil, “um retrocesso burocrático sem precedentes. Sem que houvesse um debate público, o Congresso Constituinte promoveu um surpreendente engessamento do aparelho Estatal, ao estender para os serviços do Estado e para as próprias empresas estatais praticamente as mesmas regras burocráticas rígidas adotadas no núcleo estratégico do Estado”.²⁸⁷ No fragmento a seguir o documento é ainda mais assertivo no que tange ao que entendia como *engessamento* ou *reburocratização* do aparelho de Estado:

“A nova Constituição determinou a perda da autonomia do poder Executivo para tratar da estruturação dos órgãos públicos, instituiu a obrigatoriedade do Regime Jurídico Único para todos os servidores da União, Estados-membros e dos Municípios (...) Geraram-se dois resultados: de um lado, o abandono do caminho rumo à administração gerencial e a reafirmação dos ideais da administração burocrática clássica ; de outro, dada a ingerência patrimonialista no processo a instituição de uma série de privilégios, que não se coadunam com a própria administração pública burocrática. Como exemplos temos a estabilidade rígida para todos os servidores civis, diretamente relacionada à generalização do regime estatutário na administração direta, nas fundações e autarquias, **a aposentadoria com proventos integrais sem correlação com o tempo de serviço** ou com a contribuição do servidor.”²⁸⁸

²⁸⁶ PICCOLLO, M. *Op. Cit.* 184.

²⁸⁷ PDRE/MARE. P.21

²⁸⁸ Idem. P. 22 (grifo nosso). É irônico e, ao mesmo tempo trágico, notar que a reforma no regime de previdência dos servidores civis da União apresentada por Bresser no PDRE/MARE (p. 52) em 1995 foi aprovada em 2003, no início dos governos Lula (2003-2010). Talvez isso seja um indício de que o *social liberalismo bressiano* dos anos 1990 tenha se transformado no *novo desenvolvimentismo* convergente de PT e aliados “neófitos” como Bresser-Pereira. Sobre este último “pacto” de classes que viabilizou eleitoralmente os governos Lula e Dilma Rousseff vide o epílogo desta tese de doutorado.

É fácil perceber que o paradigma de administração pública defendido pela equipe do MARE ressignifica direitos e os transforma em *privilégios* de servidores públicos que visavam apenas garantir aposentadorias integrais depois de décadas de contribuição. As distorções existentes em cargos e/ou carreiras de servidores civis são traduzidas como regra de uma gestão pública burocrática, ineficiente e por natureza patrimonialista. O diagnóstico dá conta de um Estado que cresceu demais e precisa ser enxugado em nome da eficiência ao cidadão/cliente. Em nossa interpretação a reforma proposta pelo MARE, além do seu evidente viés privatista é profundamente autoritária, na medida em que fragiliza, na prática, o serviço público, a carreira do servidor e a capacidade do Estado em garantir direitos fundamentais à sociedade civil. O aparelho de Estado, a despeito do argumento dos *weberianos gerencialistas*, é capturado por interesses privados mais imediatos. Um *setor público não estatal*, visto como panaceia para a resolutiva das incapacidades do Estado em servir à população, mostrar-se-ia um engodo que, no plano da política social promoveria uma verdadeira *onguização* ou *refilantropização* da política pública social no Brasil.²⁸⁹ O binômio privatismo/autoritarismo caminham juntos no modelo *gerencialista* proposto pelos dois governos tucanos.

A prova definitiva que desmonta o argumento central da proposta de reforma do Estado preconizada pela equipe do MARE, ironicamente, faz parte do eixo primacial do que é apresentado para a sociedade civil. A retórica *gerencialista* (esvaziadora por excelência dos elementos políticos inerentes à disputa e controle do aparelho de Estado) do governo *tucano* cai por terra quando Bresser e sua equipe ministerial apresentam os diagnósticos do *problema*, as *dimensões para analisar melhor o problema*, os *setores do Estado* e os *objetivos gerais* da reforma do aparelho do Estado, tal qual pensada pelos seus executores.

²⁸⁹ O neologismo refere-se à atuação das ONG e a projetos como o *Comunidade Solidária* que eximiriam o Estado de atuar em áreas como saúde, educação e assistência social. A literatura marxista é ampla sobre o tema, em especial o trabalho da historiadora Virginia Fontes em *Reflexões Im-pertinentes: História e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro. Bom texto. 2005.

a) As proposições do PDRE/MARE para o servidor público federal civil.

Em suma, Bresser e sua equipe ministerial concluem que a Carta Constitucional de 1988, na prática, trouxe um inequívoco retrocesso burocrático. A máquina pública haveria passado por um processo de “encarecimento significativo, tanto no que se refere a gastos com pessoal como bens e serviços, e um enorme aumento da ineficiência dos serviços públicos”.²⁹⁰

Para ilustrar o argumento o PDRE/MARE traria duas tabelas que comprovariam empiricamente o encarecimento da máquina pública, que seria observado na relação inversamente proporcional entre o quantitativo nominal de servidores entre 1988 e 1995 (até março) e o percentual do PIB no que diz respeito ao gasto com servidores da União, Estado e Município:

²⁹⁰ PDRE/MARE. P. 22

Tabela 1: Evolução do número de servidores do Poder Executivo.²⁹¹

ANO	CIVIS ESTATUTÁRIOS	TOTAL
1988	705.548	1.442.657
1989	712.740	1.488.608
1990	628.305	1.338.155
1991	598.375	1.266.495
1992	620.870	1.284.474
1993	592.898	1.258.181
1994	587.202	1.197.460
1995	580.035	

²⁹¹ Extraído de PDRE/MARE. P. 24. Faz referencia ao quantitativo nominal de servidores civis da Administração Direta, Autarquia e Fundações. Não inclui os militares. Inclui também servidores de empresas públicas e as sociedades de economia mista. Os dados de 1995 foram contabilizados até março daquele ano, não expondo no documento original o quantitativo total.

Tabela 2: Evolução dos Gastos da União e dos Estados e Municípios (em % do PIB): ²⁹²

Média anual	União	Estados e Municípios
1970/1979	3,41	3,87
1980/87	2,89	4,18
1988/1994	3,17	6,53

A partir da apresentação dos dados acima, a equipe do MARE, em seu plano diretor, lança mão algumas de perguntas básicas que servem para ilustrar de forma didática a intenção dos elaboradores da proposta:

“O diagnóstico da administração pública brasileira envolve a resposta a algumas perguntas básicas:

- (1) O Estado deve permanecer realizando as mesmas atividades? Algumas delas podem ser eliminadas? Ou devem ser transferidas da União para os Estados e Municípios? Ou ainda, devem ser transferidas para o setor público não estatal? Ou então para o setor privado?
- (2) Por outro lado, dadas as novas funções, antes reguladores que executores, deve o Estado criar novas instituições?

²⁹² Extraído de PDRE/MARE. P.24.

- (3) Para exercer as suas funções o Estado necessita do contingente de funcionários existentes? A qualidade e a motivação dos servidores são satisfatórias? Dispõe-se de uma política de recursos humanos adequada?
- (4) As organizações públicas operam com qualidade e eficiência? Seus serviços estão voltados prioritariamente para o atendimento do cidadão, entendido como um cliente, ou estão mais orientadas para o simples controle do próprio Estado?”²⁹³

As questões expostas a partir da demonstração das tabelas já, invariavelmente, denotam a intenção da equipe do MARE. Na apressada análise feita pelos propositores dos termos da Reforma do aparelho de Estado, já é digno de nota associar de forma genérica o aumento do gasto público com a folha de pagamento dos servidores civis. Evidencia-se na tabela 2 que entre 1970 e 1994, na média anual, houve uma ligeira diminuição percentual do governo federal com o custeio de servidores, enquanto houve sensível acréscimo no custeio de Estados e Municípios com seus servidores civis. Os dados da tabela 2 mostram certa incongruência comparativa com os apresentados na tabela 1, na medida em que a primeira tabela informa apenas o quantitativo de servidores da União, número esse em relativo decréscimo, cerca de 16,9%. Além disso, o período em comparação nas duas tabelas é diferente o que não permite uma análise mais precisa sobre a relação evolução/involução do número de servidores do gasto percentual dos entes federativos percentual ao PIB.

Certamente não foi por falta de competência técnica da equipe ministerial, as falhas observadas nos dados comparativos expostos acima. A necessidade de mostrar estatisticamente o encarecimento da máquina pública, quase negligencia o fato de que a Constituição de 1988 estabeleceu como atribuição dos estados e municípios a execução direta das políticas públicas, mas em contrapartida concentrou a estrutura de arrecadação fiscal pela União. Institucionalmente, tal fato se constituía num avanço na relação entre os entes federativos, à medida que a “tradição municipalista brasileira” permitia o mau uso de recursos do

²⁹³ PDRE/MARE. P. 24

erário e a formação de grupos dirigentes locais que estabeleciam demasiado controle sobre tais recursos. Controle este, que se traduzia na prática em influência política e localismos de poder à semelhança do que acontecia no Brasil da 1ª República. Vejamos a literalidade das palavras da equipe executora da reforma do Estado:

“Visando a maior racionalização no uso dos recursos, a Constituição de 1988 assegurou como princípio administrativo a descentralização da execução de serviços sociais e de infraestrutura, bem como dos recursos orçamentários para os estados e municípios. Consequentemente, estes últimos aumentaram sua participação na repartição da carga tributária. Entretanto, os avanços no sentido de conceder maior autonomia e execução dos serviços e de favorecer as unidades subnacionais caminham lentamente, menos por uma definição legal do problema e mais pela crença arraigada na cultura política brasileira de que cabe à União promover diretamente o desenvolvimento social do país. Esta crença está em profunda contradição com a tradição municipalista brasileira que vem do período colonial, e aos poucos vem sendo abandonada, à medida que os municípios, melhor dotados de recursos financeiros, vêm assumindo crescentes responsabilidades na área social”.²⁹⁴

O artigo 159 da Constituição Federal (CF) estabelece que parte expressiva da receita fiscal recolhida pela União deva obrigatoriamente ser repassada para os demais entes federados (Estados e municípios), através da Secretaria do Tesouro Nacional. Esse repasse se dá pelo Fundo de Participação dos Municípios e dos estados (FPM e FPE, respectivamente). Esse arranjo institucional é denominado pela equipe elaboradora do PDRE/MARE de “modelo burocrático tradicional”, “privilegiado pela Constituição de 1988, baseado no formalismo, no excesso de normas e na rigidez de procedimentos. A pretexto de garantir a impessoalidade, dificulta-se a transparência administrativa, inibindo-se deste modo o controle social. A excessiva regulamentação é

²⁹⁴ PDRE/MARE. P.26. O artigo 159 da Constituição Federal (CF) estabelece que parte expressiva da receita fiscal recolhida pela União deva obrigatoriamente ser repassada para os demais entes federados (estados e municípios)

expressão da ênfase nas normas e processos, e ocorre em detrimento dos resultados”.²⁹⁵ Nota-se que o *gerencialismo* da equipe ministerial, à luz dos pressupostos da “eficiência da gestão empresarial” lança assertivas críticas ao que qualifica como excesso de controle e garantias estabelecidas pela administração pública. O alvo ali era, de fato, o servidor público e o Regime Jurídico Único (RJU) consagrado aos servidores, em todos os níveis, pela Carta Constitucional de 1988. O que era deveras seria um avanço, era interpretado pelo *gerencialismo bressiano* como um engessamento da máquina pública. Criava-se, na lógica do documento, óbices para a cobrança por trabalho *eficiente* de servidores que, sob a égide da estabilidade do emprego, lançariam mão de práticas corporativas em detrimento da qualidade do serviço prestado ao *cidadão/cliente*:

“A transformação do concurso público-cuja exigência generalizada na administração pública representou um grande avanço na Constituição de 1988 em espécie de tabu dificulta as transferências de funcionários entre cargos de natureza semelhante. Por outro lado, as exigências excessivas de controles nos processos de compra e detalhismos dos orçamentos são exemplos desta perspectiva burocrática implantada na lei brasileira, que dificultam de forma extraordinária o bom funcionamento da administração pública”.²⁹⁶

Quanto à “gestão de recursos humanos” no serviço público, contra o RJU e a favor da *flexibilização* de formas de contratação, o PDRE é ainda mais enfático ao grifar:

“Enumeram-se alguns equívocos da Constituição de 1988 no campo da administração de recursos humanos. Por meio da institucionalização do Regime Jurídico Único, deu início ao

²⁹⁵ *Idem Ibidem.*

²⁹⁶ PDRE/MARE. Pp. 26-27

processo de uniformização do tratamento de todos os servidores da administração direta e indireta. Limitou-se o ingresso ao concurso público, sendo que também poderiam ser utilizadas outras formas de seleção que, tornariam mais flexível o recrutamento de pessoal sem permitir a volta do clientelismo patrimonialista (por exemplo, o processo seletivo para funcionários celetistas, que não façam das carreiras exclusivas do Estado (...)) Além disso, a extensão do regime estatutário para todos os servidores civis encareceu enormemente os custos da máquina administrativa, mas também levou muitos funcionários a não valorizarem seus cargos – na medida em que a distinção entre a eficiência e a ineficiência perdem a relevância (...).²⁹⁷

O raciocínio para os *gerencialistas bressianos* é cartesiano. Ou seja, se há estabilidade do servidor público há também o engessamento operacional burocrático pelo Estado. O que fora pensado como direito ao servidor (isonomia na forma de acesso aos quadros do serviço público, estabilidade como forma de blindá-lo de ingerências políticas e estruturação de uma carreira) é entendido pela equipe do MARE como formas de exaltação do modelo burocrático primado pela legalidade constitucional de 1988; “contribuíram para restringir a capacidade operacional do governo, ao dificultar a adoção de mecanismos de gestão de recursos humanos que sejam baseados na valorização pelo efetivo desempenho profissional”.²⁹⁸ Tal visão representava o embrião das propostas de bonificação por mérito individual tão propaladas por administrações do PSDB, em diversos níveis e hoje paradigmática para boa parte dos *gestores públicos* em atividade.²⁹⁹

Ademais, o debate sobre os recursos humanos no setor público estava indissociavelmente ligado ao diagnóstico da “crise fiscal” do Estado. Interpretação guia da equipe econômica dos dois governos FHC e dos membros

²⁹⁷ PDRE/MARE. P. 27 (grifo nosso)

²⁹⁸ PDRE/MARE. P. 30.

²⁹⁹ A título de exemplo temos o sistema de bonificação por resultados para os servidores públicos do Estado de São Paulo, estabelecido na década de 1990 e em vigor até os dias de hoje.

do MARE para justificar a reforma do aparelho de Estado, as mudanças de marco regulatório e atuação do Setor produtivo Estatal e as privatizações executadas entre 1995 e 1998 (não apenas).³⁰⁰ Neste contexto, relacionar em dados empíricos à *crise fiscal* com os gastos com pessoal (ativo e inativo) da União faz-se mister para justificar a proposta, também esboçada no PDRE/MARE de uma reforma da previdência do setor público.

³⁰⁰ Ao ser indagado pelo autor desta tese se a sua proposta de reforma do aparelho do Estado possuía alguma relação com o modelo macroeconômico da época, Bresser-Pereira foi categórico: “Muito pouco. Os ortodoxos predominantes na equipe econômica do governo Fernando Henrique Cardoso só se interessaram pela reforma gerencial do Estado quando esta podia ser percebida como algo que contribuiria para a redução do déficit fiscal”. *Depois do Ajuste o Crescimento? Mas que Crescimento?* Bresser-Pereira em aula inaugural na Faculdade de Economia da UFF. 07/05/2015. O ex-ministro parece ter feito jus à constatação de que a memória individual deve ser sempre compreendida como resgate subjetivo de uma dada realidade do passado e se distingue da História, à medida que esta última se constitui sempre numa operação intelectual, crítica e que exigirá do historiador distanciamento, problematização e reflexão.

A conclusão de Kocher em sua tese de doutoramento é bastante didática acerca da relação entre a lógica financeira que sustentou desde 1993 *Plano Real* e a privatizações propostas pelo governo Cardoso: “Este oferece ao capital taxas de juros compensadoras (eliminando a alternativa de financeirização dos preços, através da sua constante elevação) simultaneamente a uma forma funcional à formação de um mercado apto para a ocorrência de novos investimentos: a privatização de empresas estatais serviços públicos realizados pelo Estado. Estas duas formas conjugadas de política pública compõem o novo quadro de valorização por fora do capital produtivo que iniciaram o novo patamar de sobredeterminação financeira sem a ocorrência de inflação dos preços. Espera-se, mais uma vez, que esta nova contextualização de fuga para cima seja suficiente para entabular mais um ciclo de crescimento econômico”. KOCHER. B. *Op. Cit.* P. 298. (Grifo do autor).

Tabela 3: Participação dos Gastos com pessoal em Receita disponível:**

MÉDIA 82-84	38,4%
MÉDIA 85-87	40,6%
MÉDIA 88-89	50,9%
1990	60,1%
1991	57,9%
1992	57,2%
1993	60,4%
1994	56,1%
1995	60,4%

(Fonte: Execução. Fin. Tesouro Nacional – Extraído de PDRE/MARE. 1995:31)

Tabela 4: Despesa com Pessoal da União (bilhões de reais de abril/95)

	<i>Média 91/93</i>		<i>1994</i>		<i>1995*</i>		<i>1996**</i>	
	<i>R\$</i>	<i>%</i>	<i>R\$</i>	<i>%</i>	<i>R\$</i>	<i>%</i>	<i>R\$</i>	<i>%</i>
ATIVOS	14,1	69,6	18,1	64,0	22,2	63,4	24,2	59,8
INATIVOS/ PENS.	6,2	30,4	10,2	36,0	12,8	36,6	16,3	40,2
TOTAL	20,3	100,0	28,3	100,0	35,0	100,0	40,5	100,0

(**) Receita tributária bruta (-) incentivos fiscais (-) transferências legais e constitucionais.

(Fonte: Ministério do Planejamento – Extraído de PDRE/MARE. 1995:31)

(*) Estimativa.

(**) Previsão.

Os dados expostos de forma bastante elucidativa pelo Plano Diretor buscariam justificar os esforços da reforma no sentido de estabelecer mudanças no que tange ao regime de previdência do setor público. “Injusto”, segundo o documento, se comparado ao regime de previdência dos trabalhadores do setor privado. As informações mostradas pela tabela 3 mostram o aumento do gasto da União com servidores, tomando como parâmetro a receita disponível pelo Tesouro Nacional. Os números da tabela seguinte são ainda mais taxativos para justificar a preocupação com a situação fiscal exarada pelos gerencialistas do MARE. O aumento observado e as estimativas de crescimento de gastos com servidores inativos alimenta a preocupação com a situação fiscal da União. A partir de pressupostos condizentes com os da equipe econômica do 1º governo FHC, afirmava-se que a reforma tem como objetivo primacial “aprimorar a eficiência do gasto do Estado, estabelecendo parâmetros de modernização da máquina pública”³⁰¹. Neste sentido, era premente a preocupação com a questão da previdência do setor público:

“Podemos observar claramente uma evolução proporcionalmente maior dos gastos com inativos que com ativos, fruto do crescimento do número de aposentados nos últimos anos (entre início de 1991 e junho de 1995, da ordem de aproximadamente 110.000 pessoas), que não foi acompanhado pela contratação de novos ativos, e do pagamento de proventos, em média, 8,3% superiores ao valor do último salário do funcionário (para quem se aposenta após cumprir tempo integral de serviço) (...)

Do ponto de vista fiscal, a situação ficará insustentável: a união terá de incorrer em déficits crescentes, ou comprimir mais ainda mais os gastos como salários dos servidores em atividade e as

³⁰¹ PDRE/MARE. P. 32.

despesas com consumo e investimento para pagar aposentadorias. Portanto, a reforma do sistema previdenciário do setor público é um passo fundamental e imprescindível para o equacionamento da crise fiscal e a própria reforma do Estado.”³⁰²

A retórica em prol de uma urgente reforma da previdência do setor público ganharia contornos de maior “dramaticidade” para os elaboradores do PDRE/MARE ao argumentarem acerca das disparidades entre as contribuições previdenciárias dos trabalhadores do setor privado e do setor público, bem como as discrepâncias entre os benefícios percebidos pelo trabalhador aposentado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e os inativos civis do Poder Executivo. A ideia era “nivelar por baixo”, justificando a retórica de que o trabalhador do setor público era constituído de *privilégios* quanto aos demais. O *privatismo*, o *burocratismo* e o desmonte de direitos previdenciários dão o tom da análise exposta pelo gerencialistas do MARE:

“Enquanto no INSS o trabalhador recebe uma aposentadoria, em média, de 1,7 salários mínimos, sendo que 73% dos beneficiados recebem proventos na faixa de um salário mínimo e 90% na faixa de até cinco salários mínimos, os inativos civis do Poder Executivo recebem em média 15 salários mínimos, do Legislativo 36 salários mínimos e do Judiciário 38 salários mínimos. No INSS, os trabalhadores mais pobres se aposentam, por idade, aos 62 anos; no serviço público, aqueles que cumprem integralmente o tempo de serviço deixam de trabalhar em média aos 56 anos (sem consideramos os professores, que se aposentam mais cedo e certamente contribuiriam para reduzir esta média; os professores universitários, por exemplo, aposentam-se com frequência antes dos 50 anos e, em média, aos 53 anos (...).

³⁰² PDRE/MARE. p. 32. É válido grifar que, apesar das diversas tentativas de tramitação da reforma da previdência do setor público nos dois governos FHC, tal mudança só foi definitivamente regulamentada em 2012, no 1º governo Dilma Rousseff (2010-2014) como o estabelecimento da previdência complementar do servidor público federal do poder Executivo (FUNPRESP). Decreto nº 7.808 de 20 de setembro de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7808.htm.

Além de o sistema [previdência dos servidores públicos] ser injusto, cerca de 85% de seu financiamento recai sobre o Tesouro, dado o fato de só recentemente os servidores passaram a contribuir para a sua aposentadoria. No INSS, para cada R\$ 1 arrecadado, é gasto aproximadamente R\$ 1,9 com benefícios; no setor público, para cada R\$ 1 arrecadado, gasta-se R\$ 4,6 com benefícios.”³⁰³

A tabela exposta com destaque na página trinta e dois do Plano Diretor destaca as “distorções” que, segundo os autores do documento, estão presentes na comparação entre os valores dos benefícios recebidos pelo aposentado da União e pelo beneficiário do INSS. A remuneração média do servidor público seria mais de oito vezes maior do que do seu correspondente na “Previdência Social”:

Tabela 5: Comparação entre os segurados do INSS e da União (valores anuais).

	<i>Receitas</i> (R\$)	<i>Despesas</i>	<i>Segurados</i>	<i>Beneficiários</i>	<i>Contribuição Média</i> (R\$)	<i>Benefício Médio</i> (R\$)
<i>União</i>	3,3 B	12,8 B	910.000	760.000	3626	16842
<i>INSS</i>	32,5 B	32,6 B	30 M	15,6 M	1082	2088
<i>União/INSS</i>	10,2%	39,3%	3,0%	4,9%	3,4 vezes	8,1 vezes

(Extraído de PDRE/MARE. 1995:33)

³⁰³ PDRE/MARE. P. 34.

Observações: M= milhões de pessoas. B= Bilhões de reais. As hipóteses adotadas segundo os autores do PDRE/MARE para elaboração dos dados foram: Receita da União: 1,665 B de contribuição de funcionários, correspondente a 7,5 % de uma folha de ativos (os outros 4% que integram a alíquota média de contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor de 11,5% foram reservados para a despesa de saúde) de 22,2 B, mais a mesma quantia da União.

Contribuição Média= Receita/Segurados.

Benefício Médio= Despesa/ Beneficiários.

Da mesma forma, no que diz respeito a uma política de recursos humanos, o PDRE/MARE apresentava seu evidente viés privatista e restritivo quanto aos direitos do servidor consagrados pela Constituição de 1988. Era flagrante, na visão dos elaboradores do documento “a inexistência tanto de uma política de remuneração adequada (dada a restrição fiscal do Estado), como de uma estrutura de cargos e salários compatível com as funções exercidas, e a rigidez excessiva do processo de contratação e demissão do servidor (agravada a partir da criação do RJU), tidas como marcantes do mercado de trabalho do setor público, terminam por inibir o desenvolvimento de uma administração pública moderna, com ênfase nos aspectos gerenciais e na busca de resultados”.³⁰⁴ O vaticínio era evidente no sentido de que o problema da ineficiência da máquina administrativa se explicaria pelos fatores inibidores da eficiência do trabalho individual do servidor. Ao reduzir a relação servidor/execução de políticas públicas e atendimento ao cidadão a um problema de gestão, a equipe do MARE, tendo a frente Bresser Pereira, buscava adequar o trabalho do servidor público aos pressupostos da administração empresarial privada. O zênite desta lógica estava na comparação salarial entre os ganhos no setor privado e público, reproduzida abaixo:

³⁰⁴ PDRE/MARE. p. 36.

Tabela 6: Salários Médios. Setor Público e Privado (em reais – maio de 1995)

	<i>SAL. MÉDIO</i> <i>S. PRIVADO</i>	<i>SAL. MÉDIO</i> <i>S. PÚBLICO</i>	<i>DIFERENÇA</i> <i>PÚBL./ PRIV.</i>
CARGOS EXECUTIVOS	7.080	6.069	-14%
CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR.	1899	1.814	- 5%
CARGOS DE NÍVEL TECNICO/ MEDIO	926	899	- 3%
CARGOS OPERACIONAIS	437	635	45%

(Extraído de PDRE/MARE. 1995:36. Os dados dos servidores públicos foram retirados do SIAPE (hoje SIGEPE) e no caso dos trabalhadores das empresas privadas foi, segundo a equipe elaboradora PDRE/MARE, utilizada a pesquisa de cargos e salários da Coopers & Lybrand-publicação especializada em estudos sobre remuneração de trabalhadores da iniciativa privada.)

O objetivo dos dados mostrados na tabela imediatamente acima era o de evidenciar o “a crença generalizada no país”, segundo o texto do PDRE/MARE, de que a remuneração dos servidores públicos é baixa. Segundo os parâmetros apresentados não apenas a remuneração do servidor público possui pequenas variações se comparado com o equivalente na iniciativa privada, como os menos qualificados, ou seja, aqueles que ocupam funções operacionais, via de regra, em atividades que não são as finalísticas dos órgãos públicos. Neste sentido, a terceirização desses últimos viria como uma solução lógica para redução de custos para o Estado e para atrair para a carreira pública efetiva profissionais mais qualificados. Não por acaso, “terceirização” é um dos motes da reforma gerencial do Aparelho do Estado.

Além da dimensão institucional legal e das “motivações fiscais” apresentadas acima a fim de justificar o *gerencialismo* da Reforma do Estado, o PDRE/MARE também é muito didático ao evidenciar os pressupostos da administração empresarial. Tornava-se premente a superação, segundo o documento de uma “cultura burocrática existente no país, intensamente em evitar as práticas clientelistas e patrimonialistas”³⁰⁵. Neste sentido, “buscar as práticas da ‘boa gestão’” (administrativa empresarial) era o *leit motiv* das ideias *bressianas* aplicadas às mudanças na carreira, estabilidade e desempenho de servidores federais civis:

“A boa gestão é aquela que define objetivos com clareza, recruta os melhores elementos através de concursos e processos seletivos públicos, treina permanentemente os funcionários desenvolve sistemas de motivação não apenas de caráter material, mas também de caráter psicossocial, dá autonomia aos executores e, afinal, cobra os resultados. Nada disso existe na administração pública federal”.³⁰⁶

Desta forma, a superação do que chamava de “modelo burocrático administrativo” rumo aos “princípios da administração pública gerencial” passava pela compreensão de que era necessário a criação de mecanismos auto-reguladores dessa burocracia pública e capazes de incrementar inovações como a promoção por mérito e instrumentos de avaliação por desempenho do servidor para além daqueles consagrados pela “administração pública burocrática (aqui, a equipe do MARE refere-se aos cargos em comissão de Natureza Especial e DAS – Direção e Assessoramento superiores, amplamente usados na máquina pública e também suscetível ao uso político/eleitoral).

³⁰⁵ PDRE/MARE. P. 37. Não há no documento nenhuma teorização de fundo sobre o termo “cultura” reproduzido em vários momentos do texto no que tange à análise de problemas relacionados ao aparelho de Estado. A noção de *cultura* está associada à ideia de mentalidade ou conjunto de hábitos arraigados.

³⁰⁶ PDRE/MARE. P. 38

“Torna-se assim, essencial repensar o sistema de motivação dos servidores públicos brasileiros. Não há dúvida que a motivação positiva fundamental é aquela relacionada com o sentido da missão do servidor. Para o servidor público é mais fácil definir esse sentido do que para o empregado privado, já que a atividade do Estado está diretamente voltada ao interesse público, enquanto que a atividade privada só o está indiretamente, através do controle do mercado. Entretanto, em momentos de crise e de transição como o que vivemos, o papel do Estado e do servidor público ficam confusos. A ideia burocrática de um Estado voltado para si mesmo está claramente superada, mas não foi possível ainda implementar na administração pública brasileira uma cultura de atendimento ao cidadão cliente.”

Além da “motivação positiva” produtivista e eficientista da proposta do MARE, é interessante grifar o eufemismo utilizado pelo PDRE para justificar a necessidade de “motivação negativa” por parte do servidor público. Há uma espécie de tentativa de se coadunar os pressupostos de uma burocracia weberiana clássica³⁰⁷ como princípios da administração pública gerencial trazidos por Bresser e equipe a partir da experiência de décadas na Escola de Administração Pública da FGV/SP:

“(…) É essencial contar-se com uma motivação negativa, possibilitada através da demissão por insuficiência de desempenho. Embora secundária em relação às motivações positivas, não há dúvida que sem ela será muito difícil, senão impossível, levar o funcionário comum a valorizar seu emprego (...) para uma reforma consistente do aparelho de Estado necessita-se hoje, mais do que um mero rearranjo de estruturas. A superação de formas tradicionais de ação estatal implica descentralizar e redesenhar estruturas, dotando-as de inteligência e flexibilidade, e, sobretudo,

³⁰⁷ Referimo-nos ao clássico de Max Weber, *O que é Burocracia?* Em português, versão editada pelo Conselho Federal de Administração disponível em http://www.cfa.org.br/servicos/publicacoes/o-que-e-a-burocracia/livro_burocracia_diagramacao_final.pdf.

desenvolver modelos gerenciais para o setor público capazes de gerar resultados.”³⁰⁸

Mudanças constitucionais e infra-constitucionais eram elementos fundantes da proposta gerencialista de Bresser e do MARE para o aparelho do Estado. No entanto, ao contrário do que o ex-ministro traduz nos dias atuais ao falar dos termos da reforma propostos (numa tentativa clara de restringir sua atuação ao mero nível da mudança de “modelos de gestão pública”), o *nec plus ultra* da Reforma do Estado estava ainda por vir. Tratava-se da análise do aparelho de Estado propriamente dito e suas formas de propriedade. Aí se situa o mote da proposta de Bresser e demais “tucanos”, na medida em que se aproxima do viés privatista que sustentava todo o modelo macroeconômico em voga na segunda metade dos anos 1990.

b) O Aparelho de Estado e suas formas de propriedade:

Neste item do documento, a proposta *gerencialista* do MARE ganha contornos muito nítidos e propositivos. A equipe ministerial ultrapassa definitivamente a dimensão do mero diagnóstico acerca da crise do Estado, ou do aparelho de Estado, e apresenta em contornos bastante sistemáticos as transformações sugeridas para as “formas de propriedade do Estado”. Apareceria pela primeira vez a ideia de “propriedade pública não estatal” compartilhada por Bresser e cientistas políticos como a chilena Nuria Cunill Grau, já citada. O PDRE/MARE é muito didático ao apresentar de forma sumária e direta os setores do Estado, formas de propriedade e objetivos da reforma. A opção pela construção de um modelo construído de forma hipotético-dedutiva é mostrada pelos elaboradores do documento que, não se furtam em afirmar as “possíveis desvantagens da imperfeição intrínseca dos modelos, que sempre representam uma simplificação da realidade.”³⁰⁹ A tipificação ideal weberiana percorre, em

³⁰⁸ PDRE/MARE. P 40.

³⁰⁹ PDRE/MARE. P. 40.

boa medida, o modelo proposto pelo PDRE/MARE, bem como a ideia de Estado que, como já vimos, se assenta na noção *jus naturalista*. O Estado entendido como algo extrínseco à sociedade civil. Noção muito cara aos pressupostos da ciência político institucionalista presentes no documento:

“O Estado é a organização burocrática que possui poder de legislar e tributar sobre a população de um determinado território. O Estado é, portanto, a única estrutura organizacional que possui poder extroverso, ou seja, o poder de constituir unilateralmente obrigações para terceiros, com extravasamento dos seus próprios limites.”³¹⁰

O Estado visto como algo externo à sociedade civil e vazio quanto à presença de disputas políticas inerente à dinâmica dos conflitos das frações de classe que ocupam o aparelho de Estado. O neutralismo burocrático estatal estava presente na forma como a equipe elaboradora do documento distingue os setores que comporiam o aparelho do Estado:

I- Núcleo Estratégico: que corresponderia ao governo, em sentido lato. É o setor que define as leis e as políticas públicas e cobra seu cumprimento. É, portanto, o setor onde as decisões estratégicas são tomadas. Corresponde aos poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público e, no poder Executivo, ao presidente da República, Ministros, auxiliares e assessores diretos, responsáveis pelo planejamento e formulação de políticas públicas.

II- Atividades Exclusivas: É o setor em que são prestados serviços que só o Estado pode realizar. São serviços em que se exerce o poder extroverso do Estado – o poder de regulamentar, fiscalizar, fomentar (...)

III- Serviços não exclusivos: Corresponde ao setor onde o Estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não estatais e privadas. As instituições desse setor não possuem o poder de Estado. Este, entretanto, está presente porque os serviços envolvem direitos humanos fundamentais como os da educação e

³¹⁰ PDRE/MARE. P. 41.

saúde, ou porque possuem “economias externas” relevantes, à medida que produzem ganhos que não podem ser apropriados por esses serviços através do mercado. As economias produzidas imediatamente se espalham para o resto da sociedade, não podendo ser transformadas em lucros. São exemplos deste setor: as universidades, os hospitais, os centros de pesquisa e museus.

IV –Produção de Bens e Serviços para o Mercado: Corresponde à área de atuação de empresas. É caracterizado pelas atividades econômicas voltadas para o lucro que ainda permanecem no aparelho de Estado como, por exemplo, as do setor de infraestrutura. Estão no Estado seja porque faltou capital ao setor privado para realizar o investimento, seja porque são atividades naturalmente monopolistas, nas quais o controle via mercado não é possível, tornando-se necessário no caso de privatização, a regulamentação rígida.”³¹¹

E, no que tange às formas de propriedade possíveis para o aparelho de Estado, percebidas pela equipe autora do PDRE/MARE, a “novidade” surgida é a categoria de “público não estatal” (o tão propalado ‘Terceiro setor’). Um dos pilares da reforma proposta, possível através de mecanismos de *publicização* de atividades outrora realizadas pelo Estado, mas que não são exclusivas deste. Desta forma, além da já consagrada dualidade “propriedade estatal” X “propriedade privada”, observaríamos uma síntese entre esses dois tipos opostos. Capaz, segundo o ex-ministro e assessores de garantir maior eficiência “dos serviços prestados a milhares senão milhões de pessoas”. Como um dos pilares do “modelo gerencial” proposto, a publicização (uma espécie de privatização *branca*) de atividades não exclusivas do Estado figuraria dentro dos objetivos estratégicos do PDRE/MARE. Para Bresser-Pereira, a “propriedade pública não estatal torna mais fácil e direto o controle social, através da participação nos conselhos de administração dos diversos segmentos envolvido, ao mesmo tempo em que favorece a parceria entre sociedade e Estado”.³¹²

³¹¹ PDRE/MARE. Pp.41-42.

³¹² PDRE/MARE. P.43.

No que diz respeito aos objetivos gerais e específicos da reforma, o Plano buscava um distanciamento, ainda que muito mais retórico do que prático daquilo que qualificava como “o irrealismo da proposta neoliberal do Estado Mínimo”. Salta aos olhos o “social liberalismo” e o “pragmatismo” *bressiano*. Sutilmente a proposta de diminuição da atuação do Estado se traduz, no léxico do documento do MARE em “reconstrução do Estado, de forma que ele não apenas garanta a propriedade e os contratos, mas também exerça seu papel complementar ao mercado na coordenação da economia e na busca da redução das desigualdades sociais.” Prosseguia na sua “profissão de fé”: “Reformar o Estado significa melhorar não apenas a organização e o pessoal do Estado, mas também suas finanças e todo o seu sistema institucional-legal, de forma a permitir que o mesmo tenha uma relação harmoniosa e positiva com a sociedade civil.”³¹³

O problema do Estado estava assentado na crise fiscal e se constituía num problema de “gestão”, segundo a lógica gerencial de Bresser e sua equipe. Desta forma, reformar o aparelho do Estado significava garantir maior governança para este Estado, maior condição de implementar leis e políticas públicas. Sumariamente, nas tabelas abaixo os objetivos gerais e específicos da reforma gerencial proposta pelo MARE:

³¹³ PDRE/MARE. P. 44.

Tabela 7: Objetivos Globais da Reforma do Estado³¹⁴

Objetivos Globais	Objetivos p/ o Núcleo Estratégico	Objetivos para as Atividades Exclusivas	Objetivos para os serviços não exclusivos	Objetivos para a Produção para o Mercado.
Aumentar a governança do Estado, sua capacidade administrativa, efetividade e eficiência. Serviços voltados ao atendimento do cidadão.	Aumentar a efetividade do núcleo estratégico.	Transformar as autarquias e fundações que possuem poder de Estado em agências autônomas, administradas segundo um contrato de gestão, devendo atingir os objetivos qualitativos e quantitativos (indicadores de desempenho) previamente acordados.	Transferir para o setor público não estatal estes serviços, através de um programa de publicização (nos mesmos moldes do programa de desestatização), transformando as fundações públicas em organizações sociais, ou seja, em entidades de direito privado, sem fins lucrativos, que tenham autorização específica do poder legislativo para celebrar contratos de gestão com o poder executivo e assim ter direito a dotação orçamentária.	Dar continuidade ao processo de privatização através do Conselho de Desestatização.









³¹⁴ Elaboração própria a partir das informações extraídas do PDRE/MARE.

<p>Limitar as funções do Estado àquelas funções que lhe são próprias, reservando, em princípio, os serviços não exclusivos para a propriedade pública não estatal e a produção de bens e serviços para o mercado da iniciativa privada.</p>	<p>Modernizar a administração burocrática através de uma política de profissionalização do serviço público. Uma política de carreiras, de concursos públicos anuais, educação continuada para o servidor, efetiva administração salarial e introdução de uma cultura gerencial baseada na avaliação por desempenho.</p>	<p>Fortalecer práticas de adoção de mecanismos que privilegiem a participação popular tanto na formulação, quanto na avaliação de políticas públicas, tendo como objetivo o controle social das mesmas.</p>	<p>Lograr uma maior autonomia e uma consequente maior responsabilidade para os dirigentes desses serviços.</p>	<p>Reorganizar e fortalecer os órgãos de regulação dos monopólios naturais que forem privatizados.</p>
<p>Transferir da União para os Estados e Municípios as ações de caráter local.</p>	<p>Dotar o núcleo estratégico de capacidade gerencial para definir e supervisionar os contratos de gestão com as agências autônomas, responsáveis pelas atividades exclusivas do Estado, e como as Organizações Sociais, responsáveis pelos serviços não exclusivos do Estado.</p>	<p>Lograr adicionalmente um controle social direto desses serviços por parte da sociedade através de seus conselhos de administração. Mais amplamente, fortalecer práticas de adoção de mecanismos que privilegiem a participação da sociedade civil, tanto na formulação, quanto na avaliação do desempenho da organização social, viabilizando o controle social.</p>		

<p>Transferir parcialmente da União para os estados as ações de caráter regional (isso não é especificado pelo texto do documento), de forma a permitir uma maior parceria entre os estados e a União.</p>	<p>Lograr uma parceria maior entre o Estado, que continuará financiando a instituição, a própria organização social e a sociedade a que serve e que deverá também participar minoritariamente de seu financiamento via compra de serviços e doações.</p>	<p>Implantar contratos de gestão nas empresas que não puderem ser privatizadas.</p>
	<p>Aumentar, assim, sua eficiência e a qualidade dos serviços, atendendo melhor o cidadão-cliente a um custo menor.</p>	

A atuação dos setores *estatal*, *público não estatal* e *privado* ficaram muito bem ilustradas, segunda a tabela a seguir:

Tabela 8:

	Estatal Privada	Público Não estatal	Burocrática	Gerencial
NÚCLEO ESTRATÉGICO: Legislativo, Judiciário, Presidência, Cúpula dos Ministérios, Ministério Público.				
ATIVIDADES EXCLUSIVAS: Regulamentação, Fiscalização, Fomento, Segurança Pública, Seguridade Social Básica.				
SERVIÇOS NÃO EXCLUSIVOS: Universidades Hospitais, Centros de Pesquisa, Museus.		<u>Publicização</u> →		
PRODUÇÃO PARA O MERCADO: Empresas Estatais.				
		<u>Privatização</u> →		

(Extraído de PDRE/MARE. 48).

A equipe elaboradora do PDRE carecia agora de instrumentos que tornassem possível as mudanças institucionais propostas. É o que seria chamada de *Estratégia de Transição*. Tal estratégia abarcaria três dimensões fundamentais: a dimensão institucional legal, a cultural e a “busca pelo aperfeiçoamento da administração pública burocrática” com a inclusão de

métodos de gestão da “administração gerencial” e mudanças em estruturas organizacionais e métodos de gestão.³¹⁵ Quanto à dimensão cultural e da gestão esta abarcaria, segundo a proposta gerencialista do documento, a introdução de métodos de gestão que visassem garantir “maior qualidade” ao serviço público: Uma mudança para uma cultura gerencial que teria como objetivo “dar um voto de confiança provisório aos administradores e a controlar *a posteriori* os resultados.”³¹⁶ A mentalidade e o léxico empresarial que impregnariam a narrativa do documento. Não há uma discussão específica sobre o que qualifica de “cultura de cooperação gerencial”. Fica muito mais evidente a premissa tecnoburocrática/ gerencial/empresarial de observar o serviço público como algo “naturalmente” burocratizado e fadado a práticas patrimonialistas. Não havendo nada de ingênuo na proposta do MARE, os objetivos pareciam muito claros: modernização de gestão era sinônimo de redução do que qualificava como “controles burocráticos”, busca por uma maior flexibilização nas relações de trabalho no executivo de modo a buscar a suposta maior eficiência. E “agilidade no que diz respeito ao funcionamento da máquina pública”. Esta última, para todos os efeitos, significava afrouxar regras de contratação, compra e gastos da máquina pública, de modo a garantir o ambiente propício aos investimentos privados. O Estado não deveria, nos termos do PDRE/MARE “evoluir de um papel executor para um papel de promotor do desenvolvimento econômico e social”.³¹⁷ Em linhas bastante gerais, um “mix” de economia de livre mercado com economia de mercado coordenada pelo Estado. Sutilezas terminológicas à parte, o cerne do documento estava absolutamente alinhado ao esforço de síntese entre propostas alternativas, característica sempre presente no realismo pragmático de Bresser-Pereira.

Entretanto, um desafio se colocava ao 1º governo FHC em geral e ao MARE, em particular. Como construir todo um arcabouço jurídico normativo

³¹⁵ PDRE/MARE. P. 48.

³¹⁶ *Idem*.

³¹⁷ PRDE/MARE. P. 49

constitucional e infraconstitucional para que as mudanças institucionais propostas fossem levadas adiantes? Neste momento, entraria em cena o Bresser formulador não apenas dos termos, mas de toda a articulação política necessária junto ao Congresso Nacional para tornar viável o modelo (contra) reformista em jogo:

“Para a operacionalização das mudanças pretendidas será necessário o aperfeiçoamento do sistema jurídico-legal, notadamente de ordem constitucional, de maneira a remover os constrangimentos existentes que impedem a adoção de uma administração ágil e com maior grau de autonomia, capaz de enfrentar os desafios do Estado moderno. Neste sentido, a reforma contempla a proposição de emendas constitucionais. Algumas reformas, como a de ordem econômica, já aprovada pelo Congresso, e a reforma tributária, no momento em discussão, estão no âmbito mais amplo da reforma do Estado. A reforma da previdência é tanto uma reforma do Estado em geral quanto uma reforma do aparelho do Estado, quando trata dos sistemas de aposentadorias e pensões dos servidores públicos (...). Esta emenda reveste-se de enorme importância para o país, dado o caráter explosivo do aumento das despesas do Estado.”³¹⁸

Sigamos agora, numa análise pormenorizada das emendas constitucionais propostas pelo PDRE/MARE. Constituir-se-iam duas propostas de Emenda Constitucional (PEC's) apresentadas pelo Executivo ao Congresso Nacional: Duas emendas da “reforma administrativa” e a emenda da previdência do setor público. Não complementares, mas paralelas no que diz respeito à facilitação ao ajuste fiscal da União, Estados e municípios onde, segundo o PDRE/MARE haveria “excesso de quadros”.

³¹⁸ PDRE/MARE. P 49. Não se constitui escopo desta tese nos aprofundarmos no debate sobre as reformas mencionadas aqui pelo PDRE, mas como o documento reservou boa parte de suas páginas para sistematizar os termos de uma Proposta de Emenda Constitucional para a Reforma da Previdência do Setor público cabe-nos grifar a forma como isso é abordado pela equipe do MARE. No que diz respeito à Reforma tributária este debate ainda caminha muito lentamente no Congresso Nacional. Vale mencionar aqui o caráter regressivo da estrutura tributária brasileira que recai, sobretudo, ao consumo, penalizando as camadas mais empobrecidas da sociedade. Na década de noventa e hoje este é o ponto mais sensível no debate sobre distribuição de renda no país. Para detalhes sobre a regressividade da carga tributária brasileira ver: KHAIR, A. *Regressividade do Sistema Tributário Brasileiro*. s/d. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/akhair190308.pdf>.

a) As Emendas da Administração pública³¹⁹:

Tabela 9:

Primeira Emenda	Segunda Emenda
------------------------	-----------------------

³¹⁹ Extraído de PDRE/MARE. Pp. 50-52.

- **O fim da obrigatoriedade do regime jurídico único, permitindo-se a volta da contratação de servidores celetistas.**
- **Exigência de processo seletivo público para a admissão de celetistas e manutenção de concursos públicos para a admissão de servidores estatutários.**
- **Flexibilização da estabilidade dos servidores estatutários, permitindo-se a demissão, além de por falta grave, também por insuficiência de desempenho e excesso de quadros.**
- **Possibilidade de se colocar servidores em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço como alternativa à exoneração por excessos de quadros.**
- **Permissão de contratação de estrangeiros para o serviço público, sempre através de concurso ou processo seletivo público, desde que a lei especificamente autorize.**
- **Limitação rígida da remuneração dos servidores públicos e membros dos poderes, inclusive vantagens pessoais, à remuneração do Presidente da República.**
- **Limitação rígida dos proventos da aposentadoria e das pensões ao valor equivalente percebido na ativa.**
- **Facilidade de transferência de pessoal e de encargos entre pessoas políticas da Federação, a União, e os Estados membros, o distrito federal e os Municípios, mediante assinatura de convênios.**
- **Eliminação da isonomia como direito subjetivo, embora mantenha, implicitamente, o princípio que é básico para qualquer boa administração.**
- **Estabelecimento de um tratamento equilibrado entre os três poderes nas prerrogativas relativas à organização administrativa.**
- **A fixação de vencimentos dos servidores dos três poderes, excluídos os titulares de poder, através de projeto de lei.**

b) A Emenda da Previdência:

A emenda da previdência apresentada por Bresser-Pereira no PDRE/MARE apresentava as propostas já observadas anteriormente em relação às mudanças nas aposentadorias do setor público (especialmente no que tange aos servidores do Executivo). Colocava-se com o objetivo primacial de “terminar com a aposentadoria integral e com as aposentadorias precoces, que tornam o sistema previdenciário público brasileiro um sistema de privilégios”. Condicionando a aposentadoria do servidor apenas ao critério da idade alcançada e extinguindo os benefícios por tempo de serviço, a emenda proposta pela reforma gerencial do Estado representava um acintoso ataque aos direitos previdenciários dos servidores públicos. Tomando como regra geral, distorções pontuais nos ganhos de servidores aposentados e estabelecendo comparações com o teto do Regime Geral de Previdência (RGPS) -INSS-, onde os benefícios eram substancialmente inferiores aos estabelecidos no serviço público, o *social liberalismo* do PDRE/MARE esboçava para a constituição de um realidade na qual o servidor aposentado deveria buscar formas de complementação de sua aposentadoria, na medida em que o novo teto previdenciário senão igual, estaria em patamares semelhantes ao RGPS. Por motivos óbvios, o plano, nem a emenda constitucional proposta, não detalhavam do novo sistema previdenciário público a ser desenhado, mas ele apontava para um tempo maior de contribuição, além de cálculos atuariais que elevariam a contribuição do servidor ainda na ativa, provocaria a diminuição relativa dos benefícios a serem pagos na ocasião da inatividade e, ainda, a incipiente ideia de “empurrar” o servidor público para regimes complementares de previdência . Tínhamos ali o embrião do que viria a ser o “fator previdenciário” (reduzidor na relação contribuição/aposentadoria aplicado os trabalhadores sob RGPS) estabelecido no país pela lei nº 9876 de 20/11/1999: ³²⁰

³²⁰ A título simplesmente de nota e comparação histórica, a reforma da previdência nos governos FHC se constitui numa verdadeira obra inacabada, à medida que muitos tópicos propostos pela Emenda Constitucional não foram regulamentados no governo *tucano*. Apenas em 2003 e em 2012/13, em meio aos governos *social desenvolvimentistas* (?) do Partido dos Trabalhadores, é que a liquidação de direitos previdenciários se deu sem maiores constrangimentos tanto para os trabalhadores da iniciativa privada, quanto para os servidores públicos federais. Estes últimos

“A ideia geral é a de se exigir uma contribuição que seja, atuarialmente, compatível com uma aposentadoria é a de se exigir uma contribuição que seja, atuarialmente, compatível com uma aposentadoria de 75 a 80% do salário médio recebido nos últimos 36 meses anteriores à passagem para a inatividade, dado o rendimento médio esperado para as contribuições dos servidores. Não será necessário, porém- e provavelmente não será conveniente – criar um sistema de capitalização, já que o Estado é um mau gestor desse tipo de fundo. O sistema de aposentadoria pública, embora baseado em um cálculo de rendimentos de um fundo virtual, deverá continuar a ser um sistema de repartição e não de capitalização. Em princípio deverá ser comum para os detentores de cargos e empregos.”³²¹

De fato, a aprovação das emendas constitucionais propostas conduziria à necessidade de todo um arcabouço jurídico normativo complementar e regulamentador das mudanças propugnadas. É o que o PDRE/MARE chamaria de uma legislação infraconstitucional para pormenorizar as inovações gerenciais garantidas, a partir das alterações constitucionais. Assim, essa legislação ordinária teria como objetivos.

foram submetidos à criação do regime de previdência complementar e com a Fundação da Previdência complementar do Servidor público Federal do executivo- FUNPRESP-EXE-, estabelecidos, respectivamente, pela lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012 e pelo decreto Nº 7.808, de 20/09/2012. Vejamos o que dizia a bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara Federal em 1999: *"Pelo que propõe e pelo que deixa de propor, a única utilidade da reforma é "asfaltar" o caminho por onde os grandes grupos econômicos seguirão para explorar comercialmente esse inesgotável filão e fonte de lucro que são os serviços previdenciários. E, para que esse setor possa apropriar-se do enorme potencial de lucro, impõe-se a redução dos benefícios da previdência social pública, a retirada de direitos pela desconstitucionalização e a ausência do Estado numa de suas funções mais essenciais: assegurar ao trabalhador condições dignas de sobrevivência, ao final de uma longa vida de trabalho, ou nas situações de infortúnio ou incapacidade de manter a sua capacidade laboral. Trata-se, sem dúvida, de um novo pacto social, mas um pacto social excludente, e como tal cabe discutir se o poder constituinte derivado, eleito para fazer as leis, pode romper o pacto firmado pela Carta de 1988, ou se isso é prerrogativa de uma Assembleia Nacional Constituinte. Cada voto dado em prejuízo dos direitos inscritos na Constituição aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte é, portanto, um voto contra a cidadania, e também um voto contra o Estado de Direito, pois ofende cláusulas pétreas insuscetíveis de emenda pelo poder derivado"* apud "Breves comentários sobre a extinção do fator previdenciário" *Revista âmbito Jurídico*. Disponível em <http://www.ambito-juridico.com.br/pdfsGerados/artigos/1216.pdf>. Será o "social desenvolvimentismo" petista dos dias atuais uma revisitado do "social liberalismo" *bressiano* da década de 1990?

³²¹ PDRE/MARE. P. 53.

LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL:

TABELA 10:

OBJETIVOS	Definição do processo específico de demissão por insuficiência por desempenho. Definição de indenização no caso de demissão por insuficiência de desempenho e no desligamento por excesso de quadros, prevendo-se maior indenização no segundo caso. Definição de carreiras exclusivas de Estado (que não devem ser confundidas como atividades exclusivas de Estado, embora haja uma relação estreita entre os dois conceitos) constituídas por funcionários que exercem o poder de Estado; seus membros não poderão ser exonerados por excesso de quadros; Definição na mesma lei complementar dos critérios gerais de exoneração por excesso de quadros. Definição de Regras do processo seletivo público. Definição do novo sistema de previdência dos funcionários, que será garantido pelo Estado, baseado em aposentadoria por idade e em proventos proporcionais à contribuição ou ao tempo trabalhado para o Estado. Definição do sistema de saúde dos servidores. Revisão do Estatuto Jurídico dos servidores civis. Definição da lei geral sobre o sistema remuneratório da União, com vistas a aumentar a transparência da remuneração e conferir efetividade aos tetos de retribuição. Elaboração de leis prevendo a desburocratização e a desregulamentação dos serviços públicos. Revisão da lei da previdência pública, incluindo os detentores de cargos e empregos.
------------------	--

A partir de todo esse corolário apresentado o MARE apresentaria no Congresso Nacional, no segundo semestre de 1995, a proposta de Emenda Constitucional nº 173.³²² As duas emendas da administração, conforme apresentado no texto original do PDRE/MARE, foram transformadas num só texto. Três anos após o início da tramitação, a PEC fora aprovada como Emenda

³²² Numa busca pelos arquivos digitalizados da Câmara Federal e do Senado observamos que a referida proposta de emenda figura como PEC 173 na primeira e como PEC nº 41/1997, no segundo. Ambos aprovados em 1998. Na Câmara o então relator fora o deputado Moreira Franco (PMDB-RJ).

Constitucional nº 19 de 04 de junho de 1998, que versava exclusivamente sobre os termos da “administração pública gerencial” almejado pela coalização no poder no Brasil, entre 1995 e 2002. (O texto integra atualizado desta Emenda Constitucional encontra-se nos anexos desta tese).

Importante observar agora o esforço que a equipe do MARE, em especial do titular da pasta, em justificar no Congresso Nacional e na sociedade civil o receituário *gerencialista* da proposta de (contra) reforma. Atentemos para as estratégias utilizadas pela aquela agência do Estado Brasileiro para capilarizar, na sociedade civil e entre os agentes de poder no aparelho de Estado os termos da (contra) reforma. Desde a exposição de motivos apresentada no Senado, passando pela publicação periódica organizada pelo MARE, a partir de 1997 (os *Cadernos do MARE*) até os diversos artigos de autoria do titular do ministério, publicados na grande imprensa brasileira. Na hipótese apresentada nesta pesquisa consideremos a imprensa como *locus*, por excelência da produção de consensos e da tão proclamada “agenda pública” no país. A “opinião pública não existe”³²³ afirmou certa vez o sociólogo francês, Pierre Bourdieu. Tomando de empréstimo essa afirmação, exporemos no quarto capítulo desta tese a forma como setores expressivos da grande imprensa brasileira (jornalistas e veículos de comunicação) foram generosos como Bresser-Pereira e sua proposta *gerencialista* de reforma do aparelho de Estado. Além disso, o *Seminário sobre a Reforma do Estado na América Latina e Caribe*, realizado em 1999 pelo MARE mostraria a disposição de Bresser e seus colaboradores em buscar a legitimidade de suas propostas no “êxito” de reformas gerenciais adotadas em outras partes do mundo.

³²³ Bourdieu, neste breve artigo expõe sua contundente crítica ao pretensão objetivismo das pesquisas de opinião pública. Partindo desse pressuposto, consideremos também o pretensão objetivismo não ideológico do ex-ministro Bresser na defesa de sua reforma gerencial. BOURDIEU, P. *A Opinião Pública não Existe*. Comunicação feita em Noroit (Arras) em janeiro de 1972 e publicada em *Les Temps Modernes*, 318, janeiro de 1973. Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/50619/mod_resource/content/1/A_Opini%C3%A3o_P%C3%BAblica_N%C3%A3o_Existe_%28Pierre_Bourdieu%29.pdf

3.2.3 - A Exposição de Motivos para a Reforma da Administração Pública³²⁴:

Texto preparado para a exposição de Bresser no Plenário do Senado Federal em julho de 1996, o documento mostra o esforço político e “técnico” junto à base governista no Congresso Nacional para articular no legislativo o apoio necessário para a aprovação do projeto de Emenda Constitucional que encampava a reforma apresentada. O documento é uma versão reduzida do PDRE, com menos dados, mas com a mesma teorização delineada no plano original. Logo na introdução, o texto em epígrafe destaca o cerne do diagnóstico sobre a crise do Estado e que justificaria as alterações institucionais, políticas e legais previstas pela equipe do MARE:

“Em 1995 ficou claro para a sociedade brasileira que essa reforma tornara-se condição, de um lado, da consolidação do ajuste fiscal do Estado brasileiro, e, de outro, da existência no país de um serviço público moderno, profissional e eficiente, voltado para o atendimento das necessidades dos cidadãos”.

Neste sentido e assim como fora apresentado no PDRE e na Exposição de Motivos no Senado, em nome da eficiente gestão do Estado a quebra de direitos consolidados dos servidores públicos civis federais, prevista na Carta de 1988, era apresentada como uma benesse. Uma espécie de valorização meritocrática do desempenho do funcionalismo público:

“Por implicar a flexibilização da estabilidade do funcionalismo, a reforma administrativa tem sido identificada como contrária ao interesse dos servidores. Nada mais incorreto (...) Muito pelo contrário: pretende-se valorizar o servidor público, propiciando-lhe

³²⁴ Há uma versão original e bastante resumida da Exposição de Motivos apresentada ao presidente da República, em agosto de 1995. *Exposition of Motives for the Administrative Constitutional Amendment*. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/emenda/daementa.pdf>. Essa mesma versão foi apresentada na Câmara dos Deputados no dia 18/08/1995 e tendo como signatários, além de Bresser, os Ministros de Estado da Justiça (Nelson Jobim), da Previdência e Assistência Social (Reinhold Sthepanes), da Fazenda (Pedro Malan), Paulo Renato de Souza (Educação) e José Serra (Planejamento)

motivação profissional, remuneração condizente com o mercado de trabalho nacional, além de razoável segurança no emprego. Só assim será restaurada a criatividade, a responsabilidade e a dignidade do servidor público, cuja aspiração maior deve ser a de bem servir a população”.³²⁵

Aprovada 1998, sob um congresso *balcanizado*³²⁶, como “Emenda 19”, a PEC nº41 da “reforma da administração pública” flexibilizou a unicidade do RJU (Regime Jurídico Único) para contratação de servidores públicos, permitindo regimes de terceirização e contratação via CLT. De forma muito objetiva, a Exposição de Motivos apresentada pelo então titular do MARE à Plenária do Senado Federal expõe sumariamente os seus objetivos:

“A partir de 1995, com o governo Fernando Henrique, surge uma nova oportunidade para a reforma do Estado em geral e, em particular, do aparelho de Estado e do seu pessoal. Esta reforma terá como objetivos: a curto prazo facilitar o ajuste fiscal, particularmente nos Estados e Municípios onde existe um claro problema de excesso de quadros; a médio prazo, tornar mais eficiente e moderna a administração pública, voltando-a para o atendimento dos cidadãos.

O ajuste fiscal será realizado principalmente através da exoneração de funcionários por excesso de quadros, da definição clara de teto remuneratório para os servidores e através do sistema de aposentadorias, aumentando-se o teto exigido, a idade mínima para aposentadoria, com tempo mínimo de exercício no serviço público.”³²⁷

³²⁵ FHC. *Op. cit.* pp. 7-8.

³²⁶ As relações entre Executivo e Legislativo no Brasil desde a transição ou “abertura” política inaugurada pelo fim da ditadura civil-militar podem e devem ser compreendidas, via de regra, pelo fisiologismo que subordina o segundo em relação ao primeiro.

³²⁷ *Exposição de Motivos para a Reforma da Adm. Pública*. Cadernos do MARE. 3. 1997. P23.

Interessante notar também que uma das estratégias pensadas pelo ex-ministro para enxugar o Estado no que tange a recursos humanos é a elaboração dos “Planos de Demissão Voluntária” (PDV’s), comuns em empresas estatais na segunda metade daquela década. Na proposta original formulada pela equipe do MARE caberia aos “gestores” estipular a categoria de funcionários passíveis de exoneração. Tal estratégia seria, segundo seus formuladores, uma alternativa às exonerações por excesso de quadros, proposta pela PEC em tramitação. O próprio Bresser fora enfático ao destacar esse aspecto em Plenário para os Senadores:

“Uma alternativa às dispensas por excesso de quadros, que provavelmente será muito usada será o desenvolvimento de sistemas de desligamento voluntário. Neste sistema os administradores escolhem a população de funcionários passíveis de exoneração e propõem que uma parte deles se exonere voluntariamente em troca de indenização e treinamento para o mercado privado. Diante da possibilidade inerente de dispensa e das vantagens oferecidas para o desligamento voluntário, um número substancial de servidores se apresentará”.³²⁸

Pode-se perceber que o binômio desmonte do Estado/quebra de direitos atingira seu ponto alto na passagem citada. Completaria o raciocínio do então titular do MARE uma breve descrição acerca da propriedade do Estado e do processo de privatizações, necessários, segundo a lógica gerencialista exarada pela equipe do MARE, para consolidar o direito à subsidiariedade. Ou seja, só deveria ser estatal aquilo que não puder ser controlado pelo mercado. No chamado *setor de bens e serviços para o mercado* se parte do pressuposto que as empresas (estatais) serão mais eficientes, se controladas pelo mercado e administradas privadamente. Pois, a crise fiscal do Estado “retirou-lhe

³²⁸ Idem. P 23.

capacidade de realizar poupança forçada e investir nas empresas estatais, tornando aconselhável privatizá-las”.³²⁹

Também, a *Exposição de Motivos* trouxe de volta o argumento da publicização para atividades não exclusivas do Estado. Ponto tratado no PDRE/MARE e que aqui ganharia um capítulo específico: “a propriedade pública não estatal”, ou “terceiro setor” como a literatura especializada convencionou chamar.

Esse ponto, de suma importância para a lógica da reforma proposta, é esmiuçado para os senadores a partir da conceituação feita por Bresser-Pereira e já mostrada aqui sobre *propriedade pública estatal/ propriedade privada e público não-estatal*. Este último representaria a grande inovação institucional da reforma gerencial, permitindo uma espécie de *terceira via* entre a estatização de serviços públicos e privatização efetiva. Na prática, o *público não estatal* defendido pelo titular do MARE e colaboradores situa-se num espectro de defesa de uma privatização “constrangida” (uma *privatização branca*). A gestão de recursos e ofertas de serviços públicos por fundações públicas de direito privado. Organizações sociais como especifica Bresser:

“A privatização é uma alternativa adequada quando a instituição pode gerar todas as suas receitas da venda de seus produtos e serviços e o mercado tem condições de assumir a coordenação de suas atividades. Quando isto não acontece, está aberto o espaço para o público não estatal (...) o público não estatal pode ter um papel de intermediação ou pode facilitar o aparecimento de formas de controle social direto e de parceria, que abrem novas perspectivas de democracia”.

Controle social direto, democratização (entendida em sua dimensão muito restrita) das instituições e *racionalização* do aparelho de Estado são os motes do corolário defendido. Importante fazer jus a noção de controle social que Bresser

³²⁹ Idem. P. 27

e os demais *gerencialistas* tanto defendem. No entanto, que noção de sociedade civil é essa? Como fica muito evidente na leitura de toda a produção sobre o assunto a ideia de sociedade civil evidenciada está assentada no pressuposto da sociedade como “reino das virtudes e dos indivíduos livres”. Neste sentido, todo controle social seria bem vindo contra os *excessos regulamentadores do Estado*, por natureza burocrático e, no Brasil, inclinado historicamente ao patrimonialismo. De toda forma rejeitamos a ideia de patrimonialismo tal qual formulada por Bresser e pela totalidade das ciências sociais weberianas. A dicotomia *público X privada* como construção liberal-contratualista que percebe o Estado na externalidade da sociedade civil. *Interesse público* como *interesse de todos*, construção ideológica e necessária para a edificação do mundo burguês a partir das Luzes do século XVIII. Portanto rejeitamos esta noção específica de *controle social*.

A noção de Estado que circulamos nessa tese de doutoramento está relacionado com a ideia inequívoca de dominação de classes. Neste sentido, estaria velado nos documentos produzidos pela agência do Estado responsável, em particular, e na produção teórica *bressiana*, em geral, os interesses de classe ou fração de classe presentes naquele modelo de Reforma do Estado – no qual a reforma do Aparelho do Estado era uma de suas dimensões, mas não a única. Como questão de fundo temos toda a mudança na relação Estado/ sociedade civil proposta pela lógica de mercado e empresarial inerente às formulações do *social liberalismo* bressiano. Paradigmático para a nossa análise está a percepção de Estado como arena de conflitos ou alianças de classes e frações de classe e sociedade civil compreendida como o locus fundamental do conflito também classista. Espaços distintos para a construção, reprodução e consolidação da hegemonia das frações dominantes, restando às frações dominadas a desnaturalização na dominação e a elaboração de formas contra-hegemônicas.

O que Bresser e seus colaboradores buscavam tanto no Executivo, quanto no Legislativo (contando com ampla base de apoio à coalizão no poder) era erigir os mecanismos institucionais para o desmonte do Estado então realizado pelos governos *tucanos* entre 1995 e 2002. Construção (ou melhor desconstrução) essa

bem sucedida sob diversos aspectos, fato que pode ser evidenciado pela existência (até mesmo aprofundamento) de todo o arcabouço jurídico e normativo desenhado por aquela (contra)reforma executada a partir da segunda metade dos anos 1990. A modernidade neoliberal ou *social liberal* tal qual defendida por aquele bloco no poder rascunhava as novas formas de dominação burguesa erigidas no país da *Nova República*. O Mercado como ente regulador primacial daquele modelo societário. Capitalismo/livre mercado e dependência associada se equivalem neste constructo social das frações burguesas dominantes no país.

Isso fica muito evidente, por exemplo, na artificialidade da ideia de *público não estatal* defendida tão assertivamente pelo *social liberais* de outrem e *novo desenvolvimentistas* de hoje:

“Na União, os serviços não exclusivos de Estado mais relevantes são as universidades, as escolas técnicas, os centros de pesquisa, os hospitais e os museus. A reforma proposta é a de transformá-los em um tipo especial de entidade não estatal, as organizações sociais, ou seja, em entidades que celebrem contratos de gestão com o Poder Executivo e contem com autorização do legislativo para participar do orçamento público.”³³⁰

Há também uma alusão expressa à necessidade de formulação de um Programa Nacional de Publicização, sob os mesmos moldes do Programa Nacional de Desestatização iniciado pelo governo Collor de Mello em 1990, mas executado em contornos mais sistemáticos pela coalizão PSDB/PFL/PMDB no poder:

“A transformação dos serviços não exclusivos de Estado em propriedade pública não estatal e sua declaração como organização social se fará através de um ‘programa de publicização’, que não deve ser confundido com o programa de privatização, na medida em que as novas entidades conservarão seu caráter público e o financiamento pelo Estado. O processo de publicização deverá

³³⁰ *Exposição de Motivos da Reforma da Administração Pública*. P. 29

preservar a finalidade pública da nova entidade, que será, contudo, regida pelo direito privado proporcionado-lhe, assim, uma autonomia administrativa e financeira maior. Para isto, será necessário extinguir as atuais entidades e substituí-las por fundações públicas de direito privado, criadas por pessoas físicas (...) as novas entidades receberão, por cessão precária, os bens da entidade extinta. Os atuais servidores da entidade transformar-se-ão em uma categoria em extinção e ficarão à disposição da nova entidade. O orçamento da OS será global, a contratação de novos empregados será pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, as compras deverão estar subordinadas aos princípios da licitação pública, mas poderão ter regime próprio. O controle dos recursos estatais deverá ser feito através de contratos de gestão, além de estar submetido à supervisão do órgão de controle interno de Tribunal de Contas”.³³¹

Financiamento direto de entidades de direito privado com recursos do Erário. Em suma, essa era a tônica da ideia de publicização defendida por Bresser e colaboradores a frente do MARE.

Vejamos agora as estratégias buscadas por Bresser-Pereira e sua equipe de especialistas em *Gestão Pública* para dar publicidade e enraizar os pressupostos da reforma gerencial do aparelho de Estado. Para isso, o MARE e Bresser contaram como diversos meios. De forma institucional, mas não menos importante esta agência do Estado brasileiro, criada especificamente, para executar os termos da reforma, lançou mão de uma importante publicação institucional que garantiu relativa visibilidade ao ideário defendido. Além de proporcionar profícuos debates e espaço para produção científica para os especialistas na temática. De forma mais geral, vale salientar também o generoso espaço dado por grandes veículos de imprensa no país para o titular do MARE garantir visibilidade para o público mais amplo sobre a “premência” da reforma

³³¹ Idem, pp. 29-30. O instrumento de cessão precária se constitui num mecanismo previsto no direito administrativo onde o Estado concede o direito de uso de propriedade por entre privado, mas não perde a posse desta mesma propriedade ou patrimônio. Também chamada de “cessão a título precário”.

gerencial defendida. Construir consensos e arregimentar a opinião pública essa também era a tarefa política do intelectual e ideólogo Luiz Carlos Bresser-Pereira.

4º capítulo

Bresser-Pereira arregimentando a “opinião pública”.

“A imprensa...parece aqueles violinistas do Titanic, que ficam tocando até o barco afundar...”

(Seção de carta da Folha de S. Paulo, citada por Carta Capital 03/02/99).

“...a mídia é totalmente tucana... Fernando Henrique fala bonito, os tucanos falam bonito, jornalista gosta de gente que fala bonito. Na verdade, acho que jornalista tem é um pouco de complexo de inferioridade perante o mundo acadêmico...”

*(Macaco Simão, Carta Capital 03/02/99).**

4- Os Cadernos do MARE:

O periódico *Cadernos do MARE*³³² certamente foi o esforço mais organizado do Ministério dirigido por Bresser-Pereira para dar publicidade e repercussão ao corolário gerencial da (contra)reforma do Estado proposta pelo 1º governo FHC. De circulação mensal, entre agosto de 1997 e dezembro de 1998 tal publicação reproduziu diversos textos sobre temáticas afiliadas a reestruturação do Estado. Contando com uma miríade de artigos e ensaios, o periódico contribuiu sobremaneira para uma espécie de “pedagogia da reforma” postulada e executada com êxito pela equipe daquela agência do Estado Brasileiro.

* O jornalista Bernardo Kucinski foi extremamente feliz ao recortar os comentários reproduzidos em epígrafe. Para uma apropriada discussão sobre o papel da mídia no governo FHC, KUCINSKI, B. *a Mídia de FHC e o fim da Razão Op. Cit.* 2000.

³³² A publicação *Cadernos do MARE* totalizou 18 números publicados entre agosto de 1997 e dezembro de 1998. Agradeço enormemente a equipe da biblioteca do Ministério do Orçamento e Gestão que me enviou pelos Correios praticamente toda a coleção impressa (em processo de digitalização). Os demais números forma encontrados integralmente no site www.bresserpereira.org.br. Lançamos mão para fins de comprovação da nossa hipótese as edições que tratavam das questões aqui apresentadas. Ao ser extinto em 01/01/1999 o acervo documental do MARE foi transferido para o MPOG.

A edição inaugural é bastante didática neste sentido e apresenta uma diferença notável em relação aos demais números. Possui na íntegra o longo artigo elaborado pelo próprio Bresser-Pereira acerca da “Reforma do Estado: sua lógica e mecanismos de controle”. De forma sumariada “Crise e Reforma”, “Delimitação da Área de Atuação do Estado”, “Desregulamentação”, o “Leque dos Mecanismos de Controle”, a “Governança” e a “Governabilidade” atribuídas ao Estado reformado são itens elencados pelo então ministro. O texto retorna a muitas questões apresentadas no PDRE dois anos antes, mas avança no que diz respeito, por exemplo, à ideia de *governabilidade*. Tema que aparecia pela primeira vez na obra de Bresser numa publicação não específica para o campo acadêmico/científico. Outro ponto que também deve ser ressaltado é a já mencionada capacidade de intervenção e participação ativa de Bresser em fóruns internacionais sobre a reforma (no entanto, agora como ministro de Estado e não apenas como intelectual professor universitário). A 1ª edição dos *Cadernos* traz o texto apresentado por Bresser Pereira na II Reunião do *Círculo de Montevideo*, ocorrida na cidade de Barcelona (Espanha) nos dias 25 e 26 de abril de 1997. Logo na introdução Bresser exporia a sua plateia sua pretensão totalizante e *reconstrutora* do Estado brasileiro em crise e devendo ser pensado a partir de outras bases políticas e institucionais:

“A grande tarefa política dos anos 90 é a reforma ou a reconstrução do Estado. Entre os anos 30 e os anos 60 deste século, o Estado foi um fator de desenvolvimento econômico e social. Nesse período, e particularmente depois da Segunda Guerra Mundial, assistimos a um período de prosperidade econômica e de aumento dos padrões de vida sem precedentes na História da humanidade. A partir dos anos 70, porém, face ao seu crescimento distorcido e ao processo de globalização, o Estado entrou em crise e se transformou na principal causa da redução das taxas de crescimento econômico, da elevação das taxas de desemprego e do aumento da taxa de inflação que, desde então, ocorreram em todo o mundo”.³³³

³³³ *Cadernos do MARE*. Nº 1. Ago-1997. P.7

Aliado ao diagnóstico da crise fiscal e do crescimento distorcido do Estado Bresser apontava (em boa medida, resgatando os termos já expostos no PDRE/MARE):

“A reforma do Estado envolve quatro grandes problemas que, embora interdependentes, podem ser distinguidos: (a) um problema político-econômico – a delimitação do tamanho do Estado; (b) um outro também político econômico, mas que merece tratamento especial – a redefinição do papel regulador do Estado; (c) um econômico administrativo – a recuperação da governança ou capacidade financeira administrativa de implementar decisões políticas tomadas pelo governo; e (d) um político – o aumento da governabilidade ou capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade, e governar”.³³⁴

Bresser resgata em sua reflexão teorizações da década de 1980 e 90 para justificar o que chamava de crise. A referência é notória a dois textos: *O Caráter cíclico da Intervenção Estatal*, de 1988 e *A Crise do Estado* de 1991 (ambos analisados por nós no 2º capítulo desta tese). Apontava, assim, que “A crise do Estado está associada, de um lado ao caráter cíclico da intervenção estatal, e de outro, ao processo de globalização, que reduziu a autonomia das políticas econômicas e sociais dos Estados Nacionais.”³³⁵ Ao longo das mais de cinquenta páginas que preenchem o artigo, Bresser-Pereira resgata os argumentos já expostos no PDRE/MARE em relação às novas formas de atuação do Estado, revisão de seus marcos regulatórios e os mecanismos de controle a serem estabelecidos pela sociedade civil de forma a tornar o aparelho do Estado “mais eficiente e menos custoso”. Mais transparente, segundo a lógica administrativa gerencial, e voltado à aferição de resultados e desempenho da máquina pública. Em outras palavras, a antítese do que era o *modelo burocrático*

³³⁴ Idem, p.7

³³⁵ Idem, p. 12.

condenado por Bresser e pelo MARE. A *inovação* presente neste longo ensaio está no item acerca do binômio governança/governabilidade. *Governança* entendida como capacidade de gestão (aprimoramento da capacidade de gestão da máquina), de fazer valer as decisões dos *gestores públicos* frente às demandas do cidadão/cliente. Não por acaso, o termo *governança* emerge do léxico do mundo empresarial – governança corporativa- e sua definição é devidamente esposada por uma ciência política de matriz institucionalista e liberal. Da mesma forma, *governabilidade* é entendida como mediação. Mediação não no sentido classista, como infere bem a análise da crítica marxista, mas no sentido de intermediação de interesses individuais privados expressos na sociedade civil. O Estado, na sua acepção *hobbesiana*, de ente acima dos homens e capaz de controlar seus conflitos, de modo a garantir o elemento de coesão para a existência da própria sociedade civil. Na literalidade da análise *bressiana*:

“A capacidade política de governar ou governabilidade deriva da relação de legitimidade do Estado e do seu governo com a sociedade, enquanto que governança é a capacidade financeira e administrativa em sentido amplo de uma organização de implementar suas políticas. Sem governabilidade é impossível governança, mas esta pode ser muito deficiente em situações satisfatória de governabilidade. No conceito de governança, pode-se incluir, como faz Reis (1994), a capacidade de agregar os diversos interesses, estabelecendo-se assim mais uma ponte entre governança e governabilidade. Uma boa governança, conforme observou Fritschak (1994) aumenta a legitimidade do governo e, portanto, a governabilidade do país (...) A governabilidade nos regimes democráticos depende (a) da adequação das instituições políticas capazes de intermediar interesses da sociedade civil; (b) da existência de mecanismos de responsabilização (*accountability*) dos políticos e burocratas perante a sociedade; (c) da capacidade da sociedade de limitar suas demandas e do governo de atender aquelas demandas afinal mantidas; (d) principalmente da existência de um contrato social básico. É este acordo social básico, é o contrato social hobbesiano, que garante às sociedades avançadas legitimidade e governabilidade. Nos países da América Latina, que se caracterizam por uma profunda heterogeneidade, esse acordo

está muitas vezes ausente ou é imperfeito. Daí a importância de pactos políticos orientados para o desenvolvimento (...)”.³³⁶

Bresser-Pereira consegue, de fato, na edição nº1 de *Cadernos do MARE* pavimentar o caminho para adensar e pormenorizar o debate sobre a Reforma do Estado, na sociedade civil. O expediente da publicação, em seu conselho editorial, contava com figuras do campo de estudos sobre Administração e Gestão Pública, como Ciro Campos Christo Fernandes (presidente), Cláudio Seiji Sato, Frederico Durão Brito, Sheila Maria Reis Ribeiro, Selene Marinho Machado, Maria Lúcia Casasanta Brüzzi, Leticia Schwarz e Mariane Nassuno.³³⁷

A edição nº 5 dos *Cadernos* trouxe uma interessante radiografia do próprio ministério, a partir daquilo que qualificou de *Plano de Reestruturação e Melhoria da Gestão do MARE*. Procurando ser coerente com o que defendia para as demais agências do Estado brasileiro, a pasta dirigida por Bresser-Pereira se submeteu a critérios e programas de avaliação que observaram as tão proclamadas práticas burocratizantes criticadas pela própria noção gerencialista pelos “técnicos” a frente do ministério. Inserindo-se num programa maior, qualificado como *Programa de Reestruturação e Qualidade nos Ministérios*, o MARE observou problemas relacionados ao seu próprio funcionamento,

³³⁶ Idem. Pp. 45 e 46. Nesta passagem Bresser faz referência aos textos *Governabilidade, Sistema Político e Violência Urbana* organizado por João Paulo Reis Velloso e *Governance Capacity and economic Reform in Developing Countries* de Leila Frischtak. Technical paper nº 254. *World Bank*. Washington. 1994. Frischtak era a época consultora do Banco Mundial para o setor privado.

³³⁷ Ciro Fernandes é doutor em Administração de Empresas pela EBAPE/FGV-RJ e figura nos dias atuais como gestor governamental na Assessoria da presidência da ENAP. Cláudio Sato é mestre em economia de empresas pela EAESP/FGV-SP e em 1997 figurava como Assessor Especial de Informações Institucionais do MARE. Frederico Raphael Durão Brito é mestre em ciência política pelo IUPERJ/RJ e figura hoje como assessor de carreira nos quadros do MPOG. Sheila Maria Reis Ribeiro é Mestre em Sociologia pela UNB e à época era gerente de projetos da Secretaria de Articulação Institucional do MARE. Selene Marinho Machado é especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental pela ENAP. Maria Lucia Casasanta Bruzzi é especialista em administração pública e servidora efetiva do IPEA. Leticia Schwarz também é especialista em Administração Pública e atuou como colaboradora no MARE. Mariane Nassuno, como já citado, fora assessora de Bresser no MARE, no MCT e ex-aluna de pós-graduação do ex-ministro.

propondo, por exemplo, em alguns casos, o enxugamento da própria estrutura ministerial, prevendo a extinção de secretarias e de cargos em nome de uma maior eficiência operacional.

Tal programa, instituído pela presidência da República em 1996 e previsto como instrumento de aplicação do próprio PDRE se propunha a “introduzir no setor público mudanças de valores e comportamentos preconizados pela administração pública gerencial e a viabilizar a revisão dos processos de trabalho do governo federal, com vistas a sua maior eficiência”.³³⁸

A partir disso em fevereiro de 1997 seria instituído um “Comitê Estratégico” composto por dirigentes do MARE e da ENAP, sob a presidência da Secretária Executiva do Ministério (a administradora Cláudia Costin) “com a missão de elaborar um Plano de Reestruturação Estratégica e Melhoria da Gestão para o Ministério”.³³⁹ Foram elaborados então diagnósticos e recomendações, a partir de entrevistas e reuniões de avaliação feitas com os servidores da alta e média administração do ministério e com os gestores da ENAP, para que determinados processos fossem revistos na dinâmica de funcionamento dos próprios órgãos envolvidos. Tratava-se, na verdade de uma resposta às *fragilidades* observadas pelos *gestores* dos órgãos citados em se coadunarem com aquilo que eles mesmos defendiam: os tão exaltados paradigmas *gerenciais* para a administração pública.

Parecendo esquecer o elemento político que conduzira todos os ocupantes de cargos comissionados existentes naquele ministério e percebendo-se como um ente administrativo do aparelho do Estado a ser avaliado constantemente no tocante a sua eficiência, o diagnóstico da equipe de trabalho dirigida pela secretária Cláudia Costin apontava para suma reestruturação organizacional do ministério e sua conseqüente diminuição dos níveis hierárquicos:

³³⁸ *Cadernos do MARE*. Nº 5. Out-1997. P. 9. O Caderno 5 foi publicado em duas edições no mês de outubro de 1997. Propunha-se a apresentar o chamado QPAP (Programa de Qualidade e Participação na Administração Pública).

³³⁹ *Idem*. P. 10.

“Há oito níveis hierárquicos no processo de tomada de decisão no MARE, níveis que não correspondem, necessariamente aos cargos comissionados ocupados. Em razão dos macroprocessos finalísticos [jargão muito utilizada na administração empresarial e que percorre todo o documento do Ministério], que são em sua maioria, de natureza formuladora, esse número pode ser considerado excessivo.

A quantidade de níveis hierárquicos existente se justificaria em estruturas relacionadas a macroprocessos caracteristicamente operacionais (de execução) com demanda intensa e diversificada. Nos processos de natureza formuladora, seria positiva a redução de dois ou três níveis, pois quanto maior a extensão da hierarquia, mais difícil a comunicação, mais controle burocrático, mais difícil a visão e gestão de processos (há uma tendência a considerar cada unidade um processo), mais difícil a delegação e, conseqüentemente, menor o envolvimento dos servidores, uma vez que suas atribuições se tornam exageradamente específicas restringindo o espaço para autonomia e para a responsabilização. Além disso, não se justifica, também, a pulverização de unidades de serviço de apoio nas estruturas das secretarias e departamentos [existentes no ministério], já que se introduziu no MARE a forma de se trabalhar em colegiado”.³⁴⁰

O documento segue seu tom de avaliação interna ao funcionamento do Ministério apontando, por exemplo, para a necessidade de extinção da secretaria de Articulação Institucional, tendo em vista que não se constituía numa atividade finalística da Pasta. A avaliação realizada “Comitê estratégico” observaria a existência de um número excessivo de servidores lotados em atividades meio, o que, de fato, constituiria um relativo *inchaço* nos quadros do próprio ministério.

O *Plano de Reestruturação* proposto pelo “Comitê estratégico” previa alterações no modelo de gestão do MARE a começar pela formulação da *missão* (exatamente isso!) que deveria orientar as ações do ministério:

³⁴⁰ Idem. pp.13 e 14.

“Formular, implantar e avaliar as políticas públicas, e prestar serviços, relativamente à organização, pessoal civil, tecnologia da informação e serviços gerais, visando a melhoria da gestão, à redução de custos e à qualidade das atividades desempenhadas pelo governo federal em benefício ao cidadão [cliente].³⁴¹

A razão de existir do MARE, sob a égide do pragmatismo e do *eficientismo* social liberal de Bresser-Pereira colocava-se desta forma. Neste mesmo tom a equipe de administradores, economistas e especialistas em gestão pública não traçavam sequer um comentário sobre as relações inequívocas entre os princípios gerenciais defendidos e a lógica do modelo macroeconômico do governo FHC. A realidade e o funcionamento do aparelho de Estado ficam resumidos a um problema de gestão. Diagnóstico fragmentado, despolitizado e ideológico da relação Estado/ sociedade civil/ elaboração de políticas públicas:

³⁴¹ Idem. P. 19.

TABELA 1

OBJETIVOS

- Dar prioridade a programas e ações que aumentem a eficiência do gasto público, mediante a redução dos desperdícios, adequação das estruturas organizacionais e elevação da qualidade e da produtividade dos serviços públicos.

Desenvolver ações que possibilitem a difusão e a transparência das atividades institucionais, de modo a viabilizar a implantação do controle pelos **cidadãos clientes** ou usuários, do desempenho dos órgãos públicos.

Aperfeiçoar e integrar os sistemas de informação do Poder Executivo, tendo em vista o fortalecimento do processo decisório do núcleo estratégico do Governo Federal.

Fornecer ao Estado instrumentos para melhorar o desempenho de seus servidores, mediante política integrada de recursos humanos, centrada no fortalecimento da capacidade gerencial do setor público.

Formular, divulgar e incentivar ações voltadas para o aperfeiçoamento organizacional e institucional do Estado, segundo os princípios da nova administração pública.

Estabelecer políticas, diretrizes e normas para a gestão de recursos logísticos, com vistas à modernização do Aparelho de Estado e à melhoria do atendimento ao cidadão.

De forma sumariada a reestruturação pretendida pelo “Comitê Estratégico” do MARE pretendia adotar o que chamavam de *linhas de atuação e estratégia gradualista de transição* para efetivar mudanças na organização da estrutura do ministério. Coadunadas aos pressupostos gerenciais, o documento destacava:

TABELA 2

LINHAS DE ATUAÇÃO

- **A adoção de estilo participativo de gestão.**
 - **A instituição de um sistema de reconhecimento público de iniciativas inovadoras, por parte dos servidores;**
 - **Desenvolver ações de valorização do servidor, entre elas, as de capacitação e as de reconhecimento de desempenho;**
 - **Instituir um sistema de avaliação do desempenho do MARE e de suas unidades, por resultados (metas e indicadores) e por índices de satisfação dos clientes ou usuários;**
 - **Implantar sistema de avaliação anual do desenvolvimento gerencial do MARE;**
 - **Reforçar iniciativas de delegação e descentralização de atividades;**
 - **Adequar constantemente a força de trabalho aos processos finalísticos da instituição.**
 - **Desenvolver ações específicas de gerenciamento de custos.**
-

ESTRATÉGIAS DE TRANSIÇÃO

1- Valorização do Servidor e o reconhecimento do seu desempenho, como requisito indispensável ao seu engajamento no esforço de mudança.

2- a prioridade conferida aos processos críticos que demandam maior urgência na sua revisão, em especial aqueles relacionados com o sistema de pessoal civil e com a gestão interna do MARE.

3- o estabelecimento de compromissos e resultados, entre os gerentes de cada unidade e seu dirigente imediatamente superior, explicitando objetivos, ações e estratégias, acompanhados de indicadores que permitam o controle do desempenho, a orientação da alocação dos recursos disponíveis e a verificação do cumprimento de cronogramas.

A despeito de parecer um documento de circulação interna do ministério e tratar de questões muito específicas no tocante à organização burocrática da pasta, o fato do *Plano de Reestruturação* do MARE ganhar a quinta edição dos *Cadernos* do ministério nos faz inferir que havia uma espécie de esforço demonstrativo por parte da equipe “técnica” – (técnicos que nunca se colocam como ideólogos ou formuladores de uma dada visão da realidade) do MARE em tornar público um esforço de implementação do *gerencialismo* defendido para todo o aparelho de Estado. A noção despolitizadora é muito evidente neste paradigma de gestão pública. Aliás, sendo a própria noção de “gestão” derivada de uma lógica tecnicista, burocratizante e pouco afeita à compreensão da dinâmica política e das disputas que permeiam a ocupação de cargos e quaisquer espaços decisórios na ossatura material do Estado. A defesa do paradigma *gerencialista* e tecnocrático segue como uma espécie de “profissão de fé” para a resolução de todas as mazelas provocadas pelo criticado modelo de gestão burocrática do Estado.

A edição nº 6 dos *Cadernos do MARE*³⁴² teve como escopo a atenção às emendas constitucionais propostas para a reforma do Estado. Entretanto, mais do que retomar os itens já apresentados no PDRE e em edições anteriores da publicação, o *Caderno 06* adota contornos mais evidentes de uma cartilha voltada para o servidor público e suas dúvidas quanto às *benesses* propostas pelos princípios gerencialistas da reforma em curso. De fato, se constituía numa reação institucional às reações contrárias à proposta de Reforma, vindas, sobretudo, das associações sindicais de servidores públicos que, avaliavam de forma correta, que a Reforma gerencial subtraía direitos instituídos e não ao contrário como propalava em suas cartilhas e todo o material institucional.

A pedagogia da hegemonia pró reforma, pela primeira vez fazia menção direta ao Plano Real e a estabilidade fiscal buscada de forma incessante pelo governo FHC – como elemento paradigmático daquele modelo macroeconômico-. Era textual, “a reforma do aparelho de Estado é fundamental para assegurar a estabilidade do Plano Real: o governo precisa coibir custos e racionalizar o gasto público”³⁴³ Certamente aqui há o zênite da noção de ideologia como falsa consciência, pois em nenhum momento se faz a relação gasto público/ custo financeiro da dívida pública elevada enormemente pela política de juros elevados levada adiante pelo governo federal. *Gasto público* fica resumido à dimensão fiscal e, neste sentido, mais do que necessário enxugar o aparelho do Estado e torna-lo mais eficiente em nome da “racionalização” deste mesmo *gasto público*.

Além dos objetivos da reforma já mencionados anteriormente, salta aos olhos nesta edição a preocupação em transformar a capacidade *executora* do Estado em *reguladora*. A simples alteração terminológica trazia consigo toda a mudança na relação Estado/mercado. Ficava claro para os próceres da reforma que: “fortalecer a capacidade regulatória do Estado, particularmente sobre os setores produtivos objeto de privatização de empresas estatais, mediante a

³⁴² Sob o título de *Reforma do Aparelho de Estado e as Mudanças Constitucionais: Síntese & Respostas às dúvidas mais comuns*.

³⁴³ *Cadernos do MARE* 06. 1997. P. 6.

criação de *Agências reguladoras*, especialmente nas atividades exploradas por concessão estatal”.³⁴⁴

Versava também sobre a “revisão de privilégios” concedidos a servidores públicos, prevendo a restrição a aposentadorias precoces, e revisão de benefícios descabidos (sic) previstos na legislação então vigente. Na tentativa de mostrar que o servidor “ganharia” com a reforma, o *Caderno 06* chega a esmiuçar tais ganhos previstos pela implementação do paradigma gerencial de administração pública. Itens como a “Renovação do Quadro dos Servidores”, “O ganho de respeito da sociedade” e o “Estímulo à profissionalização do servidor” seriam os desdobramentos *naturais* da proposta *bressiana* de reforma. A transformação mais cara, prevista na ainda PEC 173, que tratava sobre o fim da estabilidade do servidor público, é tratada com detalhes no texto da publicação, chegando a afirmar que a estabilidade garantida ao servidor público representaria uma efetiva garantia do Estado para o exercício de suas funções, por intermédio do servidor, e não “um direito individual deste mesmo servidor”.³⁴⁵ Numa espécie de jogo de perguntas e respostas muito típica das cartilhas mais simplificadoras possíveis a equipe do MARE tentava esclarecer:

“O Governo não é contra a estabilidade (...) o que o Governo não quer é a estabilidade como puro e simples privilégio dos servidores. Por isso o governo defende o aperfeiçoamento dos dispositivos que regulam a estabilidade da nossa Constituição”.³⁴⁶

³⁴⁴ Idem. P. 07. Além de estar prevista na Emenda 19, aprovada em 1998, a criação de agências regulatórias para normatização de empresas estatais privatizadas foi regida e regulamentada por diversos instrumentos jurídicos. São eles: a Lei nº 9427/96 sobre a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica); a Lei nº 9472/97 que dispunha sobre a ANATEL (agência Nacional de Telecomunicações); a lei 9478/97 sobre a ANP (Agência Nacional do Petróleo); a legislação nº 9782/99 sobre a Anvisa (Agência de Vigilância Sanitária); a lei 9961/00 sobre a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar); a lei 9984/00 sobre a ANA (Agência Nacional de Águas); a lei 1023/01 que cria a ANT e a ANTQ (agência Nacional de Transportes terrestres e Agência Nacional de Transportes Aquáticos); a MP 2228-1/01 que cria a ANCINE (agência Nacional de Cinema). A Agência Nacional de Aviação (ANAC) – Lei 11182/05 fora criada já no governo 1º governo Lula.

³⁴⁵ *Cadernos do MARE*. Nº 06; 1997. P. 16.

³⁴⁶ Idem. P. 17.

Em continuidade ao desmonte do serviço público e à lógica privatista, esclarece também acerca do fim da obrigatoriedade do Regime Jurídico Único para contratação de novos servidores. A existência de vários regimes de contratação (especialmente a CLT) é mostrada na propaganda do MARE como elemento fundamental para o alcance de maior “flexibilidade gerencial”, à medida que permitira pressões para “melhor desempenho individual do servidor”. Desta forma, o servidor poderia ser “cobrado”, avaliado periodicamente de “acordo com o seu desempenho funcional”.³⁴⁷ O objetivo da reforma no que tange à estabilidade, ou melhor, ao fim dela era claro: submeter o serviço público aos paradigmas da iniciativa privada e que teria como desdobramento imediato a acentuada diminuição da capacidade de barganha por melhores salários e condições de trabalho. Reajustes, por exemplo, a partir da lógica da reforma gerencial, só seriam permitidos via projetos de lei aprovados no Congresso Nacional e submetidos à sanção presidencial. Em nome da *transparência* esse mecanismo era visto como alternativa aos atos administrativos internos³⁴⁸ que, anteriormente, estabeleciam reajustes salariais para determinadas categorias. A isonomia salarial era subtraída do texto constitucional com o objetivo de evitar a equiparação de vencimentos com categorias melhor remuneradas. A reforma *Bresser* tomava a exceção e a transformava em regra. As distorções na remuneração de determinadas categorias de servidores (existentes, de fato, mas pontuais) eram utilizadas como pretexto para o desmonte e porque não dizer extinção de carreiras inteiras no serviço público federal. A separação *atividades meio/ atividades fim* fora usada de forma didática para precarizar as condições de milhares de trabalhadores que exerciam as chamadas *atividades meio*. A terceirização era vista como a saída natural para a redução de custos com a folha de pagamento, objetivo último da reforma no tocante ao enxugamento de recursos humanos existentes no aparelho de Estado.

³⁴⁷ Idem. Pp.18-19.

³⁴⁸ Práticas comuns para concessão de reajustes para servidores do Poder Legislativo e Judiciário.

A pedagogia da (contra) reforma segue com toda força na edição seguinte dos *Cadernos do MARE*. Sob o título *A Reforma Administrativa na Imprensa: Seleção de Artigos produzidos no MARE*, a sétima edição da publicação institucional do MARE compilava, além de alguns dos discursos oficiais de Bresser-Pereira, diversos artigos seus divulgados na grande imprensa brasileira.

“São textos que procuram esclarecer a opinião pública, de forma correta e transparente, sobre aqueles itens do conjunto de propostas da reforma administrativa que têm despertado maior controvérsia. Alguns dos artigos são réplicas a questionamentos sobre temas específicos e pontuais. Outros buscam a elucidação dos nexos entre a reforma administrativa e questões contemporâneas sobre o papel do Estado, a consolidação da democracia e a retomada do desenvolvimento econômico”.³⁴⁹

4.1- A Reforma Gerencial na Imprensa Brasileira:

A imprensa brasileira, sem dúvida, foi um dos principais vértices para a construção do consentimento de diversos setores da sociedade civil ao modelo de reforma gerencial preconizado pelo governo FHC. Em todos os seus aspectos, das privatizações ao enxugamento do aparelho de Estado presente nos paradigmas da reforma do MARE. Não só no Brasil, mas em boa parte do mundo ocidental e, em especial nas democracias liberais, o controle e a arregimentação da opinião pública se apresentam como elemento importante da dominação de classes ou frações de classe. Nas experiências políticas totalitárias do século XX, propaganda política, manipulação e coerção se constituíram em elementos associados daqueles no exercício do poder. A coerção é o elemento que salta aos olhos, em função na natureza destes regimes, mas a propaganda teve seu papel de destaque na construção dos nexos de poder entre os grupos a frente do aparelho de Estado e a sociedade civil em geral. A literatura marxista

³⁴⁹ *Cadernos do MARE* 07. 1997. P. 7.

gramsciana³⁵⁰ sobre o tema cria equivalências corretas entre a imprensa e o partido político *lato sensu*. A primeira como aparelho privado de hegemonia edificador do consenso passivo ou ativo necessário para o exercício da dominação de classe. Mas, vamos além.

A análise do ativista libertário norte-americano Noam Chomsky sobre esse tema parece bem pertinente para a nossa reflexão.³⁵¹ Numa exposição de ideias elaboradas também na década de 1990, Chomsky tece algumas considerações sobre o papel dos veículos de mídia na arregimentação da chamada opinião pública, apontando para a frequente construção do “consentimento sem consentimento” perpetrado pela imprensa norte-americana no que tange aos assuntos mais sensíveis da agenda política daquele país. Embora trate especificamente sobre a postura laudatória da maior parte da mídia dos EUA aos assuntos de política externa, em especial às intervenções estadunidenses no Oriente Médio, a teorização *chomskyana* nos permite um belo exercício reflexivo sobre o papel que a imprensa em particular e a mídia em geral possuem na construção de consensos necessários para o exercício do poder e da legitimação deste mesmo poder pela maioria formada pela “turba desordenada e ignorante”, que nos regimes democráticos liberais seriam acionados periodicamente para justificar e legitimar a ordem política estabelecida e os grupos exitosos nos pleitos.

A democracia de espectadores. Essa é a preocupação expressa por Chomsky (ao tratar a realidade dos EUA, mas que parece se aplicar muito bem a noção de democracia defendida pela grande mídia brasileira). Uma imprensa que

³⁵⁰ Gramsci, a partir de 1915 teve destacada atuação no periódico *L'Ordine Nuovo*, ligado ao Partido Comunista Italiano, mas foi no cárcere que retomou a reflexão mais pormenorizada sobre a relação imprensa/hegemonia/ contra hegemonia. GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. (volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo). Org. de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, vol. 2, p. 218. Um bom texto sobre a atuação do Gramsci, jornalista, é *O jornalista Antonio Gramsci* de Denis de Moraes. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/O-jornalista-Antonio-Gramsci/12/29684>.

³⁵¹ Referimo-nos especificamente a dois textos do linguista do MIT, *Mídia: Propaganda Política e Manipulação* e a “Arregimentação da Opinião Pública”, de 1999 e 2002, respectivamente. O último foi publicado no Brasil na coletânea *O Lucro ou as Pessoas* de autoria de Chomsky. Ver Bibliografia.

funciona como instrumento de propaganda política, quase “relações públicas”. Uma propaganda “necessária porque, como dizia, os interesses comuns escapam completamente da opinião pública’ e só podem ser compreendidos e administrados por uma ‘classe especializada’ de ‘homens [e corporações] responsáveis” que são suficientemente inteligentes para entender como as coisas funcionam”.³⁵² Há uma espécie de princípio moral imperativo nessa lógica que apontaria para a conclusão de que “a maioria da população é simplesmente estúpida demais para conseguir compreender as coisas”. Desta forma, prossegue no raciocínio, “precisamos de algo que domestique o rebanho desorientado, e esse algo é a nova revolução na arte da democracia: a produção do consenso”.³⁵³ Escolas, a mídia e a cultura popular deveriam, segundo Chomsky, ser divididas:

“Para a classe política e os responsáveis pelas tomadas de decisões, eles tem de oferecer uma percepção razoável da realidade, embora tenham que inculcar neles as convicções certas. Mas lembre-se: existe aqui uma premissa não declarada. A premissa não declarada – e mesmo os homens responsáveis têm de escondê-la de si próprios – tem a ver com a pergunta de como eles alcançam a posição em que tem autoridade para tomar decisões. A maneira com que fazem isso, naturalmente, é servindo as pessoas que têm o poder *de verdade*. As pessoas que tem o poder de verdade são as donas da sociedade, e elas fazem parte de um grupo bem reduzido. Se os membros da classe especializada chegam e dizem: ‘podemos servir aos seus interesses’ então eles poderão fazer parte do grupo executivo. Mas é preciso agir com discrição. Ou seja, é preciso que eles tenham inoculado dentro de si as crenças e doutrinas que servirão aos interesses do setor privado. A não ser que sejam capazes de dominar essa capacidade, eles não fazem parte desta classe especializada. Assim, temos um sistema educacional [e uma mídia] fortemente doutrinado nos valores e interesses do poder privado e da conexão Estado-corporação que o representa. Se conseguirem esse objetivo, então poderão fazer parte da classe especializada”.³⁵⁴

³⁵² CHOMSKY, N. *Mídia*. 2002. P.15

³⁵³ *Idem*. P.18.

³⁵⁴ *Idem*. P.19. O texto de Chomsky possui um evidente caráter ensaístico e contra-hegemônico, daí a coloquialidade da fala e da teorização aplicada à boa parte de seus textos políticos. Discordamos, no entanto, da expressão “classe política” ou “elite política” algumas vezes

E completa seu argumento neste curto ensaio: “a lógica é cristalina. A propaganda política está para a democracia, assim como o porrete está para o Estado totalitário.”³⁵⁵

Igualmente, a sociologia bourdiesiana também nos oferece importantes categorias teóricas para pensarmos a construção de sentidos ou a representação dada como realidade objetiva. Neste sentido, as categorias poder simbólico/violência simbólica encontram espaço de destaque e são apropriadas para compreendermos o papel da mídia (em especial da imprensa) na construção de uma dada visão da realidade, que se torna universal, ou pelo menos, predominantemente aceita. A imprensa atuando como (e no) campo de produção da luta simbólica. Entendemos a capacidade desta em construir discursos, alegorias, símbolos e significados que podem estruturar ou subverter uma dada ordem social estabelecida. Nestes termos, Bourdieu utiliza a expressão *ordem gnoseológica*: “o sentido imediato do mundo (...) o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica”.³⁵⁶ A expressão nos parece bastante apropriada para compreendermos o papel da mídia/imprensa na estruturação de um dado sentido para a realidade. Em outras palavras, uma mídia/imprensa que se mostra como um microcosmo da luta simbólica, evidenciando a disposição de agentes sociais em buscar o monopólio da violência simbólica legítima. Isto é, a condição de naturalizar uma determinada visão de mundo que atenda objetivamente às demandas destes mesmos agentes.

encontrada nos textos do autor. “Classe política” ou “elite” trazem uma noção de fração ou grupo social dominante externo e “naturalmente” dominante numa dada estrutura social. Pode obliterar a ideia de que essa dominação de caráter classista é uma construção histórica e social dada.

³⁵⁵ IDEM. P.21

³⁵⁶ BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. São Paulo. Bertrand Brasil. 2002. P.9. Em 2007 publiquei artigo refletindo, à luz de categorias bourdiesianas, a relação entre a grande imprensa brasileira e a modelo societário neoliberal levado à cabo pelos dois governos FHC. Ver: BRITO, L. *Neoliberalismo e Imprensa no Brasil*. Observatório da Imprensa. Edição nº 439. 26/06/2007.

Por isso (não somente) que se dá a convergência de boa parte da grande imprensa brasileira aos postulados privatistas e gerenciais da Reforma do Estado brasileiro.³⁵⁷ Bresser-Pereira encontrou interlocutores expressivos em veículos como a *Folha de São Paulo*. Articulistas que faziam reverberar as teses gerencialistas do então titular do MARE. Luis Nassif, mesmo depois da saída de Bresser do primeiro escalão do governo FHC, continuou sua “sintonia fina” com o ex-ministro, eventualmente abrindo espaço ou fazendo remissões elogiosas a Bresser. Esse é um exemplo pontual, no entanto a presença de Bresser e de seu discurso pró reformas era uma constante nas páginas dos grandes jornais brasileiros. Vide o esforço da equipe ministerial, no início de 1998 em compilar e publicar na sétima edição dos *Cadernos do MARE* os textos produzidos pela pasta (leia-se, de Bresser-Pereira) para dar publicidade e didatizar o corolário gerencialista defendido.

Logo no início da publicação os “técnicos” do MARE são claros quanto aos propósitos dos artigos reproduzidos naquela edição dos *Cadernos*. Esclarecer aos *não especialistas*, à *opinião pública* em geral sobre a premência da reforma.

Mais do que *informar* o MARE encontrou respaldo para *formar a opinião pública* em diversos e expressivos veículos de imprensa do país. Diários de grande tiragem e de abrangente circulação como *O Globo*, *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e o *Correio Braziliense*, para citar apenas os compilados pela equipe ministerial.

Na edição do dia 11/01/1995, dias após a posse do novo governo, *O Globo* e o *Correio Braziliense* publicam na seção destinada aos articulistas convidados o discurso de posse de Bresser-Pereira no MARE. O recém-empossado ministro não se faz de rogado e em tom entusiasmado expõe os propósitos de sua pasta:

³⁵⁷ Uma boa tese de doutorado sobre a adesão do periódico *O Globo* ao discurso pró-privatizações é o do colega professor do Departamento de História do Colégio Pedro II, João Braga Arêas, *Batalhas de O Globo: O Neoliberalismo em questão* (1989-2002). PPGH/UFF. Tese de doutorado. 2012.

“1994 foi afinal o ano da grande virada; foi o fim da crise econômica, com o êxito do Plano Real; foi o marco da superação da crise política, com a eleição de Fernando Henrique, no bojo de um grande acordo nacional. Se a causa principal da crise foi a crise do Estado, a tarefa fundamental que inspirará o novo governo está clara: a reforma e a reconstrução do Estado”.³⁵⁸

O discurso de posse de Bresser-Pereira enfatizava ainda as *três reformas* postuladas para o país:

“(1) A reforma fiscal do Estado, (2) a reforma da própria estratégia de desenvolvimento econômico e social do Estado, privilegiando, no desenvolvimento econômico, o papel do mercado e no desenvolvimento social, o papel do próprio Estado em parceria com a sociedade civil; (3) e, finalmente, a reforma do aparelho do Estado e da sua burocracia”.³⁵⁹

O então titular do MARE “carrega nas tintas” ao se referir à *baixa produtividade* do setor público. A *estabilidade excessiva* do servidor público constituía o principal entrave para o bom desempenho do funcionalismo. Nas palavras do próprio Bresser, “hoje o funcionalismo público vive o círculo vicioso da estabilidade, a ineficiência e a baixa remuneração”.³⁶⁰ Seria, segundo esta lógica, necessário criar ou consolidar carreiras de altos administradores públicos, com formação em nível de pós-graduação, que sejam efetivamente

³⁵⁸ *O Globo*. 11/01/1995 *apud Cadernos do MARE*. 07. Ao longo da pesquisa cotejamos a publicação de vinte e seis artigos publicados por Bresser-Pereira entre 1995 e 1998 (corte temporal que se justifica pela existência do MARE) que tratam sobre reforma do Estado, da Administração Pública e temas correlatos. O que demonstra a boa assiduidade do então ministro da reforma nas páginas de diários de grande circulação no país. Na verdade, contamos 49 artigos de autoria de Bresser (sobre temas além daqueles que nos interessam) publicados entre janeiro de 1995 e dezembro de 1998, o que mostra uma média de pouco mais de um por mês em jornais de grande circulação e impacto editorial no país como *Folha de São Paulo*, *Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil* e o *Correio Braziliense* (as versões publicadas no JB e no *Correio Braziliense* foram, em sua maioria, reedições dos artigos da *Folha* e de *O Globo*). Em função da grande quantidade e do caráter repetitivo de muitos artigos optamos em seguir a seleção de textos feita pela equipe ministerial.

³⁵⁹ *Idem*. Pp 8-9.

³⁶⁰ *Idem*. P. 10.

bem pagos. “E, ao mesmo tempo, reservar para esses administradores, os principais cargos de direção administrativa do Estado brasileiro.”³⁶¹ Os pressupostos das “modernas teorias da administração” (empresarial, nunca é de mais lembrar) são enunciados pelo ministro para legitimar e racionalizar suas decisões de caráter político e intrinsecamente ideológico: “Hoje, a teoria moderna da administração tanto pública, quanto privada busca limitar a organização burocrática central a um núcleo menor possível de gestores que se coordenam com base no princípio da cooperação ao invés do princípio da hierarquia e do regulamento”.³⁶²

A referência ao corolário acerca das privatizações também grifado por Bresser. Visto como estratégia importante para a redução do aparelho de Estado, mas não apenas. A publicização seria a inovação engendrada pelo MARE para a resolução de “gargalos” na máquina estatal e atribuídos à ineficiência deste mesmo Estado. A criação de “organizações voltadas para o interesse público, que não visam lucro, nem agem exclusivamente segundo os critérios do mercado”.³⁶³ Experiências vistas como bem sucedidas de publicização ocorridas em países desenvolvidos surgem constantemente na fala de Bresser-Pereira. De fato, foram essas experiências que orientam o MARE a organizar, em 1996, *O Seminário sobre a Reforma do Estado* e que contou com a participação de diversos membros da comunidade científica, especialistas na temática (analisemos este seminário adiante).

Em artigo publicado no diário *Folha de São Paulo*, em novembro de 1996, Bresser-Pereira iria além das ações previstas na reforma gerencialista do MARE retomava a sua reflexão mais ampla acerca do “capitalismo globalizado” e sobre as alternativas políticas em curso diante daquela conjuntura histórica. Numa referência direta ao filósofo político Claude Lefort³⁶⁴ (que havia publicado uma

³⁶¹ *Idem Ibidem.*

³⁶² *Idem.* P. 11.

³⁶³ *Idem ibidem.*

³⁶⁴ Pensador francês que fundara em 1948, ao lado de Cornelius Castoriadis, o grupo *Socialismo ou barbárie* e em seguida, ao romper com o marxismo, ensejará uma importante crítica ao

semana antes também no diário paulista um breve artigo sobre o capitalismo no século XXI), Bresser se mostra preocupado com o dismantelamento das instituições do Estado do Bem Estar social. Das conquistas sociais propriamente ditas que, naquele contexto, estavam em processo de profundo desmonte e contestação nos países desenvolvidos. Interessante notar que ao se proclamar um social democrata Bresser lança mão de uma estratégia muito nítida de desqualificação de propostas alternativas à hegemonia liberal e que possuíssem algum escopo ou semelhança com o que não fosse o seu referencial: *pragmático, social liberal* ou *social democrático em novos termos*. Para Bresser a direita contemporânea era aquela assentada sobre os pressupostos do neoliberalismo ou da “ortodoxia monetarista”, como muitas vezes se refere o autor. E, noutro lado, estaria uma esquerda *arcaica, burocrática e estatista* que seria anacrônica, estaria presa ao passado e perdera sua *perspectiva histórica*. Nas palavras de Bresser:

“(...)Não se trata de saber se há uma alternativa à economia de mercado, mas se existe uma alternativa ao processo em curso de destruição das conquistas sociais logradas pelo Estado do Bem Estar. Diante desta questão tanto a resposta da direita moderna, neoliberal, quanto a da esquerda arcaica, burocrática, é a mesma: negativa. Para essa direita radical porque seu pensamento é *a - histórico* e conservador, porque para elas as falhas do Estado são sempre mais graves do que as falhas do mercado; para a esquerda burocrática porque perdeu sua perspectiva histórica, está presa ao passado e não consegue ver o novo”.³⁶⁵

Nem à “direita neoliberal”, nem à “esquerda burocrático-populista”, o “centro pragmático” proposto por Bresser-Pereira estaria associado a uma “terceira via” que no Brasil, ao identificar as razões da crise do Estado e da ineficiência do setor público, traria como *inovação* o corolário *publicizante*.

stalinismo e a ao “socialismo burocrático” da URSS e do Leste Europeu. Um excelente texto sobre o impacto do conceito lefortiano de democracia é o artigo “Claude Lefort e a Democracia” de Luciano Oliveira. Publicado na revista *Gramsci e o Brasil*. Jan-2013. Disponível em <http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1544>.

³⁶⁵ “O Estado do século XXI”. *Folha de São Paulo*. 28/11/1996. Reproduzido em *Cadernos do MARE*. 07. P. 12.

Sempre presente nas construções argumentativas do então ministro, a defesa das organizações sociais:

“Inovações [que] dizem respeito às formas de propriedade e apontam para o papel estratégico que terá a propriedade pública não estatal no século 21. O século 19 apresentou-nos um capitalismo dicotômico onde só havia a propriedade privada e a estatal. Esse foi o tempo do Estado Liberal, que separou patrimônio privado do patrimônio público, a propriedade privada da propriedade estatal. Com a crise do Estado Liberal, no século 20, o Estado do Bem Estar, que também poderíamos chamar de Estado Social Burocrático, tornou-se dominante. E com ele a *propriedade corporativa* – ou seja, a propriedade das entidades representativas de interesses – assumiu um papel estratégico na medida em que esse Estado foi o produto de um amplo acordo de classes em que sindicatos tem um papel estratégico (...). No início do século [XX], porém, a alternativa social burocrática era a única forma de ação do Estado disponível para fazer frente à crise do Estado Liberal. Era a forma que garantia para os países de industrialização tardia o processo de acumulação primitiva essencial para a implementação do capitalismo. Era a forma através do qual os direitos sociais podiam ser naquele momento protegidos.

A partir, entretanto, dos anos 70, quando este modelo de Estado entrou em crise ao mesmo tempo que (sic) a globalização tornava a competição entre os países mais acirrada e exigia novas formas de administração pública mais eficientes, já que agora estava disponível uma nova forma de administração os serviços sociais garantidos pelo Estado: as organizações públicas não estatais (...). É desta maneira que a sociedade está dando uma resposta à cegueira do capitalismo globalizado a que se refere Lefort. O século 21 será o da propriedade pública não estatal: uma forma de defesa dos direitos sociais mais eficiente porque competitiva e flexível (a burocracia estatal é por definição monopolista), e mais democrática porque diretamente submetida ao controle social. O Estado que está surgindo da crise garantirá os direitos sociais ao financiar as organizações públicas não estatais (...).³⁶⁶

O artigo “O tamanho do Estado” publicado semanas após a sua posse no MARE é exemplar ao demonstrar a tentativa de Bresser-Pereira de aproximar

³⁶⁶ Idem. Pp 13-14.

sua proposta de reforma gerencial aos postulados administrativos do governo Bill Clinton, nos EUA, entre 1993 e 2001. O governo democrata norte americano é citado diversas vezes como “exemplo pragmático” a ser seguido no que tange a redução do tamanho do Estado. Não como os neoliberais defendem, afirmava peremptoriamente Bresser, mas uma readequação do papel deste mesmo Estado. Esse deixando de ser um executor direto de serviços públicos, mas regular, transferir: “cabe ao Estado regular e transferir, não executar”.³⁶⁷ Bresser analisava a resposta do governo Clinton ao discurso republicano que se identificava com a ortodoxia monetarista dos neoliberais. A opinião pública norte-americana, segundo o ministro brasileiro, se colocava a favor do governo Clinton diante do predomínio do Partido Republicano nas eleições parlamentares de 1994:

“A Crise orçamentária que o governo norte-americano está enfrentando em função do conflito entre os conservadores do Partido Republicano e os progressistas liderados pelo presidente Bill Clinton revela com clareza a perplexidade do mundo contemporâneo em relação ao tamanho do Estado. A vitória republicana nas eleições parlamentares de 1994 levou os analistas da sociedade americana à conclusão de que o projeto do povo norte-americano era diminuir ainda mais o Estado. Entretanto, nos momentos em que os republicanos fizeram suas propostas de redução do déficit público através da diminuição dos gastos sociais destinados aos pobres, o presidente Clinton reagiu com firmeza, e estabeleceu-se o impasse (...) as pesquisas de opinião no momento indicam uma clara perda de popularidade dos conservadores e especialmente de seu líder no Congresso, Newt Gingrich, enquanto Clinton recupera a sua popularidade.”³⁶⁸

A identidade progressista que Bresser buscava traçar entre tucanos no Brasil e democratas nos EUA certamente atingiu seu ponto alto na tentativa mal

³⁶⁷ O Tamanho do Estado. *Folha de São Paulo*. 22/01/1996 *apud* *Cadernos do MARE*. 07. 1998. P. 26

³⁶⁸ *Idem ibidem*. Newt Gingrich (partido Republicano), eleito pelo Estado da Georgia para a Câmara dos representantes dos EUA em várias ocasiões. Foi entre 1995 e 1997 presidente daquela Casa Legislativa.

sucedida realizada pelo então titular do MARE para contratação do consultor norte-americano David Osborne ³⁶⁹ para assessorá-lo na esplanada dos ministérios. A justificativa do então ministro para acompanhá-lo na direção do MARE fora no mínimo inusitada e despertou a ira tanto de deputados nitidamente conservadores como o fluminense Jair Bolsonaro (PPB-RJ- atual Partido Progressista), quanto de parlamentares petistas, à época, na oposição à esquerda. Bresser afirmava candidamente que “Osborne não entende nada de Brasil, nada mesmo, mas entende tudo de reforma do Estado”. Na ocasião, Bresser explanava os motivos para a reforma do Estado na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados e aproveitava a oportunidade para justificar a contratação de Osborne, postulada naquele contexto.

Bolsonaro, sempre de forma agressiva e histriônica, interpelou Bresser em relação ao desejo de reformar a constituição e a legislação em vigor no que tange à “flexibilização” da estabilidade do servidor público e quanto aos mecanismos de reajustes salariais concedidos ao funcionalismo público e que Bresser buscava rever em nome das *contas públicas* e do maior poder de ingerência do governo e da base governista no Congresso na concessão de reajustes. Lançando mão de termos que certamente ferem o decoro parlamentar, Bolsonaro chegou a adjetivar Bresser de “vossa excelência é um tremendo cara de pau” e expressões do tipo “sem vergonha”, sob aplausos de servidores públicos que vaiavam Bresser e assistiam a sessão da referida comissão na Câmara. A fala, no entanto, mais marcante e registrada pela imprensa fora a do então deputado Chico Vigilante (PT-DF) que chegou a declarar, ironicamente, que “sabia que a

³⁶⁹ Osborne junto com Ted Glaeber são autores do livro *Reinventando o Governo* que, em boa medida, influenciou a reforma administrativa do governo Clinton nos EUA. Basicamente os autores preocupavam-se com uma maior eficácia da ação estatal, da prestação de serviços públicos mais especificamente. As propostas centrais indicadas por Osborne e Glaeber apontavam na direção de “tornar o governo mais eficiente na prestação direta dos serviços públicos ou na indução à prestação desses serviços pelo setor privado ou chamado “Terceiro Setor”, coincidindo justamente com o ideário *publicizante* de Bresser em sua proposta gerencial de reforma do Estado. Para detalhes do impacto da obra destes dois autores norte-americanos no Brasil ver MATTOS, C. “Reinventando o governo, de David Osborne e Ted Glaeber” In *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro.29 (2): 193-200, ABR-JUN. 1995.

administração pública estava mal, mas não a ponto de contratar alguém que não sabe nada de Brasil”.³⁷⁰

E de forma coerente com o que propunha a frente do MARE, convergindo, outrossim, com as ideias de Osborne e Glaeber, Bresser prosseguia com seu apanágio publicizante e privatista:

“O Estado pode retirar-se apenas da execução de um serviço ou financiamento (função transferência) e da execução. No caso das empresas estatais o que se propõe é a retirada total, através da privatização. Não faz sentido o Estado subsidiar empresas estatais. Já no caso dos serviços sociais de educação e saúde, é preciso fazer clara a distinção entre transferências e execução. Poderá ser conveniente que o Estado não se responsabilize diretamente pelos serviços, deixando-os para as organizações públicas não estatais”.³⁷¹

A imprensa serviu também, em boa medida, para que Bresser-Pereira pressionasse e garantisse maior celeridade no trâmite da PEC da Reforma do Estado. Em artigo de outubro de 1995, Bresser expunha os obstáculos eventuais que surgiam no caminho da aprovação das emendas à Constituição Federal. Especificamente, preocupava o titular do MARE, o parecer contrário do relator da PEC nº 173, deputado Prisco Viana à flexibilização do RJU para os servidores já no exercício da função. Alegando a “quebra de direito constituído” do servidor, o parlamentar em questão fez objeções à possibilidade de demissão de funcionários já estáveis na carreira serem demitidos. Bem como terem seus proventos reduzidos pela lógica remuneratória proposta pela “Emenda Bresser”.

³⁷⁰ Detalhes da acalorada sessão ocorrida na Câmara dos deputados foram pauta da reportagem do jornalista Alexandre Secco: “Osborne ‘não entende nada de Brasil’, diz Bresser-Pereira a deputados”. *Folha de São Paulo*. 24/03/1995.

³⁷¹ “O Tamanho do Estado” *apud Cadernos do Mare* 07. P. 28. (grifo nosso). Em 1995 Bresser defendia assertivamente a privatização das empresas estatais no Brasil, principalmente àquelas relativas à infraestrutura e insumos de produção. Em 2012, já fora do PSDB, o mesmo Bresser elogia a estatização da petrolífera YPF pelo governo Cristina Kirchner, na Argentina. Mudou de opinião ou discurso de conveniência? “A Argentina tem razão”. *Folha de São Paulo*. 23/04/2012.

O ministro alegava a existência de distorções (reais, de fato) na remuneração de servidores que, ao acumularem vencimentos com *vantagens eventuais* extrapolavam o teto constitucional previsto para suas remunerações. É nesta seara que o termo “marajá”, muito utilizado no Brasil da virada dos anos 80/90, e utilizado para desqualificar funcionários públicos que recebiam altos salários, aparece pela primeira vez num texto de autoria de Bresser-Pereira. O tom coloquial e a superficialidade na análise do problema dão o tom do artigo publicado no diário *Folha de São Paulo*. A distorção existente, exceção ao serviço público, era tida como regra para justificar mudanças cruciais no padrão de ganhos salariais dos servidores em geral. Em grande medida, submetendo a remuneração destes às regras e variações de mercado:

“(…)Não cabe outra alternativa aos partidos que apoiam o governo rejeitar integralmente o parecer [do relator]. Na verdade, essa é a única alternativa que resta àqueles que estão indignados com a existência dentro do serviço público brasileiro (1) de funcionários que trabalham sem motivação, nem competência, ou (2) que simplesmente não trabalham porque são excedentes, ou (3) que recebem remunerações muito superiores às remunerações do Presidente da República, ou (4) que recebem aposentadorias muito superiores às remunerações correspondentes dos servidores em atividade. São esses privilégios que privatizam a coisa pública, que constituem hoje no Brasil um dos escárnios da cidadania. São os privilégios que a proposta do governo procura eliminar (...). Estes servidores [os bons servidores] sabem que existem entre eles funcionários que pouco trabalham, ou que simplesmente nada trabalham, sabem também que os salários e aposentadorias de marajás são ainda frequentes no Brasil, não apenas nos estados, mas também na própria União”.³⁷²

A indignação de Bresser e sua preocupação com a não aprovação da PEC nº 173 na CCJ da Câmara dos Deputados foram atendidas, no entanto, três anos mais tarde. Apesar da relativa demora e em função das complexidades nas

³⁷² “O Cidadão e o Servidor”. *Folha de São Paulo*. 3/10/1995. *Apud Cadernos do MARE 07. Op cit.* Também no mês de outubro de 1995 Bresser publicava outro artigo, de igual teor, em *O Globo*. “Por que a Reforma administrativa será aprovada?”. 17/10/1995.

mudanças propostas pela PEC, Emenda Constitucional nº19 fora aprovada no plenário da Câmara dos deputados em agosto de 1998. A relatoria do deputado Moreira Franco (PMDB-RJ) garantiu a aprovação do texto com alterações pouco substanciais em relação à proposta protocolada no Congresso exatamente três anos antes (vide o texto da emenda constitucional 19 nos anexos da tese).³⁷³

Certamente a prova mais cabal do esforço ideológico de Bresser-Pereira na construção na necessidade e premência da Reforma gerencial tal qual proposta está na tentativa do então titular do MARE em fabricar o consenso necessário em torno dos pontos mais polêmicos da PEC 173. Novamente a quebra da estabilidade vinha à tona e agora exatamente em artigo publicado no “dia do servidor público”. As mudanças gerenciais a serem garantidas pela reforma pretendida se ancoravam, segundo as didáticas e entusiasmadas palavras do ministro, na atenção de amplos setores da imprensa para tal temática. Fabricando ou arregimentando a opinião pública, em termos *chomskyanos*, proferia Bresser:

“A atenção da imprensa está toda voltada para o corte de despesas: para a ‘quebra’ da estabilidade, para a eliminação dos eventuais privilégios, que, segundo uma perspectiva superficial, são vistas como sendo “contra” os funcionários. Não são. Só através delas será possível relacionar carreira e remuneração, esforço e competência pessoal, viabilizando um Estado administrativamente forte, com seu funcionalismo valorizado pela sociedade”.³⁷⁴

Da mesma forma, a responsabilidade pelo grande déficit público era atribuída ao *excessivo gasto* com o funcionalismo. Uma das causas do “brutal aumento do déficit público ocorrido em 1995, depois de relativo equilíbrio, foi o aumento das despesas com funcionários”.³⁷⁵ Bresser-Pereira insistia no seu

³⁷³ Segundo o próprio Bresser, a única alteração substantiva no texto original enviado à Câmara em 1995 foi a limitação das demissões por excesso de quadros às unidades das federações que gastarem mais de 60% de sua receita com pessoal. BRESSER-PEREIRA. “O apoio a Reforma”. *Folha de São Paulo*. 19/03/1997.

³⁷⁴ “Dia do Servidor”. *Jornal do Brasil e Correio Braziliense*, 28/08/1996.

³⁷⁵ *Idem*.

diagnóstico de crise fiscal. Numa espécie de contorcionismo retórico e analítico o então ministro observava a realidade de uma forma fragmentada. A despeito de se tratar de um artigo para a grande imprensa, ou seja, sem grandes preocupações analíticas mais rebuscadas (tais textos eram voltados para o grande público), o reformismo gerencial *bressiano* interpõe de forma muito rudimentar as relações entre a *reforma administrativa* propugnada e o modelo macroeconômico predominante na época. Crescimento com poupança externa, assentado na elevação da taxa básica de juros e na ancoragem cambial (regime de câmbio fixo). Para o macroeconomista do desenvolvimento, fundador do departamento de Economia da FGV/SP esse era um equívoco grave (equívoco, ou omissão deliberada?). As taxas de juros elevadas realizadas no Brasil em conjunto com a política econômica que atravessava o escopo do *Plano Real* (a estabilização) fazia ascender de forma vigorosa o déficit público. O mecanismo de securitização da dívida pública brasileira e a “acoplagem” feita pelos executores daquele modelo macroeconômico entre dívida fiscal e dívida financeira, associados às elevadas taxas de juros, foram os principais responsáveis pela elevação do déficit público. No entanto, alguém deveria “pagar a conta” do déficit fiscal: os servidores públicos federais civis.³⁷⁶

Ao longo dos três anos que marcaram a tramitação da PEC 173 certamente a temática mais debatida por Bresser e seus assessores no MARE foi a da reestruturação institucional proposta pela Reforma do Estado. O rearranjo da ossatura material do Estado e seu funcionamento foram objeto de diversos artigos na imprensa. O mais evidente dele e cujo título era justamente “Os novos modelos institucionais” fora publicado no periódico *Folha de São Paulo* ainda em 1995. Fica muito evidente no texto do então titular do MARE a referência às experiências vistas como bem sucedidas de publicização em países desenvolvidos. Não por acaso, vários especialistas neste assunto serão convidados por Bresser para dialogar acerca dos modelos de reforma gerencial adotados em países como EUA, Grã-Bretanha, Austrália e Nova Zelândia. A

³⁷⁶ Dados da dívida pública brasileira entre 1995 e 2001 em Singer e Gonçalves. In *O Desmonte da Nação*. 2002. Já citado.

confluência destes “técnicos” *gerencialistas* especialistas na temática *reforma*, como veremos se deu no seminário *Reforma do Estado na América Latina e Caribe*, organizado no ano seguinte pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado.

Bresser afirmava num tom bastante coloquial no artigo publicado na *Folha* sobre a experiência dos EUA:

Toda vez que vou a Nova York não deixo de visitar o Metropolitan Museum of Art e o Museum of Modern Art [ambos geridos por organizações do terceiro setor]. E sempre cheios de gente, como são variadas as suas exposições especiais, como são bons os pôsteres que as anunciam, como são variadas e mercadologicamente agressivas as suas lojas. Percebe-se, imediatamente, que aqueles são museus totalmente voltados para a sociedade, da qual obtém parte de suas receitas: recebendo o valor das entradas, vendendo em suas lojas, fazendo campanha de fundos, organizando clube de sócios. Ao mesmo tempo que continuam, naturalmente a receber significativas contribuições do estado e da cidade de Nova York.³⁷⁷

Em nome da tão propalada *boa gestão*, naturaliza-se a lógica de mercado (eficiência, receitas superavitárias e demanda) para sustentar o modelo de gestão de equipamentos estatais por “organizações sociais”. Evidencia-se a naturalização de um discurso ideológico, interpretativo de uma dada realidade como universal, inevitável e pragmático. A pretensa “desideologização” do discurso *bressiano* denota certamente aquilo que a sociologia *bourdiesiana* qualificaria de “dominação/violência simbólica”. O pragmatismo e o eficientismo de Bresser e sua equipe casam-se aí com a ideologia formadora de uma dada consciência, tendo em vista que aquele modelo/paradigma de reforma e atuação de instituições do Estado deveria ser dado como fato. A tônica do modelo se assenta numa racionalidade burocrática weberiana, mas

³⁷⁷ “As Organizações Sociais”. *Folha de São Paulo*. 22/05/1995.

potencializada pelo claro viés “maximizador das possibilidades de ganhos dos agentes econômicos”, muito típico das teorias da administração empresarial. Nesta lógica, afirmava o ministro que:

Os norte-americanos compreenderam muito cedo isso. Por isso seus museus, suas universidades, e seus melhores hospitais tem o apoio do Estado, mas são completamente independentes, de tal forma autônomos financeira e administrativamente que, na realidade, mesmo no caso das ‘universidades estaduais’, não fazem parte do Estado, são organizações públicas não estatais”.³⁷⁸

Merece destaque também a premente preocupação dos reformadores do Estado com “eficiência” das compras e contratos realizados pelo Estado. A necessidade de se revisar os instrumentos normativos de licitações e contratos do Estado fica explícita no artigo “Uma Nova Lei de licitações” publicada na *Gazeta Mercantil* de 27/set/1996. É digno de nota escrevermos isso num contexto marcado por notícias amplamente veiculadas na imprensa brasileira, nos dias atuais, acerca da formação de cartéis por grandes empreiteiras brasileiras. Empresas estas que lançaram mão de instrumentos permitidos pela legislação flexibilizada para fornecer serviços para empresas estatais de grande porte como a Petrobrás.³⁷⁹ A flexibilização da Lei de licitações 8666/93 já era aventada pela reforma *Bresser* em nome da maior agilidade e eficiência das compras públicas. Atenuar os instrumentos regulatórios da legislação acerca das licitações para garantir maior rapidez na contratação. Bresser reconhecia no

³⁷⁸ Idem. Na coletânea de textos da imprensa sobre a Reforma Gerencial do Estado há dois artigos muito emblemáticos sobre as propostas de “novos modelos institucionais” pensadas por Bresser e equipe. São eles “A Reforma da Saúde” de 19/01/1997 e “A Universidade competitiva” de abril de 1995, ambos publicados na *Folha de São Paulo*. A assessoria de imprensa do MARE teve o cuidado de organizar estes artigos numa seção específica do Caderno 07, intitulada a “Gestão das Políticas Sociais”. *Cadernos do MARE*. 07. Pp. 63-69.

³⁷⁹ O “Petrolão” como é chamado pelos articulistas conservadores da grande imprensa brasileira marcou o noticiário político (os resultados da *Operação Lava Jato* realizada pela Polícia Federal) nos anos de 2014/15, caracterizado pela existência de esquemas de superfaturamento e licitações viciadas que atendiam os cartéis postulantes e que abasteciam o *caixa* dos partidos políticos da base governista, a partir de propinas atravessadas por diretores de áreas técnicas da estatal indicados pelos partidos aliados.

artigo da *Gazeta* a importância da citada legislação para inibir a ação de agentes públicos corruptos, no entanto se reduzia, segundo ele, a capacidade do “administrador honesto fazer a melhor compra para o Estado”³⁸⁰. No argumento apresentado ao longo do artigo o titular do MARE dirigia suas críticas à preocupação “exclusiva” da Lei 8666 com os custos da aquisição de serviços a serem licitados. Argumentava de forma bastante didática, um publicista, de fato, se apropriando de uma “unanimidade no governo e no serviço público” acerca da necessidade de reformar esta lei:

“ Existe hoje uma unanimidade no governo e no serviço público, em todos os seus níveis, de que é preciso reformar essa lei. Só não compartilham desta convicção burocratas empedernidos e principalmente alguns pequenos empreiteiros que se beneficiaram indevidamente da radical exigência de capacidade técnica através do veto do presidente Itamar Franco. Estas pessoas argumentam que o grande problema é evitar a corrupção do administrador público. E para isto bastaria estabelecer regras detalhadas na lei de forma a cercear ao máximo o subjetivismo dos administradores públicos, tirar-lhes todo o poder de decidir (...) convencido desta mudança, o governo [FHC] está terminando a revisão desta lei. Um novo projeto deverá evitar ou diminuir cinco custos: (1) o custo do conluio entre comprador e vendedor (corrupção); o custo do conluio entre os vendedores (cartel); (3) o custo de receber um bem ou serviço com qualidade inferior ao que foi contratado (fraude); (4) o custo de simplesmente não receber o bem ou serviço contratado dada a incapacidade do vencedor da licitação e (5) o custo do encarecimento e atraso da compra devido às exigências burocráticas excessivas e à possibilidade de impugnações judiciais levianas, meramente protelatórias.”³⁸¹

A nova legislação prevista pelo governo Cardoso fora rascunhada por um grupo de trabalho coordenado pela Casa Civil (à época ocupada por Clóvis Carvalho). Teria como objetivo dinamizar compras e contratações feitas pelo Estado, a partir da classificação dos bens e serviços por critérios de maior ou

³⁸⁰ *Gazeta Mercantil*. “Uma Nova lei de licitações”. 27/09/1996. In *Cadernos do MARE* 07. 1998. P. 58.

³⁸¹ *Idem*. P 58-59.

menor complexidade. Além de classificar os objetos de contratação em: “obras ou bens sob encomenda; bens padronizados e demais bens; serviços de engenharia; serviços técnicos especializados, serviços técnicos ‘intermediários’ como publicidade e turismo; e demais serviços”.³⁸² Na prática, o esforço modernizador das compras públicas, buscado e alcançado pelos *tucanos*, teve exatamente o efeito contrário daquele que era premeditado. Não houve redução de custos no geral das compras públicas e modalidades de compra como “Carta convite” e “Ata de Registros de preços”.³⁸³ Para a contratação de determinados bens e serviços favoreceu a relação obscura entre “administradores públicos” e empresas ou consórcio de empresas que realizam serviços ou vendem mercadorias para empresas estatais e/ou a administração direta. Via de regra, estas empresas estabelecem relações com os grupos políticos que se alçam à ossatura material do Estado (financiando as campanhas eleitorais destes grupos políticos). Não por acaso a reforma do Estado tal qual desenhada pelo governo FHC, a despeito de sua amplitude, não tocava no financiamento privado de campanhas eleitorais e partidos políticos. A reforma se pretendia estritamente da *administração pública* ou *gestão pública* como os burocratas do MARE repetiam em muitas oportunidades. O ângulo cego da interpretação *bressiana* e dos demais administradores públicos da proposta reformista está justamente em perceber que os problemas que envolviam a intervenção estatal se resumiam a um problema de *gestão ineficiente da máquina pública*. Leitura fragmentada da realidade, que negligencia a dinâmica política das frações ou segmentos de classe que em coalizção assumem agências do Estado brasileiro. *Ideologia da gestão de resultados* e o paradigma do Estado prestador de serviços, regulador dos conflitos e indutor do desenvolvimento de uma economia de mercado. Argumentos mais que ideológicos na construção de uma ambiência privatista,

³⁸² Idem. P. 60.

³⁸³ “Ata de Registros de preços” e “Cartas convite” são modalidades licitatórias simplificadas e que tem como objetiva diminuir as exigências burocráticas por parte do Estado para a contratação de bens e serviços de valor limitado. Na prática agiliza a compra por parte do Estado, estatais ou de capitais misto, mas amplia a possibilidade de relações promiscuas entre agentes públicos e privados em processos de compra e contratação.

liberal que naturaliza o Estado como aquele possuidor do monopólio legítimo da violência e da regulação da sociedade civil.

Neste sentido, podemos afirmar com muita propriedade que a proposta gerencial de reforma do Estado é paradigmática no Brasil. Visando buscar novos marcos de regulação na relação entre sociedade civil e Estado, a reforma *Bresser* sistematiza no âmbito estritamente institucional e fora dele uma ambiência privatista tão bem apropriada ao modelo neoliberal absolutamente hegemônico no Brasil dos anos 1990. E Bresser, um extraordinário publicista destas ideias, assumia uma posição chave nesse processo ao estar a frente do MARE.

Bresser concluía o longo e extenso artigo (para os padrões de um texto publicado na grande imprensa) reafirmando o caráter *gerencial* da legislação, coadunada com os pressupostos do PDRE/MARE:

“Todos esses dispositivos farão da nova lei uma lei de licitação mais moderna, mais gerencial, de acordo com o Estado moderno e eficiente que queremos construir, de acordo com a reforma administrativa que está proposta no Plano Diretor da Reforma do Estado, aprovado pelo presidente da República em 1995 e já publicado na Imprensa Oficial.”³⁸⁴

O artigo de Bresser-Pereira mais emblemático no tocante à arregimentação da opinião pública estaria por vir ainda. *O Apoio à reforma* foi, sem dúvida, o texto mais explícito no que tange ao convencimento e arregimentação da opinião pública acerca dos pressupostos (contra) reformistas. Naquele contexto o ministro chefe do MARE mostrava-se (ou pelo menos aparentava) estar absolutamente convencido do amplo e irrestrito apoio de amplos segmentos da sociedade civil ao modelo apresentado. A votação viria a ocorrer nos próximos meses e a não aprovação da proposta de Emenda à Constituição poderia colocar por terra todo o trabalho do ministério. Entretanto,

³⁸⁴ Idem. P. 63.

isso era pouco provável de acontecer, à medida que o governo Cardoso possuía uma maioria folgada tanto na Câmara, quanto no Senado o que fazia com que o tom de entusiasmo do então titular do MARE atravessasse todo o artigo publicado na *Folha de São Paulo*:

“A Emenda da Reforma Administrativa, que está prestes para ser votada na Câmara dos Deputados, tem ampla probabilidade de ser aprovada, porque conta com forte apoio da opinião pública e entre os formadores de opinião. Entre estes, um dos dois grupos que mais apoiam a reforma são os administradores públicos, comprovando-se assim que esta reforma não é mais contra, mas a favor dos melhores servidores públicos. Em suma, existe na sociedade brasileira a convicção de que reformar o serviço público brasileiro é uma tarefa essencial e prioritária. É isto que a emenda viabiliza.”³⁸⁵

Interessante perceber que Bresser recorre a metodologias de *surveys*, ou pelo menos aos dados fornecidos por essas pesquisas, para explicitar o “apoio dos formadores de opinião”. Sem detalhar os dados, a pesquisa ou mesmo sem maiores referências, o titular do MARE faz uma breve remissão à pesquisa de autoria do cientista político Walder de Goés, da Universidade de Brasília, intitulada *Os Formadores de Opinião no país e a Reforma do Estado*, publicada naquele ano. Mas convém perguntar: quem são os “formadores de opinião”? O que eles [Bresser e Goés] chamam de “método reputacional”? Jornalistas, empresários, políticos, administradores públicos, líderes associativos, líderes trabalhistas e intelectuais são conclamados a dar suas opiniões e evidenciar sua inclinação à aprovação da PEC nº 173. As estratégias metodológicas da pesquisa parecem (eufemismos à parte) muito frágeis no que diz respeito à mínima objetividade exigida por um trabalho acadêmico. Mais uma vez, retornando à afirmação de Pierre Bourdieu, a opinião dos *formadores de opinião* parece ter

³⁸⁵ “O Apoio a Reforma”. *Folha de São Paulo*. 19/03/1995 In *Cadernos do MARE* 07. P. 75.

sido forjada por outros “formadores de opinião” que teimam em se esconder numa suposta neutralidade científica produzida por *surveys* desse tipo:

“A pesquisa foi realizada junto a 311 formadores de opinião residentes nas onze principais capitais do país, detectados pelo método reputacional, a partir das indicações de um grupo inicial pequeno de formadores escolhidos pelos pesquisadores. Os respondentes foram divididos em oito grupos profissionais: jornalistas, empresários, políticos, administradores públicos, líderes associativos, intelectuais (...) diante de uma pergunta mais geral (se a reforma do aparelho de Estado deveria ser considerada prioritária) a aprovação subiu 84%. Em contrapartida, perguntados se estavam satisfeitos com os serviços prestados a nível municipal, estadual e federal, o índice de aprovação baixou para 30, 26 e 20%, respectivamente (...). Em relação a perguntas mais específicas, 71% concordam com a eliminação do regime jurídico único para todas as áreas da administração pública (...)”.³⁸⁶

Como fica explícito na passagem citada, é desta forma que o propagandista Bresser-Pereira buscava legitimar perante a opinião pública e com seus interlocutores os termos da reforma proposta. Pesquisas que denotavam evidente fragilidade quanto à objetividade e aos métodos empregados. Dados que são expostos sem maiores problematizações e desqualificação pura e simples daqueles que apresentavam contrapontos em relação à fala do ministro. Noutro artigo publicado no mesmo ano, agora no extinto *Jornal do Brasil*, Bresser ressaltava a “Batalha pela Reforma”. Mostrando muita confiança na aprovação da emenda constitucional, chamava a atenção para a “irracionalidade do debate” com seus críticos:

“A votação da reforma administrativa tem sido uma grande e conturbada batalha. Não era para menos: quando privilégios são postos em risco, quando preconceitos são enfrentados, quando arcaísmos burocráticos se recusam a desaparecer, quando interesses são feridos, as resistências são sempre fortíssimas (...). A

³⁸⁶ Idem. P. 76.

irracionalidade do debate é impressionante. Um dia destes um ilustre jurista, especializado em direito administrativo, afirmava com todas as letras, em debate público, que a reforma administrativa acabava com a estabilidade, permitindo a demissão de servidores sem motivação, nem explicação. Que é isto companheiro? Voltamos à época dos radicalismos, em que uma inverdade contrabalança a outra? Em que *common ground*, o campo comum de entendimento, que é essencial para o funcionamento das democracias, está excluído.”³⁸⁷

Aliado a este esforço de propaganda da reforma gerencial, e com o explícito apoio de grandes veículos de imprensa do país, Bresser seguia de forma paralela à legitimação da execução do esforço político proposto também na “comunidade epistêmica global” (tomando de empréstimo do léxico da ciência política institucionalista na qual Bresser se filia) acerca de experiências “bem sucedidas” de Reforma da “gestão pública”. Neste contexto, inseria-se o 1º Seminário sobre Reforma do Estado na América Latina e Caribe organizado pelo MARE em 1996. Era o primeiro grande esforço internacional da equipe coordenada por Bresser-Pereira para buscar a necessária “troca de experiências” com especialistas de outros países. Ficaria nítida a fluente circulação de Bresser entre acadêmicos de várias partes do mundo, em especial da América Latina no sentido de construção de um consenso e um grande painel sobre reforma do Estado e “administração pública gerencial”. É digno de nota também a ativa participação de representantes de governos da região no Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento. Sediado na Venezuela este fórum de discussão e propostas de políticas públicas para “reformas do aparelho de Estado” contou com um pró-ativo Bresser-Pereira à frente de seu conselho científico. O intelectual e *policy maker* convergiam no plano nacional e internacional.

³⁸⁷ “A batalha da reforma”. *Jornal do Brasil*. 14/05/1997. Republicado no mesmo dia no *Correio Braziliense* e no dia 17/05/1997 em *O Estado de São Paulo*.

4.2 - O Seminário sobre a Reforma do Estado na América Latina e Caribe (1996):

Realizado em maio de 1996, patrocinado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e com o apoio do CLAD, o seminário contou com a participação de destacados membros do *campo científico* especialistas no tema Reforma do Estado. De forma geral, esses “convidados para o debate”³⁸⁸ foram relativamente refratários (pelo menos parcialmente) à ortodoxia macroeconômica propalada pela “via clássica” do neoliberalismo. Essa interlocução fica explícita nos textos apresentados por Bresser-Pereira, bem como na teorização dos demais intelectuais que se dizem dispostos a tratar do que entendiam como êxitos das “reformas administrativas” realizadas em seus países. O evento “contemplou a troca de experiências e a identificação de tendências na região comparando-as com outras experiências de reformas recentes, especificamente na Grã-Bretanha e da Nova Zelândia.”³⁸⁹ O seminário sobre Reforma do Estado contou, especificamente, com a participação de Adam Przeworski, Donald F. Kettl, William Glade, Peter Spink, Fernando Luiz Abrucio, Kate Jenkins, Ruth Richardson e Joan Prats i Catalá³⁹⁰, além do próprio Bresser-Pereira que, na condição de anfitrião mostrava sua evidente capacidade

³⁸⁸ A assistente social Prof Dr^a Elaine Rossetti Bhering, já citada nesta tese, faz uso da acertada expressão “os convidados para o debate” ao se referir aos cientistas políticos convidados por Bresser-Pereira para este seminário.

³⁸⁹ Fernando Henrique Cardoso na apresentação do livro *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*, publicado em 1^a edição em 1996. O livro fora resultado dos artigos e ensaios expostos pelos membros da “comunidade científica” especializada na temática.

³⁹⁰ São respectivamente autores dos ensaios *Sobre o desenho do Estado: uma perspectiva ‘agent X principal’*; *A Revolução Global: reforma da administração do setor público; a complementaridade entre a reestruturação econômica e a reconstrução do Estado na América Latina*; *Possibilidades técnicas e imperativos políticos em 70 anos de reforma administrativa*; *Os avanços e os dilemas do modelo pós-burocrático: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente*; *A reforma do Serviço público no Reino Unido*; *As Reformas no Setor público da Nova Zelândia*; *Governabilidade Democrática na América Latina no final do século XX*. Bresser possui dois textos nesta coletânea, *Gestão do setor público: estratégia e estrutura de um novo Estado* e *Da Administração Pública Burocrática à Gerencial*, artigos não apenas complementares, mas repetitivos quantos aos argumentos já expostos pelo autor naquilo que ele entendia como “desburocratização da Administração Pública”. Ver BRESSER-PEREIRA, L. C. & SPINK, P. (orgs.) *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*. Rio de Janeiro. FGV/Editora. 1996.

de articulação internacional como teórico e *policy maker* da Reforma do Estado. “O Brasil no compasso do mundo”³⁹¹ como disse certa vez FHC, expressão maior da nossa inserção dependente e subordinada à reestruturação da ordem capitalista global. Elaine Bhering, já citada aqui, acerta ao afirmar que tal comunidade de intelectuais apresentou “baixo componente crítico” em relação aos termos do debate apresentados pelo anfitrião no PDRE/MARE. A lógica gerencialista para a atuação do Estado é compartilhada por todos. O vaticínio não é ao Estado, ele é pressuposto importante para a coordenação de uma economia orientada para o mercado. O Estado como indutor do desenvolvimento econômico e social, mas que na prática restringe os direitos e muda substancialmente a relação com a sociedade civil, no sentido de ressignificar e consolidar o indivíduo/cidadão como cidadão/cliente.

Este seminário é a evidência que comprova uma de nossas hipóteses de trabalho: a condição de Bresser-Pereira como intelectual e articulador também no plano internacional, do debate em voga na segunda metade dos anos 1990. A crise entendida como crise fiscal do Estado em economias periféricas como a do Brasil e que exigia uma resposta *gerencial, privatista e restritiva* para readequar a atuação deste mesmo Estado, de forma a recuperar sua capacidade de investimento e crescimento com poupança interna.

Na análise das exposições feitas no seminário, devemos destacar os importantes textos do cientista político Fernando Abrúcio da FGV-SP, da então sênior *advisor* do governo Britânico, Kate Jenkins, e principalmente da ex-ministra das finanças da Nova Zelândia, Ruth Richardson. No bastante elucidativo texto de Abrúcio, *Os avanços e os dilemas do modelo pós-burocrático: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente* ficam explícitas as correntes das “novas teorias administrativas” em debate no seminário organizado pelo MARE e demais especialistas na temática. A reflexão de Abrúcio não possui nenhum componente crítico em relação aos termos da reforma gerencial, coordenada por Bresser, a

³⁹¹ Ver CARDOSO, Fernando Henrique *Relações Norte e Sul no Contexto Atual. Uma nova dependência?* In BAUMANN, Renato (Org). *O Brasil e a Economia Global*. Rio de Janeiro. Campus Editora. 1996.

frente do MARE. Pelo contrário um dos revisores e interlocutores privilegiados do autor é justamente o ministro da Reforma do Estado. Logo no início a remissão às teses de Gaebler e Osborne são notadas: “alguns autores acreditam que esteja surgindo um novo paradigma administrativo global [Osborne e Glaeber:1994], ocorrendo assim uma verdadeira revolução nos alicerces da burocracia moderna.”³⁹² As *correntes revolucionárias* das novas teorias modernas faziam jus às experiências de reforma ocorridas no Reino Unido, nos EUA e na Nova Zelândia, podendo ser divididas em:

TABELA 3:

Gerencialismo Puro	Consumerism	Public Service orientation
Economia/ eficiência da “gestão pública”	Efetividade/ qualidade	Accountability/ equidade
Tax payers (contribuintes)	Clientes/ consumidores	Cidadãos.

(elaborada por Abrúcio. *Op. Cit.* p. 181)

Numa linguagem claramente administrativa *gerencialista*, o autor assume com naturalidade os pressupostos da administração empresarial e sua respectiva transferência para a “administração pública”, bem à tônica das três “correntes” citadas acima. Com matizes, as referidas “correntes” são absolutamente obtusas em relação à problematização da dinâmica política que permeia o funcionamento do aparelho de Estado e suas agências. *Direito* é transformado em *serviço* a ser prestado pelo Estado à sociedade civil, mantenedora (através de impostos) do aparelho de Estado. À luz da lógica de mercado

³⁹² ABRÚCIO. F. In BRESSER-PEREIRA & SPINK, P. (orgs) *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*. Rio de Janeiro. FGV Editora. 1996.

(oferta/demanda/eficiência/ineficiência/bonificação por desempenho) são noções muito caras as três “teorias administrativas”, especialmente ao *gerencialismo puro* que, segundo Abrúcio, foi o cerne da reforma empreendida pelo *thatcherismo* no Reino Unido e tentada pelo governo Reagan nos EUA³⁹³. Façamos brevemente uma exposição das três “correntes”.

O *gerencialismo puro* teria sido, no início dos anos 1980, a resposta dada pelo governo conservador britânico à crise do *Whitehall* (administração burocrática erigida pelo Welfare State):

“(…) Foi na década de 80, em função do clima intelectual e político reinante e do esfacelamento do aparato estatal estruturado no pós-guerra, que a burocracia weberiana sofreu seu maior ataque. Nesse processo, o modelo gerencial importado da iniciativa privada, foi o fio condutor das reformas, embora não exclusivo, nem tampouco imutável. Ressalte-se, porém que o chamado managerialism [gerencialismo puro] foi o propulsor inicial das grandes mudanças porque passa o setor público.”³⁹⁴

Desta forma, o governo da *dama de ferro* no Reino Unido teria sido o laboratório, por excelência, das técnicas gerenciais aplicadas no aparelho de Estado. O sucesso desse modelo, segundo o autor, foi procedente das condições políticas específicas do governo britânico:

“o caráter extremamente majoritário do sistema político britânico, ancorado em um sistema eleitoral uninominal, em um bipartidarismo fortemente estruturado em termos organizacionais e nacionais, no parlamentarismo e num alto grau de centralização

³⁹³ Segundo Abrúcio, o federalismo característico do modelo republicano dos EUA teria sido o maior fator de dificuldade para a implementação de um modelo gerencial unificado naquele país. Exceto por experiências de governos distritais o gerencialismo não teve êxito nos EUA.

³⁹⁴ ABRÚCIO. Op. Cit. P. 179 (grifo do autor).

político-administrativa, levou a uma grande concentração de poder no Gabinete [Thatcher] e forneceram as condições ideais para o florescimento e consolidação do gerencialismo”.³⁹⁵

O *gerencialismo* puro tem como escopo primacial a relação redução de custos/ produtividade. Num quadro de crise fiscal tal como compartilhado pelos autores (Bresser, Abrúcio, Gaebler e Osborne) esse *gerencialismo* seria a busca pela eficiência dos “serviços públicos”. Tratar-se-ia de um modelo que parte do pressuposto acerca da necessidade de modificação das engrenagens da burocracia weberiana, neste sentido buscaria operar transformações no sentido de buscar:

“maior responsabilidade dos funcionários das agências governamentais, definição dos objetivos organizacionais e maior consciência acerca do ‘valor dos recursos’ (*value Money*) públicos, procurando maximizar a relação financeira entre os recursos iniciais e os gastos realizados para a produção de políticas, ou seja, incorporando o valor da eficiência na lógica de funcionamento da burocracia”.³⁹⁶

Técnicas de avaliação de desempenho e de racionalização orçamentária formam a tônica de propostas como essas. É interessante observar que os teóricos da administração especialistas em “custos”, “desempenho” e eficiência, panaceia destes intelectuais técnicos que no afã de apreender os problemas do funcionamento do aparato do Estado negligenciam claramente o elemento político que norteia o funcionamento do Estado em todas as suas dimensões. Negligência deliberada de especialistas técnicos que observam a realidade de

³⁹⁵ Idem. 181.

³⁹⁶ Idem. P. 183.

forma fragmentada e não se mostram capazes (melhor, capazes, mas desinteressados) em perceber as disputas em jogo e a natureza política do aparelho estatal. Essa miopia analítica é paradigmática na análise destes especialistas em gestão pública. Conhecimento produzido necessariamente para servir à execução daqueles que formulam as *políticas públicas*. O Estado não funciona porque é estatal! Esse é o axioma produzido por esse tipo de análise que toma como natural a transposição de princípios da administração empresarial privada para o aparelho do Estado. O cientista político da FGV reconhece que o “calcanhar de aquiles” do gerencialismo puro é justamente esse: “a subestimação do conteúdo político da administração pública. O gerencialismo puro, na verdade, tinha como base a separação entre a política e administração”.³⁹⁷ A crítica, ainda que muito tímida, ao “gerencialismo puro” “resvalaria” noutra corrente, essa agora mais próxima aos preceitos da administração gerencial postulados por Bresser-Pereira à realidade brasileira: o *consumerism* ou a lógica do cidadão-consumidor dos “serviços públicos”.

O *Consumerism* é um conceito que traria a noção de “qualidade total” da iniciativa privada para o aparelho de Estado. Baseado na abordagem do *Total Quality Management* esse tipo de premissa gerencialista ganhou espaço no Reino Unido, em fins da década de 1980, através de programas como o *Citizen Chart* baseado no princípio de que os “serviços públicos” devem estar direcionados às necessidades do público diretamente afetado. O *Citizen chart* foi para a Grã Bretanha o exemplo melhor acabado da noção de focalização de políticas públicas implementada pelo *thatcherismo* e continuado pelas administrações John Major e Tony Blair, na década de 1990. Consistira, sucintamente, “na implantação de programas de avaliação por desempenho organizacional de acordo com dados recolhidos pelos *consumidores*”. O próprio Major, ao sair em defesa de programas de focalização deste tipo afirmava que “os serviços públicos têm o dever específico de atender as necessidades de seus *consumidores e clientes*”.³⁹⁸

³⁹⁷ Idem, p.185.

³⁹⁸ Idem, p. 186 e Major, John. *Apud* Abrúcio. 1996. (grifo nosso).

Programas como o *Citizen Chart* no Reino Unido foram, de fato, inspiradores para o modelo gerencialista brasileiro, a despeito de serem conduzidos por governos conservadores como o do ex-primeiro ministro John Major, que nunca serviram de referência para Bresser e demais intelectuais do seu “campo cognitivo”. Dentro outros os aspectos, o *Citizen Chart* teria promovido a descentralização administrativa de serviços públicos, inserindo novos marcos regulatórios para tais serviços. Um “novo modelo contratual”, segundo Abrúcio, que possuía três dimensões:

“Extensão das relações contratuais ao fornecimento de serviços públicos entre o setor público, o setor privado e o voluntário/não lucrativo, criando uma nova estrutura de pluralismo institucional, contraposta ao antigo modelo baseado no monopólio estatal.

Extensão das relações contratuais ao próprio setor público, envolvendo descentralização, delegação de autoridade e mecanismos de *quasi Market*.

Estabelecimento de contratos de qualidade entre os prestadores de serviço e os consumidores/ clientes”.³⁹⁹

Consumidor pressupõe Mercado, que pressupõe bem e serviços voltados e coordenados pela lógica de Mercado. Modelos como o *consumerism* reconheceriam, segundo o cientista político da FGV/SP, as imprecisões (eufemismos à parte) em transpor princípios do setor privado para o “setor público”. Afinal de contas, mesmo para essas formulações liberais tecnicizantes e gerencialistas, havia a necessidade em se reconhecer o lugar do *cidadão* como aquele que é o alvo primacial dos *serviços públicos*. Cidadão desprovido de cidadania integral e entendido como consumidor de serviços. Essa ressignificação é central na análise dos administradores técnicos que se

³⁹⁹ Todo esse corolário gerencialista característico do *consumerism* permeia os textos de integrantes do segundo escalão do MARE como a administradora Cláudia Costin e Luiz Carlos Capella. A título de exemplo vide: “Valorização do Servidor”. *Revista do Serpro*. Jan/Fev 1997 e “O Momento de Corrigir Distorções”. *Correio Braziliense*. 26/09/1997, de Costin e Capella, respectivamente.

debruçam sobre o *melhor funcionamento da gestão pública*. O reconhecimento da necessidade de se pensar o “cidadão” levaria então a elaboração de uma terceira corrente destas “novas teorias da administração”: a *public service orientation (PSO)*.

Republicanism e democracia são termos que ganham a cena para esta corrente, à medida que se pensa como primacial na execução dos serviços públicos, a construção da “esfera pública”, da cidadania num ambiente político de democracia institucional. A mais “refinada” das correntes administrativas, ainda que com imprecisões e limites da abordagem da ciência política institucionalista traz à tona o “elemento político”, deliberadamente negligenciado pelas abordagens anteriores. *Accountability*, “justiça social” e “equidade” são expressões que surgem no vocabulário da PSO e não por acaso também muito presente na retórica gerencialista de Bresser e do alto escalão do MARE nos textos para o grande público e em documentos acerca da Reforma publicados pelo ministério entre 1995 e 1998:

“Os teóricos da PSO resgatam os ideias de participação política segundo um conceito mais amplo, o de esfera pública que se utiliza da transparência como proteção contra novas formas particularistas de intervenção na arena estatal, como o são o clientelismo e o corporativismo.

Portanto, é a partir do conceito de esfera pública (*domain public*) que se estrutura o conjunto de ideias da *public service orientation*. Essa esfera pública não é o só *locus* por excelência da participação dos cidadãos, mas, sobretudo, onde os cidadãos aprendem o com o debate público.”⁴⁰⁰

Nota-se que para o *politicismo* desse tipo de análise não há *classe*, *dinâmica conflitiva de classe* ou qualquer referência que se aproxime disso. Há no máximo “*cidadãos*”, *atores sociais envolvidos no debate*, ora em conflito, ora em consenso. Caberia à natureza da ação do Estado dirimir o conflito das

⁴⁰⁰ ABRÚCIO. *Op. Cit.* P. 191.

escolhas racionais dos indivíduos/cidadãos na sociedade civil, bem como seria também função do Estado construir consensos necessários em nome da *boa gestão pública*. Salta aos olhos a negligência analítica de abordagens institucionalistas deste tipo. Travestidas de uma tecnicidade pretensamente neutra e objetiva consistem claramente num exercício ideológico de dominação científica e política, na medida em que se formam “gestores” e “técnicas adequadas de gestão” para garantia da acumulação capitalista. Gerentes do capital que no alto de suas formulações se colocam como especialistas/intelectuais/técnicos subordinados àqueles no exercício do poder de fato. Não por acaso dois dos “convidados para o debate” sobre Reforma do Estado na América Latina e Caribe são (ou haviam sido até anos antes) conselheiros ou *policy makers* em ação no aparelho de Estado. São os casos de Kate Jenkins e Ruth Richardson, duas figuras de proa entre os convidados para a discussão sobre a reforma gerencial do Estado no Brasil.

O relato de Jenkins acerca da experiência reformista “social liberal” britânica é bastante elucidativo. Evidenciando uma abordagem estritamente tecnocrática das “reformas administrativas” adotadas naquele país desde meados dos anos sessenta, Jenkins ignora quase que por completo a dinâmica do jogo político em curso e das correlações de força necessárias para se compreender a alternância de poder entre trabalhistas e conservadores na Grã-Bretanha entre a década de 1960 e os anos noventa. São feitas referências esparsas à medidas adotadas pelo governo inglês, seja controlado pelo Partido Trabalhista, seja pelo *Tory*, no que tange à mudanças no setor público. Jenkins historiciza, por exemplo, a *Missão Real* constituída nos anos 1960 para exame da “eficiência do serviço público”. De forma mais específica, estaria em tela o *Relatório Fulton*⁴⁰¹, que segundo a conselheira sênior do governo britânico, “haveria legado subsídios significativos para o serviço público moderno”, apontando desde então para a “importância de uma administração competente nos negócios públicos: suas propostas para treinamento, análise e reestruturação refletiam o

⁴⁰¹ Relatório elaborado por comissão de parlamentares britânicos, coordenada pelo Sir John Fulton e publicada no *Report on the Committee on the Civil Service 1966/1968*. JENKINS, K. A *Reforma do serviço público no Reino Unido* In BRESSER, L. C. e SPINK, P. *Op. Cit.* p. 201.

que havia de melhor nas práticas de gerenciamento da época”.⁴⁰² A partir daí as reformas empreendidas nos anos oitenta (auge do tchatcherismo) mudariam radicalmente a “fisionomia do serviço público britânico”, nas entusiasmadas palavras de Jenkins. É digno de nota observar um detalhe no currículo da *sênior advisor* do governo britânico. Jenkins é um exemplo de “técnico”, especialista, que atuou tanto nos governos Thatcher, quanto no governo Blair, fato este que denota o acerto do sociólogo marxista Ricardo Antunes ao fazer o trocadilho “o governo *Tory* (Tony) Blair” para definir as equivalências políticas e ideológicas entre o novo trabalhismo britânico e o partido conservador, no poder no Reino Unido até o governo Major.⁴⁰³

De fato, não haveria maiores constrangimentos na correlação entre *torys*, “novo trabalhismo” e o *gerencialismo* tal qual pensado por Bresser no Brasil. Jenkins foi no Reino Unido, nos anos 1980, diretora da “Unidade de Eficiência” do gabinete da premier britânica. Uma espécie de agência análoga ao MARE (de menor porte) na Grã-Bretanha. Tal constatação pode ser feita a partir do relato da própria conselheira sênior inglesa ao descrever o papel desta agência do governo daquele país:

“A unidade de Eficiência tinha uma responsabilidade mais ampla: acompanhar as melhorias na administração de todo o serviço público e executar avaliações específicas para a primeira ministra. A implementação dos escrutínios era claramente responsabilidade do ministério interessado. O papel da Unidade era verificar o cumprimento dos princípios da implementação dos escrutínios, se as decisões eram tomadas com rapidez e implementadas com efetividade, e não o teor dessas próprias decisões.”⁴⁰⁴

⁴⁰² JENKINS, K. P. 202.

⁴⁰³ Consta no currículo de Jenkins ter sido consultora de governos do México e do Brasil. Não encontramos evidências na pesquisa da atuação de Jenkins no MARE, para além da mencionada participação neste Seminário sobre Reforma do Estado. As informações sobre a produção acadêmica constam no site da “Escola de Governo” da *London School of Economics*: <http://www.lse.ac.uk/government/whosWho/Academic%20profiles/Kate%20Jenkins/Home.aspx>

⁴⁰⁴ JENKINS. *Op. Cit.* p. 211.

O relato da então conselheira sênior do governo britânico deixa claro que o foco central das reformas administrativas implementadas entre 1982 e 1986 era a redução dos “custos do serviço público britânico, a criação de agências executivas e a descentralização de sistemas outrora centralizados do serviço público”⁴⁰⁵.

Há elementos na experiência britânica que, sem dúvida, inspiraram o corolário *gerencialista* do MARE e de Bresser-Pereira. No entanto, a experiência que melhor se aproxima do que fora implementado no Brasil nos anos 1990 foi a ocorrida na Nova Zelândia na primeira metade dos anos 1990. O relato da ex-ministra das finanças daquele país, Ruth Richardson⁴⁰⁶, ilustra não apenas os pressupostos gerenciais da chamada *reforma administrativa*, mas traça paralelos importantes, necessários e honestos entre os programas de privatização, medidas de austeridade fiscal, liberalização econômica e gerencialismo administrativo. O relato da neozelandesa em muito se assemelha com os postulados do modelo macroeconômico tucano executado por aqui. Não há muita preocupação em obliterar a falta de originalidade da coalização conservadora então no poder no Brasil:

“Houve uma grande liberalização econômica, através da desregulamentação dos mercados de produtos domésticos e de uma redução nas restrições à importação; grande liberalização dos mercados de capital e de trabalho; mudanças significativas na política social para fortalecer a autoconfiança; e – no nível macroeconômico – uma nova ênfase na redução da dívida do governo e na obtenção da estabilidade de preços”.⁴⁰⁷

⁴⁰⁵ Idem. PP. 204 E 205. A proposta de criação de agências executivas chegou a ser esboçada no PDRE/MARE, no entanto, ganhou força no Brasil o discurso pró publicização, ou seja, pela inserção de “entidades públicas não estatais” na execução de “atividades não exclusivas do Estado”.

⁴⁰⁶ RICHARDSON, R. “As Reformas do Setor Público na Nova Zelândia” In BRESSER-PEREIRA & SPINK, P. *Op cit.* 1996. Pp 215 – 235. Foi Ministra das Finanças entre 1990 e 1993

⁴⁰⁷ RICHARDSON. R. In BRESSER, L.C. & SPINK, P. *Op. Cit.* p. 215.

Os diagnósticos relativos à ineficiência do setor público em muito lembravam as observações feitas pelos técnicos do MARE acerca das deficiências do modelo burocrático de administração, que, segundo aquela lógica, haveria de ser superado:

“Confusão de objetivos, falta de *accountability*, inadequada adaptação para as mudanças. Mecanismos de controle por demais centralizados, estruturas complexas de administração, excesso de papelada, dispersão de responsabilidades, mecanismos muito difundidos de proteção interna e, finalmente, inabilidade para exercer o controle correto sobre os gastos do Estado... caracterizavam grandes áreas do setor público.”⁴⁰⁸

Neste sentido, os objetivos da reforma apontavam para as mesmas premissas do que seria, anos mais tarde, prescrito para a realidade brasileira:

“Melhorar a relação custo /eficiência na produção de bens e serviços pelo setor público; melhorar a qualidade desses bens e serviços; tornar a atuação do poder público como provedor de bens e serviços mais sensível às necessidades dos consumidores; maior controle pelos representantes eleitos sobre a utilização do dinheiro dos contribuintes; aumentar a transparência do setor público e, finalmente, restringir os gastos públicos em geral, dentro dos limites de uma administração fiscal responsável”.

A forma como Richardson conduz sua análise acerca da experiência neozelandesa chega a impressionar no que tange à aproximação com o que era, naquele contexto, postulado no Brasil. As semelhanças eram tão notórias que nos faz crer num quase esforço de *mimesis* por parte dos gerencialistas

⁴⁰⁸ Idem. P. 216. Interessante notar que as observações feitas pela ex-ministra neozelandesa sobre o aparelho de Estado daquele país em muito se assemelhava com as questões postas pelo próprio MARE em relação à ineficiência de agências do Estado brasileiro e acerca da reformulação parcial do próprio ministério, ocorrida entre 1996 e 1997.

brasileiros na elaboração da Reforma do Estado. Fala-se em controle/núcleo estratégico; descentralização de estruturas burocráticas *rígidas e centralizadas*”, *responsabilização dos agentes públicos (accountability)* daqueles que executam os serviços públicos. *Competição e pressupostos do setor privado* são vistos como elementos necessários a serem inseridos na administração pública, em função da melhor capacidade do mercado em alocar recursos desta natureza.⁴⁰⁹

Da mesma forma a necessidade de revisão das relações patronais no serviço público se fazia presente: “mais de um terço dos empregados do Estado [neozelandês, em 1996] estão agora sob contratos individuais”.⁴¹⁰ Desta forma, flexibilização da estabilidade do servidor público era vista como necessária para aprimoramento dos mecanismos de funcionamento do aparelho de Estado. Perda de direitos e desmonte do serviço público universal também parecem ter sido a tônica reformista empregada na Nova Zelândia.

Igualmente tratava-se da importância dos processos de privatização de empresas estatais (chamadas de EE’s pela autora), imprescindíveis, segundo tal visão, para garantir maior desempenho comercial de atividades que poderiam ser transferidas para o setor privado:

“Existe uma razão para se preferir ver as EE’s no setor privado - a oportunidade de desvio político da EE. Essa oportunidade é potencialmente grande. Por exemplo, o governo pode ser tentado a escolher uma diretoria extremamente política, ao invés de procurar pessoas mais qualificadas. Pode existir uma política de dividendos frouxa para evitar um aumento de preços que seria politicamente inconveniente. Ou pode até interferir no aumento no preço. A privatização elimina essas possibilidades”.⁴¹¹

⁴⁰⁹ Idem. p. 218.

⁴¹⁰ Idem. p. 221.

⁴¹¹ Idem. p. 224.

Ressaltemos também a preocupação de Richardson com as estratégias de privatização de EE's. O denodo mostrado pela convidada neozelandesa em explicitar os cuidados e distanciamentos necessários entre *agentes públicos* e *privados* na alienação de empresas do SPE (setor produtivo estatal). Um discurso que, diga-se de passagem, era incansavelmente repetido pelo governo FHC para justificar junto à sociedade civil a privatização executada naquela década. Richardson, com certa honestidade tratava dos cuidados necessários na relação publico/privado nesses processos de transferência de bens estatais:

“Uma vez decidida a venda pelos ministros, o processo [de privatização] deve decorrer da maneira mais comercial possível. Os ministros, como representantes dos contribuintes, serão chamados para tomar a decisão final sobre o licitante ou licitantes que serão aceitos, e podem ser envolvidos em negociações posteriores. Entretanto, eles devem ter pouco ou nenhum contato com os compradores potenciais até esse estágio do processo. Durante quase todo o tempo os licitantes devem lidar com pessoas autorizadas”.⁴¹²

Richardson parece negligenciar de forma deliberada a possibilidade de relações promíscuas entre frações do setor privado e agentes do Estado envolvidos em processos bilionários de transferência de fundos e ativos públicos para as empresas licitantes. Não está nos escopo de nossa tese de doutorado analisar possíveis episódios de corrupção ocorridos na Nova Zelândia, tampouco os que, de fato, ocorreram do Brasil no período *tucano*. No entanto, no caso brasileiro, parece bastante elucidativo da forma como as desestatizações foram executadas, o envolvimento de autoridades do primeiro e segundo escalão do governo FHC no auxílio à formação de consórcios para compra de frações do sistema Telebrás, realizada em 1998. Afinal, quem não se lembra do grampo telefônico que flagrou uma delicada conversa entre o então ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, o então presidente do BNDES

⁴¹² Idem. p 225.

– André Lara Resende – e o diretor do Banco do Brasil, Ricardo Sérgio de Oliveira? Na ocasião, buscava-se favorecer o Banco *Opportunity* na parceria com o Fundo de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (a PREVI) para a aquisição da “banda Tele Norte Leste” oferecida naquele ano em leilões de privatização. O escândalo que culminou com a demissão de Mendonça de Barros, do presidente e vice-presidente do BNDES e do diretor do BB revelou o “submundo” das relações e favorecimento entre agentes do Estado e consórcios multimilionários postulantes dos ativos estatais em processo de alienação.⁴¹³ Fora o fato dos “fundos públicos” serem historicamente usados para a acumulação e reprodução do capital, atos corruptivos também forjaram o script da chamada *privataria tucana*.⁴¹⁴

Por último, a Richardson viria a destacar aquilo que, aplicado ao Brasil, viria a ser considerado o “carro chefe” da moralidade tucana nos *anos FHC*: a lei de responsabilidade fiscal (LRF). Ponto nevrálgico para os princípios da boa administração gerencial, segundo os postulados neoliberais do bloco no poder. “Administrar prudentemente os riscos fiscais que ameaçam o Estado”, nos dizeres de Ruth Richardson. De fato, o nascedouro na LRF apregoada por FHC, Bresser-Pereira e aliados estava ali, na experiência neozelandesa. A presença de Richardson no seminário sobre Reforma do Estado, no MARE, se justificava:

“Foram introduzidas [na Nova Zelândia] três iniciativas legislativas na moderna era da administração fiscal. A *Lei do Setor Estatal* de 1988 libertou as relações patronais do núcleo do setor estatal e criou um regime descentralizado de administração no qual o enfoque é o desempenho para a contratação e contabilidade voltada para os resultados. O Estatuto de Finanças Públicas de 1989 introduziu maiores reformas na administração financeira, tais como a contabilidade por competências e a exigência da elaboração de

⁴¹³ Ficou registrada no grampo realizado pela Polícia Federal a expressão do então diretor do BB, Ricardo Sérgio de Oliveira: “chegamos ao limite da irresponsabilidade”, ao tratar da parceria lesiva entre a PREVI e o *Opportunity*. Ver KUCINSKI, B. “O grampo na política e no jornalismo”, disponível em www.kucinski.com.br. Acessado em 21/06/2015.

⁴¹⁴ Na célebre expressão do jornalista Amaury Ribeiro Jr. *A Privataria Tucana*. São Paulo. Geração Editorial 2011.

um balanço do Estado. Essas reformas deram aos ministros valiosos instrumentos com os quais foi possível avaliar a posição fiscal e fazer cortes necessários nos gastos do governo. No entanto, elas por si só não garantiram que os ministros tomassem boas decisões de gastos. Estas precisam ser associadas à vontade do governo de utilizar essas ferramentas responsavelmente. Este tipo de política não está sempre presente. Isso me motivou como ministra das Finanças entre 1990 e 1993, a procurar fortalecer ao máximo o comportamento de responsabilidade fiscal ao longo do tempo. Isso levou à iniciativa chave legislativa no setor das reformas públicas – a Lei de Responsabilidade Fiscal de 1994.”⁴¹⁵

Sem grandes contorcionismos retóricos e apreendendo a dimensão exata do que significava a LRF, a ex-ministra das finanças da Nova Zelândia reconhece a importância da lei, “por dar aos contribuintes e *investidores* maior confiança na forma pela qual o Estado administra as finanças e os recursos públicos”.⁴¹⁶ A economia neozelandesa tornara-se um “local atraente para os investimentos e [estaria] sustentando uma ampla estratégia para um maior crescimento econômico e melhores padrões de vida no país”, segundo o laudatório relato da ex-ministra.⁴¹⁷ Crescimento com poupança externa e vulnerabilidade estrutural.

Esse parece ter sido o cerne do modelo econômico neozelandês e que em muito se assemelha com o que fora adotado no Brasil da segunda metade dos anos 1990.

⁴¹⁵ RICHARDSON, R. *Op. Cit.* p. 227. No Brasil, a Lei de Responsabilidade Fiscal foi promulgada em maio de 2000. Na prática, consolida todo o arcabouço jurídico normativo que restringe a execução fiscal brasileira. Um dos desdobramentos indiretos desta legislação é o atrelamento das dívidas fiscal e financeira. Desta forma, a Lei de Responsabilidade cria restrições concretas para o Orçamento da União, estados e municípios. No caso na União, a LRF garante a normatização de geração de superávits fiscais para pagamento da dívida pública financeira. Institucionaliza-se a transferência de recursos fiscais para o capital financeiro rentista.

⁴¹⁶ *Idem.* p. 230.

⁴¹⁷ *Idem Ibidem.*

4.2.1- O Centro Latino Americano de Administração e Desenvolvimento (CLAD):

É digno de nota também destacarmos a participação do Centro Latino Americano de Administração e Desenvolvimento (CLAD) no Seminário sobre a reforma do Estado organizado pelo MARE. Tal órgão se constituía como uma agência multilateral e possuía como foco a cooperação entre os *policy makers* e especialistas em “gestão pública” da região. Em seu site de apresentação, esse *Think tank* constituído como uma agência de fomento, debates e cooperação institucional para fins de modernização das gestões públicas dos países signatários do Centro:

O CLAD é um organismo internacional de referência obrigatória em suas áreas de competência. Além disso, o reconhecimento que obteve entre os governos ibero americanos, fez com que diversos organismos públicos internacionais passassem a solicitar sua colaboração. Igualmente, desenvolve instituições governamentais de cooperação e instituições de investigação e docência na Europa, Estados Unidos e Canadá. Institucionalmente participa em outras instâncias internacionais e se constitui na secretaria técnica permanente das Conferências Iberoamericanas de Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado que se realizam no escopo das Câmaras Iberoamericanas de Chefes de Estado e de Governo.⁴¹⁸

A participação desta agência revelava o trânsito do ministro Bresser-Pereira em organismos internacionais que se predispunham a organizar os termos do debate acerca da reforma gerencial:

“O Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), cuja missão é de colaborar para a difusão e o debate das ideias e práticas sobre a reforma do Estado, particularmente da Administração Pública, tem um papel estratégico: promover a Reforma Gerencial do Estado Latino-americano. Isto porque a Reforma Gerencial da Administração, que

⁴¹⁸ Disponível em clad.org. *Acerca del Clad*. A criação desta agência foi respaldada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, de acordo com a resolução 2845-XXVI.

vem ocorrendo em um número crescente de países, é que oferece as melhores respostas aos desafios econômicos, sociais e políticos presentes na América Latina”.⁴¹⁹

Não por acaso boa parte dos participantes do seminário organizado pelo MARE não apenas fazia parte do CLAD, mas possuía posições proeminentes em fóruns desta agência multilateral. Bresser figura até os dias atuais como presidente do Conselho científico da instituição. A catalã Joan Prats i Catala, o polonês radicado nos EUA, Adam Przeworski e a cientista política chilena Nuria Cunill Grau eram alguns dos especialistas (técnicos) que compunham tal conselho. Um bom exemplo da natureza desta agência, seus postulados e propósitos podem ser vistos em documento aprovado pelo Conselho Diretor do CLAD acerca dos processos de “modernização da Administração Pública e Reforma do Estado dos 25 países membros”. Em tom absolutamente laudatório às premissas da reforma gerencial, já esboçadas por nós, o documento revelava o esforço da comunidade científica especializada na difusão das noções “gerenciais”, “sociais liberais” que tanto animavam governos e coalizões conservadores como a que estava no poder no Brasil. “contorcionismos retóricos” – inspirados e que inspiraram- a produção intelectual *bressiana* são evidentes no documento. Procurava-se um afastamento necessário da versão *hard* de neoliberalismo e “reformas estruturais” como as prescritas pelo consenso de Washington. Embora, na prática, as noções e propostas de reestruturação da relação Estado/Sociedade Civil fossem basicamente as mesmas:

⁴¹⁹ *Uma Nova Gestão Pública para a América Latina*. Documento do CLAD. 1998. Tal instituição de formou em 1972 a partir da iniciativa dos governos do México, Peru e Venezuela. Com sede em Caracas, sua criação foi respaldada pela ONU com o propósito de se estabelecer um organismo internacional que teria como eixo a modernização das administrações públicas dos países integrantes. (Resolução 2845 - XXVI). Além dos países latino-americanos formavam o CLAD as nações ibero-americanas (Portugal e Espanha).

“A Reforma do Estado tornou-se um tema central da agenda política mundial (...) Num primeiro momento, a resposta foi a neoliberal conservadora. Dada a imperiosa necessidade de reformar o Estado, restabelecer seu equilíbrio fiscal e equilibrar o balanço de pagamento dos países em crise, aproveitou-se a oportunidade para se propor simplesmente a redução do tamanho do Estado e o predomínio total do mercado (...). Depois de algum tempo constatou-se que a solução não estaria no desmantelamento do aparelho estatal, mas em sua reconstrução” (...) Na área social, o caminho é reforçar o papel do Estado como formulador e financiador das políticas públicas. Para isso, torna-se fundamental o desenvolvimento da capacidade catalisadora dos governos em atrair a comunidade, as empresas ou o *Terceiro Setor* para compartilhar a responsabilidade pela execução dos serviços públicos, principalmente os de saúde e de educação básica. Mas um primeiro alerta deve ser feito para o caso latino-americano: é necessário manter o poder de intervenção estatal direta quando não houver as condições sociais mínimas para compartilhar as atividades com a sociedade.⁴²⁰

Sutilezas terminológicas à parte, o CLAD tratava da busca por uma espécie de “terceira via entre o *laissez faire* neoliberal e o antigo modelo social burocrático de intervenção estatal”.⁴²¹ Falava-se numa “segunda rodada de reformas”, já que a primeira – que deu primazia aos problemas financeiros do Estado - promoveu a abertura comercial dos países signatários das reformas prescritas pelas instituições de Washington e alçou o ajustamento fiscal como condição *sine qua non* daquele modelo macroeconômico. Fracassou, entretanto, no que tange a um crescimento com “justiça e equidade social”.⁴²² Essa segunda rodada de reformas buscava a maior eficiência dos serviços públicos através da reelaboração dos termos de atuação do aparelho de Estado. Nem tanto Estado, nem tanto mercado: constructo teórico e político artificial que encontra em

⁴²⁰ Documento do CLAD. *Op cit.* 1998.

⁴²¹ *Idem ibidem.*

⁴²² Importante perceber que a expressão crescimento com equidade social retorna nos anos 2000 ao vocabulário dos setores adeptos do *novo desenvolvimentismo*, inclusive um dos “pais” da ideia: Bresser-Pereira.

Bresser-Pereira lugar seguro para difusão dessas ideias. Exercício de dominação de classes que encontrou artífices refinados como o ex-ministro e, nos dias atuais, nos *macroeconomistas do desenvolvimento*.

As propostas do CLAD não diferenciam em nada do que foi apresentado até aqui no que diz respeito às noções de *reforma gerencial*. Certamente seu mérito (do CLAD) foi o fomentar fóruns internacionais para este debate, no propósito de conquistar adeptos da comunidade científica, bem como mostrar algum grau de coordenação entre os governos dos países membros. Democracia institucional, *governança* e *governabilidade* se apresentavam como palavras chave do discurso *gerencialista*, preocupado em adaptar os pressupostos da administração empresarial à máquina pública, destacando as *demandas* do cidadão/ consumidor/ cliente, razão de existir dos serviços públicos oferecidos. Publicização, terceirização e descentralização de atividades do Estado também são concepções presentes na elaboração do conselho.

Para os institucionalistas e teóricos da administração pública situados no CLAD categorias como *interesse público*, *atores* envolvidos nos processos de tomada de decisão por parte dos *gestores públicos* são explicativas das noções de sociedade civil e Estado presentes naquela elaboração teórica. O paroxismo deste funcionalismo gerencial despolitizado dos *especialistas não ideológicos* (?) da *gestão pública* está na negligência absoluta de uma reflexão mais consistente acerca das contradições das classes e frações de classe na disputa pela hegemonia. Reconhecem-se, no máximo, os conflitos entre *indivíduos* ou *atores* que tentam maximizar suas expectativas em relação ao Estado, entendido como conjunto de instituições dotadas do “monopólio legítimo da violência”. Da mesma forma, democracia, livre mercado e uma sociedade atomizada constituída por indivíduos livres surgem como axiomas necessários nesta abordagem *gerencialista*. “O governo não pode ser uma empresa, mas pode se tornar mais empresarial”. Certamente esta é a síntese da proposta de reforma do Estado por *gerencialistas* weberianos como Bresser-Pereira e demais intelectuais membros do CLAD e que, direta ou indiretamente, ocuparam espaços de poder no aparelho de Estado para execução do projeto privatista conservador travestido de social liberalismo e predominante na América Latina da segunda metade da

década de 1990. Intelectuais que aderem conscientemente a um projeto de dominação burguesa, legitimados por parte de seus pares no *campo científico* e galvanizados por segmentos da grande imprensa, formadores na etérea e pouco precisa *opinião pública*.

A propósito de um epílogo:

Do neoliberalismo de terceira via ao “novo desenvolvimentismo”- o réquiem “social-liberal” revisitado.

Tomamos a liberdade de quebrar – de certa forma- os protocolos rigorosos exigidos por uma tese acadêmica e nos propomos a uma reflexão em caráter de epílogo, norteadada pela seguinte hipótese: o “social liberalismo” ou “abordagem social liberal” buscado por Bresser no corolário acerca da proposta (contra) reformista do Estado brasileiro deslizada na primeira década do século XXI para o que atualmente o ex-ministro qualifica como “projeto *novo desenvolvimentista*” ou macroeconomia do desenvolvimento. Neste sentido, uma retomada sob outros termos do social liberalismo tal qual proposto para o PSDB nos anos 1990, mas nunca alcançado por este. Consolidado o consenso acerca do fracasso do receituário monetarista ortodoxo, hegemônico na década anterior, evidenciado os efeitos sociais deletérios do modelo privatista e dependente implementado nos governos Cardoso e caracterizada a novíssima dependência da economia brasileira, Bresser-Pereira se reaproxima, no campo teórico, das correntes neokeynesianas e estruturalistas que retomam fôlego no debate econômico acerca das estratégias de desenvolvimento a serem adotadas após a avalanche liberal privatista/ rentista que caracterizara o período anterior.

Interessante notar que o (re)florescer dos (neo)keynesianos e (neo) estruturalistas no Brasil coincide com o êxito do pacto político eleitoral que conduz o Partido dos Trabalhadores e o ex metalúrgico Luis Inácio Lula da Silva à presidência da República nas eleições de 2002. Apesar de manter intacto o tripé básico que sustenta o modelo macroeconômico erigido a partir do *Plano Real*, a *Era Lula* apresenta matizes em relação ao período anterior. Houve desde 2003, no Brasil, uma tentativa de apontar para medidas heterodoxas ou anticíclicas no plano microeconômico, mas num ambiente onde a macroeconomia neoclássica e monetarista ainda funciona como sustentadora do

modelo maior. O período de doze anos que marca os governos Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2010-2014) possuem inflexões importantes a serem observadas (o 1ª governo do PT fora marcado, como bem aponta Leda Maria Paulani⁴²³, por um aprofundamento de medidas econômicas de caráter restritivo e liberal, tão conhecidas, e até então criticadas pelo PT até 2002).

Tendo como pano de fundo as rupturas e continuidades, o “pacto de compromisso”, o “reformismo quase sem reformas”⁴²⁴ ou o pretense “novo desenvolvimentismo” dos períodos Lula e Rousseff, pretendemos neste epílogo apresentar na produção teórica *bressiana* a sua filiação ao que passara a chamar de “novo desenvolvimentismo” ou “macroeconomia do desenvolvimento”. O itinerário destas categorias na obra de Bresser-Pereira será demonstrado ao longo do texto, bem como seu movimento de aproximação programática e ideológica ao atual bloco no poder, marcado pela aliança entre PT e PMDB que sustentara em âmbito político eleitoral os governos Lula e Dilma Rousseff. De fato, o *policy maker* no aparelho de Estado, Bresser-Pereira, sai de cena e adentra o economista heterodoxo (que segundo ele mesmo, fazia críticas reservadas ao monetarismo da equipe econômica dos dois governos tucanos, mas que se rendera “um pouco” ao neoliberalismo tão em voga na década anterior⁴²⁵). O debate desliza para a retórica e tecnicidade econômica, no

⁴²³ Para pormenores deste debate que será o pano de fundo para a apresentação de nossa hipótese ver: PAULANI, L. D. “Brasil Delivery: A Política Econômica do Governo Lula”. *Revista de Economia Política*, vol. 23, nº 4 (92), out-dez/2003. Da mesma autora, dois artigos seminais e foram extremamente relevantes para ilustrar o ambiente macroeconômico que “abriga” nossa hipótese: “Quando o medo vence a esperança (um balanço da política econômica do primeiro ano do governo Lula)” *Crítica Marxista*. Unicamp. Nº 19. Jun/2006 e “Capitalismo financeiro e estado de emergência econômico no Brasil: o abandono da perspectiva de desenvolvimento” In OLIVEIRA, F; BRAGA, R & RIZEK, C. *Hegemonia às avessas*. São Paulo. Boitempo editorial. 2010. Também para um panorama amplo, mas minucioso sobre os dois primeiros governos do PT: MAGALHÃES, João Paulo *et al.* *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. São Paulo. Garamond Editora. 2010.

⁴²⁴ Tomamos de empréstimo a expressão de Valério Arcary no livro *Um Reformismo quase sem Reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da Revolução brasileira*. São Paulo. Sundermann editora. 2012.

⁴²⁵ *Bresser Pereira deixa o PSDB*. Entrevista dada a Maria Inês Nassif, do jornal *Valor Econômico*, em 09/04/2011. Republicada em <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/bresser-pereira-deixa-o-psdb>. Literalmente as palavras do ex-ministro em 2011: “No governo Fernando Henrique, ou nos anos 90, a hegemonia neoliberal foi muito violenta. Foi tão violenta que também atingiu a mim. Não escapei dela...” Ao ser questionado pela entrevistadora se caíra no

entanto a capacidade de articulação e ingerência na “comunidade epistêmica” dos economistas nekeynesianos e neoestruturalistas de Bresser se mantém a mesma dos tempos outrem. Como um dos articuladores da chamada *proposta de São Paulo* de 2004, em torno da “nova estratégia de desenvolvimento” (sustentada por três pilares: poupança nacional, a escolha de um regime de câmbio favorável ao incremento industrial e “Estado como vetor das opções coletivas”⁴²⁶), nas palavras de um dos signatários do “novo consenso” a ser elaborada e prescrita para economias emergentes como a brasileira, Bresser-Pereira mantém ativa atuação intelectual no debate econômico nacional, convergindo programática e ideologicamente, neste contexto (2004-2014), com as hostes governistas. Desfilado voluntariamente do Partido da Social Democracia Brasileira desde 2011, Bresser se projeta como interlocutor, no campo acadêmico e fora dele, como um expoente do chamado “novo desenvolvimentismo”. O percorrer da trajetória e do movimento desta “categoria” (que ganha corpo no debate político/econômico atual) na obra de Bresser é fundamental para demonstrarmos a convergência “inusitada” entre Bresser e o PT. Quem mudara de lado? De que lado estaria o transformismo histórico/ideológico? A convergência se dá em função do movimento de ambos e, neste sentido, buscaremos afirmar, a partir de uma perspectiva crítica ao *novo desenvolvimentismo* (no plano econômico) e ao *lulismo*⁴²⁷ (no plano político eleitoral *stricto sensu*). O réquiem “social liberal” dos anos 1990 revisitado e agora sob outros termos, mas expressando como nunca a dominação de classes no país. A “direção moral”, no sentido gramsciano da expressão cabe ainda aos

conto da globalização, responde sem deixar de transparecer seu constrangimento: “Um pouco. Não totalmente, mas ninguém é de ferro. O grande problema da social democracia é que ela se deixou influenciar, no mundo inteiro”.

⁴²⁶ “A proposta de São Paulo”, como fora chamada pelo economista regulacionista francês Robert Boyer, na apresentação do livro de Bresser-Pereira, *Globalização e competição: Por que alguns países emergentes tem sucesso e outros não*. São Paulo. Campus/Elsevier. 2010.

⁴²⁷ De forma crítica, apreendemos para fins de exposição de nossa hipótese o conceito de *Lulismo*, tal qual discutido pelo cientista político e jornalista André Singer em sua tese de livre docência: SINGER, A. *Os sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador*. São Paulo. Companhia das Letras. 2012. Um fato não pode deixar de ser mencionado para fins de comprovação de nossa hipótese: Bresser-Pereira foi um dos arguidores convidados para participar da Banca do Concurso de livre docência de Singer, ex-porta-voz da Presidência da República do governo Lula, entre 2003 e 2007.

destinatários da “Carta ao povo brasileiro”⁴²⁸, formulada pela candidatura de Lula às vésperas da vitória eleitoral de 2002, a fim de não ser admoestado pelos *rentistas*, garantindo assim a “governabilidade”, tal qual entendida no período *tucano*. Mas voltemos ao nosso objeto de estudo.

Partindo destes pressupostos e buscando analisar o debate sobre a conjuntura macroeconômica dos últimos dez anos, pretende-se fazer, especificamente neste epílogo, o recorte acerca da ideia de “novo desenvolvimentismo” na obra e Bresser-Pereira. Refaçamos, ainda que parcialmente, o itinerário deste conceito na produção intelectual do ex-ministro nos últimos anos. Situemos o *embrião teórico* deste debate, no Brasil, na retomada que Bresser-Pereira faz da crítica seminal de Joseph Stiglitz, ex-diretor do Banco Mundial, ao corolário monetarista ortodoxo do Consenso de Washington.

Na segunda metade dos anos 1990 o fracasso dos ditames da ortodoxia convencional, traduzidas pelas ideias do Consenso de Washington, já se mostravam bastante evidentes. Os efeitos do modelo econômico defendido majoritariamente pelas instituições de Washington já se faziam notar em diversas partes do mundo. Da trajetória destrutiva esboçada pelos países egressos do socialismo real à “dualização social” das economias das demais nações em desenvolvimento. O cenário de baixo crescimento, recessões, ajustes fiscais e crises cambiais marcavam os Estados latino-americanos, naquele contexto. Tal conjuntura reverberou de imediato no *establishment multilateral* das instituições de Washington. A autocrítica ao “corolário de Washington” (ainda que com muitos limites) não tardaria para vir. O próprio idealizador do conceito, o economista inglês John Williamson, publicaria já em 1996 o artigo intitulado *The Washington Consensus Revisted*.⁴²⁹ No entanto, partiu do então economista chefe do Banco Mundial e ex- consultor econômico do governo

⁴²⁸ Documento que servira para acalmar os mercados ao afirmar a continuidade dos paradigmas de política macroeconômica (monetária e fiscal) herdados do período anterior. Formular (manter) uma agenda (restritiva e conservadora) para a “crise brasileira”.

⁴²⁹ FIORI, José Luis. *60 Lições dos 90: uma década de neoliberalismo*. Rio de Janeiro/ São Paulo. Record. 2002. P. 88.

Clinton, Joseph Stiglitz, aquela que seria considerada a crítica de maior fôlego (advinda do próprio *mainstream*) à ortodoxia convencional apregoada pelo Consenso de Washington. O artigo publicado originalmente em 1997, *The Post-Washington Consensus*, garantiu a Stiglitz a alcunha de “Rebel Whittin” (o rebelde de dentro), segundo palavras do economista sul coreano Há Joon Chang.⁴³⁰ Neste seminal artigo, ainda que a crítica de Stiglitz não desconstrua por completo muitos dos objetivos elencados pelo Consenso, o então economista chefe do Banco Mundial realiza uma contundente crítica à “fé irracional” dos mecanismos de mercado defendidos pela ortodoxia convencional.⁴³¹ Não é exagero dizer que, com esta crítica ao receituário liberal, antiestatista e desregulamentador, Stiglitz dá novo ímpeto e fornece as bases iniciais para a retomada do pensamento nekeynesiano nos anos 1990, período historicamente marcado pelo pensamento único e convergência com os postulados do livre mercado, redução do papel do Estado e aberturas comercial e financeira, tal qual defendidos pelo governo dos EUA e pelas instituições multilaterais de Washington: FMI e o Banco Mundial.

Em publicação posterior, *A Globalização e seus malefícios: promessas não cumpridas de benefícios globais*, de 2002, Stiglitz “voltaria à carga” contra as instituições multilaterais sediadas em Washington. Embora perceba a globalização como algo que em tese “trouxera benefícios”, Stiglitz reconhece (mais uma vez) a responsabilidade dos artífices da “globalização neoliberal” sobre a conjuntura de estagnação, crise e acentuada pobreza que marcaria as economias em desenvolvimento, que, via de regra, seguiram à risca os

⁴³⁰ CHANG, Ha Joon. *Chutando a Escada. A estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica*: São Paulo: UNESP. 2004.

⁴³¹ Neste mesmo ano de 1997, o *World Development Report* do Banco Mundial, cujo emblemático título *The State in a changing World* ofereceria argumentos muito consistentes na direção da “retomada” do papel do Estado. Segundo esse relatório, “o que era necessário, eram teorias sobre como se fazer instituições públicas mais robustas e capacitadas e como conectá-las mais eficientemente à sociedade civil” (EVANS. 1998:52). A resposta aos “neoutilitaristas” apresentada por “abordagens institucionalistas comparativas” como a de Evans e do sul coreano Chang mostra, de forma muito didática, a tônica da crítica originária das fileiras do Banco Mundial ao consenso ortodoxo predominante nos anos noventa. Ortodoxia esta que vaticinava o papel Estado a um “mínimo necessário”. A crença de que o controle burocrático estatal deveria ser substituído pelos mecanismos de mercado, sempre que possível.

postulados da ortodoxia convencional. “Se a globalização não logrou êxito em reduzir a pobreza, também não teve sucesso em garantir a estabilidade.⁴³² As crises na Ásia e na América Latina ameaçaram as economias e a estabilidade de todos os países em desenvolvimento. Existe o medo do contágio financeiro se espalhar por todo o mundo, de que a queda da moeda de um mercado emergente signifique que outras também virão a cair. Por algum tempo, em 1997 e 1998, a crise asiática parecia representar uma ameaça para a toda a economia mundial”.⁴³³ É neste sentido que, segundo Stiglitz, a globalização na sua dimensão estritamente econômica se traduziria em efeitos desastrosos para os países emergentes: a desregulamentação financeira, abrupta abertura comercial e acentuada ampliação da vulnerabilidade econômica destes países. O risco de desintegração do tecido social a ampliação das desigualdades nas nações emergentes foram o resultado direto do modelo macroeconômico assentado na receita liberal que, apesar de malfadada no Chile e em países desenvolvidos como a Grã Bretanha de Margaret Thatcher nos anos 1970/80, fora apresentado pedagogicamente para as nações emergentes após o “Consenso de Washington” em 1989.

Em ambos os textos o argumento de Stiglitz caminha numa direção: Até onde as instituições de Washington deveriam prescrever modelos macroeconômicos padronizados para os países emergentes? O burocratismo do *mainstream* das instituições financeiras como o FMI, nas palavras de Stiglitz, se traduzia em modelos pré-concebidos de política econômica. Políticas fiscais e monetárias recessivas, ausência de controle do fluxo de capitais, abertura comercial e privatização de monopólios estatais formariam o cerne das recomendações de Washington para nações emergentes (como as latino-americanas, suscetíveis a esse corolário em função do fracasso do modelo desenvolvimentista clássico). As rígidas prescrições da ortodoxia convencional

⁴³² A ideia de “estabilização” defendida por Stiglitz, tanto no *Post-Washington Consensus*, quanto em *Globalização e seus malefícios* difere muito da noção de “estabilidade de preços” tão arduamente defendida pela ortodoxia convencional. Stiglitz defende que “estabilidade macroeconômica” é algo que vai além do mero “controle inflacionário”, significaria em linhas gerais a redução da vulnerabilidade financeira externa do país.

⁴³³ STIGLITZ, J. A *Globalização e seus malefícios*. São Paulo, Futura. 2002. P. 32.

tornar-se-iam um fim em si mesmo, ou seja, “camisas de força” para os países que as adotavam. Na avaliação de economistas políticos institucionalistas como Ha Joon Chang representariam o boicote à possibilidade de desenvolvimento (ou *catching up*) das economias emergentes.⁴³⁴ Um modelo de políticas macroeconômicas rejeitado pelos próprios proponentes. Nos dizeres de Prado⁴³⁵.

“Para os países em desenvolvimento recomendam-se políticas rejeitadas nos países desenvolvidos desde que Hoover foi presidente do EUA; para os países avançados, aplicam-se os princípios básicos da macroeconomia keynesiana. Naqueles países, em caso de recessão e desemprego recomendam-se a redução do déficit público e a flexibilização do mercado de trabalho; para os últimos, aplicam-se a redução das taxas de juros e seguro desemprego. Para os países em desenvolvimento, recomendam-se a redução das barreiras tarifárias e o corte de subsídios; para os países desenvolvidos, aceitam-se o protecionismo em produtos industriais, como têxteis e subsídios para a agricultura”.

O viés teórico/ analítico keynesiano de Stiglitz resgataria, outrossim, o papel efetivo do Estado na construção e execução de uma estratégia de desenvolvimento econômico que se propusesse como alternativa à ortodoxia convencional. A reativa de Stiglitz à fé nas reformas *market oriented* propostas pelas burocracias financeiras internacionais apresenta o seguinte pressuposto: “mercados fortes” podem (e devem) coexistir com “Estados fortes”. Mecanismos de “governança estatal” poderiam “corrigir as falhas de mercado” e, no limite garantir crescimento com equidade social. As palavras chave deste “novo consenso” deveriam ser, segundo Stiglitz, “sustentabilidade, democracia e

⁴³⁴ CHANG, Ha Joon. *Op cit.* P. 17. Chang se apropria da famosa expressão “chutar a escada” do mercantilista alemão F. List, quando este afirmava com sarcasmo que “qualquer nação que, valendo-se de taxas protecionistas e restrições à navegação tiver levado sua capacidade industrial e sua navegação a um grau de desenvolvimento que impeça as outras de concorrerem livremente com ela não pode fazer coisa mais sábia do que chutar a escada pela qual ascendeu à grandeza, pregar os benefícios do livre comércio e, em tom penitente, declarar que até recentemente vinha trilhando o caminho errado, mas acaba de descobrir a grande verdade”. LIST, F. *The National System of Political Economy* (1885) *apud* CHANG. P. 17.

⁴³⁵ PRADO, Luiz Carlos Delorme. “A política econômica deles, e a nossa... uma resenha de *A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais*”. Revista de Economia Contemporânea. vol.11 no.3 Rio de Janeiro Set./Dez. 2007.

equidade. E a nova estratégia deveria começar por uma redefinição completa do papel do Estado e dos governos como *agentes reguladores* e co-responsáveis pelo provimento da infraestrutura e pela implementação de políticas ativas de desenvolvimento tecnológico e industrial.”⁴³⁶ O vaticínio ao Estado, tão propalado pela ideologia de outrora, caía por terra diante dos evidentes resultados negativos da agenda política e econômica restritiva, liberal e desregulamentadora difundida nos países latino-americanos. Abria-se com isso espaço novamente para a análise de corte keynesiano, na América Latina (em especial no Brasil) e que teria nas reflexões do ex-economista chefe do Banco Mundial lastro, inspiração e ponto de partida. Ainda que com alguns anos de atraso (os anos iniciais da primeira década do século XXI) o consenso do “pós-consenso de Washington” se traduziria no Brasil na construção de um novo modelo de desenvolvimento com nuances em relação à ortodoxia convencional, mas que também buscaria superar os propósitos do “antigo desenvolvimentismo” (chamamos aqui também de “desenvolvimentismo clássico”). Entra em cena no debate acerca das possibilidades de desenvolvimento no Brasil a economia política do “Novo Desenvolvimentismo” que teria como seu maior expoente o economista e ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira.⁴³⁷

Neste sentido, o ponto de partida do debate público (para além da universidade) acerca do “Novo Desenvolvimentismo” encontra-se num didático artigo publicado por Bresser-Pereira no periódico *Folha de São Paulo*, em setembro de 2004. No texto intitulado *O Novo Desenvolvimentismo* Bresser é taxativo ao apresentar a nova estratégia de desenvolvimento como a via alternativa a ser seguida em oposição aos ditames da ortodoxia convencional predominante no Brasil na década anterior. O mote do argumento de Bresser neste artigo foi, não por acaso, a afirmação de Antônio Ermírio de Moraes

⁴³⁶ FIORI. *Op. cit.*, p. 89.

⁴³⁷ A literatura sobre o “Novo desenvolvimentismo” é relativamente recente no Brasil. Lanço mão nesta análise das produções do economista, professor do IE da UFRJ, João Sicsú, além do já mencionado Bresser-Pereira. Neste debate, segundo a economia política de viés institucionalista haveria, a despeito da proximidade terminológica, diferenças entre “Novo desenvolvimentismo” e “Neodesenvolvimentismo”.

(presidente do grupo Votorantin), que dizia que “estava na hora do Brasil ter um plano de desenvolvimento como fora o desenvolvimentismo do governo JK”.⁴³⁸ Fomentado por manifestações como essas, de expoentes do segmento empresarial brasileiro, que Bresser dá início ao que ele chama de retomada do debate acerca sobre o desenvolvimento, definindo o “Novo Desenvolvimentismo” como “uma nova estratégia nacional de desenvolvimento”. Uma estratégia alternativa não apenas à ortodoxia convencional, mas também ao antigo nacional desenvolvimentismo latino americano. Nestes termos, Bresser apresentava:

“O Brasil precisa de um novo desenvolvimentismo não porque o antigo fosse equivocado, mas porque encontra-se (sic) em um estágio diferente de desenvolvimento, vive uma nova realidade, e enfrenta novos desafios. Quais as diferenças fundamentais do novo desenvolvimentismo em relação ao antigo? E quais suas diferenças com a ortodoxia convencional?”⁴³⁹

A *nova estratégia* colocava-se, desta forma, como uma espécie de *terceiro discurso* entre o monetarismo ortodoxo, hegemônico nos anos 1990, e a antigo modelo nacional desenvolvimentista de base estruturalista – cepalina, presente nos países latino-americanos a partir da década de 1950-. O “Novo desenvolvimentismo” como um tipo ideal weberiano⁴⁴⁰, em boa medida, inspirado no êxito das opções de desenvolvimento adotadas pelos países do Leste asiático de crescimento acelerado (China e “Tigres asiáticos”- em especial a Coreia do Sul). Países que, segundo Bresser, rejeitaram os ditames das políticas macroeconômicas oferecidas pelas instituições de Washington e, em

⁴³⁸ BRESSER-PEREIRA. *O Novo Desenvolvimentismo*. “Folha de São Paulo”. 19/09/2004. Consultado em www.bresserpereira.org.br,

⁴³⁹ *Idem ibidem*.

⁴⁴⁰ A definição de tipo ideal, no sentido Weberiano, para situar analiticamente o “Novo Desenvolvimentismo” é utilizada pelo próprio Bresser-Pereira na apresentação do livro *Globalização e Competição: Por que alguns países emergentes tem sucesso outros não?*

função disso, apresentaram elevadas taxas de crescimento e industrialização (com destaque ao crescimento sólido de setores industriais de médio e alto valor agregado). Países de renda média que conseguiram alcançar seu *catching up* adotando um conjunto de políticas que priorizara as exportações e um crescimento econômico baseado na geração de uma sólida poupança interna.

Em termos mais estritamente teórico-analíticos, o “Novo Desenvolvimentismo” tem diversas origens, entre as quais a já mencionada inspiração Keynesiana⁴⁴¹, e a visão cepalina neo-estruturalista que, “tomando como ponto de partida que a industrialização latino-americana não foi suficiente para resolver os problemas de desigualdade sociais nos países da região, defende a adoção de uma estratégia de ‘transformação produtiva com equidade social’ que permita compatibilizar crescimento econômico sustentável com equidade social”.⁴⁴²

No artigo *Por que Novo Desenvolvimentismo?*⁴⁴³ João Sicsú faz um apanhado bastante elucidativo das linhas gerais da estratégia Novo Desenvolvimentista tal qual proposta inicialmente por Bresser-Pereira. Numa tratativa que se apresenta como resposta aos defensores do livre-mercado e do Estado mínimo, afirma que “a alternativa novo desenvolvimentista aos males do capitalismo é a constituição de um Estado capaz de regular a economia” que, segundo o autor, deve ser constituída “por um mercado forte e um sistema financeiro funcional”, voltado à esfera produtiva real e não para a atividade

⁴⁴¹ Segundo o economista João Sicsú, podemos destacar keynesianos contemporâneos, além de Stiglitz (1999), as análises de Paul Davidson (1994). Especificamente: STIGLITZ, J. “More instruments and broader goals: moving toward the Post-Washington Consensus”. *Revista de Economia Política*, vol. 19, nº 1, jan/mar. 1999 e DAVIDSON, P. *Post Keynesian Macroeconomic Theory*. Cheltenham. Edward Elgar. 1994, citados por SICSÚ (2005:2). Em linhas muito gerais, no cerne do argumento dos dois economistas neokeynesianos está embutida a noção de complementaridade entre Estado e Mercado.

⁴⁴² *Transformación produtiva com Equidad*. Documento da CEPAL, Santiago, 1990 *apud* SICSÚ *et al* (2005:2).

⁴⁴³ SICSÚ, J; PAULA, L. F. & Michel, R. *Por que Novo Desenvolvimentismo?* Versão ampliada e midificada da introdução feita pelos autores para a coletânea *Novo Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri/ Rio de Janeiro. Manole/ Fundação Konrad Adenauer. 2005.

especulativa.”⁴⁴⁴ Ademais, haveria a necessidade de se buscar “formas inteligentes” de ação estatal, complementares à ação privada. A noção de complementaridade entre Estado e Mercado seria, para Sicsú, pressuposto que orientaria uma “Reforma da Gestão Pública” voltada para a criação de mecanismos “eficientes” de ação estatal. Uma gestão que buscasse “aproximar as práticas dos gerentes públicos às dos privados, tornando-os ao mesmo tempo mais autônomos e responsáveis perante a sociedade.”⁴⁴⁵ Um Estado forte (eficiente) capaz de regular a concorrência a preservação do “interesse público”. Assim:

“Um Estado forte pode regular a concorrência- o resultado deve ser a constituição de um mercado forte onde predomina a busca pela redução dos custos e de preços, pela melhoria da qualidade dos serviços e produtos e, onde, conseqüentemente, haverá um reduzido desemprego, já que os menores e/ou menos eficientes também poderiam trabalhar, produzir, enfim, fazer parte do mercado”.⁴⁴⁶

Assim, para os adeptos da “estratégia” do “Novo Desenvolvimentismo”, o Estado deve ser forte no sentido de garantir ao governo condições (políticas) para implementação de ações macroeconômicas “defensivas” ou “expansionistas”. Políticas “defensivas” seriam aquelas capazes de reduzir as suscetibilidades do país às crises cambiais e “expansionistas” seriam aquelas de caráter anticíclico, adotadas num contexto recessivo e que objetivariam a promoção do pleno emprego. Um Estado (e suas instituições) capaz de prover a definição e coordenação de novas modalidades de inserção internacional. Da

⁴⁴⁴ Idem. p. 8.

⁴⁴⁵ Nota-se que, em relação à atuação do Estado, Sicsú retoma os argumentos de Bresser-Pereira, gestados desde os anos noventa, sobre a “reforma gerencial do Estado”. Cita, em especial, o livro *Democracy and Public Management Reform: building the republican State*. Oxford: Oxford University Press. 2004. Publicado com título homônimo em português, em 2009.

⁴⁴⁶ Idem. P. 9.

mesma forma, “conciliar estabilidade econômica, crescimento sustentado e maior equidade social.”⁴⁴⁷

Do Antigo ao Novo Desenvolvimentismo: a teorização de Bresser-Pereira.

Em publicação posterior Bresser-Pereira viria a realizar uma abordagem mais sistemática e explicativa do que qualifica como “Novo Desenvolvimentismo”. No artigo publicado em 2009, *Do Antigo ao Novo Desenvolvimentismo*⁴⁴⁸, o ex-ministro da Fazenda e da Reforma do Estado lança mão de uma argumentação bastante elucidativa acerca da necessidade de adoção de uma estratégia de desenvolvimento de caráter nacional e que se sustente a partir de uma ampla coalização de poder. O “Novo Desenvolvimentismo” adviria daí, se constituindo não como uma teoria econômica propriamente dita, mas numa estratégia baseada, em linhas gerais, na ideia de complementaridade entre Estado e Mercado. *Ipsis literis*, Bresser define esta nova estratégia como “um conjunto de valores, ideias, instituições e políticas econômicas através das quais, no início do século XXI, os países que ele qualifica como de renda média [Brasil, por exemplo] procuram alcançar os países desenvolvidos. Não se trata de uma teoria econômica, mas uma estratégia baseada principalmente na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento”.⁴⁴⁹ Assim, o “Novo desenvolvimentismo”, a despeito de suas bases teóricas de corte estruturalista cepalino, apresentar-se-ia como uma espécie de “Terceiro discurso”⁴⁵⁰ entre o “velho” discurso desenvolvimentista e a ortodoxia convencional presente nos postulados das instituições de Washington.

⁴⁴⁷ DINIZ, Eli. *Globalização, Estado e Desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio*. Rio de Janeiro. FGV Editora. 2007. PP. 11-16.

⁴⁴⁸ Publicado originalmente em inglês; “From Old to New Developmentalism in Latin America”. *Textos para discussão*. Junho de 2009 – Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas-SP .

⁴⁴⁹ BRESSER-PEREIRA. *Do Antigo ao Novo Desenvolvimentismo na América Latina*. Textos para discussão; EESP-FGV, Novembro de 2010. P. 17. Versão em português.

⁴⁵⁰ *Idem Ibidem*.

As diferenças fundamentais entre o “Antigo” e o “Novo Desenvolvimentismo” seriam ponto a ponto apontadas por Bresser. A antiga estratégia desenvolvimentista (chamamos aqui também de desenvolvimentismo latino-americano clássico) partia do pressuposto de que desenvolvimento econômico é sinônimo de industrialização.⁴⁵¹ A ênfase no modelo de industrialização por substituição de importações (ISI) explica-se a partir disso. Protecionismo econômico, protagonismo do Estado na geração de poupança forçada e investimento direto seriam aspectos fundamentais da concepção nacional-desenvolvimentista clássica. Por outro lado, para o “Novo Desenvolvimentismo” a industrialização dos países de renda média já seria um dado da realidade destas nações. Já são países “que já completaram ou estão envolvidos em suas próprias revoluções capitalistas; estão dotados de um estoque de capital que não existia antes, capaz de financiar os investimentos; estão dotados já de classes empresariais, profissionais e trabalhadores capazes de modernizar seus países”.⁴⁵² O crescimento econômico deveria estar lastreado pela coexistência entre um sólido mercado interno e uma estratégia de expansão industrial. Além disso, as diferenças básicas entre o desenvolvimentismo clássico e o “Novo desenvolvimentismo” estariam no campo das variáveis macroeconômicas. Enquanto o “Antigo desenvolvimentismo” agiria com certa complacência em relação aos déficits fiscais e com a inflação, o “Novo desenvolvimentismo” agiria à luz de uma rígida disciplina fiscal e controle de preços. A experiência brasileira com a hiperinflação nos anos 1980 não permitiria, segundo Bresser, abrir mão da estabilidade de preços alcançada na década posterior com o *Plano Real*.

No que tange ao papel do Estado, propriamente dito, há diferenças fundamentais entre o “Antigo” e o “Novo desenvolvimentismo”. Sob o nacional desenvolvimentismo “clássico” os Estados deveriam assumir uma postura

⁴⁵¹ Vale mencionar também que a crítica a este pressuposto viria, no início dos anos 1960, das próprias fileiras do pensamento estruturalista-cepalino. Celso Furtado já em 1961 reconheceria que industrialização tal qual preconizado pelos nacional-desenvolvimentistas não necessariamente geraria desenvolvimento econômico. Ver FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. RJ, Fundo de Cultura, 1961.

⁴⁵² Idem. P. 22.

central no planejamento do desenvolvimento capitalista. De forma mais específica, o Estado deveria assumir um papel ativo na geração de poupança forçada (consolidação e expansão de um mercado interno) e, investir não apenas em setores monopolistas, mas também naqueles que exigissem grandes somas de capital – pouco acessíveis para o incipiente capital privado nacional. O Estado fazia investimentos diretos em infra-estrutura e indústria pesada. Já sob a ótica da nova estratégia desenvolvimentista, tal qual preconizada, o Estado deveria também agir para geração de poupança forçada, investir e fomentar setores considerados estratégicos para o país. No entanto, o “Novo desenvolvimentismo” parte do pressuposto que o setor privado nacional possui sólidas condições para o investimento em geral. Caberia ao Estado um papel – gerencial- de coordenar e criar oportunidades de investimento para o setor privado, bem como reduzir as desigualdades econômicas e as “falhas” pertinentes à atuação do Mercado. Ao mesmo tempo em que a estratégia do “Novo desenvolvimentismo” negaria o vaticínio do Estado tal qual proposto pela ortodoxia convencional, rejeitaria também o argumento burocrático-estatista. Para Bresser um Estado excessivamente centralizado inibiria oportunidades de investimento e crescimento fomentadas pelo Mercado. “O Estado não deveria ser um investidor; ao contrário, deve-se concentrar em defender e garantir a concorrência”.⁴⁵³ Vale grifar que, segundo a ótica do “Novo desenvolvimentismo”, “o financiamento estatal – com poupança pública e não com endividamento- não deixaria de estar presente como fomento à atividade econômica em geral.”⁴⁵⁴ Em suma, para Bresser, o “Novo desenvolvimentismo” deve estar assentado sobre ‘uma política macroeconômica competente’, baseada em equilíbrio fiscal, taxas de juros moderadas e combate à sobreapreciação

⁴⁵³ *Idem ibidem.*

⁴⁵⁴ Embora Bresser não faça referência literal, o papel do Estado, tal qual defendido por ele em seu “tipo ideal” “Novo desenvolvimentista”, em muito se assemelha com o que fora adotado nos governos Lula (2003-2010) e no 1º governo Dilma Rousseff (2010- 2014), traduzido em ações de política econômica como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e inaugurado em janeiro de 2007. A ideia de “indução” do setor público para com a atividade econômica norteia tal programa que, previa entre 2007 e 2010 um investimento de 503,9 bilhões de reais em infraestrutura. Fonte: [Veja alguns pontos do PAC divulgados pelos ministros. Economia: pacote econômico. Globo.com, 22 de janeiro de 2007.](#)

cambial”.⁴⁵⁵ Esta última, registrada como uma tendência estrutural de economias exportadoras de *commodities* como a brasileira que, na última década tiveram sua demanda ampliada e seus preços valorizados.

O quadro a seguir esboça em linhas gerais as diferenças entre o “Antigo” e o “Novo desenvolvimentismo”, segundo Bresser-Pereira:⁴⁵⁶

<i>Antigo</i> <i>Desenvolvimentismo</i>	<i>Novo desenvolvimentismo</i>
1. Industrialização baseada na substituição de importações.	Crescimento orientado por um modelo de exportação de produtos de médio e alto valor agregado (Exporte-led model) combinado com um robusto mercado doméstico.
2. Atuação direta do Estado para obtenção de poupança interna forçada e investimentos diretos	O Estado se “supõe” como criador de oportunidades de investimento e responsável pela redução das desigualdades
3. Política Industrial centralizada	A política industrial é subsidiada. O novo desenvolvimentismo apoia uma política de estímulo industrial, mas rejeita sua preponderância: “Mais importante do que uma política industrial é uma política macroeconômica competente baseada em equilíbrio fiscal, taxas de juros moderadas e uma taxa de câmbio competitiva” (p.23)

⁴⁵⁵ BRESSER-PEREIRA. *Op .cit.* 2010. p. 22.

⁴⁵⁶ Elaborado por Bresser-Pereira. *Op cit.* 2010. P. 22.

4. Atitude mista em relação aos déficits orçamentários.

Absoluta rejeição aos déficits fiscais (equilíbrio fiscal e superávits são condições “pétreas” para esta estratégia de crescimento)

5. Relativa complacência com a inflação.

Sem complacência com a inflação.

Embora a discussão acerca sobre as estratégias de desenvolvimento a serem adotadas tenha, por razões óbvias, uma evidente ênfase no campo econômico (em especial no campo da macroeconomia), não se pode negligenciar o caráter político que norteia tal debate.⁴⁵⁷ Não há “ideias puras” no campo da economia política e por isso toda e qualquer discussão desta natureza perpassa por um evidente viés político. As ações de política macroeconômica derivam invariavelmente das opções políticas de seus artífices. Neste sentido, os artífices, sejam eles intelectuais, *policy makers* propriamente ditos ou ambos, do “Novo Desenvolvimentismo”, tem clareza de que o “pacto fundante” da “estratégia” preconizada estaria assentado na construção de um consenso de natureza política para consolidação das ideias que balizam a referida proposta. Perpassa a argumentação dos artífices intelectuais no “Novo desenvolvimentismo” o pressuposto que afirma que historicamente os países [em desenvolvimento] só conseguirão alcançar os países ricos quando adotarem “estratégias nacionais de desenvolvimento”. O que se poderia entender por “estratégia nacional de desenvolvimento”? Para Bresser (aquele que sem dúvida, apresenta-se com um dos maiores –senão o maior- dos artífices do “Novo desenvolvimentismo”) se

⁴⁵⁷ Robert Boyer, um dos principais economistas da *Escola Francesa da Regulação*, ao apresentar em 2008 o texto *Globalização e Competição*, de Bresser Pereira, lança mão duas emblemáticas perguntas: “Quais poderiam ser as alianças políticas motoras desse novo-desenvolvimentismo (sic): um bloco hegemônico composto por empresários – esclarecidos-, de uma classe média e de uma burocracia weberiana portadora do interesse geral? Mas como legitimar, nas sociedades democráticas, esse programa [o novo desenvolvimentismo] junto aos menos favorecidos? A interpelação parece provocadora ao autor do livro sobre quais seriam as estratégias para construção do consenso necessário ao êxito do “Novo desenvolvimentismo”. BOYER, R. *Do Consenso de Washington à Proposta de São Paulo*. 10/12/2008 In BRESSER-PEREIRA. *Globalização e Competição*. 2010 (Prefácio) .

trataria de um “conjunto de valores, ideias, leis e políticas orientados para o desenvolvimento econômico”⁴⁵⁸, no qual o Estado exerceria um papel central no sentido de tornar possível esse “pacto” pelo desenvolvimento econômico. Não chegaria a se constituir num projeto, porque lhe faltaria um documento (de natureza política) que descrevesse com detalhes os objetivos e as políticas a serem implementadas para atingir tais objetivos. Tratar-se-ia, segundo ele, de uma estratégia coletivamente (nacionalmente) construída que (embora reconheça os conflitos inerentes à sociedade capitalista) exigiria um razoável consenso entre seus “agentes” e “participantes” no sentido de erigir as bases para uma bem sucedida competição internacional. No bojo desta discussão o Estado emergiria como instrumento fundamental, na medida em que a liderança desta estratégia de desenvolvimento a ser erigida caberia “ao governo e aos elementos mais ativos da sociedade civil”. O resultado deste grande acordo, ou seja, “quando a estratégia torna-se realmente nacional, quando a sociedade começa a compartilhar, frouxa mas efetivamente, métodos e objetivos, é a *aceleração do crescimento*”.⁴⁵⁹

O “Novo desenvolvimentismo” e seu pacto político “fundante”, segundo seus autores, se constituiria na reativa ao modelo liberal monetarista hegemonicamente apresentado pelas instituições de Washington (FMI e Banco Mundial) – a “via clássica neoliberal”. O exemplo a ser seguido era o dos países asiáticos de crescimento acelerado (Coreia do Sul e demais “Tigres asiáticos”) que, nas últimas décadas do século XX, hesitaram em adotar o receituário político e macroeconômico apontado pelo “Consenso de Washington”. Nos dizeres de Bresser:

“It is the set of ideas that enables developing nations to reject rich nations’ proposals and pressures for reform and economic policy, like capital account liberalization and growth with foreign savings, in as much as such proposals are neo-imperialist attempts to

⁴⁵⁸ BRESSER-PEREIRA. *Op cit.* 2010. P. 4.

⁴⁵⁹ Idem. P. 5. Grifo meu.

neutralize the economic growth of competing countries – the practice of “kicking away the ladder” identified by Ha-Joon Chang (2002)”.⁴⁶⁰

A “proposta de São Paulo” ou “Consenso de São Paulo”, tal qual preconizado pelo economista francês Robert Boyer – tem como marco acadêmico fundamental o projeto, financiado pela Fundação Ford, *Governança Financeira e Novo Desenvolvimentismo*. Como parte integrante deste projeto foi realizado pela Escola de Economia da FGV-SP, em maio de 2010, um grande seminário que reuniu um seleto grupo de economistas keynesianos e neokeynesianos. Neste evento foram lançadas as chamadas “dez teses para o ‘Novo desenvolvimentismo’” em resposta ao fracasso definitivo da agenda liberalizante do “Consenso de Washington” às dificuldades impostas à economia global pela crise financeira iniciada pela falência do banco de investimentos *Lehman Brothers* nos EUA, em setembro de 2008. Um dos principais articuladores (senão o principal) para realização do evento foi o professor emérito da FGV-SP e ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira. As “dez teses do Novo desenvolvimentismo” se apresentam como uma sistematização, *à posteriori*, dos argumentos de natureza macroeconômica defendidos pelos artífices desta “nova estratégia de desenvolvimento” e já sumariamente apresentados neste texto. Basilares para as “teses do Novo desenvolvimentismo” são: o reconhecimento do estratégico papel do Estado (bem como de suas instituições) para promoção do crescimento econômico com “equidade social”, o controle sobre as taxas de juros realizadas pela autoridade monetária e sobre a taxa de câmbio, capaz de fomentar a expansão industrial calcada em bens de médio e alto valor agregado (à luz do que fora feito pelos países asiáticos de crescimento acelerado).

⁴⁶⁰ Utilizei nesta passagem o original inglês para ser mais fiel ao argumento do autor e evitar imprecisões na tradução já que se faz também, na citação, referência ao já mencionado trabalho do economista político institucionalista sul coreano Ha Joon Chang. BRESSER-PEREIRA. 2009:17.

Chama-nos a atenção os signatários das “dez teses para o Novo Desenvolvimentismo”. Figuram entre eles (além de Bresser) economistas que nas últimas décadas se destacaram como analistas de sólida formação acadêmica e protagonistas do debate sobre as opções de desenvolvimento adotadas no país. Cito, em especial, Luis Gonzaga Belluzzo, João Sicsú, Ricardo Bielschowsky, Luciano Coutinho, Franklin Serrano e Yoshiaki Nakano (restringimo-nos aos principais).⁴⁶¹ Economistas de diferentes opções políticas, ideológicas e partidárias, mas que (no campo da economia política e da macroeconomia do desenvolvimento) convergiram, de forma evidente, na construção do *consenso* “Novo desenvolvimentista”. Apresentado como resposta à ortodoxia convencional e ao fracasso da agenda liberalizante e monetarista predominante no Brasil, no final do século XX.

Necessário ressaltar também para este debate a circulação que Bresser fez nos últimos anos, nos meios acadêmicos, junto a expoentes da intelectualidade filiada ao atual bloco no poder. A participação de Bresser em alguns espaços acadêmicos privilegiados expõe esta convergência do ex-ministro aos quadros intelectuais orgânicos do “novo desenvolvimentismo” petista. Ilustra nossa hipótese (de convergência programática e ideológica) a presença efetiva de Bresser Pereira, em 2010, conforme ilustrado no segundo capítulo de nossa tese, na banca que conferiu o título de doutor ao então senador petista Aloizio Mercadante de Oliva, figura política de destaque do Partido dos Trabalhadores e um dos intelectuais orgânicos do ideário “novo desenvolvimentista” no PT e nos governos Lula e Dilma Rousseff.⁴⁶² Da mesma

⁴⁶¹ Não podemos deixar de fazer referência a intelectuais (economistas e cientistas políticos) que também ocupam papel de destaque na discussão sobre o papel do Estado neste contexto do “Pós Consenso de Washington”. Cito intelectuais do porte de Eli Diniz, Robert Boyer, Ha Joon Chang, José Antonio Ocampo e Linda Weiss. Analistas de diferentes matizes teóricas e formações distintas, mas que também são signatários das “Dez teses do Novo Desenvolvimentismo”. Para lista completa dos signatários das teses do “Novo Desenvolvimentismo” ver www.bresserpereira.org.br. Ten Theses on New Developmentalism.

⁴⁶² Mercadante defendeu em 2010 uma longa tese sobre as bases do “Novo desenvolvimentismo” no Brasil, a partir de uma ampla análise dos dois governos Lula. Esta tese é sem dúvida o estudo mais sistematizado sobre o que os atuais intelectuais do campo governista qualificam como “Novo desenvolvimentismo”. Além de Bresser Pereira, estiveram presentes na arguição os destacados economistas Antônio Delfim Netto (USP), João Manuel Cardoso de Mello

forma, como já mencionado, não por acaso Bresser marcara presença no concurso para livre docente do departamento de ciência política da Universidade de São Paulo, o ex-secretário de imprensa do governo Lula (2003-2007), André Vitor Singer. A arguição de Bresser na tese acerca dos *sentidos do lulismo* demonstra também a forma como Bresser inicia um movimento *gradual*, mas *razoavelmente sistematizado* de convergência teórica/programática (e porque não ideológica) em relação ao modelo societário que garantiu os termos da “governabilidade” petista nos últimos doze anos (2003-2014). Certamente o paroxismo desta deliberada convergência fora sua declaração de apoio à reeleição de Dilma Rousseff às vésperas do pleito presidencial de 2014.

No plano político eleitoral, certamente, o melhor exemplo dessa convergência do agora “ex-tucano” Bresser-Pereira com os postulados da coalizão governista encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores foi sua declaração pública de voto na candidata Dilma Rousseff, ocorrida semanas antes do primeiro turno das eleições presidenciais. Num enxuto, mas revelador artigo da nova opção eleitoral do ex-ministro, Bresser justifica seu voto na reeleição da candidata petista com argumentos semelhantes àqueles utilizados para justificar o “pacto político” subjacente à “estratégia novo desenvolvimentista”.

Alegando também sua decepção com o fato do PSDB “ter dado uma forte guinada à direita”, que, segundo seu lamento, “deixara de ser um partido de centro esquerda”⁴⁶³ e ter abandonado qualquer perspectiva nacional e desenvolvimentista, o ex-ministro avança na publicidade de seus argumentos em prol da estratégia “novo desenvolvimentista”. Convergente, salvo alguns elementos microeconômicos, com a perspectiva do primeiro governo Dilma Rousseff.

(UNICAMP) e Ricardo Abramovay (USP). OLIVA, Aloízio Mercadante. *As Bases do Novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010)*. Unicamp/Instituto de Economia. 2010.

⁴⁶³ A mesma tônica dos argumentos apresentados em 2011 à Maria Inês Nassif na famosa entrevista dada ao jornal *Valor Econômico*, onde declara seu desligamento do PSDB. “Meu voto em Dilma”. *Carta Maior*. 14-set- 2014. Disponível em bresserpereira.org.br.

O cerne do argumento reitera a tecnicidade econômica da retórica do ex-ministro em torno do modelo proposto. Reconhece as pressões e os limites da ação governamental para tomar medidas que considera necessárias para garantir a retomada do investimento, principalmente na indústria produtora de bens de médio e alto valor agregado. Taxa de câmbio, redução das elevadas taxas de juros e equilíbrio fiscal, elementos importantes na *estratégia novo desenvolvimentista*, são retomados por Bresser:

“A esquerda associada ao PT está muda, perplexa; a direita liberal supõe que basta apenas fazer um ajuste fiscal para resolver o problema. Embora um ajuste fiscal seja essencial para a política novo desenvolvimentista de colocar os preços macroeconômicos no lugar certo, apenas esse ajuste não basta. Será necessário também baixar o nível das taxas de juros e depreciar a taxa de câmbio para que a taxa de lucro seja satisfatória e as empresas voltem a investir. Só assim a economia brasileira deixará de estar a serviço de rentistas e financistas, como está há muito tempo, e os interesses dos empresários ou do setor produtivo da economia voltem a coincidir razoavelmente com os interesses dos trabalhadores”.⁴⁶⁴

A opção por Dilma Rousseff é justificada, pois a mesma seria “dotada de coragem, determinação, espírito republicano e orientada por um padrão moral elevado” e contaria com “alguns políticos de boa qualidade”⁴⁶⁵. Embora não fale textualmente no artigo para *Carta Maior*, o que o Bresser aponta é para a grande capacidade do PT e da coalizão governista de “amaciar” conflitos de classe, bem como a capacidade que os governos petistas possuíram em se consolidar como governos dotados de sólida base sindical (a CUT e sua filiação governista). De fato, esse é o elemento histórico que viabilizaria o “novo pacto” de classe demandado pela “estratégia” do “novo desenvolvimentismo”.

O que buscamos aqui, sem mais delongas, é justamente desconstruir e desmistificar a ideia de *novo desenvolvimentismo* defendida, nos dias atuais,

⁴⁶⁴ *Idem Ibidem*

⁴⁶⁵ *Idem Ibidem.*

pelo ex-ministro da Fazenda e da Reforma do Estado. Defendemos a hipótese de que, na prática, esta “estratégia nacional de desenvolvimento” tal qual aclamada pelo atual coalização governista e que atraiu para si intelectuais como Bresser-Pereira, primeiro: Nada possui de “novo” e, exceto por políticas anticíclicas setoriais que garantiram importantes subsídios e crédito para parcelas da população brasileira outrora distante deste mercado consumidor, nada possui de “desenvolvimentista”. Nossa crítica se assenta nos argumentos e exposição de economistas como Reinaldo Gonçalves, que ressalta a ideia de “desenvolvimentismo às avessas”⁴⁶⁶ nos governos Lula e Dilma Rousseff.

Por que não há nada de novo? Porque os argumentos de Bresser-Pereira em torno do “novo desenvolvimentismo” são, na prática, uma ressignificação do “social liberalismo” tal qual preconizado por ele para o PSDB nos anos noventa, à época à frente da coalizão liberal conservadora que controlava o aparelho de Estado. Bresser desliza sua retórica para o campo econômico, na busca por um distanciamento crítico ao modelo macroeconômico implementado pelo governo Cardoso, naquela década. Devemos afirmar que, de fato, Bresser nunca fora (como mostramos ao longo desta tese) um economista filiado às teses da ortodoxia clássica, embora no plano político fizesse parte do primeiro escalão de um governo que adere integralmente aos postulados neoliberais e privatistas. Não podemos deixar de grifar que o modelo de reforma do Estado tal qual idealizado por Bresser e outros “sociais liberais”⁴⁶⁷ que ocuparam espaço no MARE ou que, de alguma forma, fizeram uma explícita interlocução com Bresser, na universidade e fora dela, estava absolutamente coadunado como o modelo societário liberal apresentado como caminho para inserção subordinada

⁴⁶⁶ *Governo Lula e o Nacional Desenvolvimentismo às avessas*. Set/2011. Paper para publicação, disponível em http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/texto_nacional_desenvolvimentismo_as_avessas_14_09_11_pdf.pdf.

⁴⁶⁷ Tal qual apresentado por Rodrigo Castelo. *O Social Liberalismo: Auge e crise da supremacia burguesa na Era Neoliberal*. São Paulo. Expressão Popular. 2013. Bresser-Pereira seria um dos expoentes desta “miséria ideológica” da economia do bem estar social no Brasil. P.341-367. Outro texto do mesmo autor que converge com nossa hipótese é *O Novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano* In CASTELO, R. (org). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Pães e Rosas, 2010. P. 191-211.

do Brasil no capitalismo global. A aparente “esquizofrenia” do discurso do ex-ministro Bresser, nos dias atuais, se esvai na medida em que compreendemos a totalidade do que fora aquele modelo. Hoje, na tentativa de se afastar das críticas (acertadas) à sua adesão ao neoliberalismo, Bresser se apresenta como um expoente da “macroeconomia do desenvolvimento”, um economista que estaria “se reencontrando” com seu passado desenvolvimentista e keynesiano. No momento em que PT e seus aliados convergem na elaboração de políticas de corte keynesiano (ainda que parcialmente), ou melhor, na medida em que investem na recuperação relativa do aparelho de Estado para coordenação de uma economia de mercado e “costuram” de forma habilidosa a noção de “pacto de classe” em nome de uma “estratégia de desenvolvimento”, atraem Bresser para este campo. Apesar de não existir uma filiação ou identidade partidária entre PT e Bresser-Pereira, ou entre este a coalizão governista atual, a convergência, no campo das ideias (traduzidas num esboço de programa) se torna muito clara.

Por outro lado, o “desenvolvimentismo” de Bresser pode ser colocado em xeque, na medida em que o modelo macroeconômico dos governos Lula e Dilma na prática não encetou “grandes transformações nas relações de poder no Brasil, não promoveu reversão de tendências estruturais, como apregoa economistas como Aloízio Mercadante⁴⁶⁸ e, por último não houve predomínio absoluto da visão desenvolvimentista”. Como bem expõe Gonçalves, o “nacional desenvolvimentismo” no sentido clássico “tem como foco o crescimento econômico, baseado na mudança da estrutura produtiva (ISI-industrialização substitutiva de importações) e na redução da vulnerabilidade externa estrutural”.⁴⁶⁹ Os governos Lula e Dilma fizeram exatamente o contrário, “‘nacional desenvolvimentismo’ com ‘sinal trocado’, visto que a conduta do governo, o desempenho da economia e as estruturas de produção, comércio exterior e propriedade caminham no sentido contrário ao que seria [similar] o projeto nacional-desenvolvimentista. Em contraste no governo Lula [e Dilma]

⁴⁶⁸ *As Bases do novo desenvolvimentismo*. Já citado. 2010. Tese.

⁴⁶⁹ Gonçalves. *Op cit.* 2011.

verifica-se a dominação financeira”.⁴⁷⁰ Dominação esta que repercutiria diretamente na política macroeconômica e na vulnerabilidade externa estrutural do Brasil. O próprio Bresser-Pereira em suas análises sobre a macroeconomia do período reconhece que as taxas de câmbio relativamente apreciadas operadas nos governos Lula e Dilma, desestimulariam a indústria e comprometeriam “a competitividade” das exportações industriais brasileiras. Aliadas a isso, taxas de juros realizadas no Brasil, ainda altas, criariam restrições de monta para o investimento privado industrial.⁴⁷¹

Bresser-Pereira e seu “social liberalismo” ressignificado na agenda e no léxico *novo desenvolvimentista* insere-se naquilo que o Rodrigo Castelo Branco qualificou, nos termos teóricos do marxismo, de “miséria ideológica” no Brasil, da economia do bem estar social. Assim sendo, não podemos deixar de mencionar o acerto que este autor teve ao afirmar que a resposta social liberal característica do modelo econômico/político brasileiro a partir dos anos 1990 se tratou de uma variante ideológica do neoliberalismo, do rentismo hegemônico desde então. Esposamos, em boa medida, esta visão à medida que as propostas (contra) reformistas postuladas e executadas pelos governos *tucanos* naquela conjuntura histórica se encarnaram institucional e politicamente no modelo de Reforma *gerencialista* que teve Bresser-Pereira e o MARE como agentes formuladores e executores de primeira linha. O ex-ministro no adequado lugar de *policy maker* da reforma do Estado se apropriou de forma extraordinária de uma pauta privatista, conservadora e que arregimentou uma boa parte das frações da classe dominante brasileira, em especial, aquela atrelada ao rentismo e adepta ao modelo de (sub)desenvolvimento dependente e associado da economia brasileira nos “anos de ouro” do receituário neoliberal prescrito para

⁴⁷⁰ *Idem Ibidem*. Para os termos deste debate Gonçalves lança como referência as análises de FILGUEIRAS, L. *et al.* *A Economia Política do Governo Lula*. Rio de Janeiro. Contraponto, 2007 e CARCANHOLO, M. *Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula* In *Os Anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro. Garamond. 2010. P. 109-132.

⁴⁷¹ *Coerência acima do Consenso*. Entrevista de Bresser-Pereira a André Siqueira, Helio Campos Mello e Nirlando Beirão. 2012. Disponível em www.brasileiros.com.br.

os países emergentes pelas instituições de Washington e pelos países do *Core* do capitalismo global.

Social liberalismo nos tempos idos da década de 1990 e “novo desenvolvimentismo” dos dias atuais. Na interpretação *bressiana* da realidade brasileira estas duas noções de coadunam. Representam, de fato, construções teóricas pobres, artificialistas e que galvanizam ideologicamente um projeto de dominação de classes ora marcado pela maior coerção, ora por uma estratégia de aliança de classes (uma estratégia nacional de desenvolvimento, tal qual defendida por Bresser em sua *macroeconomia do desenvolvimentismo*). Os anos 1990 foram marcados pela supremacia de um projeto que se propôs a desmontar o Estado e sua estruturação política institucional da forma como fora esboçado pelas forças progressistas partícipes da elaboração da Carta Constitucional (esboçados apenas, pois aquele arcabouço jurídico normativo que apontava para as bases de um rascunho de democracia institucional e *Welfare State*, foi absolutamente abortado pela ambiência social conservadora legitimada pela eleição do bloco PSDB/PFL nas eleições presidenciais de 1994):

“A vitória de Collor representou o primeiro passo político significativo da retomada da supremacia burguesa. Mas este passo foi insuficiente diante da crise instaurada pelos escândalos de corrupção de seu governo. Foram necessários mais alguns anos até que um bloco de poder, formado por forças políticas favoráveis às classes dominantes, chegasse ao Planalto Central e implementasse, de fato, o projeto neoliberal tupiniquim, que recorreu, assim como no exterior a expedientes coercitivos e consensuais (...) O projeto neoliberal representou a derrota do movimento operário brasileiro reconstruído na década de 1980, o aborto de um Estado de Bem estar nacional e, acima de tudo, a vitória da burguesia liderada pela fração rentista internacionalizada. A esta vitória, seguiu-se uma ofensiva ideológica neoconservadora. Em uma estratégia formulada e conduzida por centros universitários [a FGV/SP é um exemplo por excelência disso], institutos de pesquisa, ONG’s e pela grande mídia, o social liberalismo chegou ao Brasil para reafirmar e reatualizar a direção intelectual-moral das classes proprietárias”.⁴⁷²

⁴⁷² CASTELO BRANCO, R. *O Social-Liberalismo: Auge e Crise da Supremacia Burguesa na Era Neoliberal* e FONTES, V. *Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro:

O desafio que se interpôs a nossa análise foi o de refazer, na medida do possível, esse itinerário “social liberal” de Bresser-Pereira na década de 1990 e, ao mesmo tempo, compreender de que forma, nos dias atuais o ex-titular do MARE foi capaz de reinventar seu discurso e construção teórica/ideológica. Nestes termos, o *novo desenvolvimentismo bressiano* vem como uma espécie de “requiem” de propostas mal fadadas na década anterior, mas que agora precisam se adequar a uma nova realidade. A vitória do Partido dos Trabalhadores no pleito presidencial de 2002, se não foi nem de perto *o tentar* da construção de um projeto minimamente comprometido com a ruptura estrutural das formas históricas de acumulação capitalista no Brasil (capitaneadas pelo já mencionado capital rentista), representou alguma inclinação a um projeto que se propôs à aliança de classes. Uma modelo de crescimento com *equidade social* como muito é apregoado pelos intelectuais orgânicos do atual governismo. De fato, um projeto que mantém a estruturação de dominação de frações de classe no Brasil que entenderam o fracasso relativo da ortodoxia monetarista dos tempos idos, porém se mostraram dispostas a fazer concessões pontuais aos setores subalternizados que, compondo o bloco histórico que alça ao aparelho de Estado naquele contexto, acaba por legitimar em boa medida esse pacto de classes que marcou os *anos Lula e Dilma Rousseff* (2003- dias atuais). “Jogo de soma zero” no qual os setores subalternizados (como sempre) pagam a conta da gestão da crise que assola o capitalismo desde 2008.

Neste contexto, a estratégia *novo desenvolvimentista* desenhada por Bresser e intelectuais correlatos se apega ao resgate de noções keynesianas no campo da teoria econômica. Esses neokeynesianos ou keynesianos de sempre que se renderam aos postulados neoliberais, mas que constrangedoramente

EPSJV; Ed. UFRJ. 2010. Citada por Rodrigo Castelo Branco. P. 334. No *hall* dos intelectuais orgânicos do “social liberalismo” Castelo Branco situa André Urani, Francisco Ferreira, Marcelo Neri, Ricardo Henriques, Ricardo Paes de Barros e Rosane Mendonça além de Bresser-Pereira, é claro. Incluiríamos nesta “constelação” de intelectuais aderentes ao bloco no poder o economista Marcio Pochmann e os já mencionados João Sicsú e Delorme Prado (Sem esquecer também dos signatários das “Dez Teses do Novo desenvolvimentismo”). Não por acaso a convergência antes impensável com o campo político, teórico e ideológico de Bresser com o governo *social-liberal* ou *social desenvolvimentista* do Partido dos Trabalhadores.

voltam a fazer remissão às ideias do maior expoente do pensamento econômico britânico não liberal do século XX – como parece ser o caso de Bresser-Pereira – jamais vaticinaram a atuação estatal da forma como os ortodoxos o fizeram, entretanto percebem o Estado como um agente necessário na correção das distorções da atuação do Mercado e de uma economia “exclusivamente” regulada pelo Mercado (como se isso fosse possível). Desta forma, a ênfase no controle pelo Estado dos chamados preços macroeconômicos e nas políticas sociais seria fundamental para o êxito desta “estratégia de desenvolvimento com justiça e equidade social”. Há um nítido paralelo entre os social-liberais da década *tucana* e os *novodesenvolvimentistas* (incluindo obviamente Bresser-Pereira) dos dias atuais. Daí, por exemplo, a atenção dada pelos social-liberais/novo desenvolvimentistas às políticas sociais não necessariamente executadas pelo Estado, mas reguladas ainda que com por ele. Atenção e o *foco* aos mais pobres ganham destaque na construção dos social-liberais de outrora e novo desenvolvimentistas de hoje. Novamente tomo de empréstimo as palavras de Castelo Branco:

“(…) Uma combinação entre políticas sociais e de crescimento econômico traria um resultado mais eficaz e imediato: em suma, a conjugação de crescimento com promoção do desenvolvimento social, via equidade, seria o melhor remédio para os males do pauperismo (...). Os sociais liberais [como também os autoproclamados novodesenvolvimentistas] propõem medidas de cunho administrativo para aumentar a efetividade das políticas sociais: (1) focalização dos gastos sociais nos ‘mais pobres’, isto é, os ‘miseráveis’; (2) avaliação do impacto das políticas sociais; (3) integração e coordenação dos programas sociais em todos os níveis governamentais – federal, estadual e municipal – e do setor privado”.⁴⁷³

Choque de gestão (à la Mario Covas), choque de capitalismo e refundação do Estado ganham contornos de ideias-chave para social-liberais e *novo desenvolvimentistas* de ocasião:

⁴⁷³ CASTELO BRANCO, Rodrigo. *Op. Cit.* P. 351.

“Os social-liberais afirmam que a máquina governamental deveria ter um papel atuante e ativo nas falhas de mercado, principalmente no tocante às desigualdades sociais. Estas funções tampouco seriam bem desempenhadas caso o Estado mantivesse o seu desenho institucional ou continuasse a manter em seus círculos restritos de poder uma elite patrimonialista. E o Estado brasileiro, desde os seus primórdios, seria sustentado por uma aliança entre ricos e a classe média, e essa elite operaria ‘socialmente com aliados para garantir acesso privilegiado aos recursos e bens públicos, em detrimento de pobres e miseráveis. Tornar-se-ia necessária, portanto, uma profunda reforma administrativa estatal, com objetivo de adapta-lo às suas funções de regulação econômica e atuação nas falhas de mercado. E esta reforma só seria possível quando se rompesse a aliança entre ricos e a classe média”.⁴⁷⁴

De uma forma ou de outra o gerencialismo tão presente no *constructo* teórico e ideológico bressiano é compartilhado pelos intelectuais orgânicos do social liberalismo vigente (pelo menos até fins do 1º governo Dilma Rousseff). Não por acaso, a despeito de críticas extremamente pontuais, como muito bem lembra Castelo Branco, “os social liberais assumem abertamente uma defesa ampla e irrestrita das chamadas reformas estruturais (privatizações, quebra de monopólios estatais, etc.) da política econômica dos governos FHC e Lula e das novas configurações das políticas sociais que marcam a era neoliberal no Brasil.”⁴⁷⁵ Seja no campo do debate macroeconômico ou da teoria social mais ampla, o social liberalismo tão evidente na década de 1990 ganha, sem dúvida, contornos de requiem da frações burguesas no Brasil para os setores subalternizados.

Na recentíssima publicação *A Construção Política do Brasil* (2015) o intérprete/ analista simbólico da realidade brasileira Bresser-Pereira lança mão de seus característicos exercícios de síntese reflexiva sobre a formação do Brasil. Longe de ser um esforço original, o autor faz uso de uma miríade de recursos analíticos e de certa forma totalizantes para a compreensão do país em

⁴⁷⁴ Idem.. p. 362.

⁴⁷⁵ Idem. p. 363.

perspectiva. Cerca de cinco décadas antes, Bresser já havia feito análise deste tipo em *Desenvolvimento e Crise no Brasil* (1968) que, segundo suas palavras, fora “seu primeiro livro sobre a economia e sociedade brasileira”. *Desenvolvimento e crise do Brasil, Sociedade Estatal e Tecnoburocracia* (1981) e *Macroeconomia de Estagnação* seriam para o autor um exercício necessário para a compreensão do Brasil, da nação, em perspectiva ampla, no melhor da tradição isebiana, remetida vez ou outra pelo *sociólogo do desenvolvimento* Bresser-Pereira. “Perdemos a ideia de nação, algo que sempre foi fundamental para o desenvolvimento de qualquer povo, mas que se tornou mais estratégico ainda na era da globalização, quando a competição entre nações ganhou uma nova dimensão”.⁴⁷⁶

As opiniões do autor acerca do que chama de *Revolução Capitalista Brasileira* (desenvolvimento histórico e econômico ao longo do século XX, em especial a partir da “Revolução de 30”), a despeito de fazerem remissões justas às tradições do pensamento isebiano (que com todas as simplificações e equívocos foi nos anos 1950 uma tentativa legítima de compreensão da formação social brasileira), são o *nec plus ultra* da elaboração ideológica do autor, evidenciando momentos, inclusive de falsificação do passado histórico. Atravessado pelas noções de coalizões de classe ou pactos políticos como estruturantes das estratégias de desenvolvimento econômico no Brasil (noção onipresente nas análises do ideólogo e publicista do – sub- desenvolvimento Bresser-Pereira), *A Construção Política do Brasil* busca se inserir (ou pelo menos tenta) na tradição das grandes interpretações do país. Reconheceria o próprio autor que;

“As grandes interpretações são sempre narrativas, baseadas em teorias, que não precisam ser do próprio [autor], mas o essencial é que haja a construção de uma narrativa que faça sentido para a sociedade que ela procura compreender e explicar. Este é um livro

⁴⁷⁶ BRESSER-PEREIRA. *A Construção Política do Brasil*. 1ª edição. 2014. P. 9 (a 2ª edição foi publicada em abril de 2015)

de interpretação histórica, mas em alguns pontos eu incluí uma breve teoria”.⁴⁷⁷

O grande problema, a nosso ver, é que o *sociólogo do desenvolvimento* Bresser-Pereira ao tentar se inserir no “panteão” dos intérpretes e expoentes do pensamento social brasileiro, sem a devida originalidade necessária para que construções analíticas deste tipo se tornem clássicas, se torna uma espécie de pastiche de produção intelectual sobre a complexa e multifacetada formação da sociedade brasileira. Assustam na narrativa construída por Bresser omissões deliberadas sobre o modelo liberal dependente adotado como “estratégia de desenvolvimento” na segunda metade do século XX, em especial nas décadas pós-ditadura empresarial militar. Especificamente no período que mais nos interessa- a década de 1990- o “Pacto liberal dependente”, nas palavras do autor, fundado no alvorecer os *anos Collor de Mello* teria aberto as portas para os ditames do *Consenso de Washington* e para as reformas estruturais apregoadas pelas burocracias de instituições com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Até aí nada de errado, mas quando Bresser atribui o auge deste “Pacto liberal dependente” ao ano de 1991, negligencia claramente que a sistematização daquele modelo liberal conservador – inaugurado, de fato com a eleição do “Caçador de Marajás”, se deu justamente com a chegada ao poder da coalização política-eleitoral liderada pelo Partido da Social Democracia Brasileira, cujo um dos fundadores e ideólogos orgânicos, no sentido gramsciano da expressão – não esqueçamos- foi o próprio Bresser-Pereira.

Os governos FHC são analisados a partir de um ângulo estritamente macroeconômico, sem considerar os aspectos relacionados à construção da hegemonia e consensos necessários para o exercício da dominação. A arregimentação da *opinião pública* com o apoio dos grandes oligopólios de comunicação, o viés coercitivo adotado por diversas vezes por aquele bloco histórico e até mesmo (pasmem!) a reforma gerencial encetada por Bresser, pelo MARE e por toda a “comunidade epistêmica/científica” engajada naquela

⁴⁷⁷ Idem. p.12.

proposta de Reforma desaparece por completo da análise do autor. Sequer uma linha sobre a Reforma do Estado, ou da “gestão pública” como os intelectuais, técnicos/ administradores públicos costumavam qualificar.⁴⁷⁸ Mais do que uma análise fragmentada da realidade, uma análise falsificada desta mesma realidade histórica, na qual Bresser lança mão de todos os recursos possíveis para se livrar da alcunha de artífice da “privataria” tucana e da “macroeconomia da estagnação” tal qual vaticinada pelo autor. Em *A Construção Política do Brasil* Bresser-Pereira, para fins de análise dos governos FHC, retoma os argumentos do debate proposto pelo livro *Macroeconomia da Estagnação*, publicado em 2007. O modelo econômico subsequente ao Plano Real teria sido na visão do autor a obra bem acabada de um conjunto de políticas econômicas que, apesar de garantirem a estabilidade macroeconômica tentada por diversos planos heterodoxos nos dez anos anteriores, representou a base do pífio crescimento da economia brasileira nos anos 1990 e da ampliação da “vulnerabilidade estrutural externa” da economia brasileira. Na avaliação de Bresser-Pereira a estratégia gradualista de reforma monetária proposta pelo Plano Real fora um acerto em termos técnicos e políticos, à medida que conciliou elementos ortodoxos e heterodoxos para um plano de estabilização que fora politicamente apresentado e negociado com a sociedade civil, anulou os efeitos da inércia inflacionária, acabando com os instrumentos de indexação de preços e salários e deu continuidade ao processo de abertura da economia brasileira iniciada no período anterior. A crítica do autor centra fogo nos “exageros” das medidas econômicas do governo Cardoso (críticas essas que na entrevista à Maria Inês Nassiff em 2011, Bresser afirmou que fazia de forma reservada). A continuidade da abertura financeira, as elevadíssimas taxas de juros realizadas naquele período e o instrumento de âncora cambial, um dos pilares da *macroeconomia da estagnação* teriam sido os elementos deletérios de política econômica que teriam levado à crise cambial e de balanço de pagamentos de janeiro de 1999:

⁴⁷⁸ Para sermos justos a única referência à Reforma gerencial do 1º governo Cardoso está na passagem a seguir: “Quando Fernando Henrique Cardoso assumiu a Presidência da República, em janeiro de 1995, já com a inflação sob controle, grandes eram as esperanças. Que em boa parte se confirmaram, porque o governo expandiu e racionalizou o gasto na área social, avançou nos direitos humanos, iniciou a reforma gerencial de 1995 e a Reforma da Previdência Social (...)”. BRESSER-PEREIRA.2014. P. 317.

“O uso e abuso dessa âncora nos anos seguintes, sempre em nome do Plano Real, teria consequências desastrosas para a economia brasileira. Enquanto o Banco Central mantinha a política de minidesvalorizações, a combinação perversa de juros altos e câmbio valorizado manteria a economia semi-estagnada, inviabilizando os investimentos, enquanto as dívidas internas e externas aumentavam explosivamente, impulsionadas pela taxa de juros. A flutuação do real somente aconteceria mais tarde, em janeiro de 1999, em meio a crise do balanço de pagamentos causada por essa sobreapreciação, que os responsáveis pela política econômica não tiveram coragem de corrigir na época em que ela apareceu.”⁴⁷⁹

A crítica hermética e restrita ao debate econômico parece ter sido a estratégia operada por Bresser para o distanciamento agora necessário ao governo Cardoso e à malfadada e impopular agenda liberal, privatista de desmonte do Estado, operada naquele contexto. Não por acaso volta à cena o Bresser-Pereira economista, emérito professor da FGV/SP preocupado – bem à moda da tradição isebiana- com o “retorno da ideia de nação”. No campo restrito e “técnico” deste debate econômico ocorre a gênese da proposta *novodesenvolvimentista* e as preocupações recorrentes de Bresser quanto ao “equilíbrio cambial da economia brasileira”. Para ele, o grande problema enfrentado pelos governos Lula e Dilma Rousseff desde 2003. Simplificação analítica sem precedentes para um intelectual que precisava agora remontar a sua tradição estruturalista e keynesiana no campo da teoria econômica.

Aliás, no que tange à recentíssima análise de Bresser-Pereira sobre os governos Lula e Dilma, o que observamos é exatamente a *artificialidade de um debate desnecessário*. O sociólogo do desenvolvimento Bresser-Pereira passou a fazer nos últimos dois anos (coincidentemente os da *debacle* econômica e política da coalizão liderada pelo Partido dos Trabalhadores) uma progressiva distinção entre o que chama de *teoria novo desenvolvimentista* preconizada por

⁴⁷⁹ Idem. p. 317. A crítica de Bresser aqui tem nome e endereço: a condução ortodoxa e monetarista de Pedro Malan na gestão macroeconômica do período Cardoso.

ele e por outros economistas interlocutores desta variante “neoestruturalista” e o *social desenvolvimentismo* dos anos *Lula e Dilma*. Bresser reconhece o fracasso de Lula na realização de uma ampla coalizão de classes que sustentasse o crescimento econômico (a preocupação primaz do ex-ministro nos dias atuais) à longo prazo. Os governos petistas teriam sido, na visão do intérprete *ex-tucano*, “fortemente social e hesitantemente desenvolvimentista”⁴⁸⁰. Não havia dúvidas da presença de elementos de um modelo desenvolvimentista, aliado ao aumento do consumo de massas:

“(…) O aumento do consumo de massa que os economistas associados ao PT, sob a liderança de Ricardo Bielschowsky, propunham em seu plano de governo elaborado para as eleições de 2002 foi alcançado no governo Lula; uma manifestação significativa disso foi o fato que enquanto a renda média cresceu 52%, o PIB *per capita* cresceu apenas 28%. Mas esse modelo de crescimento se mostrou de fôlego curto, porque, no governo Dilma, o grande mercado interno que se materializou no governo Lula foi capturado pelas importações, e a desindustrialização se aprofundou. Um bom modelo de desenvolvimento não deve nem ser apoiado nas exportações, nem apoiado no consumo, mas deve manter essas duas variáveis equilibradas e a taxa de câmbio, competitiva.”⁴⁸¹

Mas do que uma mera discussão sobre “preços ou variáveis macroeconômicos” o que está em jogo, e que Bresser-Pereira negligencia deliberadamente, é a dinâmica da dominação de classes no Brasil que não se altera de forma substancial nos governos Cardoso, Lula e Dilma Rousseff. De fato, há nuances importantes no que diz respeito à política microeconômica. No entanto, o *rentismo* característico da segunda metade da década de 1990 se manteve vivo e servindo como verdadeiro elemento de restrição para qualquer possibilidade de mudança política de natureza estrutural e que apontasse para

⁴⁸⁰ Idem. p.346.

⁴⁸¹ Idem. p. 347- 348. Os dados apresentados por Bresser foram extraídos de NERI, Marcelo. “Renda das famílias passa a crescer em velocidade menor do que a do PIB”. *Folha de São Paulo*. 31/05/2014.

outro modelo. Lula, Dilma Rousseff e o bloco no poder que sustentou os últimos três governos petistas mantiveram intactas as estruturas do modelo que, não obstante a estabilidade macroeconômica alcançada em 1994, privilegiou as frações financeiras rentistas do capital no Brasil. Daí o nosso pleonasma proposital ao apontar para a *artificialidade de um debate desnecessário* e muito pouco profícuo para compreensão efetiva do modelo societário que sustenta a dominação de classes no Brasil. *Novo desenvolvimentismo* ou *social desenvolvimentismo* ou quaisquer outras variantes terminológicas refletem na verdade a interpretação de um intelectual que tem como pressuposto a busca pela conciliação de classes, por uma estratégia de desenvolvimento econômico que aperfeiçoe o capitalismo brasileiro, historicamente marcado por imensas desigualdades e por uma brutal concentração de renda e riqueza. Portanto, a nosso ver, essa clivagem operada entre *social desenvolvimentismo* e *novo desenvolvimentismo* é falsa, esboço de exercício teórico e reflexivo de um intelectual que reduz o problema do “modelo em curso” a uma questão de “gestão de preços macroeconômicos”. Mais uma vez o “sociólogo do desenvolvimento” Bresser Pereira, a despeito de tentar uma interpretação totalizante e de longo prazo da realidade brasileira, acaba por restringir os problemas a uma mera abordagem de variáveis macroeconômicas que, segundo ele, criavam desequilíbrios para o modelo buscado pela coalizão de classes, ou melhor, pelo “Pacto Nacional popular” tentado por Lula e aliados. Um pacto que não houve, segundo o vaticínio do ex-ministro da Reforma do Estado.

Certamente o ápice da visão fatalista da realidade exposta pelo intelectual Bresser-Pereira (o que evidencia claramente o seu papel de intelectual orgânico das frações da burguesia industrial pretensamente progressista, na obtusa análise do autor) está na sua controvérsia com o sociólogo marxista Francisco de Oliveira a respeito da ideia de *hegemonia às avessas* operada pelo governo Lula na primeira década do século XXI. Atentemos às palavras do ex-ministro da Reforma, “analista simbólico”, intelectual “neutro” da realidade tal qual lembra muito bem Francisco de Oliveira:

“Para entendermos o significado político do governo Lula é um equívoco afirmar, como fez um crítico de esquerda como Francisco de Oliveira, que esse governo não representou nenhuma mudança política significativa, que foi um episódio de hegemonia às avessas (...) Esta tese pode fazer sentido para quem acredita que o socialismo seja uma alternativa concreta e real ao capitalismo, aqui e agora. Mas se esta tese não é verdadeira [como acredita piamente Bresser], se não há hoje espaço para o socialismo democrático, o exercício da política, quando esta não é a mera crítica, mas construção política, precisa pensar em um capitalismo melhor, menos injusto e mais eficiente (...) se o socialismo não está no horizonte do possível, a alternativa histórica ao capitalismo, em termos de organização econômica e social é entre o liberalismo econômico e o desenvolvimentismo; em termos de organização política, é entre democracia liberal e a democracia social ou social-democrática. Tanto o desenvolvimentismo quanto a social democracia supõem uma coalizão de classes, mas enquanto o desenvolvimentismo pode ser tanto conservador como social, a social democracia é, por definição, social ou progressista. Muitas vezes cede demais às teses liberais, e se desfigura, mas em teoria a social democracia está comprometida com os trabalhadores e os mais pobres.”⁴⁸²

A passagem acima, escrita nos primeiros meses de 2015, em *A Construção Política do Brasil* é a expressão maior, síntese do esforço de um intelectual pretensamente *a-ideológico* que do alto de suas análises “pragmáticas” da realidade brasileira contribui fundamentalmente para o exercício da dominação de classe, ora marcado por mais coerção, ora por mais consenso. Intelectual orgânico por adesão, formulador de uma supostamente possível via alternativa entre capitalismo de livre mercado e socialismo. Decididamente um utopista liberal.

⁴⁸² Idem. p. 364.

Considerações Finais:

Crise e reforma do Estado foram pontos cruciais da agenda política brasileira nas duas últimas décadas do século XX. Naquela conjuntura, crítica e crise buscavam reformular os termos das opções de (sub) desenvolvimento de um país que acabava de atravessar mais de vinte anos de um regime político discricionário e um padrão de acumulação capitalista no qual o Estado fora alçado à condição de vetor central do modelo de crescimento econômico. A crise deste modelo *desenvolvimentista/ interventor* foi alvo de uma abordagem interpretativa que agora vaticinava este mesmo Estado e o colocava na condição de elemento causador daquele contexto marcado por um cenário macroeconômico de inflação crescente, elevação exponencial da dívida externa brasileira e dificuldades fiscais deste mesmo Estado. Isso sem falar, no plano político, da recomposição de frações de classe na sociedade civil que reordenaram, ou ressignificaram os *parâmetros* da dominação de classe no país. Construía-se, na segunda metade da década de 1980, as novas dimensões institucionais no Estado brasileiro, naquele pós-ditadura civil-militar: abria-se espaço para aquilo que se convencionou chamar de “Nova República”.

Esta tese significou em esforço analítico (devidamente inserido e normatizado nos padrões de um texto acadêmico) para se compreender a interpretação que se tornou hegemônica acerca daquela conjuntura de crise: a *crise fiscal do Estado*. E, neste sentido, nosso escopo primacial foi recortar o problema do *intelectual*. Ou melhor, da relação entre o *intelectual* e essa dada interpretação da realidade. Necessariamente ideológica, parcial, dotada de um determinado sentido de visão e significação da realidade. Da mesma forma a relação entre o *intelectual*, sua trajetória acadêmica, executiva/empresarial e, principalmente no interior do aparelho de Estado no Brasil. Luiz Carlos Bresser-Pereira representou como poucos o paradigma do intelectual *em ação*. Ou seja, da formulação para a execução política de uma dada interpretação que, por diversos fatores, se construiu como hegemônica no país.

Analisar a trajetória de um indivíduo nunca é algo fácil para o historiador. Exige necessariamente uma operação intelectual que produz e reproduz significados a partir dos objetivos traçados pela narrativa. Pelos *valores* subjacentes a visão do pesquisador do passado, bem como as premissas (sejam teóricas ou ideológicas, ou as duas) que o levam a abordar seu objeto de estudo. Partindo desta constatação é que procuramos recortar as hipóteses que permeiam esta tese de doutoramento, bem como, demonstrando-as ao longo do texto.

Esta pesquisa se apresentou como uma tentativa de análise histórica da atuação do economista Luiz Carlos Bresser-Pereira à frente do Ministério Extraordinário da Administração e Reforma do Estado Brasileiro, entre janeiro de 1995 e dezembro de 1998, período que compreende em sua totalidade o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. O convite feito a Bresser-Pereira para a recém-criada pasta buscava atender o intelectual orgânico que há anos se debruçava sobre esta temática, cara a sua produção na área da teoria política, na sociologia e na macroeconomia do desenvolvimento. Bresser era o *spectateur engagé* que forneceu as interpretações liberais conservadoras que, naquele contexto, possuíam como escopo a reformulação e redução do papel do Estado na sua relação com a sociedade civil em geral e no aparelho de Estado, em particular. De forma sucinta e pontual, portanto, descrevemos novamente as hipóteses que orientaram essa pesquisa (desde seu início - quando projeto) ao texto que se encerra:

- 1- O papel chave de Luiz Carlos Bresser-Pereira, intelectual orgânico por adesão e *policy maker*, na elaboração, sistematização e execução daquilo que o próprio ex-ministro qualificou de Reforma *gerencial* do Estado Brasileiro, apresentada como proposta para superação da crise deste mesmo Estado.
- 2- O Ministério Extraordinário da Administração e Reforma do Estado (MARE) se constituiu, entre 1995 e 1998, na principal agência do Estado brasileiro, responsável pela elaboração, articulação e execução dos termos desta Reforma *gerencial* que visava implementar no país o chamado Estado *Social Liberal*". O mote da *reestruturação* proposta foi o desmonte da atuação

regulatória do Estado *interventor desenvolvimentista* erigido no Brasil a partir da década de 1930.

- 3- Bresser-Pereira foi, naquele contexto histórico, o principal interlocutor brasileiro no debate nacional e internacional (realizado em organismos multilaterais) sobre a Reforma do Estado na América Latina. Tal fato pode ser constatado em sua atuação profícua nas páginas da grande imprensa brasileira (a adesão quase que incondicional que grandes grupos empresariais de comunicação fazem ao modelo neoliberal –*gerencial*- de Reforma do Estado). Assim como o fácil trânsito em fóruns internacionais como o *Seminário sobre Reforma do Estado na América Latina e Caribe* e no CLAD (Centro Latino Americano de administração para o Desenvolvimento). Espaços que, de fato, consistiram em excelente oportunidade para que Bresser pudesse trazer e explicitar aos seus interlocutores (na universidade, no aparelho de Estado e na sociedade civil de forma mais ampla) os exemplos de *reformas gerenciais* exitosas em países como o Reino Unido, os EUA e a Nova Zelândia.

Vale destacar, por último, as palavras do jornalista Luis Nassif em 2004 num dos textos de apresentação da coletânea biográfica organizada por ex-alunos, ex-assessores, amigos pessoais e colegas de Fundação Getúlio Vargas em São Paulo:

“Na década de 1990, com a abertura econômica, [Bresser] entendeu perfeitamente a relevância dos modelos gerenciais modernos e lançou as bases para a primeira discussão efetiva sobre reforma do Estado (...) Para Bresser não existe outra maneira de se pensar o Brasil. Ele pertence à estirpe dos grandes homens públicos brasileiros, pragmáticos e sem preconceito, comprometidos até a medula com o futuro do país”.⁴⁸³

⁴⁸³ NASSIF, L. *Em Busca do Novo. Op. Cit.* 2004. Texto de apresentação.

Talvez Nassif tenha *esquecido* de assinalar (até por concordar) que Luiz Carlos Bresser-Pereira, muito além de estar comprometido “até a medula com o futuro do país”, estaria também comprometido *até a medula* com um dado projeto de *dominação* de classe no país. Necessariamente empresarial, privatista e neoliberal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (em ordem alfabética)

- ANDERSON, P. *Zona de Compromisso*. São Paulo. Unesp. 1996
- ANTUNES, R. “A Terceira Via de Tory Blair: a outra face do neoliberalismo inglês”. *Revista Outubro*. São Paulo. Nº3. 1999.
- ARÊAS, J. B. *Batalhas de O Globo: O Neoliberalismo em questão (1989-2002)*. PPGH/UFF. Niterói. Tese de doutorado. 2012.
- ARCARY, V. *Um Reformismo quase sem Reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da Revolução brasileira*. São Paulo. Sundermann editora. 2012.
- AVELAR, Alexandre de Sá. “A Biografia como escrita da História: Possibilidades, limites e tensões”. *Dimensões: Revista de História da UFES*. V. 24, 2010. Pp157-162.
- BARSKY, Robert. *A Vida de um dissidente: Noam Chomsky*. São Paulo. Conrad Editora. 2004.
- BRAGA, R & RIZEK, C. *Hegemonia às avessas*. São Paulo. Boitempo editorial. 2010.
- BACHA, Edmar. *Plano acabou em 1996, afirma Edmar Bacha*. “Folha de São Paulo”. 27/06/2004. *Folha on line*. Consultado em 20 de julho 2012. <http://acervo.folha.com.br>.
- BATISTA, Jorge Chame. *A Estratégia de Ajustamento Externo no Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico* In *Revista de Economia Política*. V.7, nº 3, abril-jun/1987.
- BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em Contra-reforma: desestruturação e perda de direitos*. São Paulo. Cortez Editora. 2ª edição. 2008.
- BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BOBBIO, N. *Intelectuais e Poder: Dúvidas e Opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo. Unesp. 1997.
- BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *A opinião Pública não existe*. *Les Temps Modernes*. Nº 318. 1973.
- _____. *Algumas propriedades do campo* In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.
- _____. *Raisons pratiques: sur la théorie de l’action*, Paris: Seuil, 1994.
- _____. *Os usos sociais da Ciência – Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo. Editora Unesp. 1997.

_____. *Contrafogos: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 1998.

_____. “A Ilusão Biográfica” In FERREIRA, M & AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro. FGV. 4ª edição. 2001.

_____. *O Poder Simbólico*. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 2003.

_____. *Homo Academicus*. Florianópolis. Editora UFSC. 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. *Mobilidade e Carreira de Dirigentes das Empresas Paulistas*. São Paulo. Brasiliense. 1974.

_____. *Lucro, Acumulação e Crise*. São Paulo. Brasiliense. 1984.

_____. *Mudanças no Padrão de Financiamento Público do investimento no Brasil*. *Revista de Economia e Política*, v.7 n° 4, p.5-21. out-dez/ 1987. FGV.

_____. *O Caráter Cíclico da Intervenção Estatal*. *Revista de Economia Política*, v. 9, n.3, jul-set/1989. FGV.

_____. *A Crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal? Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 21, n. 1, p.115-130, abril/ 1991.

_____; MARAVALL, Jose Maria & Przeworski, Adam. “Reformas econômicas em democracias recentes”. *Revista Dados*, v. 36, n° 2, 1993.

_____. “Bobbio defende o ‘compromisso’ entre liberalismo e democracia.” *Folha de São Paulo*, 5 dez. 1993(b). “Caderno Mais!” (periódico).

_____. “A Inflação Decifrada”. *Revista de Economia e Política*. (16) 3. Outubro. 1996: 20-35.

_____. *Social democracia e esquerda no final do século. Ideias e debates*. nº1. Brasília. Instituto Teotônio Vilela. 1996 (b)

_____. & SPINK, P. *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*. Rio de Janeiro. FGV/Editora. 1996 (c).

_____. *Por um partido democrático, de esquerda e contemporâneo*. *Revista Lua Nova*, nº 39, 1997.

_____. *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

_____. *Uma Nova Esquerda a partir do Sul*. *Revista de Filosofia Política*. Nova Série, v. 6. 2000.

_____. *Os dois métodos em teoria econômica*. 2003.

_____. *Teorias sobre a verdade*. Texto para discussão na disciplina *Metodologia para economistas*. EESP-FGV. 2004.

- _____. “Meu voto em Dilma”. *Carta Maior*. 14-set- 2014.
- _____. “O Novo Desenvolvimentismo”. *Folha de São Paulo*. 19/09/2004.
- _____. *Globalização e competição: Por que alguns países emergentes tem sucesso e outros não*. São Paulo. Campus/Elsevier. 2010.
- _____. *Do Antigo ao Novo Desenvolvimentismo na América Latina*. Textos para discussão; EESP-FGV, Novembro de 2010.
- _____. “Meu voto em Dilma”. *Carta Maior*. 14-set- 2014.
- _____. *A Construção Política do Brasil: Sociedade, economia e Estado desde e Independência*. São Paulo. Editora 34. 2015.
- _____. *Celso Furtado: O desenvolvimento como missão*. In SABOIA, J & CARVALHO, F. J. Cardim. *Celso Furtado e o Século XXI*. (Org.) Rio de Janeiro. Minha editora – Manole. 2007.
- _____. *Construindo o Estado Republicano*. Rio de Janeiro. FGV Editora. 2009.
- _____. *Globalização e Competição: Por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não?* São Paulo. Elsevier. 2011.
- _____. *Depois do Ajuste o Crescimento? Mas que Crescimento?* Aula inaugural na Faculdade de Economia da UFF. 07/05/2015.
- BRITO, Leonardo. *Notas de um dissidente sobre a responsabilidade dos intelectuais*. In MORAES, W & JOURDAN, C. *Tória Política Anarquista e Libertária* Rio de Janeiro. Via Verita. FAPERJ. 2016.
- BURAWOY, M. *O Marxismo encontra Bourdieu*. Campinas. Editora Unicamp. 2009.
- CARCANHOLO, M. *Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula* In *Os Anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro. Garamond. 2010.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Diários da Presidência*. São Paulo. Companhia das Letras. Volume 1. 2015.
- CASTELO, R. *O Social Liberalismo: Auge e crise da supremacia burguesa na Era Neoliberal*. São Paulo. Expressão Popular. 2013.
- _____. *O Novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano* In CASTELO, R. (org). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Pães e Rosas, 2010.
- CHANG, Ha Joon. *Chutando a Escada. A estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica: São Paulo*: UNESP. 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique *Relações Norte e Sul no Contexto Atual. Uma nova dependência?* In BAUMANN, Renato (Org). *O Brasil e a Economia Global*. Rio de Janeiro. Campus Editora. 1996.

CASTRO, A. Barros de. *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*, Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1987.

CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo. Xamã, 1996.

CHOMSKY, N. *O Lucro ou as Pessoas: Neoliberalismo e Ordem Global*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2002.

_____. *Mídia: Propaganda Política e Manipulação*. Editora/Local 2002.

_____. *Objetividade Pensamento Liberal In O Poder Americano e os Novos Mandarins*, São Paulo/ Rio de Janeiro. Record. Editora. 2006.

_____. *A Responsabilidade dos Intelectuais In O Poder Americano e os Novos Mandarins*. São Paulo/ Rio de Janeiro. Record. Editora. 2006.

_____. *Anarquismo, Intelectuais e Estado*. Entrevista dada em 1996 a André Inoue e Pablo Ortelado In CHOMSKY, N. *Notas sobre o Anarquismo*. São Paulo. Hedra. 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci e as Ciências Sociais*. “Serviço Social e Sociedade”. São Paulo. Cortez Ed., v. 9, nº 34, dez-1990 (periódico).

_____. *Marxismo e política*. São Paulo. Cortez. 1994.

CARCANHOLO, M. *Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula In Os Anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro. Garamond. 2010.

CASTELO, R. *O Social Liberalismo: Auge e crise da supremacia burguesa na Era Neoliberal*. São Paulo. Expressão Popular. 2013.

_____. *O Novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano In CASTELO, R. (org). Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Pães e Rosas, 2010.

CHANG, Ha Joon. *Chutando a Escada. A estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica: São Paulo: UNESP*. 2004.

DINIZ, Eli. *Globalização, Estado e Desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio*. Rio de Janeiro. FGV Editora. 2007.

ERBER, F. *As Convenções do Desenvolvimento no Governo Lula: Um ensaio de economia política*. Versão modificada do artigo publicado na Revista *Insight Inteligência* (Ano XI, nº44, março de 2009).

EVANS, P. “Análise do Estado no Mundo Neoliberal: Uma abordagem institucional comparativa”. *Revista de Economia Contemporânea*. Nº 4, Jul-Dez. de 1998.

FILGUEIRAS, L. *et al.* *A Economia Política do Governo Lula*. Rio de Janeiro. Contraponto, 2007.

FIORI, José Luís. *Em Busca do Dissenso Perdido: Ensaio Crítico sobre a festejada Crise do Estado*. São Paulo. Insight. 1995.

_____. *O Voo da Coruja: uma Crítica não liberal à crise do Estado Desenvolvimentista*. Rio de Janeiro. Eduerj. 1995 (b).

_____. *Moedeiros Falsos*. Petrópolis. Vozes, 1997.

_____. *60 Lições dos 90: uma década de neoliberalismo*. Rio de Janeiro/ São Paulo. Record. 2002.

_____. “O Perigo da Utopia: Bresser-Pereira, um utopista liberal”. *Valor Econômico*. 12/08/2009. (periódico).

FONSECA, F. *Imprensa e Agenda Ultraliberal no Brasil. Gramsci e o Brasil*. (periódico eletrônico) s/d.

FONTES, V. *Reflexões Im-pertinentes: História e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro. Bom texto. 2005.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. RJ, Fundo de Cultura, 1961.

GEORGE, Susan. *O Relatório Lugano*. São Paulo. Boitempo Editorial. 2001.

GIDDENS, A. *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. São Paulo. Unesp. 1996.

_____. *A Terceira Via e seus Críticos*. Rio de Janeiro. Record. 2000.

_____. *Terceira Via – Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social democracia*. Rio de Janeiro. Record. 2001.

GODOI, A. S. *Método do Fato Histórico Novo* In NAKANO, Y; REGO, J.M. & FURQUIM, L. *Em Busca do Novo – O Brasil e o Desenvolvimento na obra de Bresser-Pereira*. São Paulo. FGV/ Editora. 2004.

GONÇALVES, Reinaldo. *Governo Lula e o Nacional Desenvolvimentismo às avessas*. Set/2011.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2000.

_____. *Cadernos do Cárcere. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política*. Caderno 13. Breves notas sobre a política de Maquiavel. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2000.

GRAU, Nuria Cunnill. *O Duplo papel do público não estatal na reforma do Estado* In NAKANO, Y. REGO, J. M. & FURQUIM, L. *Em Busca do novo - O Brasil e o desenvolvimento na obra de Bresser-Pereira*. São Paulo. FGV. 2004.

GUIOT, André. *Um Moderno Príncipe da Burguesia Brasileira: o PSDB (1988-2002)*: Dissertação de Mestrado. PPGH-UFF. 2006.

_____. *O Programa Neoliberal de Terceira Via do PSDB (1998-2002)*. Revista *Tempos Históricos*. V. 14, número 2, ano XII, 2º sem/2010.

HAYEK, F. *O Caminho da Servidão. O Caminho da Servidão* (1944) – Introdução. (disponível em: <http://www.institutoliberal.org.br/biblioteca/clássicos/o-caminho-da-servidao-f-hayek/>).

KHAIR, A. *Regressividade do Sistema Tributário Brasileiro*. s/d. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/akhair190308.pdf>.

KOCHER, Bernardo. *A Economia Política da Inflação dos Preços: Brasil 1964-1994*. Tese de Doutorado. UFF. 1997.

_____. *A Construção de um objeto histórico: a economia política da globalização*. Rio de Janeiro. Mimeo. 2000.

KUCINSKI, B. *A mídia de FHC e o fim da Razão* In LESBAUPIN, I. (org.) *O Desmonte da Nação: Balanço do Governo FHC*. Petrópolis. Vozes. 2000.

LESSA, Isabelle. *Considerações acerca da Teoria da Escolha Pública e o Princípio da Supremacia do Interesse Público*. FGV/RJ, <http://academico.direito-rio.fgv>.

LOCKE, John. *Segundo Tratado do Governo Civil* (1680).

LOPES, Francisco. *Inflação inercial, hiperinflação e desinflação: notas e conjecturas*. *Revista da Anpec*, Nov. 1984.

_____. *Choque Heterodoxo: combate a inflação e reforma monetária*. Rio de Janeiro. Campus, 1986.

LOWY, Michael. *Ideologia e Ciências Sociais: Elementos para uma análise marxista*. São Paulo. Cortez Editora. 1985.

MANNHEIN, K. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1976.

MATTOS, C. “Reinventando o governo, de David Osborne e Ted Glaeber” In *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro. 29 (2): 193-200, ABR-JUN. 1995.

MARCELINO, Gileno. O Estado no Brasil e as reformas administrativas planejadas. *Revista de Administração*. São Paulo 23 (4):9-15, outubro/ dezembro 1988. *Revista de Administração*. São Paulo 23 (4):9-15, outubro/ dezembro 1988.

MISES, Ludwig V. *Intervencionismo – uma Análise Econômica* (1940) Disponível em <http://www.mises.org.br/>.

NAKANO, Y. REGO, J. M. & FURQUIM, L. *Em Busca do novo - O Brasil e o desenvolvimento na obra de Bresser-Pereira*. São Paulo. FGV. 2004.

NETTO, José Paulo. *Crise do socialismo e a ofensiva neoliberal*. São Paulo. Cortez editora. 1993.

NEVES, L. (org.) *A Nova Pedagogia da Hegemonia: Estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo. Xamã. 2005.

OLIVA, Aloízio Mercadante. *As Bases do Novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010)*. Unicamp/Instituto de Economia. 2010.

OLIVEIRA, Francisco. *Quem tem medo da governabilidade?* Revista *Novos Estudos*. CEBRAP. Nº 41. 1995.

OLIVEIRA, Luciano. “Claude Lefort e a Democracia”. revista *Gramsci e o Brasil*. Jan-2013.

PAIXÃO, Leonardo André. *A Previdência complementar fechada: uma visão geral*. www.previdencia.gov.br. Consultado em 25/06/2015.

PAULANI, L. D. “Brasil Delivery: A Política Econômica do Governo Lula”. *Revista de Economia Política*, vol. 23, nº 4 (92), out-dez/2003.

_____. “Quando o medo vence a esperança (um balanço da política econômica do primeiro ano do governo Lula)” *Crítica Marxista*. Unicamp. Nº 19. Jun/2006.

_____. “Capitalismo financeiro e estado de emergência econômico no Brasil: o abandono da perspectiva de desenvolvimento” In OLIVEIRA, F; BRAGA, R & RIZEK, C. *Hegemonia às avessas*. São Paulo. Boitempo editorial. 2010.

PICCOLLO, Mônica. *As Reformas Neoliberais no Brasil: A Privatização nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. PPGH/UFF. Niterói. 2010.

PINTO, LOUIS. *Bourdieu e a Teoria do Mundo Social*. FGV/RJ. 2000.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. “A política econômica deles, e a nossa... uma resenha de *A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais*”. *Revista de Economia Contemporânea*. vol.11 nº3 Rio de Janeiro Set-Dez. 2007.

RANGEL, Ignácio. “Pós-fácio” da 3ª edição de *A Inflação Brasileira*, São Paulo, Brasiliense. 1978.

REGO, Walquíria G. *Paixões civis e Intelectuais empenhados*. (Tese de livre docência). IFCH. Unicamp. 1999.

ROSSELLI, Carlo. *Socialismo liberal*. Brasília/ Rio de Janeiro: Instituto Teotônio Vilela/ Zahar. 1997.

SANTOS, Milton. *Por uma outra Globalização: do Pensamento Unico à Consciência Universal*. Rio de Janeiro/São Paulo. Record. 2001.

SICSÚ, J; PAULA, L. F. & Michel, R. *Por que Novo Desenvolvimentismo?* Versão ampliada e modificada da introdução feita pelos autores para a coletânea *Novo Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri/ Rio de Janeiro. Manole/ Fundação Konrad Adenauer. 2005.

SILVA, Ozaí. *Ideologia e Utopia*. Revista Espaço Acadêmico, nº 96 – Maio de 2009. (periódico).

SIMIONATTO, I. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. São Paulo. Cortez Editora. 2010.

SINGER, P. *A Raiz do desastre social: a política econômica de FHC* In LESBAUPIN, I. (org.) *O Desmonte da Nação: Balanço do Governo FHC*. Petrópolis. Vozes. 2000.

SINGER, André. *Os sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador*. São Paulo. Companhia das Letras. 2012.

SUZIGAN, Wilson. “Crise e reconstrução do Estado” In NAKANO, Y. REGO, J. M. & FURQUIM, L. *Em Busca do novo - O Brasil e o desenvolvimento na obra de Bresser-Pereira*. São Paulo. FGV. 2004.

STIGLITZ, J. *The Post Washington Consensus Consensus*. The Initiative for Policy Dialogue. Versão revisada do texto apresentado na conferência “From the Washington Consensus towards a new Global Governance”. Barcelona. Setembro/ 2004.

_____. *A Globalização e seus malefícios*. São Paulo, Futura. 2002.

TAVARES, M. C. “A Retomada da Hegemonia Americana”. *Revista de Economia e Política*. V. 5, nº 2, abril-junho/1985.

_____ e FIORI, José Luis. *(Des)ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

_____ *Destruição não criadora*. Rio de Janeiro, Record, 1999.

TEIXEIRA, A. *O Ajuste impossível – Um estudo sobre a desestruturação do da ordem econômica mundial e seus impactos sobre o Brasil*. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ, 1994.

_____. *O Ajuste impossível seis anos depois- uma reapresentação*. Rio de Janeiro, IEI/UFRJ. 2000. Mimeo.

WEBER, M. *O que é Burocracia?* Em português, versão editada pelo Conselho Federal de Administração disponível em: http://www.cfa.org.br/servicos/publicacoes/o-que-e-a-burocracia/livro_burocracia_diagramacao_final.pdf.

Documentos e periódicos:

1. *Balanço da Reforma do Estado no Brasil: A Nova Gestão Pública*. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Dezembro de 2002.
2. *Cadernos MARE da Reforma do Estado*. Nº 1 ao 18. Publicados entre agosto de 1997 e dezembro de 1998.

3. *Exposition of Motives for the Administration Constitutional Amendment* (Exposição de Motivos para a Proposta de Emenda constitucional). Ministério Extraordinário da Administração e Reforma do Estado. 1995.
4. *Informe sobre el desarrollo mundial*. Banco Mundial. 1997.
5. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. MARE. Março/ Abril – 1995.
6. *Uma Nova Gestão Pública para a América Latina - documento do CLAD*. Centro Latino americano de Administração e Desenvolvimento (CLAD). 14/10/1998.
7. *Medida Provisória nº 813*, Presidência da República. 01/01/1995
8. *Medida Provisória nº 1795*, Presidência da República. 01/01/1999.

Artigos na Imprensa Brasileira:

BRESSER-PEREIRA, L.C. “A Reforma do Estado”. *O Globo*. 11/01/1995.

_____. “O Estado do Século 21”. *Folha de São Paulo*, 28/11/1996.

_____. “A coisa pública”. *O Estado de São Paulo*, 01/09/1995.

_____. “O público não-estatal”. *Folha de São Paulo*, 13/08/1995.

_____. “O tamanho do Estado”. *Folha de São Paulo*, 22/06/1996.

_____. “A estabilidade desejada”. *Jornal do Brasil*, 22/01/1995.

_____. “Cidadania e Reforma”. *Folha de São Paulo*, 19/02/1995.

_____. “O cidadão e o servidor”. *Folha de São Paulo*, 3/10/1995.

_____. “Por que a reforma administrativa será aprovada”. *O Globo*, 17/10/1995.

_____. “Dia do servidor”. *Jornal do Brasil e Correio Braziliense*, 28/10/1996.

_____. “As Organizações Sociais”. *Folha de São Paulo*, 22/05/1995.

_____. “Uma nova lei de licitações”. *Gazeta Mercantil*, 27/09/1996.

_____. “A Reforma da saúde”. *Folha de São Paulo*, 19/01/1997.

_____. “A Universidade competitiva”. *Jornal de Brasília*, 29/03/1995 e *Folha de São Paulo*. 02/04/1995.

_____. “Um governo gerencial”. *O Estado de São Paulo*, 10/08/1996.

_____. “Democracia consolidada”. *Correio Braziliense*, 15/03/1995.

_____. “O Apoio à Reforma”. *Folha de São Paulo*, 19/03/1997.

_____. “A batalha da reforma”. *Jornal do Brasil e Correio Braziliense*, 14/05/1997.

CAPELLA, L. C. “O Momento de Corrigir Distorções”. *Correio Braziliense*. 26/09/1997.

COSTIN, C. “Por um Estado que funcione”. *Folha de São Paulo*, 30/06/1996.

_____. “Valorização do Servidor”. *Revista do Serpro*, Jan/Fev 1997.

Websites consultados:

- 1) www.oscarozlak.org.br
- 2) <http://leonardogarnier.com/personal>
- 3) Arquivo Edgar Leuenroth – Unicamp. http://segall.ifch.unicamp.br/site_ael/index.php?option=com_content&view=article&id=135&Itemid=90
- 4) <http://lattes.cnpq.br/>
- 5) Luis Nassif on line: <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/bresser-pereira-deixa-o-psdb>.
- 6) PPGH/UFF. Banco de dissertações e teses: www.historia.uff.br/stricto/.../Dissert.
- 7) www.bresser.org.br.

- 8) <http://www.fgv.br/eaesp> (currículo docentes).
- 9) Luis Nassif on line: <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/bresser-pereira-deixa-o-psdb>.
- 10) Revista Virtual *Gramsci e o Brasil*. Janeiro/2007. Disponível em <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=624>.
- 11) *Revista de Economia Política. Brazilian Journal of Political Economy*. <http://www.rep.org.br>
- 12) <http://academico.direito-rio.fgv>.
- 13) www.previdencia.gov.br.
- 14) <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/DASP>.
- 15) http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2011-2014/2012/Decreto/D7808.htm
- 16) Conselho Federal de Administração (CFA): http://www.cfa.org.br/servicos/publicacoes/o-que-e-a-burocracia/livro_burocracia_diagramacao_final.pdf.
- 17) Instituto de Economia da UFRJ: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/akhair190308.pdf>.
- 18) *Revista âmbito Jurídico*. Disponível em <http://www.ambito-juridico.com.br/pdfsGerados/artigos/1216.pdf>.
- 19) Grade de disciplinas Departamento de Sociologia da USP (textos disponíveis) <http://disciplinas.stoa.usp.br>.
- 20) *London School of Economics*: <http://www.lse.ac.uk/government/whosWho/Academic%20profiles/Kate%20Jenkins/Home.aspx>
- 21) www.oglobo.com (arquivo digital).

Filmes:

O Longo Amanhecer: Uma Cinebiografia de Celso Furtado Dir. José Mariani. 2004

